

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E GESTÃO**  
FEE

**SECRETARIA DA JUSTIÇA  
E DO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**  
FGTAS

**DIEESE SEADE**

ISBN 978-85-7173-059-5

## **DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE) (Coordenador)  
Elisabeth Kurtz Marques (FEE)  
Irene Maria Sassi Galeazzi (FGTAS)  
Miriam De Toni (FEE)  
Norma Hermínia Kreling (FEE)

Apoio

**FAPERGS**

**CNPQ**

Porto Alegre, 2007

D582 Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre / Coordenado por Raul Luis A. Bastos. — Porto Alegre : FEE, 2007.

274p.

ISBN 978-85-7173-059-5

Conteúdo: Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? /Miriam De Toni. — O trabalho por conta própria num contexto de precarização /Irene Maria Sassi Galeazzi. — A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego /Raul Luis Assumpção Bastos. — Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre: formas de inserção na ocupação e desemprego /Norma Hermínia Kreling. — Mulheres ocupadas em postos de comando: perdas e ganhos /Elisabeth Kurtz Marques. — Anexo Metodológico.

1. Mercado de trabalho — Porto Alegre, Região Metropolitana de (RS). Bastos, Raul Luis Assumpção, 1959- .-II. Toni, Miriam De, 1951- . Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? -III. Galeazzi, Irene Maria Sassi, 1949- . O trabalho por conta própria num contexto de precarização. IV - Bastos, Raul Luis Assumpção, 1959- . A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. V. Kreling, Norma Hermínia, 1946- Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre: formas de inserção na ocupação e desemprego. VI. Marques, Elisabeth Kurtz, 1954- . Mulheres ocupadas em postos de comando: perdas e ganhos. VII. Título.

CIP Silvia Rech  
CRB10-315

CDU 331.1(816.5)

Tiragem: 500 exemplares

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)  
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283  
Fone: (51) 3216-9132 Fax: (51) 3216-9134  
Home Page: [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**SECRETÁRIO:** Ariosto Antunes Culau

**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser**

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO:** Adelar Fochezatto (Presidente), André Luis Campos, Ernesto Dornelles Saraiva, Leonardo Ely Schreiner, Nelson Machado Fagundes, Pedro Silveira Bandeira e Thômaz Nunnenkamp.

**CONSELHO CURADOR:** Carla Giane Soares da Cunha, Flávio Pompermayer e Lauro Nestor Renck.

**PRESIDENTE:** Adelar Fochezatto

**DIRETOR TÉCNICO:** Octavio Augusto Camargo Conceição

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** Nóra Angela Gundlach Kraemer

**SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**SECRETÁRIO:** Fernando Schüller

**FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)**

**DIRETOR-PRESIDENTE:** Nedy de Vargas Marques

**DIRETOR TÉCNICO:** Maurício Jorge D'Augustin Cruz

**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** Denise Ries Russo

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)**

**PRESIDENTE:** João Vicente Silva Cayres

**DIRETOR TÉCNICO:** Clemente Ganz Lúcio

**COORDENADORA TÉCNICA DO SISTEMA PED:** Lúcia dos Santos Garcia

**SUPERVISOR REGIONAL:** Ricardo Franzoi

**FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE)**

**DIRETOR-EXECUTIVO:** Felícia R. Madeira

**Apoio Financeiro:** **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**MINISTRO:** Carlos Lupi



## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente? — <b>Miriam De Toni</b> .....	17
O trabalho por conta própria num contexto de precarização laboral — <b>Irene M. S. Galeazzi</b> .....	81
A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego — <b>Raul Luís Assumpção Bastos</b> .....	153
Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): formas de inserção na ocupação e desemprego — <b>Norma Hermínia Kreling</b> .....	193
Mulheres ocupadas em postos de comando: perdas e ganhos — <b>Elisabeth Kurtz Marques</b> .....	229
Anexo metodológico .....	269



## APRESENTAÇÃO

O presente estudo contempla trabalhos realizados por pesquisadores do Núcleo de Análise Socioeconômica e Estatística (Nasee) — vinculado ao Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), da Fundação de Economia e Estatística (FEE) — e por pesquisadora da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), que integram o projeto de pesquisa intitulado **Dimensões da Precarização do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Esse núcleo de análise é responsável pelo acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), bem como pela realização de estudos sobre as mudanças estruturais que se estão processando nesse mercado.

O projeto de pesquisa teve origem e procurou dar respostas a discussões, inquietações e reflexões que vinham sendo desenvolvidas no interior desse núcleo, direcionadas especialmente ao exame e à análise das principais dimensões da precarização do mercado de trabalho da RMPA, abarcando o período compreendido entre o início da década de 90 e o ano de 2005. Para tanto, partiu-se da compreensão de que, no período em questão, houve um processo de perda de qualidade das ocupações no mercado de trabalho metropolitano, consubstanciado no avanço da desregulamentação das relações de trabalho e na expansão de formas de trabalho atípicas. Assumiu-se também que o processo de precarização, além de repercutir sobre todo o conjunto da força de trabalho metropolitana, se manifesta com intensidades distintas em segmentos específicos desse mercado, dentre os quais foram selecionados os trabalhadores autônomos, os jovens, os trabalhadores de mais de 40 anos e as mulheres. No caso dos três últimos segmentos, cabe ressaltar a importância que passou a ter a maior incidência do desemprego sobre esses contingentes populacionais.

No âmbito das discussões científicas sobre esse tema, a proposta do projeto somava-se a estudos e a análises que evidenciavam e problematizavam determinados fenômenos que vinham ocorrendo no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que destacavam suas interfaces com os processos de reestruturação produtiva e de mudanças nas formas de gerir e de organizar o trabalho, os quais, por sua vez, se encontravam atrelados às transformações recentes do sistema capitalista em nível internacional. No que diz respeito ao mercado de trabalho especificamente, não obstante informações e estudos reconhecerem que as conseqüências desses processos têm sido profundas e de diversas ordens, tem-se destacado como problema mais importante o fato de

que seus impactos sobre a população economicamente ativa tendem a ser, predominantemente, desfavoráveis.

Na verdade, parece haver certo consenso no que diz respeito a esses impactos negativos sobre o trabalho, notadamente quando a conclusão aponta o aumento da insegurança e da incerteza na maior parte dos aspectos relativos às relações de trabalho, gerando e ampliando vulnerabilidades sociais. Isto porque o evoluir das relações de trabalho se contrapõe ao expressivo avanço que elas haviam experimentado no decorrer do século XX, pois, ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado tendeu a se tornar hegemônico, em torno dele foram sendo criadas diversas formas de proteção contra os riscos da existência social, fundando a emergência do Estado de Bem-Estar Social ou da sociedade salarial.

De fato, a maior parte dos estudos voltados às questões do trabalho, no período recente, destaca a tendência à precarização das relações de trabalho como efeito das mutações associadas aos processos de flexibilização, desregulamentação, questionamento e redução do papel do Estado, assim como da crise do movimento sindical. Assiste-se a um relativo desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho vigente no período anterior — notadamente nos 30 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Tais estudos, com base em dados coletados junto a empresas e a indivíduos, tendem a evidenciar que as expectativas otimistas inicialmente previstas não se têm realizado ou devem ser melhor equacionadas. Dentre os principais argumentos, destaca-se a série de alterações nas relações de trabalho, as quais extrapolam em muito o âmbito fabril, que se manifesta, em especial, na redução do emprego protegido (assalariado), na ampliação do desemprego (estrutural), no surgimento de novas formas de trabalho, ditas atípicas, contrapostas ao contrato de trabalho padrão, coberto de proteções sociais — assalariamento com contrato de trabalho legalizado —, na redução do poder dos sindicatos e nas mudanças nas formas e nos conteúdos da contratação.

No Brasil, onde esses processos de reestruturação produtiva se instauraram, de modo mais efetivo, na década de 90, há que se levar em conta, pelo menos, dois elementos que condicionam fortemente sua manifestação. De um lado, o legado histórico, que implica considerar a inserção subordinada e periférica do País no sistema capitalista internacional e a forma como se desenvolveu a industrialização, o que acabou conformando um mercado de trabalho altamente heterogêneo e marcado pela precariedade — fenômeno que a abordagem sobre o setor informal e o conceito de “fordismo periférico” procuraram dar conta. De outro, a experiência nacional recente de uma maior inserção na economia globalizada, aprofundando os movimentos de reestruturação, e a implementação de políticas neoliberais, cujas características principais têm sido



a intensificação do processo de abertura comercial e financeira, a privatização de empresas públicas e o enfraquecimento da capacidade regulatória de gasto e de investimento do Estado.

Nesse contexto, em que o tema da precarização do trabalho e dos processos de exclusão social a ela associados ganham destaque, tem emergido uma nova agenda de pesquisa para os estudos do trabalho. Propondo estender o olhar para fora dos muros das empresas — ampliando, assim, o foco que norteou os principais estudos nessa área, nos anos 80 —, essa agenda contempla, de um lado, temas como o desemprego, a precarização das relações de trabalho, as trajetórias ocupacionais, as cadeias produtivas e a empregabilidade da mão-de-obra; de outro lado, coloca ênfase na análise dos impactos das transformações, ao se levarem em conta dimensões de gênero, de raça/etnia e geracionais, especialmente o problema do trabalho infante-juvenil. Trata-se, portanto, de identificar e dar visibilidade ao fenômeno das crescentes complexidade e heterogeneidade de que se revestem as relações de trabalho nos tempos atuais, (re)definidas em um cenário de reestruturação produtiva e de reorganização do trabalho no plano socioeconômico e de implementação do ideário neoliberal no espaço político.

Considerando essa nova agenda de estudos do trabalho, a pesquisa realizada propôs-se a contemplar temas relativos ao mercado de trabalho que evidenciassem não apenas que as mudanças em curso vêm afetando a população trabalhadora em seu conjunto, mas também o fato de que delas se ressentem tanto aqueles grupos que anteriormente eram considerados mais protegidos das adversidades do mercado de trabalho — chefes de domicílio, adultos com idade superior a 25 anos e, em especial, aqueles na faixa de 40 a 59 anos —, quanto aqueles tradicionalmente mais vulneráveis e cuja inserção na ocupação implicava posições, via de regra, precárias — jovens, mulheres e idosos de 60 anos ou mais. Ao se analisarem esses grupos de trabalhadores, buscou-se, ademais, captar a imagem de sujeitos muito mais multifacetados, distanciando-se da relativa homogeneização prevalente em estudos anteriores, focados no trabalhador adulto do sexo masculino.

Mais precisamente, a pesquisa teve como propósito analisar dimensões da precarização do mercado de trabalho na RMPA, bem como de sua incidência diferenciada sobre segmentos populacionais específicos da força de trabalho. A **hipótese geral**, norteadora do projeto, é de que houve um processo de perda de qualidade das inserções ocupacionais no mercado de trabalho metropolitano, cujas manifestações se têm erigido como o problema central, associado ao aprofundamento da reestruturação produtiva e da (re)organização do trabalho, ocorrido no período em foco. Tal processo tem-se consubstanciado no avanço da desregulamentação das relações de trabalho assalariado e das formas não

assalariadas de emprego, que, se crê, conformam transformações de caráter estrutural. Como **hipótese suplementar**, assume-se que o processo de precarização se manifesta com intensidade distinta em segmentos específicos do mercado de trabalho metropolitano, o que conduziu a selecionar como objetos de investigação determinados segmentos populacionais integrantes da força de trabalho.

O estudo tomou como referencial empírico o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista tanto a importância desse espaço para o Rio Grande do Sul, quanto o lugar destacado que o Estado ocupa no contexto nacional. De fato, enquanto o RS se tem situado entre as quatro economias de maior porte do País, a RMPA tem grande importância em termos econômicos e populacionais, concentrando as atividades produtivas cativas de sítios urbanos — gera a metade do Produto Interno Bruto (PIB) industrial e cerca de 42% do PIB do setor serviços do Estado. No caso da indústria, a aglomeração urbana da RMPA sedia grande parte das atividades industriais com características de complexos industriais (complexos agroindustrial, com destaque para os ramos vinculados à atividade coureiro-calçadista, metal-mecânico e químico). Em termos demográficos, os 31 municípios que integram a Região abarcam cerca de um terço da população do Estado, que é de, aproximadamente, 10 milhões de habitantes, e congregam nada menos do que 40% da população trabalhadora gaúcha vinculada a atividades não agrícolas.

O projeto de pesquisa teve como referência primordial para a análise informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em termos metodológicos, cabe destaque aos seguintes aspectos: a pesquisa construiu um indicador especial, denominado **Índice de Precarização (IP)**, através do qual se buscou apreender, de forma sintética, o sentido prevalecente na evolução da qualidade das relações de trabalho no mercado de trabalho metropolitano; e, para o estudo do **segmento de trabalhadores autônomos**, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, anexo ao questionário-padrão da PED-RMPA — denominado **Bloco G** —, que integrou o levantamento de campo da PED-RMPA por um período de nove meses.

A PED-RMPA integra o sistema nacional de pesquisas regionais que acompanha a evolução dos principais indicadores dos mercados de trabalho metropolitanos do País. Em Porto Alegre, é executada pela Fundação de Economia e Estatística, em convênio celebrado entre a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (Sine-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade-SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). A pesquisa conta também com o apoio fi-

nanceiro do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A elaboração da metodologia da PED teve como objetivo apreender melhor a realidade brasileira, assim como a de outros países latino-americanos, pretendendo dar expressão a comportamentos típicos de mercados de trabalho pouco estruturados, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizados por uma estrutura produtiva heterogênea, cuja descrição não se esgota na dicotomia emprego/desemprego. O propósito básico dessa metodologia é ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, na intenção de captar outras situações de desemprego, não previstas nas estatísticas oficiais. Além disso, por ser uma pesquisa domiciliar, a PED capta informações sobre a inserção no mercado de trabalho de toda a População em Idade Ativa (PIA), sendo mais abrangente do que pesquisas de estabelecimentos ou de registros administrativos, o que permite avaliar o mercado de trabalho em toda a sua diversidade.

A metodologia da PED segue orientações gerais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tanto no que respeita à geração de indicadores conforme os padrões nacionais e internacionais vigentes, quanto na adequação dos indicadores às particularidades de cada país. Portanto, os indicadores tradicionais são preservados, possibilitando, assim, a comparabilidade com outras pesquisas.

No que diz respeito ao **Índice de Precarização**, este se constitui em um indicador-síntese, através do qual se busca abarcar um leque amplo de indicadores relativos às condições de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho da RMPA e averiguar sua evolução ao longo do tempo.

O levantamento adicional de indicadores direcionado aos segmentos inseridos em modalidades de trabalho por conta própria, típicas do chamado setor informal, constituiu um questionário anexo — **Bloco G** —, aplicado simultaneamente ao questionário padrão da PED-RMPA. O conteúdo desse anexo é resultado de uma série de entrevistas realizadas com gestores de programas de políticas públicas de geração de ocupação e renda — nos âmbitos tanto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, incluindo a instituição de crédito Porto Sol (organização não-governamental iniciada com aporte de recursos da PMPA). A partir dessas entrevistas, foi estabelecido um elenco de dimensões e indicadores considerados importantes e/ou estratégicos para subsidiarem a formulação, a avaliação e o (re)direcionamento dos programas de apoio ao trabalhador por conta própria.

Ao disporem de toda a série histórica da PED-RMPA, iniciada em 1993, primeiro ano completo de levantamento e, portanto, primeira média anual dos

indicadores, os estudos ora desenvolvidos possibilitam identificar as principais tendências do mercado de trabalho da Região em um período relevante na história estadual recente, dado que nele ocorreu uma intensificação da reestruturação produtiva, com importantes mudanças na organização e na gestão do trabalho, que têm provocado alterações expressivas nas formas e nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional. Acredita-se estar, assim, aportando novos elementos para a compreensão das mudanças de caráter estrutural que estão ocorrendo no âmbito do mercado de trabalho metropolitano, na expectativa de que o avanço no conhecimento dessa realidade contribua para subsidiar instituições e órgãos gestores na formulação e no acompanhamento de políticas públicas de geração de emprego e renda e de inclusão social.

Por fim, a opção metodológica de focar o estudo sobre um espaço regional metropolitano está fundada no entendimento de que, dadas as características de tais espaços, esse recorte se presta à análise de manifestações de tendências gerais do mercado de trabalho nacional, bem como à possibilidade de identificá-las, potencializando a apreensão e a compreensão de aspectos similares nos vários contextos regionais.

Os textos resultantes do projeto de pesquisa são apresentados, aqui, em forma de artigos. Além de preservarem os objetivos e as indagações que deram origem à própria pesquisa e que contemplam as problemáticas julgadas mais relevantes por cada pesquisador, os membros do grupo são unânimes em reconhecer que a produção dos textos muito se beneficiou das leituras e profícuas discussões travadas pela equipe no decorrer do processo de elaboração dos mesmos.

Introduzindo esta série de estudos, a coletânea é aberta com o texto **Precarização do Trabalho a Partir dos Anos 90: Reversão de Tendência no Período Recente?**, de Míriam De Toni, que busca averiguar a evolução das formas de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho regional, ao longo do período em foco. Perseguindo a hipótese de que houve uma tendência à precarização do trabalho, a análise baseia-se em um indicador-síntese — Índice de Precarização —, o qual constitui um instrumento estatístico valioso, quando o objetivo é integrar múltiplas dimensões relativas às condições de inserção da PEA no mercado de trabalho, à medida que permite apontar, com maior clareza, o sentido prevalecente nas mudanças desse mercado. Essa propriedade tem, ainda, particular importância no estudo de mercados de trabalho como o brasileiro, em que as mudanças têm evidenciado resultados distintos e, por vezes, opostos, gerando debate e interpretações não raro conflitantes.

Esse artigo inicial é também o que enfoca o mercado de trabalho em seu conjunto, tematizando a precarização de forma mais ampla e estabelecendo, de modo mais detalhado, as relações entre a evolução das condições desse mercado e as conjunturas nacional e regional — especialmente econômicas — que demarcaram o período. Tal esforço analítico tem como pressuposto que os aspectos socioeconômicos que caracterizaram esse período foram definidores para os resultados encontrados, sejam os que dizem respeito à força de trabalho em seu conjunto, sejam aqueles relativos a grupos específicos da população trabalhadora, conforme os recortes contemplados nos demais capítulos.

No segundo artigo, **O Trabalho por Conta Própria num Contexto de Precarização Laboral**, de Irene Galeazzi, a precarização é focalizada na dimensão das modalidades não assalariadas de inserção ocupacional presentes no universo da chamada economia informal, como o trabalho autônomo ou por conta própria, a organização familiar de trabalho, o trabalho associativo ou cooperativado e a microunidade econômica. O estudo lança um olhar sobre esse universo de trabalhadores da RMPA, partindo do entendimento de que as transformações estruturais e de dinâmica ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, a partir dos anos 90, mais do que expandir esse segmento, provocaram um aprofundamento das precariedades que tradicionalmente cercam tais atividades. Adicionalmente, considera-se a hipótese de que, apesar de o trabalho por conta própria representar uma parcela importante da ocupação no mercado de trabalho brasileiro, o apoio institucional a esse segmento — políticas de geração de emprego e renda — tem tido um alcance muito limitado.

Para o desenvolvimento do estudo, foi analisado um elenco de indicadores, gerados a partir da base de dados da PED-RMPA e de uma pesquisa especial<sup>1</sup> anexada ao questionário-padrão da PED, com potencialidade para revelar a situação de trabalho e de vida dos indivíduos inseridos nessas atividades, delineando um padrão contemporâneo de comportamento do segmento informal da economia. Esses dados permitem, ainda, agregar algum conhecimento sobre a relação desses trabalhadores com a estrutura institucional de proteção social, através de uma breve incursão no universo das políticas públicas de emprego e renda destinadas a apoiá-los.

O terceiro artigo é denominado **A Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: Uma Experiência Marcada**

---

<sup>1</sup> A pesquisa especial **Trabalho por Conta Própria**, construída a partir de uma série de entrevistas com gestores de programas de geração de emprego e renda e de instituições de microcrédito, foi aplicada integrada ao questionário-padrão da PED-RMPA e mantida em campo por um período de nove meses.

**Pela Elevada Incidência do Desemprego**, sendo o seu autor Raul Luís Assumpção Bastos. O estudo parte da percepção de que esse grupo populacional apresenta uma série de características que lhe são próprias no processo de inserção no mercado de trabalho, dentre as quais se podem assinalar a ausência de experiência anterior de trabalho e a necessidade de ter de coadunar, com recorrência, estudo e trabalho, o que condiciona as suas possibilidades de êxito nesse processo. A motivação original para a realização do trabalho foi suscitada pela constatação de que diversos estudos têm mostrado, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, que a elevada incidência do desemprego corresponde a uma experiência recorrente entre os jovens, o que tem tornado esse grupo populacional objeto de atenção das autoridades públicas e, conseqüentemente, de iniciativas em termos de políticas governamentais. Nesse sentido, esse estudo se propõe a dar uma contribuição à compreensão da situação desse grupo populacional no mercado de trabalho da RMPA e, com ênfase especial, ao fenômeno do desemprego juvenil. Para tanto, com base na literatura recente sobre o tema, problematiza o desemprego juvenil, procurando identificar os seus determinantes e a existência de padrões relativos ao mesmo, para, posteriormente, investigar a possibilidade de que estes se estejam reproduzindo (ou não) no espaço metropolitano que é objeto de análise.

O quarto artigo, **Trabalhadores mais Maduros Predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre: Formas de Inserção na Ocupação e Desemprego**, de Norma Herminia Kreling, traz ao leitor uma análise das condições de inserção do segmento populacional maior de 40 anos no mercado de trabalho. O interesse por esse tema foi motivado basicamente por dois fatores: demográfico e socioeconômico. O primeiro está relacionado ao envelhecimento da população brasileira, que tem importante reflexo na composição etária da População Economicamente Ativa. Assim, a redistribuição da população na pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, elevou significativamente a participação desse trabalhador, cuja parcela constitui atualmente um dos principais componentes da PEA. O segundo diz respeito às modificações ocorridas no mundo do trabalho, relacionadas ao processo de reestruturação produtiva e organizacional, principalmente a partir dos anos 90, que afetaram, sobremaneira, esse segmento populacional, tornando-o mais suscetível às adversidades do mercado de trabalho, o que se manifesta através do maior crescimento do desemprego e da ampliação de várias formas de precarização da mão-de-obra.

Com o objetivo de investigar as condições desiguais de inserção laboral feminina na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período recente, o quinto artigo, **Mulheres Ocupadas em Postos de Comando: Perdas e Ganhos**, de Elisabeth Kurtz Marques, enfoca o segmento populacional feminino ocupado

em funções de gestão com cargos de comando em 2003-04, comparando-o ao contingente masculino. Para tal, vale-se de elementos informativos de disparidade entre os sexos, como as taxas de participação da força de trabalho, as taxas de desemprego e os indicadores de rendimentos auferidos por esses trabalhadores. O estudo busca, ainda, dimensionar o padrão sociodemográfico desse grupo de mulheres, através de recortes quanto ao nível de escolaridade, faixa etária, cor e posição ocupada no domicílio de residência. A análise do tema estrutura-se com base na literatura sobre a representação social dos papéis feminino e masculino historicamente instituídos em nossa sociedade, identificando os segmentos de atividades econômicas no mercado de trabalho da Região que se tornaram “guetos” de inserção e de ascensão hierárquica da parcela feminina.

Para a realização da pesquisa, contou-se com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aos quais se agradece.

Expressa-se, ainda, gratidão para com os estatísticos da PED-RMPA, Jéferson Daniel de Matos e Ana Paula Sperotto, para com o programador da base de dados, Romeu Luiz Knob, bem como para com os entrevistadores e a equipe da PED-RMPA, pelo apoio dado ao longo de todo o processo de trabalho. Finalmente, agradece-se também o competente e dedicado auxílio da estudante de graduação Thais Ferreira Persson na confecção de tabulações a partir da base de dados da PED-RMPA.





# PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DOS ANOS 90: REVERSÃO DE TENDÊNCIA NO PERÍODO RECENTE?

Miriam De Toni\*

“É certo que o movimento de 'racionalização' do uso do trabalho pôs a nu o fenômeno da vulnerabilidade do trabalhador individual, do risco crescente do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

.....  
“A reestruturação das formas de contratação e de uso do trabalho, coetânea à reestruturação do tecido produtivo, impusera [para os sociólogos do trabalho] a urgência de retomar o mercado de trabalho como esfera crítica de observação.”

**Nadya Araújo Guimarães (2004)**

## Introdução

O tema da precarização do trabalho ganhou destaque no Brasil, especialmente a partir da década de 90, associado às transformações do sistema capitalista em nível internacional e à maior inserção do País na economia globalizada, tendo em vista os impactos advindos de tais processos sobre a população trabalhadora. As mutações em curso adquirem relevância, à medida que vêm remodelando as formas de produzir e os modos de organizar o trabalho, reordenando as relações sociais constituídas nesse âmbito, cujas consequências têm conduzido, preponderantemente, a situações desfavoráveis para os

---

\*Socióloga da Fundação de Economia e Estatística; Doutora em Sociologia pela UFRGS.

trabalhadores. Todavia os impactos sobre os trabalhadores não seguem uma direção linear, podendo-se afirmar que, enquanto análises sobre a década de 90 apontam a precarização do trabalho como a marca prevalente, estudos respaldados em informações sobre mercado de trabalho a partir do ano 2000 indicam um cenário com evolução mais promissora, sugerindo que a precarização tenha sido um processo mais circunscrito à década anterior.

No plano internacional, as transformações que se vêm processando no sistema capitalista, erigidas em termos de alternativas de enfrentamento à crise instalada nas economias avançadas, notadamente a partir do último quartel do século XX, têm acarretado profundas mudanças, associadas aos processos de ajuste, globalização e aos novos padrões competitivos em escala internacional, propagando fortes movimentos de reestruturação produtiva e de novas formas de organização e gestão do trabalho. Esse cenário tem gerado impactos importantes sobre o mundo do trabalho, à medida que vem alterando os modos de trabalhar, bem como acarretando o aparecimento de formas diversificadas de inserção ocupacional, distintas do trabalho assalariado, típico do fordismo. Acresça-se que, em sua dimensão propriamente política, esse período se caracteriza pela adoção de políticas de cunho neoliberal, que vêm consagrando o domínio do mercado como instância reguladora privilegiada das várias esferas da sociedade. Em seus desdobramentos, essa vertente tem desencadeado questionamentos e estreitamento das funções dos Estados nacionais, dando suporte a políticas de privatização, de abertura comercial, de desregulamentação e de flexibilização das relações trabalhistas, assim como de focalização das políticas sociais. Questiona-se o caráter do Estado de Bem-Estar Social, o qual, notadamente no pós Segunda Guerra, previa proteções contra os riscos da existência social, através de regulação pública dos mecanismos de mercado (Castel, 1998; Pochmann, 1999; Mattoso, 1995).

A crescente heterogeneidade do trabalho e a precarização das relações de trabalho, que se ampliam em escala mundial, manifestadas tanto pela elevação do desemprego aberto quanto pela redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e pela expansão de formas alternativas de trabalho — consideradas atípicas frente ao padrão assalariado — têm provocado uma crescente “desordem do trabalho”, face às regulações precedentes (Mattoso, 1995). Em decorrência, a proteção ao trabalhador é reduzida, e ampliam-se as inseguranças sociais. Esse fenômeno, designado como “a questão social” do final do século XX (Castel, 1998), coloca-se entre os principais itens na agenda da pesquisa social, com enfoque nas transformações sociais da atualidade e nos problemas daí decorrentes.

No Brasil, onde os processos ligados à reestruturação do sistema produtivo e às formas de organizar o trabalho vêm ocorrendo de modo mais efetivo a

partir da década de 90, têm-se presenciado mudanças que resultam da confluência de vários fatores. Dentre eles, cabe destacar, ao lado das circunstâncias históricas nacionais, a crise econômica da década de 80 e, particularmente, o curso seguido na condução do desenvolvimento nacional, no período que se inicia com os anos 90, quando se aprofundou a inserção do País no processo de globalização, e cujas marcas foram maior abertura comercial, intensa reestruturação produtiva, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho e adoção de políticas de corte neoliberal.

Ainda que a precarização do trabalho tenha sido destacada como um dos principais problemas associados a tais processos, estes têm gerado alterações substantivas no mercado de trabalho e nas relações de trabalho, as quais, pela sua natureza múltipla, vêm tendo impactos diferenciados sobre a população trabalhadora, cuja análise requer que se leve em conta uma variedade de evidências, incluindo dimensões econômicas e sociais capazes de revelar situações relacionadas ao trabalho, mas que também interferem na qualidade de vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, este estudo tem por objetivo apreender o sentido prevalente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, abrangendo o período 1993-05. Persegue-se a hipótese de que houve uma precarização das relações de trabalho, processo este que resultou da convergência de vários fatores. Em termos mais específicos, postula-se que houve uma tendência crescente de precarização das relações de trabalho ao longo da década de 90, seguida de uma evolução mais favorável do mercado de trabalho na primeira metade da década iniciada em 2000, a qual, todavia, não se tem revelado suficiente para reverter a deterioração havida no período precedente. Ademais, busca-se examinar a evolução do mercado de trabalho sob o recorte de gênero, analisando possíveis diferenças dos impactos das distintas conjunturas sobre mulheres e homens trabalhadores e sua repercussão sobre as desigualdades de gênero tradicionalmente presentes no mercado de trabalho.<sup>1</sup>

Em termos analíticos, para a investigação das formas de inserção da população ativa e de sua evolução ao longo do período, procedeu-se à construção de um índice — aqui denominado Índice de Precarização (IP) —, o qual, por se constituir em um indicador-síntese, é um instrumento estatístico valioso, quando o objetivo é integrar múltiplas dimensões relativas às condições de inserção

---

<sup>1</sup> Um estudo detalhado sobre a precarização do mercado de trabalho brasileiro, centrado nos anos 90 e tomando como referência a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), foi desenvolvido por Toni (2006). Ver especialmente a **Parte II – A Precarização do Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**.

da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, possibilitando, assim, avaliações sobre a qualidade desse mercado. Essa propriedade torna-se particularmente importante, quando se tem presente que as mudanças no mercado de trabalho brasileiro têm evidenciado resultados distintos e, por vezes, opostos, gerando debate e interpretações muitas vezes conflitantes.

O estudo toma como referencial empírico o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista tanto a importância desse espaço para o Estado do Rio Grande do Sul, quanto o lugar destacado que o Estado ocupa no contexto nacional.<sup>2</sup> De fato, a RMPA tem grande importância em termos econômicos e populacionais, concentrando as atividades produtivas cativas de sítios urbanos — gera a metade do Produto Interno Bruto (PIB) industrial e cerca de 42% do PIB do setor serviços (Alonso, 2001). No caso da indústria, a aglomeração urbana da RMPA sedia grande parte das atividades com características de complexos industriais (complexos agroindustrial, com destaque para os ramos vinculados à atividade coureiro-calçadista, metal-mecânico e químico).<sup>3</sup> Em termos demográficos, os 31 municípios que integram a Região abarcam aproximadamente um terço da população do Estado, que é de cerca de 10 milhões de habitantes, e congregam nada menos do que 40% da população trabalhadora gaúcha vinculada a atividades não agrícolas.

Acresça-se a isso o fato de que, especialmente a partir dos anos 90 e seguindo o curso da economia nacional, o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a RMPA vêm passando por um processo de intensificação da reestruturação produtiva, acompanhado de mudanças na organização e na gestão do trabalho, que tem provocado alterações expressivas nas formas e nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional. Estudos sobre os processos de reestruturação em curso têm destacado aspectos como implementação de estratégias de desverticalização, de subcontratação e de terceirização;<sup>4</sup> programas de ajuste, implicando integração de atividades pro-

---

<sup>2</sup> O Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do Brasil, tem permanecido historicamente como uma das economias de maior porte do País, estando na quarta posição entre os 26 estados da Federação, precedido por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

<sup>3</sup> Tomando como indicador da produção industrial o "valor das saídas", Alonso (2004) constata a elevada participação relativa desses complexos industriais metropolitanos no total de cada complexo, no Estado. O químico tem a maior concentração, atingindo 83,1% na RMPA; segue-se o metal-mecânico, com 53,4%, e o agroindustrial, com 37,8%. Integrando este último, o setor coureiro-calçadista participa com mais de dois terços do valor de saídas total do setor no Estado. Há ainda, com menor participação, o complexo madeira (34,1%).

<sup>4</sup> Sobre a reestruturação produtiva no Rio Grande do Sul e suas conseqüências, ver, especialmente, Castilhos e Passos (1998), Jornada *et al.* (1999), Alonso (2004). Dentre outros

ditivas, fusões e associações; enxugamento dos quadros hierárquicos e diminuição do número de pessoas empregadas;<sup>5</sup> adoção de inovações organizacionais — muitas delas associadas aos novos modelos, especialmente o japonês (Just-in-Time (JIT), o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), o Controle Estatístico de Processo (CEP), as células de produção, etc.) —, embora geralmente de forma não sistêmica e de modo ainda bastante heterogêneo entre e intra-setores.<sup>6</sup>

Por fim, a opção metodológica de focar o estudo sobre um espaço regional metropolitano está fundada no entendimento de que, dadas as características de tais espaços, esse recorte se presta à análise de manifestações de tendências gerais do mercado de trabalho nacional, bem como à possibilidade de identificá-las, potencializando a apreensão de aspectos similares aos vários contextos regionais, os quais têm características homogêneas. A ênfase nesses aspectos não anula e tampouco diminui a importância e a necessidade de esforços com vistas a captar especificidades regionais, o que remete a estudos comparativos inter-regionais.

O estudo tomou como fonte de dados a **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)**, abrangando o período 1993-05.<sup>7</sup> O texto está organizado em quatro seções, além desta **Introdução**. Na próxima seção, faz-se uma breve análise dos principais aspectos que caracterizaram as diferentes conjunturas por que passou o País no decorrer do período considerado por este estudo, uma vez que as medidas no âmbito da economia e o cenário político interferem sobremaneira nas condições do mer-

---

aspectos, tais estudos evidenciam, especialmente, o crescimento das estratégias de desverticalização e/ou terceirização, por parte das empresas, na década de 90.

<sup>5</sup> De acordo com Castilhos e Passos (1998), no setor de máquinas-ferramenta, por exemplo, todas as empresas integrantes da pesquisa de campo diminuíram em cerca de 50% o número de empregados no período de 1987-88 a 1993, de tal modo que “Em 1993 as empresas [...] necessitavam de cerca de 30% menos de mão-de-obra para manter o mesmo nível de produção de 1988” (Castilhos; Passos, 1998, p. 90).

<sup>6</sup> Conforme Castilhos e Passos (1998, p. 73), no setor de autopeças, as mudanças no processo produtivo têm dado prioridade “[...] à redução de custos alcançada pelo corte de pessoal, pela automação e pela externalização de serviços”, em detrimento da desverticalização do processo produtivo. Adicionalmente, estudo de Jornada *et al.* (1999) constatou que a incorporação de equipamentos de base microeletrônica na indústria mecânica gaúcha é recente e ainda parcial, observando-se a convivência de equipamentos de bases técnicas distintas.

<sup>7</sup> Dado que 1993 foi o primeiro ano completo do levantamento de dados da PED-RMPA, o início do período ora em estudo fica demarcado por ele, o que permite uma avaliação das condições do mercado de trabalho desde a implantação do Plano Real, em 1994. Sobre a metodologia da PED, ver DIEESE (1995).

cado de trabalho. Segue-se uma seção de cunho metodológico, em que se explicita a seleção dos indicadores que compõem o Índice de Precarização e se apresenta a metodologia de cálculo do Índice. A quarta seção compreende a apresentação e a análise dos resultados obtidos, em que se examina a evolução das condições de inserção ocupacional na RMPA, tanto para o conjunto da população ativa quanto sob o recorte de gênero, e se discutem suas implicações para a população trabalhadora. Por fim, nas **Considerações finais**, resgatam-se os principais movimentos evidenciados no período e especula-se sobre a evolução do IP no futuro próximo.

## Economia nacional e estadual — uma nota breve

Os processos de reestruturação das formas de produzir e dos modos de organizar e gerir o trabalho passaram a vigorar de modo mais efetivo, no Brasil, a partir da década de 90, no bojo das transformações do sistema capitalista desencadeadas no último quartel do século XX.

Em termos da economia nacional, o período foi pontuado por conjunturas distintas e mudanças abruptas, que podem ser tomadas como causas subjacentes às transformações no mercado de trabalho. Isto é, em seus desdobramentos, tais fatos provocaram impactos diferenciados sobre o mercado de trabalho, os quais, em boa parte, têm repercutido de modo desfavorável sobre os trabalhadores, predominando formas de inserção no mercado de trabalho tendentes a precarizar as relações de trabalho. Revertem-se, desse modo, tendências de melhoria das condições de trabalho da população ativa, observadas em períodos anteriores — principalmente no período 1940-80, associadas ao crescimento do assalariamento legalizado, a taxas relativamente baixas de desemprego e à criação e ao aprimoramento de mecanismos institucionais de proteção à força de trabalho (Mattoso, 1995; Pochmann, 1998; 1999).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Conforme Pochmann, no período 1940-80, “[...] de cada 10 ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro. As ocupações por conta própria, os sem-remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período” (Pochmann, 1999, p. 68). O oposto ocorria no início dos anos 90, o que levou esse autor a afirmar que “[...] de cada 10 ocupações geradas entre 1989 e 1996, apenas duas eram assalariadas, contra oito não assalariadas, sendo quase cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração” (Pochmann, 1998, p. 128).

Dentre os principais aspectos que caracterizaram o período, cabe destacar — ao lado das circunstâncias históricas nacionais de um mercado de trabalho já marcado pela heterogeneidade e pela convivência com formas precárias de inserção ocupacional, que configuraram o chamado setor informal (Souza, 1999; Cacciomali, 1988; 1989) — a maior inserção do País no processo de globalização, a qual ocorreu de modo abrupto e com escassa participação da sociedade; o aprofundamento da reestruturação produtiva; e a opção por políticas de cunho neoliberal, que se pautaram por questionar o papel do Estado, incentivar privatizações e desregulamentar as várias esferas da economia e da sociedade, com especial ênfase na flexibilização das relações de trabalho.

Nos âmbitos da economia e da política, alguns acontecimentos foram marcantes, dos quais merecem ser citados os seguintes: no princípio dos anos 90, um primeiro momento, de profunda recessão (1990-92), com o Governo Collor, quando se intensificou o processo de abertura comercial; a seguir, os dois períodos do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que deram continuidade à política de corte neoliberal já delineada no governo anterior. Nesse segundo momento, podem-se distinguir diferentes conjunturas: entre 1993 e 1997, registrou-se uma recuperação do nível de atividade econômica, reforçada pela implantação de mais um plano de estabilização (Plano Real), em 1994, quando foi introduzida uma nova moeda — o real — e controlado o processo de inflação crônica e elevada, que perdurava por mais de uma década. Após esse intervalo, o quadro seguiu um tanto errático, com desaceleração econômica até 1999, uma vez que às pressões advindas da abertura comercial adicionou-se a sobrevalorização cambial como um dos elementos estratégicos da estabilidade monetária adotado pelo Plano.

Resumindo os principais componentes da década de 90, Freire (2006, p. 6) coloca que

O baixo e volátil crescimento do período, o processo de abertura e a valorização cambial, as privatizações e a maior presença do capital estrangeiro no parque produtivo brasileiro foram fatores determinantes [...] do desempenho do mercado de trabalho brasileiro.

No cômputo geral, a marca dos anos 90 para o mercado de trabalho nacional foi a deterioração das condições de inserção ocupacional, com queda da formalização dos contratos de trabalho assalariado e aumento da informalização, paralelamente à elevação das taxas de desemprego (Ramos; Brito, 2004; Curi; Menezes-Filho, 2004; Reis; Ulyssea, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005).

No período seguinte, entre 1999 e 2001, houve certa recuperação da economia, ancorada, em boa parte, na desvalorização cambial e na introdução do modelo de câmbio flutuante, ocorridas em 1999, medidas estas que têm sido

avaliadas como decisivas para ajudar a compreender o comportamento da economia e do mercado nacionais a partir de então. Isto porque a desvalorização serviu para impulsionar as exportações, beneficiando o País como um todo e, sobretudo, os estados com perfil exportador, como é o caso do Rio Grande do Sul, que é tomado como referência para o presente estudo, à medida que contribuiu tanto para reequilibrar a competitividade do produto nacional frente ao similar estrangeiro, quanto para tornar a balança comercial superavitária a partir de 2001.

Já o ano de 2002, último da Gestão FHC, foi marcado por turbulências — crise financeira, aumento do Risco-Brasil, abrupta valorização cambial, elevação da inflação e queda do nível de atividade —, as quais interromperam aquele cenário mais promissor. Tais acontecimentos estiveram associados, por um lado, às eleições presidenciais, em que se desenhava a vitória — depois confirmada pela eleição do Presidente Lula — de um governo à esquerda do espectro político e crítico ao modelo anterior, e, por outro, à forte crise da Argentina e à desaceleração econômica dos Estados Unidos, agravada pelos acontecimentos em torno do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, países estes que constituem os principais parceiros comerciais do RS. No ano em causa, o PIB estadual cresceu apenas 1,1%.

Ao final do período, já sob o Governo Lula, a economia voltou a crescer, seguindo a característica de apresentar crescimentos diferenciados e descontínuos. No ano de 2003, o crescimento ainda foi incipiente, como resultado das medidas contracionistas tomadas em função da conjuntura do ano anterior e da manutenção, pelo novo Governo, da política econômica de cunho marcadamente restritivo que vinha sendo praticada até então. Porém, já a partir do segundo semestre daquele ano, os indicadores passaram a sinalizar uma inversão de trajetória que se prolongou para o ano de 2004. De fato, nesse ano, o PIB nacional cresceu a uma taxa anual de 4,9% (a mais elevada desta década), tendo como dinamizador o mercado externo e, pelo lado da oferta, o setor industrial, impulsionado pelo aumento das vendas externas — notadamente bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos). Somam-se a esse quadro fatores externos promissores, com destaque para a expansão da economia norte-americana e a recuperação da Argentina.

Por fim, 2005 voltou a apresentar desempenho medíocre, com o PIB perdendo fôlego ao longo do ano e terminando com uma taxa de crescimento de apenas 2,5% face ao exercício anterior. Alguns aspectos, no entanto, mantiveram-se positivos: o nível de ocupação continuou aumentando, puxado pela elevação do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada no setor privado; o rendimento médio real do trabalho acusou variação positiva, após vários anos em queda; e o setor exportador seguiu a trajetória ascendente de anos



anteriores, a despeito de o câmbio se manter apreciado. Para este último resultado, certamente contribuiu o excelente ambiente externo, que contrabalançou, em parte, a gestão contracionista da política econômica nacional.

Não obstante as várias conjunturas que se sucederam, o período como um todo foi caracterizado por taxas de crescimento econômico oscilantes e relativamente baixas, não se desenhando uma trajetória de crescimento sustentável.<sup>9</sup>

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a presente década vem apontando mudanças no quadro que predominou nos anos 90, as quais estariam repercutindo de modo favorável sobre a força de trabalho, atenuando a precarização evidenciada no período precedente, quando não revertendo a tendência até então prevalente. Sobressaem, nesse sentido, o aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, que vem sendo mais expressivo no País, a partir do ano de 2004, conforme dados da **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, e, mais recentemente, em 2005, a elevação do rendimento médio real dos trabalhadores, interrompendo o longo período de declínio iniciado em 1997.<sup>10</sup> Buscando elucidar tal desempenho, estudos recentes têm destacado a contribuição de fatores como: mudanças no plano econômico, com destaque para a desvalorização cambial havida em 1999; menor intensidade do processo de reestruturação produtiva; mudanças no plano legal, seja via uma maior fiscalização das relações de trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), seja por alterações na Justiça do Trabalho, consolidando uma jurisprudência que responsabiliza, subsidiariamente, a empresa tomadora de serviços terceirizados; e aumento real do salário mínimo, relativamente elevado face à inflação do período (em 2005, a elevação desse foi de 9,0%, ao passo que o índice oficial de inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou na casa dos 5,69% ao ano (Moretto; Krein, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Freire, 2006; FSP, 2006b)).

---

<sup>9</sup> Para o Brasil, a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto, entre 1990 e 2005, foi bastante baixa durante quase todo o período, sendo inferior a 3% ao ano em nove do total de anos e ficando em torno dos 5% em apenas três anos (IBGE, 2006). De modo semelhante, para o Rio Grande do Sul, esse indicador atingiu, no máximo, 3% em 10 do total de anos do período, sendo que, em apenas três anos, ele se mostrou superior aos 6% (Schettert, 2006; FEE, 2006).

<sup>10</sup> De acordo com dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** (Pesq. Nac. Amostra Domic., 2006), a renda do trabalhador brasileiro cresceu 4,6% em 2005, revelando a primeira expansão desde 1996. Apesar disso, o avanço não foi suficiente para compensar as perdas do período anterior, uma vez que o rendimento médio está ainda 15,1% abaixo do que vigorava em 1996 — R\$ 948,00 em 1996 e R\$ 805,00 em 2005 (valores inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2005).

## Peculiaridades do Rio Grande do Sul

Uma vez analisadas as principais características da economia nacional, interessa salientar algumas especificidades relativas ao Estado, já que essas também tiveram contribuição importante na evolução do mercado de trabalho da RMPA, no período compreendido entre 1993 e 2005, captadas pelo Índice de Precarização. Cabe observar que o comportamento do mercado de trabalho estadual seguiu um curso semelhante ao verificado no âmbito nacional, revelando estreita vinculação com a condução da economia e da política no âmbito federal e, em alguma medida, no estadual (Ramos, 2002; Toni, 2002; Ramos; Brito, 2004).

Nesse sentido, cabe salientar que, para o Estado do Rio Grande do Sul, de modo distinto do que ocorreu na economia nacional, a qual apresentou desempenho bem mais positivo nos primeiros anos subseqüentes à implantação do Plano Real, foram particularmente agudos alguns dos impactos negativos do ambiente econômico então vigente, dadas as baixas taxas de crescimento do PIB<sup>11</sup> e, especialmente, a sobrevalorização cambial. Isto é, com um perfil econômico que tem, no mercado exportador, um dos principais dinamizadores e no qual se sobressai a indústria calçadista, sediada quase inteiramente na RMPA, como já se referiu, a economia estadual foi afetada pelas dificuldades impostas às exportações e pela forte concorrência de produtos importados, especialmente os calçados da China.<sup>12</sup>

Modificações na política econômica, a partir de 1999 — com destaque para a adoção do regime de câmbio flutuante —, repercutiram positivamente

---

<sup>11</sup> Na década de 90, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 2,7% a.a., com taxas anuais que oscilaram entre -0,5% em 1992 e 5,9% em 1994. O PIB do Rio Grande do Sul, por sua vez, ficou um pouco acima do nacional, acompanhando, entretanto, o fraco desempenho deste e situando-se em 2,9% a.a., na década de 90. No ano de implantação do Plano Real, o PIB foi mais positivo em ambos os espaços (5,9% para o Brasil e 5,2% para o RS), tomando rumos distintos nos dois anos subseqüentes — em 1995 e 1996, o PIB brasileiro foi mais elevado, crescendo a taxas de 4,2% e 2,7% respectivamente, enquanto, no RS, a taxa foi negativa em 1995 (-5,0%) e de apenas 0,5% no ano seguinte. Entre 2000 e 2005, o desempenho do Estado foi geralmente melhor que o nacional até 2003, ficando abaixo nos dois últimos anos, especialmente em 2005, quando a taxa de crescimento do PIB estadual foi negativa (-4,8%), tendo o País registrado 2,6% de crescimento nesse indicador. Ver Tabela A.6 (Schettert, 2006; IBGE, 2006).

<sup>12</sup> O RS é um dos principais estados exportadores do País, oscilando entre o segundo e o terceiro lugar em uma lista capitaneada por São Paulo. Quanto a esse aspecto, o Estado detém o segundo lugar, com participação de 10,8% no total das exportações brasileiras, logo abaixo de São Paulo (32,4%), e tendo como concorrentes próximos Minas Gerais (10,7%) e Paraná (9,3%) (ZH, 2004).

sobre as economias nacional e regional, verificando-se desempenho mais positivo do PIB gaúcho, que variou entre 3,0% e 4,4% no período 1999-01, desacelerando, entretanto, no ano seguinte, para se situar em 1,1% em 2002. Tal conjuntura teve repercussões positivas sobre o mercado de trabalho, que também foi, de algum modo, favorecido pela orientação político-partidária do governo do Partido dos Trabalhadores, que assumiu o Estado no período 1999-02. Isto porque, dentre outros aspectos, o programa desse governo se contrapunha à privatização de empresas estatais e a incentivos à demissão voluntária ou à aposentadoria precoce de trabalhadores do setor público — medidas dessa natureza ganharam efetividade em gestões anteriores, no bojo das políticas de corte neoliberal que se propagaram no período — e declarava apoio efetivo a pequenas e médias empresas, fatores estes que tendem a impactar positivamente o nível de emprego.

A melhora registrada, todavia, não se sustentou, tendo sido prejudicada por fatores adversos tanto externos quanto internos. No primeiro caso, cabe referir o desaquecimento da economia norte-americana, exacerbado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e o agravamento da crise econômica na Argentina, problemas estes que afetaram justamente os dois principais parceiros comerciais do Estado.<sup>13</sup> Internamente, aos problemas do País acrescentaram-se turbulências que marcaram o ano eleitoral de 2002, já comentadas, o que suscitou incertezas de várias ordens, gerando aumento do Risco-Brasil, desvalorização cambial, crescimento das taxas de juros e da inflação, dentre outras conseqüências. Após 2002, registrou-se um primeiro momento de recuperação dos indicadores econômicos nacionais e um desempenho mais favorável para o Estado — o PIB estadual retomou taxas anuais de crescimento mais elevadas (4,8% em 2003 e 3,0% em 2004), embora se tenha recuperado, no País, apenas em 2004, quando atingiu 4,9% — calcado no excelente resultado das exportações, que dinamizou a indústria em ambos os anos, e no bom desempenho da agroindústria gaúcha, em 2003. Esse cenário mais favorável parece ter repercutido sobre o mercado de trabalho apenas a partir de 2004, uma vez que, no ano de 2003, como se verá, o Índice de Precarização total se elevou, provavelmente ainda refletindo conseqüências do fraco desempenho do ano anterior.

---

<sup>13</sup> No caso das exportações gaúchas de calçados, os EUA são o país de destino para quase três quartos do total (71,21% em 2001), seguindo-se a Argentina (6,50%) e o Reino Unido (6,09%). Em que pese essa proporção se ter mantido para os EUA e o Reino Unido, em 2002 o valor total desse item das exportações gaúchas caiu 11,98% face a 2001, e a parcela destinada à Argentina despencou, situando-se em apenas 0,56% do total (Calandro, 2002).

O ano de 2005 voltou a ser adverso, notadamente para o Rio Grande do Sul. O PIB estadual sofreu importante revés, com queda de 4,8%, sendo que, nesse ano, o resultado esteve associado à estiagem que atingiu o Estado,<sup>14</sup> combinada com a desaceleração das exportações. Estas foram, novamente, prejudicadas pelo câmbio desfavorável, ante a valorização da moeda nacional no decorrer de 2005, o que acabou por afetar negativamente a competitividade tanto da indústria regional quanto da nacional — no País, o PIB cresceu apenas 2,3% em 2005, bem abaixo do valor registrado em 2004.

Esse mau desempenho da economia gaúcha teve estreita vinculação com particularidades regionais já mencionadas. Ou seja, como analisa Schettert (2006, p. 7),

A economia gaúcha é mais vulnerável aos efeitos dos dois fatores referidos acima [estiagem e taxa cambial valorizada] do que a economia nacional como um todo. Primeiro, porque os efeitos climáticos são menos diluídos para a economia regional; segundo, porque o setor agropecuário é mais relevante na estrutura produtiva da economia sulina do que na brasileira; terceiro, porque a agroindústria também tem peso relativamente maior na economia do Estado; e, por último, porque as exportações, que são diretamente influenciadas pela variação cambial, têm, na economia estadual, uma importância também mais elevada.

De modo até certo ponto surpreendente, o mercado de trabalho não acompanhou essa desaceleração, e o Índice de Precarização total manteve o curso declinante, evidenciado no ano anterior. Devem ter contribuído para esse desfecho tanto o fato de que a RMPA é menos afetada por crises na agropecuária, uma vez que essa atividade é quase inexistente nesse espaço regional, quanto o desempenho positivo da maioria dos indicadores macroeconômicos em nível nacional, desenhando um ambiente que respalda expectativas favoráveis por parte dos agentes econômicos.

---

<sup>14</sup> A agropecuária foi o destaque negativo, com a expressiva queda de 15,2% em 2005, relativamente ao ano anterior, o que repercutiu negativamente sobre o PIB total, dada a elevada participação dessa atividade na economia do Estado (Shettert, 2006, p. 8). De fato, segundo informações coletadas por Shettert (2006, p. 7), “O peso da agroindústria no PIB do Estado foi estimado em 30%, conforme Porsse (2003). No Brasil, o peso da mesma foi estimado em 20% [...] pela Associação Brasileira de Agribusiness”.

## Aspectos metodológicos

### Seleção de indicadores para a composição do Índice de Precarização

Tendo como pressuposto que a análise das mudanças no trabalho requer que se considerem vários aspectos do processo em curso, os quais, não raro, apontam direções distintas e até opostas, alguns estudos a respeito do mercado de trabalho brasileiro têm utilizado como estratégia analítica a construção de índices, montados com base em uma gama mais ou menos extensa de indicadores, visando justamente avaliar a trajetória prevalente nas mudanças. Dentre esses, merecem ser destacadas as experiências desenvolvidas por Saboia (1999), Miller (1999) e, mais recentemente, Freire (2006), cuja relevância se prende ao esforço despendido na elaboração de índices e à clareza na explicitação da metodologia utilizada, bem como à riqueza quanto aos resultados obtidos. Além disso, para desenvolver os estudos, esses autores valeram-se de metodologia desenvolvida para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU (Nações Unidas, 1990), a qual inspira também a análise ora empreendida, como se explicita no item seguinte.<sup>15</sup>

Saboia (1999) propõe “um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil”, incorporando três dimensões, cada uma delas desdobrada em blocos de indicadores específicos, com o que o autor buscou dar conta de múltiplas dimensões do mercado de trabalho. São elas:

- a) desemprego - integrada pelas variáveis taxa de desemprego (sete dias); percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho; e percentual de chefes de família entre os desempregados;

---

<sup>15</sup> Em estudo com propósitos similares, Moutinho, Gouvêa e Klagsbrunn (2002) optaram pela aplicação de um outro instrumental estatístico — a análise fatorial por componentes principais —, que também se presta a análises dessa natureza. O método foi aplicado para as regiões metropolitanas (RMs) incluídas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, resultando em um “indicador de qualidade do mercado de trabalho”. Abrangendo o período 1993-01, as principais conclusões do estudo incluem: houve tendência de melhoria da qualidade do mercado de trabalho, que foi mais acentuada para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, frente às outras destacadas (São Paulo e Belo Horizonte); essa tendência se atenuou após meados de 1997; e as diferenças não foram muito significativas entre as regiões estudadas. Sem entrar em detalhes quanto ao mérito da escolha dos indicadores que levaram a resultados distintos daqueles da grande maioria dos estudos sobre a evolução do mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 90, tais como os aqui mencionados, cabe salientar que a taxa de desemprego, que apresentou crescimento expressivo no período, afetando negativamente aquela evolução, não foi considerada no estudo aludido.

- b) ocupação/informalidade - composta por percentual de ocupados com carteira assinada; percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil); e percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo;
- c) rendimento do trabalho - compreende renda média real; relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até quatro anos de estudo; e relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

Com base nos dados da PME-IBGE, o autor realiza uma análise dos mercados de trabalho metropolitanos e de sua evolução no período 1991-98. O índice resultante, tomado como indicador global, mostrou “forte deterioração do mercado de trabalho”, embora os três blocos de estatísticas fornecessem resultados distintos. Ou seja,

[...] enquanto os dois primeiros apontam no sentido de piora, o último indica melhora. A queda nos indicadores de desemprego e de ocupação/informalidade, entretanto, é suficientemente forte, de modo que o indicador-síntese construído mostra uma clara deterioração no período analisado (Saboia, 1999, p. 6).

Miller (1999), por sua vez, analisou a evolução da qualidade do emprego no Brasil, na primeira metade dos anos 90 (período 1989-96), por meio da construção de um índice de qualidade do emprego, fundado na combinação de três variáveis, a saber:

- a) *status* contratual - participação do assalariamento formal (no setor privado, com carteira assinada e assalariado no setor público) sobre o total da ocupação;
- b) proteção social - participação dos que contribuem para a Previdência Social oficial; e
- c) salário ou renda mensal por hora trabalhada.

O índice-resumo de qualidade resultante permitiu-lhe comparar os setores de atividade econômica e sua evolução ao longo do período enfocado, fazendo-a chegar a conclusões semelhantes às de Saboia (1999) no tocante à maior precarização do mercado de trabalho no período estudado.

O estudo de Freire (2006) permite que se visualize a evolução do mercado de trabalho em um período mais longo, semelhante ao utilizado no presente trabalho — compreende o intervalo de tempo entre 1991 e 2005 —, o que possibilita estabelecer relações e comparações ao longo de todo o período. O estudo contempla três dimensões do mercado de trabalho com os respectivos indicadores:

- a) ritmo e capacidade de absorver novos trabalhadores, medidos pelo número de novas ocupações mensais;

- b) desemprego, utilizando a população desempregada e a taxa de desemprego; e
- c) formalização do mercado de trabalho, através da variável percentual de pessoas ocupadas com carteira assinada frente ao total de pessoas ocupadas.

De modo similar aos outros dois estudos, o autor constata que “[...] nos anos 90, o mercado de trabalho metropolitano sofreu uma progressiva precarização” (Freire, 2006, p. 25). Ao avançar a análise para o período mais recente da presente década, conclui que, com a desvalorização cambial de 1999 e a entrada de um novo regime macroeconômico, o mercado de trabalho brasileiro passou por uma melhora, mudando a linha tendencial do índice mensal de precariedade. Nas palavras do autor, “[...] a partir de então, o mercado de trabalho deixa de apresentar uma tendência de crescente precariedade, melhora um pouco quando comparado com o final dos anos 90 e depois se estabiliza” (Freire, 2006, p. 25).

Esse movimento, contudo, não foi suficiente para provocar uma redução mais robusta do nível de precariedade, não tendo o mercado de trabalho retomado os níveis de qualidade observados no início dos anos 90. Assim, o autor finaliza sua análise afirmando que “[...] essa melhora foi pequena, está estagnada e que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado deixou de apresentar uma precarização crescente” (Freire, 2006, p. 25).

Partindo de tais estudos e tendo por referência as considerações a respeito das mudanças na economia e no mercado de trabalho, passou-se à construção do Índice de Precarização. Assim, ao se escolherem os componentes do Índice, buscou-se abarcar a complexidade do fenômeno em estudo, incluindo dimensões que configurassem fatores determinantes da qualidade das inserções dos indivíduos no mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, pudessem revelar níveis diferenciados de precariedade.

Inicialmente, foram definidas três dimensões — condições de inserção ocupacional, desemprego e rendimento do trabalho —, às quais se incorporam oito indicadores considerados básicos para avaliar as condições de inserção da PEA, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1

Diagrama de construção do Índice de Precarização





No que se refere às **condições de inserção ocupacional**, privilegiou-se a proteção social associada ao trabalho, incluindo-se como indicadores principais os relativos às categorias de inserção consideradas padrão do sistema capitalista — assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e trabalhadores do setor público (estatutários e com carteira de trabalho assinada). Adicionalmente, foram contemplados os trabalhadores que declararam contribuir para a Previdência Social pertencentes às demais formas de inserção ocupacional, o que lhes garante o amparo da legislação em vigor. Desse modo, as categorias selecionadas permitem abarcar todo o conjunto de trabalhadores vinculados ao Sistema de Proteção Social, sendo mais abrangente, portanto, que a maioria dos estudos que abordam esse tema, os quais tendem a fazer referência apenas aos trabalhadores assalariados com vínculo formal.

Como indicador complementar, foi selecionado, ainda, o tempo médio de permanência no trabalho, que fornece uma indicação da rotatividade da mão-de-obra e oferece elementos para se avaliarem os níveis de estabilidade ou de instabilidade na ocupação.

A segunda dimensão contempla o **desemprego**, considerando-se como variável básica a taxa de desemprego total, que inclui os três tipos de desemprego considerados pela PED — aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Essas formas de desemprego procuram abarcar as características do desemprego em mercados de trabalho como o brasileiro, em que os mecanismos institucionais de proteção ao desempregado contemplam parcela restrita da força de trabalho nessa condição e têm duração limitada e insuficiente, especialmente ao se ter presente que o tempo médio despendido na procura por trabalho se elevou para cerca de um ano a partir do final da década de 90, nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED.<sup>16</sup>

A esse indicador acrescentaram-se outras duas variáveis que incorporam elementos que permitem melhor qualificar a condição de desemprego e seus impactos sobre a população — o tempo médio despendido na procura por trabalho e a taxa de desemprego dos chefes de domicílio.

Como terceira e última dimensão, considera-se o **rendimento do trabalho**, tendo como principal variável o rendimento médio real por hora trabalhada, dado que, além de ser um indicador bastante utilizado, tem a vantagem — frente ao indicador comumente empregado, que seria o rendimento médio real mensal — de contornar possíveis diferenciais de rendimentos médios, advindos de diferenças no tamanho da jornada de trabalho. Além do nível de rendimento,

---

<sup>16</sup> Conforme dados apresentados em DIEESE (2001, p. 56), esse indicador variava entre 10 e 15 meses nas regiões pesquisadas.

a concentração na distribuição dos rendimentos é um outro indicador importante das condições do mercado de trabalho, especialmente em países como o Brasil, de elevada desigualdade de renda. Assim, foi acrescentado um indicador de desigualdade, optando-se pelo Índice de Gini, largamente utilizado em estudos sobre rendimentos.

Uma vez feita a escolha das três dimensões e das variáveis que as integram e seguindo a metodologia de construção do Índice de Precarização, detalhada a seguir, procedeu-se à ponderação das variáveis conforme o grau de importância atribuído a cada uma delas. Esses três grupos de indicadores são utilizados na composição do indicador-síntese do mercado de trabalho, o IP, cujos valores variam entre zero e um, de tal modo que seu crescimento significa deterioração das condições do mercado de trabalho, e, contrariamente, sua queda revela melhora de tais condições.

## Índice de Precarização: metodologia de cálculo

A metodologia para a elaboração do Índice de Precarização foi inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano, criado pela ONU, no início dos anos 90, para acompanhar o desenvolvimento social mundial (Nações Unidas, 1990). A partir dessa experiência, a metodologia do IDH vem fundamentando a construção de indicadores sintéticos para avaliar graus de desenvolvimento de regiões ou países,<sup>17</sup> bem como as condições do mercado de trabalho e sua evolução ao longo dos últimos anos.

Com base nessa metodologia, a construção do Índice de Precarização pautou-se pela incorporação das três dimensões definidas anteriormente, com as quais se procurou abarcar os principais aspectos relativos às condições de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho metro-

---

<sup>17</sup> Referentemente à criação de outros índices de desenvolvimento, observa-se que eles geralmente têm buscado ampliar o número de variáveis incorporadas, uma vez que são considerados muito restritos os indicadores levados em conta pelo IDH (renda *per capita*, taxa de analfabetismo, número de anos de estudo e expectativa de vida ao nascer). Apenas para exemplificar, podem ser citados o Índice Social Municipal Ampliado e o Idese, ambos para o Rio Grande do Sul, que levam em consideração indicadores de condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda (Winckler, 2002), e o Índice de Exclusão Social, apresentado no **Atlas de Exclusão Social no Brasil** (Pochmann; Amorin (Org.), 2003).

politano. Para o cálculo do IP, foram igualmente considerados os oito indicadores associados a cada dimensão. Como já visto na Figura 1, as dimensões e os indicadores selecionados compõem os conjuntos a seguir.

A - Estatísticas (índice) de condições de inserção ocupacional:

- percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários);
- percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência;
- tempo médio de permanência no atual trabalho.

B - Estatísticas (índice) de desemprego:

- taxa global de desemprego;
- tempo médio de procura de trabalho;
- taxa de desemprego dos chefes de domicílio.

C - Estatísticas (índice) de rendimento:

- rendimento médio real por hora trabalhada;
- Índice de Gini.

Para a construção dos índices-síntese de cada dimensão, é necessário que todos os índices parciais apontem uma mesma direção, de modo que um valor elevado para uma estatística indique, necessariamente, resultado similar, em termos de avaliação, a valores elevados nas demais estatísticas. No presente caso, os índices foram padronizados de forma que valores baixos expressassem melhores condições do mercado de trabalho, enquanto valores altos indicassem condições menos favoráveis.

Quanto à inserção ocupacional, as três variáveis/estatísticas selecionadas apresentam relação indireta com o índice a ser construído para cada uma delas, ou seja, quanto maior o valor apurado para cada uma dessas estatísticas, menor será o valor do índice resultante, uma vez que o aumento nas estatísticas representa melhora nas condições do mercado de trabalho.

Já as três variáveis que compõem a dimensão desemprego apresentam relação direta com o índice a ser construído para as mesmas, pois valores maiores dessas estatísticas representam deterioração do mercado de trabalho e, portanto, devem resultar em índices com valores altos. Assim, os indicadores de desemprego são tidos como positivos para a composição do IP, uma vez que seu crescimento indica situações menos favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que afetam a situação dos desempregados, ampliando o tempo em desemprego ou, no caso dos chefes de domicílio, causando queda na qualidade de vida do grupo familiar, pois, geralmente, o chefe tem a maior contribuição ao orçamento desse grupo.

As duas estatísticas sobre rendimento, por sua vez, apresentam diferenças na construção do índice. O rendimento médio por hora apresenta relação

inversa com o índice a ser construído, enquanto o Índice de Gini apresenta relação direta. Ou seja, um aumento no rendimento tende a provocar queda do IP, pois uma melhora nos rendimentos do trabalho repercute diretamente sobre a qualidade de vida de toda a população, especialmente em um país como o Brasil, de elevada pobreza e baixos rendimentos do trabalho. Ao contrário, o indicador referente ao Índice de Gini afetará o IP no sentido de sua elevação, pois o crescimento desse índice indica piora na distribuição dos rendimentos, aumentando a desigualdade de renda.

Das oito variáveis utilizadas para a construção do índice-síntese geral, sete delas — exceção feita ao Índice de Gini — tiveram seus valores máximos e mínimos parametrizados através dos valores históricos mensais observados entre os meses de julho de 1992 e dezembro de 2005, perfazendo mais de 13 anos de série histórica da PED-RMPA. A variável Índice de Gini, pelo fato de já ser um índice e de possuir a propriedade de variar entre zero e um, foi utilizada diretamente.

Para o cálculo do IP, utilizaram-se as fórmulas a seguir:

a) para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria (por exemplo, rendimento), o Índice é calculado por

$$IP = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max})$$

onde

E = valor da estatística escolhida;

E<sub>max</sub> = valor máximo;

E<sub>min</sub> = valor mínimo.

b) para as estatísticas cujo crescimento significa piora (por exemplo, taxa de desemprego), o Índice é calculado por

$$IP = (E - E_{\min}) / (E_{\max} - E_{\min})$$

Os dados são apresentados sob a forma de índice, compreendendo três conjuntos: inicialmente, são apresentados oito índices, referentes a cada um dos indicadores componentes das dimensões enfocadas; seguem-se três índices-síntese, correspondentes às dimensões; e, por fim, o índice-síntese geral, construído a partir dos índices-síntese de cada dimensão. Os valores dos diversos índices variam entre zero e um, de tal modo que, quanto mais próximo da unidade estiver o índice, maior será o grau de precarização, e vice-versa.

Dado o interesse em investigar o comportamento do índice sob o recorte de gênero, o mesmo rol de indicadores foi aplicado para os subconjuntos de homens e mulheres, igualmente considerando todo o período em estudo. Acompanhando essa decisão, optou-se por trabalhar com os valores máximos e mínimos observados ao longo da série da PED para cada um dos segmentos, conforme o sexo, os quais se encontram na Tabela 1. Essa parametrização possibilita compararem-se os resultados obtidos para o mercado de trabalho

globalmente considerado com aqueles relativos aos dois segmentos populacionais referidos: feminino e masculino.<sup>18</sup>

Tabela 1

Valores-limite relativos aos indicadores componentes do Índice de Precarização

VARIÁVEL (ESTATÍSTICA)	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
Percentual de assalariados do setor privado com carteira assinada e trabalhadores do setor público	50,5	64,1
Percentual e outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	33,1	46,7
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses) .....	55	76
Taxa global de desemprego .....	8	22,7
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	4	12
Taxa de desemprego do chefe do domicílio .....	4,5	18,4
Rendimento médio por hora trabalhada (1) .....	3,64	7,36
Índice de Gini .....	-	-

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de dez./05.

As fórmulas utilizadas para as diferentes etapas de cálculo do IP são as seguintes:

$$I_{11} = \frac{X_{11} - 64,1}{50,5 - 64,1} \quad I_{31} = \frac{X_{31} - 7,36}{3,64 - 7,36}$$

$$I_{12} = \frac{X_{12} - 46,7}{33,1 - 46,7} \quad I_{32} = X_{32}$$

<sup>18</sup> Em anexo, constam as tabelas com os valores observados para cada um dos indicadores das dimensões escolhidas para compor o Índice de Precarização — total e por sexo —, os quais foram calculados a partir da base de dados da PED-RMPA e são necessários para o cálculo dos índices parciais de cada dimensão, que passam a integrar o índice-síntese final.

$$I_{13} = \frac{X_{13} - 76}{55 - 76} \quad I_1 = 0,5 * I_{11} + 0,17 * I_{12} + 0,33 * I_{13}$$

$$I_{21} = \frac{X_{21} - 8}{22,7 - 8} \quad I_2 = 0,5 * I_{21} + 0,33 * I_{22} + 0,17 * I_{23}$$

$$I_{22} = \frac{X_{22} - 4}{12 - 4} \quad I_3 = 0,67 * I_{31} + 0,33 * I_{32}$$

$$I_{23} = \frac{X_{23} - 4,5}{18,4 - 4,5} \quad I = 0,33 * I_1 + 0,33 * I_2 + 0,33 * I_3$$

Para o cálculo de cada indicador, foram, ainda, atribuídos pesos conforme a importância e a abrangência de cada um dos aspectos selecionados. Assim, as três dimensões receberam pesos equivalentes, de um terço do total cada uma. Dentro de cada grupo, o indicador considerado mais importante para a dimensão estudada recebeu um peso maior, de, pelo menos, a metade daquele atribuído ao grupo, sendo o restante distribuído entre os indicadores complementares, conforme demonstrado nas fórmulas acima.

Faz-se necessário, aqui, referir que a tarefa de definir pesos para serem atribuídos aos indicadores, não obstante ser respaldada tanto pela literatura pertinente ao tema quanto pelos objetivos do estudo em desenvolvimento, implica certo grau de arbitrariedade, uma vez que não há parâmetros previamente estabelecidos. Logo, como parte do processo de montagem final dos critérios de ponderação e tendo em vista contrabalançar níveis de subjetividade implícitos nessa atividade, realizaram-se simulações com critérios diversos, cujos resultados foram confrontados e analisados.<sup>19</sup> As simulações realizadas apresentaram valores diferenciados para os índices parciais e total — o que era, de

<sup>19</sup> Em uma primeira simulação, procurou-se certo equilíbrio na distribuição dos pesos: na dimensão **inserção ocupacional**, os pesos dos três indicadores foram equivalentes (0,33 cada); na dimensão **desemprego**, foi atribuído peso 0,5 para a taxa de desemprego e 0,25 para cada um dos dois outros indicadores; na dimensão **rendimento**, os pesos foram de 0,67 para o indicador renda média por hora e 0,33 para o Índice de Gini. Em outra simulação, foram mantidos esses mesmos critérios, mas incluiu-se, na dimensão **inserção ocupacional**, um indicador de escolaridade, uma vez que essa variável acusou variação bastante positiva no período. Note-se que, na composição final do IP, esse indicador acabou não sendo

certa forma, esperado —, mas a magnitude das diferenças foi relativamente pequena na maioria dos casos, e, mais importante, o padrão de comportamento dos diversos resultados seguiu direção semelhante à observada para o IP efetivamente utilizado no estudo, o que confere maior credibilidade aos resultados obtidos.

## **Índice de Precarização indica deterioração do mercado de trabalho da RMPA**

Uma análise geral da evolução do Índice de Precarização sinaliza piora nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho da RMPA, não obstante se terem registrado oscilações e mesmo sentidos divergentes nos índices parciais, relativos às variáveis selecionadas para cada dimensão, ao longo do período em estudo, conforme mostra a Tabela 2.

Uma análise do comportamento do Índice de Precarização total, que congrega o conjunto dos indicadores selecionados, permite recortar o período em estudo em três subperíodos, tendo-se como critério o sentido predominante do IP. Assim, através do exame do Gráfico 1, identificam-se: em primeiro lugar, um subperíodo que apresenta relativa estabilidade do IP, com leve queda do indicador (1993-95); em segundo, um subperíodo que é de franca elevação do IP (1995-99); e, por último, um terceiro subperíodo que é o mais longo de todos, onde o IP oscila, mostrando, no entanto, uma tendência declinante (1999-05).

O primeiro subperíodo abrange o intervalo entre 1993 e 1995, sendo que o IP variou de 0,40, no ponto inicial, para 0,39 nos dois anos subseqüentes. Nesse curto espaço de tempo, o Índice de Precarização total manteve-se relativamente estável, sugerindo uma pequena melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano.

Para tal resultado, contribuiu a queda dos índices parciais de desemprego e rendimento, que contrabalançou a piora do índice relativo à ocupação, não obstante nem todos os indicadores de cada uma das três dimensões componentes do IP total mostrarem evolução unívoca, como se pode observar nos dados da Tabela 2.

---

considerado, pois se visava analisar formas de inserção da PEA no mercado de trabalho, o que é diverso de estudos que objetivam avaliar o grau de qualidade do mercado de trabalho — caso do artigo de Saboia (1999), por exemplo —, em que alguns atributos pessoais, tais como a escolaridade, constituem fatores importantes.

Tabela 2

Índices parciais, por indicadores e dimensões, e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	0,24	0,26	0,37	0,41	0,43	0,59	0,71
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,34	0,43	0,58	0,54	0,24	0,45	0,64
Tempo médio de permanência no trabalho atual ....	0,67	0,52	0,52	0,48	0,52	0,48	0,57
Taxa global de desemprego .....	0,29	0,22	0,18	0,35	0,37	0,53	0,75
Tempo médio de procura de trabalho .....	0,20	0,26	0,26	0,42	0,57	0,72	0,90
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,19	0,13	0,12	0,28	0,33	0,39	0,55
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,60	0,65	0,53	0,42	0,39	0,44	0,51
Índice de Gini .....	0,47	0,47	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46
<b>Dimensões</b>							
Condição de inserção ocupacional .....	0,40	0,38	0,46	0,46	0,43	0,53	0,65
Desemprego .....	0,24	0,22	0,20	0,36	0,43	0,57	0,77
Rendimento .....	0,56	0,59	0,51	0,43	0,41	0,44	0,49
<b>IP total</b> .....	0,40	0,39	0,39	0,42	0,42	0,51	0,64

(continua)



Tabela 2

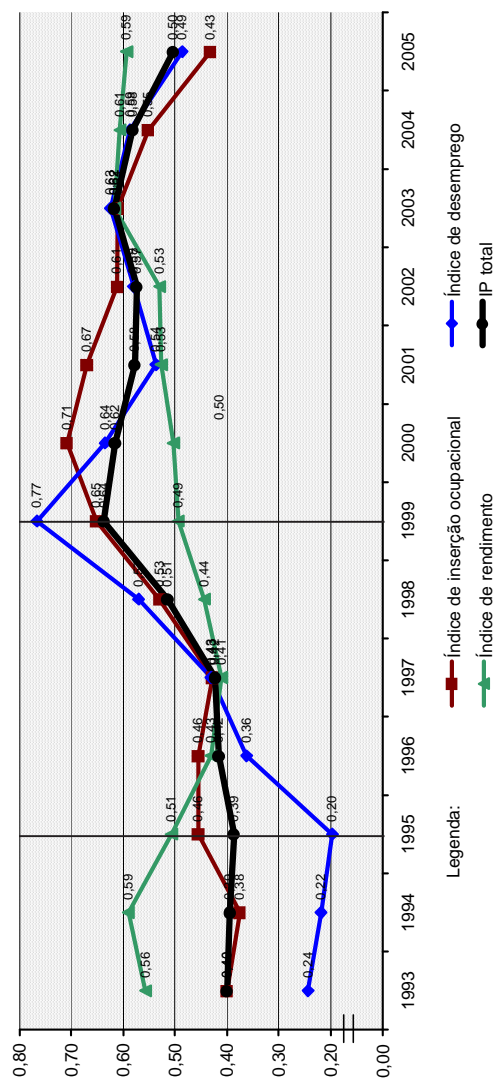
Índices parciais, por indicadores e dimensões, e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	0,79	0,71	0,63	0,65	0,57	0,44
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,74	0,75	0,82	0,85	0,84	0,69
Tempo médio de permanência no trabalho atual ....	0,57	0,57	0,48	0,43	0,38	0,29
Taxa global de desemprego .....	0,59	0,47	0,50	0,59	0,54	0,44
Tempo médio de procura de trabalho .....	0,82	0,75	0,81	0,79	0,79	0,65
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,40	0,31	0,36	0,40	0,32	0,30
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,52	0,56	0,57	0,70	0,69	0,67
Índice de Gini .....	0,47	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44
<b>Dimensões</b>						
Condição de inserção ocupacional .....	0,71	0,67	0,61	0,61	0,55	0,43
Desemprego .....	0,64	0,54	0,58	0,63	0,59	0,49
Rendimento .....	0,50	0,53	0,53	0,62	0,61	0,59
<b>IP total</b>	<b>0,62</b>	<b>0,58</b>	<b>0,57</b>	<b>0,62</b>	<b>0,58</b>	<b>0,50</b>

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Gráfico 1

Índices parciais e Índice de P recarização total na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Examinando-se os índices referentes aos indicadores das dimensões consideradas, com base no Gráfico 2, verifica-se que, na de desemprego, foram declinantes os índices relativos às taxas de desemprego global e dos chefes de domicílio, ao passo que o referente ao tempo de procura de trabalho teve certa elevação. Na dimensão rendimento, os índices de ambos os indicadores recuaram, notadamente o do rendimento médio real por hora, não obstante ele se ter elevado entre 1993 e 1994.

A dimensão inserção ocupacional indicou piora das condições de inserção, pois apenas o índice relativo ao tempo médio de permanência na ocupação revelou comportamento favorável, tendo os dois outros acusado altas expressivas. Conclui-se, pois, que a proteção social associada ao trabalho foi a condição que mais se deteriorou nesse período inicial, seja pela queda na proporção de assalariados com contratação legal, dos setores privado e público, seja pela diminuição da parcela de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social pública, o que concorreu para a elevação do índice parcial de ambos os indicadores.

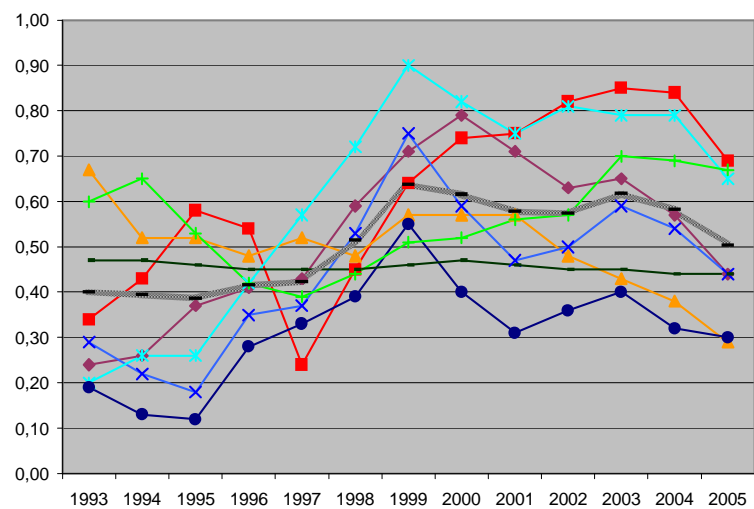
O segundo subperíodo tem como marca a deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, que se expressa na persistente elevação do IP total. A análise do Gráfico 2 mostra dois momentos. Entre os anos de 1995 e 1997, a ascensão do IP mostrou-se relativamente lenta e resultou basicamente do aumento do índice parcial de desemprego, uma vez que os outros dois índices tiveram comportamento declinante. Internamente a cada dimensão, registrou-se elevação para todas as três variáveis componentes do desemprego e, na ocupação, somente no indicador referente aos trabalhadores assalariados com vínculo formal, nos setores privado e público, cujo índice respectivo foi o único da dimensão a se elevar, de modo ininterrupto, desde o início da série em análise. Os rendimentos, por sua vez, seguiram melhorando sua posição.

Já nos dois anos subseqüentes, o crescimento do IP total foi abrupto e o mais acentuado de todo o período em estudo. Nesse intervalo, os três índices parciais convergiram no sentido de revelar ampliação da precarização das formas de inserção no mercado de trabalho, sendo também o único momento em que todos os indicadores internos às dimensões mostraram deterioração.

Como resultado, ao final desse segundo subperíodo, o IP total atingiu o seu pico (0,64), ocorrendo situação semelhante para as dimensões desemprego e inserção ocupacional — o índice parcial de desemprego também alcançou seu valor mais elevado (0,77), enquanto o de ocupação esteve no seu terceiro ponto mais alto da série (0,65), superado apenas pelos valores atingidos nos dois anos seguintes. Já o índice parcial de rendimento interrompeu a melhora que vinha ocorrendo desde os primeiros anos da série, iniciando, a partir de 1998, uma trajetória ascendente que se prolongou até quase o final do período estudado.

Gráfico 2

Índices parciais e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05



Legenda:

- ◆ Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)
- Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência
- ▲ Tempo médio de permanência no trabalho atual
- × Taxa global de desemprego
- \* Tempo médio de procura de trabalho
- Taxa de desemprego dos chefes de domicílio
- + Rendimento médio real por hora trabalhada
- Índice de Gini
- ▒ IP total

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Registre-se que os resultados encontrados, e especialmente a crescente precarização do mercado de trabalho indicada pela elevação do Índice de Precarização, corroboram análises realizadas sobre esse período, antes referidas, de acordo com as quais a marca predominante da evolução do mercado de trabalho foi a intensificação do processo de precarização das formas de inserção da população ativa (Saboia, 1999; Miller, 1999; Freire, 2006).

Por último, o terceiro subperíodo compreende a metade restante da série, abrangendo o intervalo entre 1999 e 2005. Tem como característica predominante uma tendência de redução do IP total, indicando que voltam a ser mais favoráveis as condições de inserção no mercado de trabalho, não obstante as oscilações registradas nos vários indicadores. De fato, após um movimento descendente do IP entre 1999 e 2001, este ficou relativamente estável no ano seguinte, para voltar a subir em 2003 e retomar o comportamento declinante nos dois últimos anos da série. Nestes, os três índices parciais tiveram desempenho favorável, contribuindo para uma queda relativamente mais acentuada do IP total, em comparação com momentos anteriores de declínio desse indicador. Considerando os pontos extremos desse subperíodo, verifica-se que o IP, partindo de seu valor mais elevado, de 0,64, em 1999, retrocedeu, variando entre 0,62 e 0,57 nos anos seguintes até 2004, tendo registrado o seu maior recuo no último intervalo anual, quando caiu para 0,50 em 2005.

Destaque-se que os índices parciais de ocupação e de desemprego acompanharam mais de perto a direção tomada pelo IP total, notadamente o primeiro, uma vez que o índice parcial de desemprego aumentou entre 2001 e 2003, o que contribuiu, juntamente com o desempenho desfavorável do índice parcial de rendimento, para a elevação do IP total neste último ano considerado. Ainda quanto à dimensão rendimento, cabe ressaltar que a perda acarretada pela redução do rendimento médio real por hora ao longo de quase todo este último subperíodo e a sua lenta recuperação nos dois últimos anos foram fatores decisivos para o aumento do índice parcial de rendimento, o que impediu tanto uma queda maior do IP total entre 1999 e 2002 quanto uma recuperação mais acentuada do mesmo nos dois últimos anos da série.

O destaque positivo nesse terceiro subperíodo coube à melhora no indicador relativo à contratação de assalariados com vínculo formal (percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público — com carteira de trabalho e estatutários), cujo índice, a partir de 2001, inverteu a tendência ascendente observada desde o início do período, apresentando sensível declínio até o seu final. O índice respectivo apresentou os seguintes valo-

res: 0,24 em 1993, 0,79 em 2001 e 0,44 em 2005.<sup>20</sup> O crescimento expressivo do assalariamento formal é aparentemente paradoxal, pois as taxas de crescimento do produto, nesse período, continuaram oscilantes e ainda pouco elevadas. Todavia esse é um fenômeno que se observa também em nível nacional, conforme já referido, e, segundo estudos a respeito, estaria sendo impulsionado pela expansão das exportações — nessa área, há subsetores de atividade intensivos em mão-de-obra, e a contratação de pessoal tende para maior formalização pelo grande conjunto de leis e barreiras que regulam esse mercado —; por uma maior fiscalização por parte do MTE; e pela própria estabilidade econômica, à medida que esta reduz a incerteza no horizonte de planejamento dos empresários.

A melhora do mercado de trabalho a partir do ano 2000 é um fato evidenciado pela maioria dos estudos que trataram de avaliar a qualidade das inserções ocupacionais no País e também aparece na evolução do Índice de Precariedade construído por Freire (2006), antes referido. Comparativamente à evolução do indicador utilizado por esse autor, o comportamento do IP para a RMPA

---

<sup>20</sup> Alguns estudos têm sustentado o argumento de que a queda do emprego formal nos anos 90 — como parcela do total de ocupados — foi um fenômeno restrito às áreas metropolitanas, captado através dos dados da PME-IBGE, que investiga as seis principais RMs do País. Contraopondo tais resultados, apresentam informações provenientes da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, do IBGE, ou da **Relação Anual de Informações Sociais**, do Ministério do Trabalho, que abrangem todo o território nacional, cujos dados permitiriam concluir que o emprego formal tendeu para uma estabilização naquela década. Argumentam que teria havido uma despolarização do emprego formal, manifestada fundamentalmente na migração desse tipo de emprego das Regiões Metropolitanas para áreas não metropolitanas — geralmente dos próprios estados (Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Ramos; Ferreira, 2005; 2005a; Reis; Ulyseia, 2005). Acrescentam que, nesta década, verifica-se uma recuperação desse tipo de vínculo empregatício, o que, no entanto, só passou a vigorar, no caso das RMs cobertas pela PME, a partir de 2003 (Passos; Ansiliero; Paiva, 2005). Em certa medida, tais estudos parecem querer sugerir que a deterioração do mercado de trabalho nacional não teve a dimensão alegada por uma série de outros estudos que trataram dessa questão, amenizando o problema relativo à precarização do trabalho no período. A esse respeito, cabem, pelo menos, dois comentários. Primeiramente, esses estudos não explicam o fato de que uma outra fonte de dados governamental, que também cobre todo o País — a Relação Anual de Informações Sociais —, tenha acusado forte retração do emprego formal no decorrer da década de 90. Em segundo lugar, mesmo que seja verdadeira a afirmação antes aludida, esse fato não elide e tampouco ameniza os problemas acarretados por tal situação nesses espaços regionais. Dado que concentram uma parcela grande da população trabalhadora, resultados dessa natureza apenas redirecionariam a atenção da sociedade e do poder público em particular para essas regiões, tendo-se ainda presente que os problemas aí existentes ultrapassam o âmbito das fronteiras regionais e, por isso, precisam ser enfrentados e equacionados.

foi mais positivo. Ou seja, enquanto, no referido estudo, o autor constata certa estabilidade do índice nesse período, concluindo que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado deixou de apresentar uma precariedade crescente, como ocorreu na década anterior, na RMPA houve nítida melhora do indicador-síntese, revertendo, em alguma medida, a deterioração havida no período precedente. É claro que essa comparação não pode ser feita de forma direta, seja porque as variáveis componentes de cada índice não são exatamente as mesmas, seja porque o estudo abarca todas as RMs cobertas pela PME-IBGE. Os resultados sugerem, no entanto, que a RMPA teria apresentado um desempenho mais favorável para a classe trabalhadora regional frente àquele do conjunto de RMs.

Detalhando-se a análise para contemplar todos os indicadores componentes das dimensões consideradas, a observação do Gráfico 2 permite ainda visualizar que apenas dois deles se encontravam em situação mais vantajosa ao final do período em estudo, comparativamente ao seu ponto inicial. Desses, um único apresentou expressiva melhora, qual seja, o tempo médio de permanência no trabalho atual, cujo índice respectivo caiu de 0,67 para 0,29 nos pontos extremos (o tempo médio de permanência na ocupação elevou-se em oito meses, passando de 62 para 70 meses). Note-se que esse indicador se singularizou também por apresentar uma linha de tendência declinante ao longo do período, ostentando valores sempre abaixo do inicialmente registrado, apesar das oscilações havidas. O outro indicador na condição em foco foi o relativo ao Índice de Gini, que acusou pequena variação, de 0,47 para 0,44, nos pontos extremos do período.

Todos os demais indicadores encontravam-se, em 2005, com índices em patamares superiores aos de 1993, indicando deterioração das condições do mercado de trabalho nas situações específicas. Dentre esses, dois foram os que revelaram maior deterioração: o tempo médio despendido na procura de trabalho, expressando o fato de que esse tempo se ampliou de 5,6 para 9,2 meses no transcorrer do período em análise, e o indicador referente ao percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência, indicando que um maior número desse subconjunto de trabalhadores se encontrava, ao final do período, à margem das proteções sociais previstas pelas legislações trabalhista e previdenciária.

## **Evolução da precarização do trabalho revela-se menos intensa para as mulheres**

Passando a analisar a composição do IP sob o recorte de gênero, sobressaem-se de imediato dois aspectos. O primeiro deles remete ao fato de que tanto a evolução dos índices totais para cada segmento quanto a relativa às dimensões estudadas seguiram, *grosso modo*, o comportamento evidenciado para o conjunto da força de trabalho, sendo os três subperíodos antes definidos praticamente coincidentes. Isso indica que as características que definiram a evolução do mercado de trabalho impactaram de modo similar tanto mulheres quanto homens trabalhadores, com algumas distinções que serão examinadas adiante. O outro dado marcante, e cuja natureza extrapola o âmbito do mercado de trabalho propriamente dito, refere-se à circunstância de que os índices para a força de trabalho feminina se situavam, nítida e sistematicamente, em patamares superiores aos calculados para os trabalhadores do sexo masculino, como mostra o Gráfico 3.

Não sendo esse um achado inusitado, essa particularidade, mais uma vez, corrobora a condição discriminatória que marca a inserção laboral feminina, expondo uma realidade que se insere no espaço mais amplo das relações de gênero existentes na sociedade, na qual as diferenças que se expressam no nível do mercado de trabalho constituem uma das manifestações mais contundentes. Tal condição manifesta-se em todas as dimensões destacadas e, nos casos em que os índices se apresentam bastante elevados, indica níveis de precariedade, para as mulheres, que se aproximam das condições mais desfavoráveis registradas na situação dos trabalhadores, em toda a série da PED-RMPA.

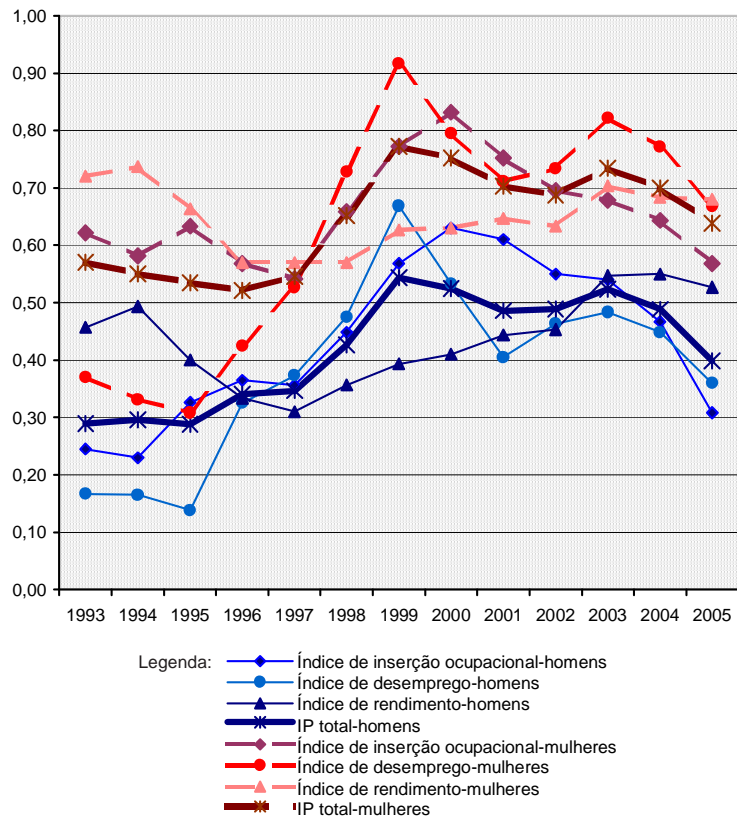
Ao se examinar a evolução dos índices para os contingentes feminino e masculino, constata-se que ela ocorreu de forma diferenciada, sendo relativamente mais favorável para as mulheres trabalhadoras, o que fica evidenciado quando se compara a evolução dos indicadores considerando os pontos extremos da série analisada. Note-se, entretanto, que, para ambos os segmentos, o índice total se situava, ao final do período, um pouco acima do inicialmente observado, indicando certa deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho.

No caso das mulheres, a observação do Gráfico 4 permite concluir que o resultado final foi determinado pela evolução desfavorável da dimensão desemprego, em que todos os três indicadores que a integram se degradaram, ao se confrontarem os valores dos índices em 2005 com aqueles de 1993.



Gráfico 3

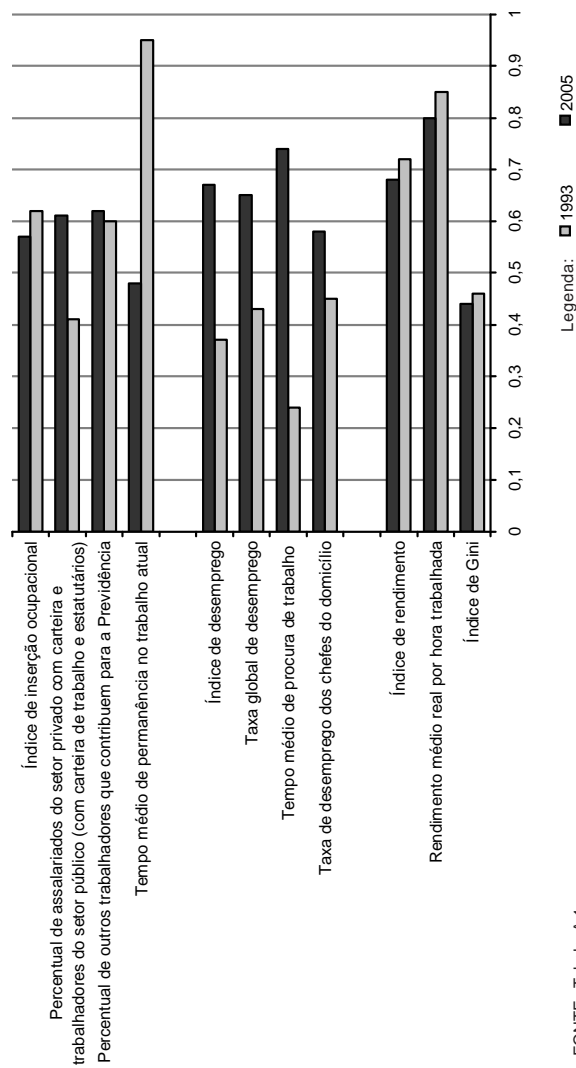
Índices parciais e IP total, segundo o sexo, na RMPA — 1993-05



FONTE: Tabelas A.1 e A.2.

Gráfico 4

Índices de precarização parciais das mulheres, por indicadores e dimensões, na RMPA — 1993 e 2005



FONTE: Tabela A.1.

As outras duas dimensões apresentaram índices levemente inferiores ao final do período, sugerindo que a inserção ocupacional feminina estava ocorrendo em condições um pouco melhores do que as prevalecentes no momento inicial. Aqui, o desempenho mais promissor coube à dimensão rendimento, em que os dois indicadores evoluíram favoravelmente. Na dimensão inserção ocupacional, o destaque ficou para o comportamento bastante favorável do índice referente ao tempo médio de permanência no trabalho, que declinou de 0,95 para 0,48 nos extremos do período. A precarização ocorreu quase exclusivamente pelo aumento do índice do percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (de 0,41 para 0,61), uma vez que o índice para o percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência ficou relativamente estável, em torno de 0,60, nessa mesma comparação.

Para o contingente masculino, a evolução foi negativa em todas as dimensões, com destaque para a de desemprego, da mesma forma que o ocorrido entre as mulheres, sendo que o índice parcial cresceu de 0,17 para 0,36 nos extremos do período. Na dimensão inserção ocupacional, somente o índice do tempo médio de permanência no trabalho teve desempenho favorável, acompanhando o ocorrido para as mulheres e decrescendo de 0,48 para 0,10 entre 1993 e 2005 (Gráfico 5).

Nos outros dois indicadores dessa dimensão, houve aumento expressivo dos índices, sendo marcante no caso do referente ao percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência, que apresentou o maior salto entre todos os índices considerados, passando de 0,15 para 0,75 na comparação em causa. O índice parcial de rendimento teve comportamento inverso ao observado para o contingente feminino, por conta da evolução negativa da variável rendimento médio real por hora trabalhada, em que as perdas acumuladas no período foram de maior monta e não lograram ser integralmente revertidas.

A análise dos dados enseja, ainda, algumas observações dignas de destaque, arroladas a seguir.

Na dimensão rendimento, o indicador rendimento médio real por hora trabalhada foi o mais efetivo na determinação dos resultados do índice parcial de rendimento, tanto para as mulheres quanto para os homens trabalhadores, tendo em vista que o indicador referente ao Índice de Gini, além de evoluir de modo favorável nos dois casos, pouco se alterou ao longo do período. Já o rendimento médio real por hora trabalhada teve variações bem mais acentuadas, embora com direção similar para ambos os sexos. No entanto, para as mulheres, ainda que o índice relativo ao rendimento médio real tenha mantido a característica de se situar em patamar bastante inferior ao observado entre os homens, a evolução revelou-se mais promissora tanto no período inicial, quando os ganhos

foram de maior magnitude para elas, quanto no intervalo em que ocorreram as perdas, as quais foram mais acentuadas entre os homens (Gráficos 6 e 7).

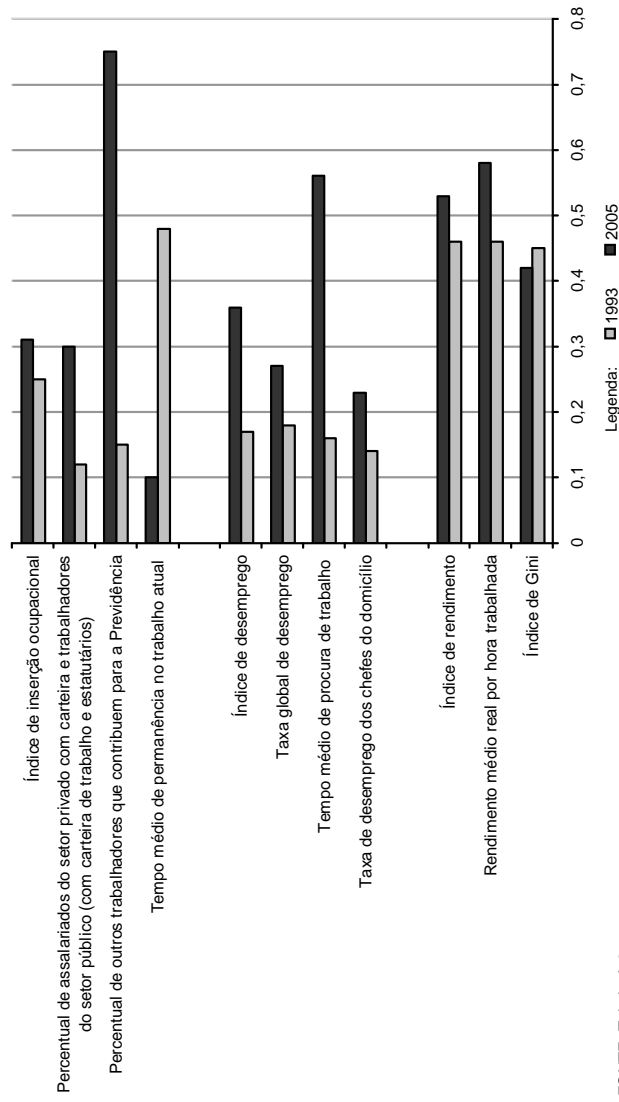
Expresso em valores monetários e considerando os dois períodos enunciados, esse indicador passou de R\$ 4,21 em 1994 para R\$ 5,02 em 1997, para as mulheres (um ganho real de 19,2%), ao passo que, entre os homens, os valores respectivos foram de R\$ 5,66 e R\$ 6,44 (13,8% a mais). No momento posterior, as perdas acumuladas foram de 15,1% para as mulheres, considerando os seis anos seguintes — de 1998 a 2003 —, e alcançaram 20,8% para os homens, no decorrer dos sete anos seguintes, até 2004. Assim, em 2005, as mulheres auferiam um rendimento médio real por hora de R\$ 4,38, enquanto o dos homens alcançava R\$ 5,19. Portanto, o diferencial de rendimentos entre os sexos diminuiu, passando as mulheres a auferirem, ao final do período, um valor equivalente a 84,4% daquele recebido pelos homens, frente aos 74,4% do início.

Na dimensão inserção ocupacional, um comportamento diferenciado e, até certo ponto, surpreendente, no caso feminino, foi o observado no tocante à evolução do índice relativo ao indicador percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência. Isto porque, sendo a cobertura previdenciária geralmente inferior entre as mulheres trabalhadoras, a situação se inverteu ao longo da série, pois, para o contingente feminino, o índice específico dessa variável tendeu a declinar até 1997 (0,60 em 1993 e 0,11 em 1997), subindo abruptamente depois, atingindo 0,68 em 2000. A partir desse ano e até o final do período, houve oscilações, mas o índice relativo a esse indicador situou-se, no último ano, praticamente no mesmo patamar registrado inicialmente, demonstrando que os ganhos havidos em momento anterior foram anulados, como se pode observar no Gráfico 6.

Entre os homens, ao contrário, o desempenho foi bastante adverso, conforme mostra o Gráfico 7. Do início até o ano de 1995, registrou-se um súbito aumento do índice referente ao indicador percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência, tendo-se verificado crescimento também no longo intervalo entre 1997 e 2002. Em apenas dois momentos e por períodos curtos, houve oscilações mais positivas, notadamente nos anos de 1997 e 2005. Em decorrência, o índice não só esteve sempre em patamares acima do expresso no ponto inicial (0,15), como passou a se situar próximo da situação mais crítica observada na série PED-RMPA — a pior condição ocorreu em 2002, quando o índice de 0,96 indicava proximidade ao valor mínimo de proteção social oficial observado na série para essa parcela de trabalhadores, que foi de apenas 33,1% de contribuintes à Previdência.

Gráfico 5

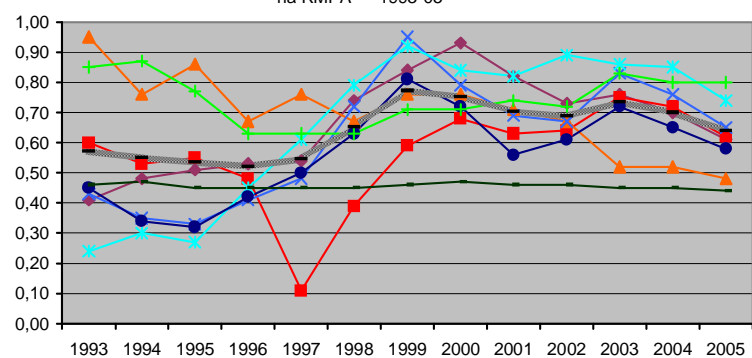
Índices de precarização parciais dos homens, por indicadores e dimensões, na RMPA — 1993 e 2005



FONTE: Tabela A.2.

Gráfico 6

Índices parciais e Índice de Precarização total das mulheres  
na RMPA — 1993-05



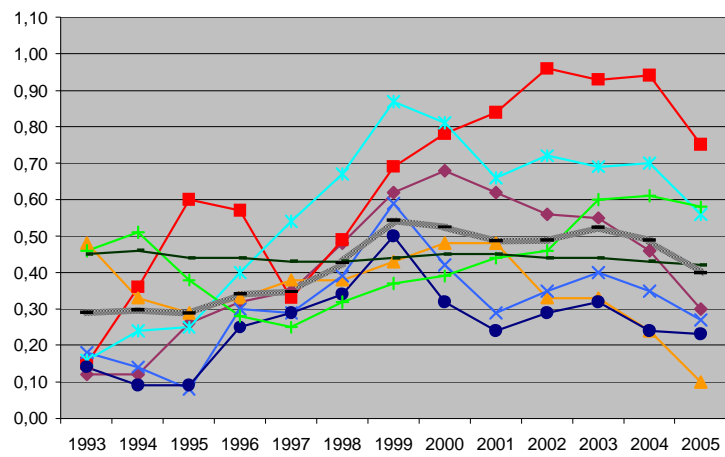
Legenda:

- ◆ Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)
- Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência
- ▲ Tempo médio de permanência no trabalho atual
- × Taxa global de desemprego
- \* Tempo médio de procura de trabalho
- Taxa de desemprego dos chefes de domicílio
- + Rendimento médio real por hora trabalhada
- Índice de Gini
- IP total

FONTE: Tabela A.1.

Gráfico 7

Índices parciais e Índice da Precarização total dos homens  
na RMPA — 1993-05



Legenda:

- ◆ Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)
- Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência
- ▲ Tempo médio de permanência no trabalho atual
- × Taxa global de desemprego
- \* Tempo médio de procura de trabalho
- Taxa de desempregados chefes de domicílio
- + Rendimento médio real por hora trabalhada
- Índice de Gini
- ▒ IP total

FONTE: Tabela A.2.

Com tal evolução, o índice relativo ao contingente feminino, exceção feita aos dois primeiros anos da série, esteve sempre abaixo do observado para os trabalhadores do sexo masculino. Em termos das parcelas de trabalhadores à margem das proteções sociais previstas na legislação do trabalho, tendo em conta o grupo de indivíduos em questão, a elevação foi expressiva entre os homens, pois, ao final do período, quase dois terços deles (63,4%) não contribuíam para a Previdência Social, ante 55,2% no primeiro ano da série. Entre as mulheres, conforme análise anterior, a parcela pouco se alterou no período, ainda que seja bastante elevada e próxima à masculina, ou seja, 61,7% das mulheres desse grupo relataram não contribuir para a Previdência no último ano.

De todo modo, a análise desses dados sugere que, para manter a ocupação ou para ingressar no mercado de trabalho, a “opção” de muitos trabalhadores — na realidade, muitas vezes, uma imposição, face à ausência de outras alternativas, e que se revelou mais contundente entre os trabalhadores do sexo masculino — implicou uma troca perversa, no sentido de aproveitar oportunidades de trabalho e de rendimentos, talvez promissoras no curto prazo, mas também muito concorridas, às custas da proteção social. Em decorrência, esses indivíduos acabam expondo-se a maiores riscos no presente, alguns dos quais podem ser transferidos para o futuro, reduzindo possibilidades de garantia de uma qualidade de vida melhor, à medida que, por exemplo, não podem-se beneficiar do Seguro-Desemprego e tampouco contabilizam o tempo de trabalho com vistas a uma aposentadoria remunerada.

Uma terceira observação diz respeito à dimensão desemprego, a qual acabou tendo a influência mais expressiva na precarização das condições de inserção no mercado de trabalho para ambos os contingentes em foco.

Como já constatado, ao se examinarem os três indicadores que compõem essa dimensão, o tempo médio de procura de trabalho foi, sem dúvida, o aspecto que revelou maior deterioração, contribuindo fortemente para o valor final elevado do índice dessa dimensão, ainda que sua ponderação tenha sido a mais baixa dos três indicadores considerados. Para as mulheres, o índice desse indicador elevou-se de 0,24 para 0,74 entre 1993 e 2005, sendo os valores respectivos, para os homens, de 0,16 e 0,56. Os índices para os outros dois indicadores também encerraram o período em patamar mais elevado, mas com uma amplitude mais reduzida, destacando-se a maior elevação de ambos entre as mulheres, em especial o relativo à taxa de desemprego total.

Uma observação de caráter mais amplo remete ao fato de que o desemprego é resultado de múltiplos fatores — embora prepondere entre eles o grau ou a capacidade de absorção de mão-de-obra pela economia (o que, por sua vez, tem outros tantos elementos determinantes) —, e se conjugam a esses



fatores aspectos econômicos, sociais, culturais e demográficos, para citar os mais importantes. Em alguma medida, tais fatores encontram-se estreitamente vinculados à oferta de trabalho, isto é, às decisões individuais ou de grupos de se ofertarem, ou não, como trabalhadores, no mercado de trabalho.

Portanto, tomando-se a oferta de trabalho como elemento para os comentários que seguem, o primeiro aspecto a destacar é que o comportamento dessa variável foi diverso, quando se consideraram os segmentos feminino e masculino, o que acabou por ter impactos distintos sobre o desemprego em cada um desses grupos de trabalhadores. Sendo assim e considerando que a taxa de participação é o indicador que expressa o grau em que cada segmento participa do mercado de trabalho, observa-se que, no período analisado, a oferta de trabalho foi mais intensa entre o contingente feminino, sobretudo a partir de 1998 (as taxas de participação respectivas situaram-se em 44,5% da População em Idade Ativa (PIA) em 1993, 46,1% em 1998 e 49,3% em 2005), o oposto ocorrendo com o grupo masculino, para o qual a tendência declinante foi a marca do período (respectivamente, 70,7%, 68,4% e 66,4%).

O que se pode argumentar com tal evolução das taxas de participação e sua relação com o desemprego, em especial a taxa de desemprego total, é que, mantidos os níveis de absorção de mão-de-obra efetivamente ocorridos, a maior oferta de trabalho feminino acabou por acentuar o nível de desemprego entre as mulheres, ao passo que, para os homens, a menor oferta de trabalho se constituiu em fator atenuante do desemprego entre eles.

Transpondo tal raciocínio para um exercício numérico, é possível construir um cenário para cada um dos segmentos de trabalhadores que elucida a discussão em causa. Ou seja, se, para as mulheres, a taxa de participação não se tivesse alterado — sempre mantendo o nível de absorção de mão-de-obra efetivamente registrado —, ter-se-ia, ao final da série, uma taxa de desemprego total sensivelmente mais reduzida, da ordem de 8,8% face aos 17,6% efetivamente observados. Entre os homens, o problema seria agravado, pois, com uma taxa de participação similar à inicial, sua taxa de desemprego total ver-se-ia ampliada para 17,3% da respectiva PEA (a taxa observada foi de 11,9%), aproximando-se, portanto, da taxa feminina.

Em conseqüência dessa evolução distinta dos vários índices, ao se considerarem as forças de trabalho feminina e masculina, as diferenças de gênero, no tocante às condições de inserção ocupacional — consideradas as dimensões inserção ocupacional e rendimentos —, tenderam a se tornar menores ao longo do período, o oposto ocorrendo quanto à dimensão desemprego, visto que o expressivo crescimento do respectivo índice entre as mulheres as colocou em situação ainda mais difícil ao final do período. A diminuição dos diferenciais de gênero aludida é um fato inegavelmente positivo, notadamente para as mu-

lheres, que viram suas condições favorecidas, não se podendo estender essa avaliação para o mercado de trabalho como um todo, uma vez que essa condição resultou, em parte, de uma deterioração na condição ocupacional masculina.

Por fim, uma inserção laboral feminina com ganhos relativos face ao contingente masculino, dentro do quadro de maior precariedade do mercado de trabalho que vigorou no período analisado, vem sendo observada por outros estudos voltados à análise das relações de gênero no âmbito do trabalho. Não sendo o objetivo deste texto alongar-se sobre essa questão, cabe destacar algumas explicações e hipóteses que têm sido construídas para dar conta dessa realidade, sejam elas relacionadas a requisitos ou a características da mão-de-obra mais valorados a partir das mudanças nos modos de produzir e nas formas de organização do trabalho que integram o processo de reestruturação produtiva em curso no País, desde os anos 90, sejam provocadas por tal processo.<sup>21</sup>

Nessa direção, pode-se arrolar uma série de elementos que, acredita-se, têm convergido para a ampliação de melhores possibilidades de competitividade e de inserção ocupacional feminina, a saber: a maior escolaridade da força de trabalho feminina frente à masculina — característica que já vem de longa data —; a expressiva parcela de mulheres que logrou inserção no assalariamento privado com carteira e no setor público — modalidades contratuais mais protegidas e valoradas —, associada ao fato de que o encolhimento do setor público na absorção de mão-de-obra, ao longo dos anos 90, afetou mais a parcela masculina; a ampliação da participação das mulheres em postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados; e as próprias características da mulher, enquanto condição de gênero, que, paradoxalmente, estariam sendo mais valoradas nas estratégias empresariais de contratação de mão-de-obra do período estudado.

Entre estas últimas, estariam a maior aptidão para responder a um tipo de aprendizado que requer dimensões que associem competência ampliada e subjetividade — mobilizando menos um padrão restrito, de qualificação técnica, e mais adequado ao padrão anterior —, bem como a predisposição a trabalho em tempo parcial. A isso, podem-se agregar elementos tradicionais, que ganham relevo no contexto atual, tais como o fato de as mulheres receberem menores salários relativamente aos homens, de serem menos sindicalizadas e de apresentarem menores níveis de organização no trabalho.

---

<sup>21</sup> Nessa linha de análise, ver, dentre outros, Toni (2004), Galeazzi et al. (2003), Sebastiani (2003), Lavinás (2001).

Essa linha de argumentação foi explorada por Lavinias (2001, p. 19), que afirma que

É como se as habilidades “femininas” ou um certo tipo de atributo pessoal credenciado pela dimensão de gênero, somado a vantagens objetivas (escolaridade [mais elevada] e menor custo de contratação) permitissem às mulheres [...] apropriar-se, sobremaneira, dos postos de trabalho transmutados ou de criação recente.

O evoluir da condição da mulher trabalhadora permitiria, então, afirmar que, dadas as associações entre as características típicas do “ser feminino” e as novas demandas do mercado de trabalho, o gênero vem-se tornando elemento relevante na configuração da empregabilidade<sup>22</sup> feminina, aportando perspectivas promissoras em direção a uma maior igualdade entre os sexos no mercado de trabalho. Todavia há que se ter presente que, não obstante a substantiva melhoria na situação laboral feminina, os diferenciais ainda persistem.<sup>23</sup> Além disso, o fato de que as mulheres vêm ainda se inserindo em situações menos valoradas, face aos postos de trabalho ocupados pelo segmento masculino, sugere que a feminização do mercado de trabalho, evidenciada no período analisado, tem suscitado a emergência de novas desigualdades no âmbito das relações de gênero.

## Considerações finais

Em termos de conclusão, uma primeira consideração a se fazer diz respeito à estratégia analítica adotada para desenvolver este estudo. Nesse aspecto, pode-se afirmar que a utilização de um índice-síntese como instrumental estatístico capaz de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e, por vezes, apresentam oscilações opostas mostrou ser um

---

<sup>22</sup> Conforme Lavinias (2001, p. 3), a empregabilidade “[...] remete às características individuais do trabalhador capazes de fazer com que possa escapar do desemprego, mantendo sua capacidade de obter um emprego”. Tais características, que remetem a aspectos normativos — educação, habilidades, experiência —, são passíveis de aquisição mediante formação profissional.

<sup>23</sup> Apesar de os dados indicarem avanços na condição laboral feminina, cabe registrar que têm sido bastante comuns, especialmente em estudos de caso, observações no sentido de que as mulheres ainda ocupam cargos hierarquicamente inferiores aos detidos pelos homens. Um caso típico, que pode ser tomado como exemplo, ocorre no setor bancário, em que são característicos o emprego formalizado e elevados níveis de escolaridade. Nesse setor, conforme atestado por Segnini (2000) em estudo que abarca grande parte dos anos 90, “As mulheres [...] são mais escolarizadas que os homens, mas ocupam cargos hierarquica-

recurso valioso para a análise da evolução das formas de inserção e das condições presentes no mercado de trabalho da RMPA, permitindo evidenciar o sentido prevalecente do conjunto de indicadores e avaliar sua repercussão sobre a população ativa regional.

Quanto à evolução do Índice de Precarização, tomando-se o período como um todo, a análise dos dados mostrou que o mercado de trabalho da RMPA sofreu um processo de deterioração, que se expressa no fato de que o valor do IP total, ao final do período, se situava acima do inicialmente verificado — 0,50 e 0,40 respectivamente. Tal resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do Índice na primeira metade do período, entre 1993 e 1999, na qual a marca foi a progressiva precarização das condições de inserção no mercado de trabalho, ressaltando-se a tênue melhora havida nos dois primeiros anos. Como se observou, o desempenho adverso das dimensões desemprego e ocupação definiu, preponderantemente, esse desfecho. No primeiro caso, o agravamento da situação dos desempregados esteve primordialmente associado à ampliação da taxa de desemprego total, que passou de 12,2% para 19,0% da PEA nos pontos extremos desse subperíodo, e do tempo médio despendido pelos trabalhadores na procura por trabalho, o qual passou para 11,2 meses — praticamente um ano —, face aos 5,6 meses iniciais. No que respeita às condições de inserção ocupacional, a queda no grau de proteção social associada ao trabalho foi o fator preponderante, quer pela diminuição da parcela de trabalhadores com contratos amparados pela legislação em vigor — o percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários) recuou de 60,9 em 1993 para 54,4 em 1999 —, quer pela retração na parcela dos outros trabalhadores que contribuem para a Previdência — que caiu de 42,1% para 38,0%, deixando uma fração maior desse conjunto de trabalhadores à margem das proteções previstas em lei.

Na parte restante do período, que abarca os anos 2000 a 2005, muda a direção da linha tendencial do IP, verificando-se comportamento mais favorável dos indicadores, em especial aqueles vinculados às dimensões inserção ocupacional e desemprego, que, assim, invertem, de modo mais incisivo, o comportamento delineado nos anos 90. Ressalvada a degradação havida em 2003, o IP total, ao final do período, situava-se em patamar inferior ao registrado

---

mente inferiores. No entanto, mesmo nos cargos mais elevados — gerente pessoa física —, as competências e os atributos femininos são descritos sobretudo a partir da construção de estereótipos que marcam a desigual divisão sexual do trabalho: as mulheres 'têm mais paciência e jeitinho para cuidar de muitas contas de pequeno valor do que os homens'; 'se dedicam mais'; 'são mais atenciosas'" (Segnini, 2000, p. 203-204).

em fins dos anos 90 (0,64 em 1999 e 0,50 em 2005), indicando uma situação mais favorável do mercado de trabalho na década atual, comparativamente à anterior. Há que se ressaltar, todavia, que a melhora verificada nesse intervalo de tempo não se revelou suficiente para contrabalançar a deterioração havida no decorrer da década de 90.

Sob o recorte de gênero, o IP total revelou deterioração das condições de inserção laboral tanto para mulheres como para homens, comparando-se os pontos extremos do período. No entanto, a evolução dos índices relativos aos diversos indicadores foi relativamente menos desfavorável às mulheres trabalhadoras, diminuindo, assim, as desigualdades entre esses dois segmentos no tocante às condições de inserção laboral.

Para ambos os sexos, houve melhora efetiva apenas no indicador relativo ao tempo médio de permanência na ocupação, cujo índice despencou de 0,95 para 0,48 entre as mulheres e de 0,48 para 0,10 entre os homens, nas duas pontas do período analisado. Ao final do mesmo, o tempo na ocupação era de cinco anos e meio para as primeiras (66 meses) e excedia os seis anos para os últimos (74 meses).

No pólo oposto, o desemprego foi o fator que mais contribuiu para a precarização das condições de inserção no mercado de trabalho, com destaque para o aumento do tempo médio despendido na procura por trabalho, seguido do incremento da taxa de desemprego total, que, após pequeno recuo do início da série até 1995, seguiu sempre em patamares mais elevados, notadamente para o contingente feminino. Resta salientar, ainda, a ampliação do contingente à margem da proteção social oficial, expressa na diminuição da parcela de trabalhadores pertencentes ao grupo outros trabalhadores que contribuem para a Previdência, fato este restrito ao segmento masculino.

Considerando-se a recuperação do mercado de trabalho a partir do ano 2000, expressa pelo movimento declinante do Índice de Precarização total, cabe indagar a respeito de sua continuidade no futuro próximo. Nesse sentido, o que se pode especular, em termos de perspectivas, é que, no caso do ano de 2006, especificamente, o comportamento da economia e o do mercado de trabalho se mostraram um tanto ambíguos, não permitindo que se vislumbrasse alguma tendência mais consistente quanto a uma evolução favorável do IP.

De fato, no cenário nacional, apenas para se citarem alguns dos aspectos relevantes para a questão em foco, caberia referir, dentre os positivos, o fato de que, em anos eleitorais, como é o caso de 2006 — com eleições nos níveis nacional e estadual —, a economia tende a ser dinamizada, com bons reflexos sobre o mercado de trabalho. Em decorrência, há, geralmente, uma melhora das condições de inserção nesse mercado, tanto por conta das atividades diretamente ligadas ao pleito quanto por investimentos das diferentes esferas

de governo, que tendem a se ampliar em períodos dessa natureza.<sup>24</sup> Quanto ao emprego formal, o ano de 2006 continua apresentando crescimento desse tipo de vínculo, que é protegido pela legislação trabalhista, embora tenha havido desaceleração no ritmo, em relação ao ano de 2005.

Como nota destoante desse cenário mais otimista, a taxa anual de crescimento do PIB nacional deverá permanecer em um patamar baixo, e o setor industrial vem sofrendo desaceleração de sua atividade, o que pode impedir uma recuperação mais acentuada do mercado de trabalho. No entanto, os prováveis efeitos positivos atrelados às eleições e a continuidade de um cenário econômico internacional bastante favorável podem, ainda, alterar esse quadro.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, além dos fatores nacionais aludidos, que também repercutem sobre a economia e o mercado de trabalho locais — alguns deles de forma mais contundente, como, por exemplo, a valorização cambial, dadas as especificidades da economia do Estado, já referidas —, as perspectivas também estão permeadas por incertezas.

No que se refere à agropecuária gaúcha, que tem peso importante na economia do Estado, há previsões, bastante satisfatórias, de reversão do desempenho negativo dos dois anos precedentes (Fischer, 2006). Na indústria, entretanto, persistem problemas associados, em boa parte, à valorização cambial, cujos efeitos são mais profundos sobre atividades intensivas em mão-de-obra e que pouco usam insumos importados, que, de modo geral, caracterizam a pauta gaúcha de produtos exportados (couros e calçados, complexo soja e madeira e móveis). Tais circunstâncias tanto afetam a exportação, quanto exacerbam a concorrência com produtos importados no mercado interno.

O mercado de trabalho, por sua vez, embora tenha registrado evolução mais positiva, especialmente após 2003, não tem mostrado recuperação consistente em todos os indicadores. De fato, informações da PED-RMPA em bases anuais revelam, de forma positiva, o crescimento continuado do nível de ocupação — assentado especialmente no aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada no setor privado, portanto, com proteção social — e o recuo do desemprego — embora a sua taxa global se mantenha mais elevada do que a observada nos primeiros anos da série da Pesquisa (14,5% da PEA em 2005, face aos 12,2% de 1993, e varia-

---

<sup>24</sup> A esse respeito, um interessante estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas mostra que há um "ciclo político de negócios" no Brasil, que infla os níveis de emprego e renda em anos de disputa eleitoral, os quais, no entanto, tendem a ser diluídos no ano seguinte. O estudo alerta também para o fato de que esse ciclo vem perdendo força nas últimas votações, não obstante ainda fazer parte da política brasileira (FSP, 2006c).

ções sempre acima deste último patamar no decorrer de 2006, atingindo um máximo de 15,5% no mês de abril).

No pólo contrário, o rendimento médio real do trabalho não registrou comportamento que possa ser avaliado como promissor, uma vez que esboçou tênue recuperação em 2005, de apenas 1,5%, após tendência de queda por quatro anos consecutivos — entre 2000 e 2004, esse indicador acumulou perdas da ordem de 13,9%, atingindo, em 2004, o valor mais baixo da série da PED-RMPA (R\$ 896,00 em valores de nov./05) (Inf. PED, 2006). No decorrer de 2006, o rendimento médio real dos ocupados seguiu apresentando tendência de crescimento, mantendo, todavia, a característica de elevação bastante lenta.

Ademais, e ainda com base em dados da PED-RMPA, entre os trabalhadores que não detêm contrato de trabalho padrão — principalmente os autônomos, os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os empregados domésticos —, a parcela excluída dos benefícios sociais continua elevada e crescente, chegando a quase dois terços do total de trabalhadores desse segmento.

Dado esse quadro, embora permaneçam, no horizonte, como expectativas com esperança, a possibilidade de um crescimento econômico sustentado e a de uma melhora generalizada do mercado de trabalho, que consiga debelar a marca da precarização, a evolução recente tende a confirmar um cenário em que tais perspectivas parecem, mais uma vez, ter sido transferidas para um futuro, que se deseja próximo.

## Apêndice

Tabela A.1

Índices parciais, por indicadores e dimensões, para mulheres  
e Índice de Precarização total na RMPA —1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)	0,41	0,48	0,51	0,53	0,54	0,74	0,84
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,60	0,53	0,55	0,48	0,11	0,39	0,59
Tempo médio de permanência no trabalho atual .....	0,95	0,76	0,86	0,67	0,76	0,67	0,76
Taxa global de desemprego .....	0,43	0,35	0,33	0,41	0,48	0,72	0,95
Tempo médio de procura de trabalho .....	0,24	0,30	0,27	0,45	0,61	0,79	0,92
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,45	0,34	0,32	0,42	0,50	0,63	0,81
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,85	0,87	0,77	0,63	0,63	0,63	0,71
Índice de Gini .....	0,46	0,47	0,45	0,45	0,45	0,45	0,46
<b>Dimensões</b>							
Condição de inserção ocupacional	0,62	0,58	0,63	0,57	0,54	0,66	0,77
Desemprego .....	0,37	0,33	0,31	0,43	0,53	0,73	0,92
Rendimento .....	0,72	0,74	0,66	0,57	0,57	0,57	0,63
<b>IP total</b> .....	0,57	0,55	0,54	0,52	0,55	0,65	0,77

(continua)



Tabela A.1

Índices parciais, por indicadores e dimensões, para mulheres  
e Índice de Precarização total na RMPA —1993-05

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)	0,93	0,82	0,73	0,76	0,70	0,61
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,68	0,63	0,64	0,75	0,72	0,62
Tempo médio de permanência no trabalho atual .....	0,76	0,71	0,67	0,52	0,52	0,48
Taxa global de desemprego .....	0,79	0,69	0,67	0,83	0,76	0,65
Tempo médio de procura de trabalho .....	0,84	0,82	0,89	0,86	0,85	0,74
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,72	0,56	0,61	0,72	0,65	0,58
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,71	0,74	0,72	0,83	0,80	0,80
Índice de Gini .....	0,47	0,46	0,46	0,45	0,45	0,44
<b>Dimensões</b>						
Condição de inserção ocupacional	0,83	0,75	0,70	0,68	0,64	0,57
Desemprego .....	0,80	0,71	0,73	0,82	0,77	0,67
Rendimento .....	0,63	0,65	0,63	0,70	0,68	0,68
<b>IP total</b> .....	<b>0,75</b>	<b>0,70</b>	<b>0,69</b>	<b>0,73</b>	<b>0,70</b>	<b>0,64</b>

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Tabela A.2

Índices parciais, por indicadores e dimensões, para homens e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	0,12	0,12	0,26	0,32	0,35	0,48	0,62
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,15	0,36	0,60	0,57	0,33	0,49	0,69
Tempo médio de permanência no trabalho atual .....	0,48	0,33	0,29	0,33	0,38	0,38	0,43
Taxa global de desemprego .....	0,18	0,14	0,08	0,30	0,29	0,39	0,59
Tempo médio de procura de trabalho	0,16	0,24	0,25	0,40	0,54	0,67	0,87
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,14	0,09	0,09	0,25	0,29	0,34	0,50
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,46	0,51	0,38	0,28	0,25	0,32	0,37
Índice de Gini .....	0,45	0,46	0,44	0,44	0,43	0,43	0,44
<b>Dimensões</b>							
Condição de inserção ocupacional .....	0,25	0,23	0,33	0,37	0,36	0,45	0,57
Desemprego .....	0,17	0,17	0,14	0,33	0,37	0,48	0,67
Rendimento .....	0,46	0,49	0,40	0,33	0,31	0,36	0,39
<b>IP total</b> .....	<b>0,29</b>	<b>0,30</b>	<b>0,29</b>	<b>0,34</b>	<b>0,35</b>	<b>0,43</b>	<b>0,54</b>

(continua)

Tabela A.2

Índices parciais, por indicadores e dimensões, para homens e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	0,68	0,62	0,56	0,55	0,46	0,30
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	0,78	0,84	0,96	0,93	0,94	0,75
Tempo médio de permanência no trabalho atual .....	0,48	0,48	0,33	0,33	0,24	0,10
Taxa global de desemprego .....	0,42	0,29	0,35	0,40	0,35	0,27
Tempo médio de procura de trabalho	0,81	0,66	0,72	0,69	0,70	0,56
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	0,32	0,24	0,29	0,32	0,24	0,23
Rendimento médio real por hora trabalhada .....	0,39	0,44	0,46	0,60	0,61	0,58
Índice de Gini .....	0,45	0,45	0,44	0,44	0,43	0,42
<b>Dimensões</b>						
Condição de inserção ocupacional .....	0,63	0,61	0,55	0,54	0,47	0,31
Desemprego .....	0,53	0,41	0,46	0,48	0,45	0,36
Rendimento .....	0,41	0,44	0,45	0,55	0,55	0,53
<b>IP total</b> .....	<b>0,52</b>	<b>0,49</b>	<b>0,49</b>	<b>0,52</b>	<b>0,49</b>	<b>0,40</b>

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Tabela A.3

Valores dos indicadores componentes do Índice de Precarização  
total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	60,9	60,6	59,1	58,5	58,3	56,1	54,4
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência ....	42,1	40,8	38,8	39,4	43,5	40,6	38,0
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	62	65	65	66	65	66	64
Taxa global de desemprego .....	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,8	19
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	5,6	6,1	6,1	7,4	8,6	9,8	11,2
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	7,1	6,3	6,1	8,4	9,1	9,9	12,2
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	5,11	4,95	5,38	5,81	5,90	5,73	5,48
Índice de Gini .....	0,47	0,47	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46

(continua)

Tabela A.3

Valores dos indicadores componentes do Índice de Precarização total na RMPA — 1993-05

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	53,4	54,5	55,5	55,3	56,4	58,1
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	36,7	36,5	35,6	35,1	35,3	37,3
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	64	64	66	67	68	70
Taxa global de desemprego .....	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	10,6	10,0	10,5	10,3	10,3	9,2
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	10,1	8,8	9,5	10,0	9,0	8,7
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	5,44	5,27	5,25	4,77	4,80	4,86
Índice de Gini .....	0,47	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./05.

Tabela A.4

Valores observados dos indicadores componentes do Índice de  
Precarização total para os homens na RMPA — 1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	62,5	62,5	60,5	59,7	59,3	57,6	55,7
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	44,6	41,8	38,5	38,9	42,2	40,0	37,3
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses) .....	66	69	70	69	68	68	67
Taxa global de desemprego	10,7	10	9,2	12,4	12,3	13,7	16,7
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	5,3	5,9	6,0	7,2	8,3	9,4	11,0
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	6,5	5,8	5,7	8,0	8,6	9,2	11,4
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	5,66	5,46	5,95	6,31	6,44	6,18	5,97
Índice de Gini .....	0,45	0,46	0,44	0,44	0,43	0,43	0,44

(continua)

Tabela A.4

Valores observados dos indicadores componentes do Índice de  
Precarização total para os homens na RMPA — 1993-2005

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	54,9	55,7	56,5	56,6	57,8	60,0
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	36,1	35,3	33,7	34	33,9	36,5
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses) .....	66	66	69	69	71	74
Taxa global de desemprego	14,2	12,3	13,1	13,9	13,1	11,9
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	10,5	9,3	9,8	9,5	9,6	8,5
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	9	7,9	8,6	8,9	7,9	7,7
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	5,92	5,73	5,66	5,12	5,10	5,19
Índice de Gini .....	0,45	0,45	0,44	0,44	0,43	0,42

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./05.

Tabela A.5

Valores dos indicadores componentes do Índice de Precarização total  
para as mulheres na RMPA — 1993-05

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	58,5	57,6	57,1	56,9	56,7	54,0	52,7
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	38,6	39,5	39,2	40,2	45,2	41,4	38,7
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses) .....	56	60	58	62	60	62	60
Taxa global de desemprego	14,3	13,2	12,9	14,1	15,1	18,6	21,9
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	5,9	6,4	6,2	7,6	8,9	10,3	11,4
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	10,7	9,2	8,9	10,4	11,4	13,2	15,7
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	4,21	4,14	4,50	5,02	5,02	5,00	4,73
Índice de Gini .....	0,46	0,47	0,45	0,45	0,45	0,45	0,46

(continua)



Tabela A.5

Valores dos indicadores componentes do Índice de Precarização total  
para as mulheres na RMPA — 1993-05

INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) .....	51,5	53,0	54,2	53,7	54,6	55,8
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência .....	37,5	38,1	38,0	36,5	36,9	38,3
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses) .....	60	61	62	65	65	66
Taxa global de desemprego	19,6	18,2	17,9	20,2	19,1	17,6
Tempo médio de procura de trabalho (meses) .....	10,7	10,6	11,1	10,9	10,8	9,9
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio .....	14,5	12,3	13,0	14,5	13,6	12,6
Rendimento médio real por hora trabalhada (1) .....	4,72	4,59	4,68	4,26	4,38	4,38
Índice de Gini .....	0,47	0,46	0,46	0,45	0,45	0,44

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./05.

Tabela A.6

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil e  
no Rio Grande do Sul — 1990-05

(%)

ANOS	BRASIL	RS
1990	-	-6,6
1991	1,0	-2,2
1992	-0,5	8,3
1993	4,9	10,8
1994	5,9	5,2
1995	4,2	-5,0
1996	2,7	0,5
1997	3,3	6,1
1998	0,1	-0,5
1999	0,8	3,0
2000	4,4	4,4
2001	1,3	3,1
2002	1,9	1,1
2003	0,5	4,8
2004	4,9	3,4
2005 (1)	2,6	-5,2

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.  
IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativa preliminar.

## Referências

- ALONSO J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.
- ALONSO J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 90. In: **DESIGUALDADES socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; NERU, 2004. (Cd-Rom).
- BRONSTEIN, A. S. Cambio social y relaciones de trabajo en América Latina: balance y perspectivas. **Revista Internacional del Trabajo**, Geneva: ILO, v. 114, n. 2, 1995.
- CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. esp., 1989.
- CACCIAMALI, M. C. **Notas sobre o uso impreciso do conceito setor informal na literatura especializada brasileira sobre o mercado de trabalho**. [S. l.: s. n.], 1988. (mimeo).
- CACCIAMALI, M. C. Proceso de informalidad y sector informal — reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas: Universidad Central de Venezuela, v. 6, n. 3, p. 95-110, 2000.
- CALANDRO, M. L. Ambiente externo e indústria calçadista gaúcha. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 11, n. 10, 2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.
- CASTILHOS, C. C.; PASSOS, M. C. (Coord.). **Indústria gaúcha — competitividade e inovação**. Porto Alegre: FEE; UNISINOS, 1998. 233p.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 32., João Pessoa, 2004. **Anais**. João Pessoa, 2004. Disponível em: [www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A141.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A141.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2006.
- DE LA GARZA, E. (Coord.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2000. 773p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** — Relatório metodológico. São Paulo: Fundação SEADE, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. 352p.

FISCHER, S. O desempenho da agropecuária gaúcha em 2006. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 15, n. 8, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 28 jul. 2006, p. B3.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 ago. 2006a, p. B1.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 ago. 2006b, p. B1.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1 set. 2006c, p. B1.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 set. 2006d, p. B13.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., Vitória, 2006. **Anais**. Vitória: SBEP, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **Estatísticas FEE-PIB**. Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

GALEAZZI, Irene et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. In: MULHER e trabalho. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, FAT/MTE, 2003. v. 3, p. 9-35.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 26 fev. 2004.

GUIMARÃES, Nadya A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34, 2004. 408p.

INFORME PED, Porto Alegre: FEE/FGTAS-RS, DIEESE, Fundação SEADE-SP, ano 14, n. esp., jan. 2006.

IBGE. **Contas nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2003/>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

JORNADA, M. I. H. et al. Modernização industrial e qualificação da força de trabalho: algumas reflexões a partir do caso da indústria mecânica gaúcha. In.: CASTILHOS C. C. et al. **Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1999.

KUPFER, David. Tecnologia e emprego são realmente antagônicos? In.: SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, Renaut (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. São Paulo: Manole, 2005, p. 238-269.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenças femininas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 826).

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MILLER, Lílian M. **A qualidade do emprego em serviços: análise dos anos 1990 no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 168p.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9, Recife. 2005. **Anais**. Recife: ABET, 2005. 18p.

MOUTINHO, Paulo; GOUVEA, Victor Hugo; KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Um indicador de qualidade do mercado de trabalho para o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em comparação com seis regiões metropolitanas brasileiras. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., Curitiba, 2002. **Anais**. Curitiba, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report**. New York; Oxford, Oxford Un., 1990.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **The future of work, employment and social protection**. Lyon: OIT, 2002. 128p. Disponível em: <[www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/confrence/lyon2002/docs.htm](http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/papers/confrence/lyon2002/docs.htm)>. Acesso em: 05 out. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Employment Trends 2002**. Geneva: OIT, 2003. Overview and Chapter 1, p. 1-22. Disponível em: <<http://www.oit.org>>. Acesso em: 12 fev. 2003.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**, n. 26, fev. 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_26h.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf)>. Acesso em: 02 jul 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1, 205p.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 914).

RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo. **O funcionamento no mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para discussão, 1011).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1099). Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 10 jul. 2006.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial da evolução do emprego formal — 1995-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005a. (Texto para discussão, 1102). Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 10 jul. 2006.

REIS, M. C.; ULYSSEA, G. **Cunho fiscal, informalidade e crescimento: algumas questões e propostas de políticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1068).

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS DEL TRABAJO. México DF: ALAST, ano 5, n. 9, 1999.

SABOIA, João L. M. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6. **Anais**. ABET, 1999. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST7B.doc>>. Acesso em: 13 mar. 2002.

SEBASTIANI, Raquel V. Gênero e desigualdades salarial. In: MULHER e trabalho. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, FAT/MTE, 2003. v. 3, p. 95-109.

SCHETTERT, M. C. Desempenho da economia gaúcha em 2005. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 7-21, 2006.

SEGNINI, Lílíana R. Desemprego, terceirização e intensificação do trabalho nos bancos brasileiros. In: ROCHA, Maria Isabel B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 187-210.

SOUZA, Paulo R. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Tese-(Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção Teses)

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho** — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. Tese — (Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia-IFCH-PPGS/UFRGS, Porto Alegre 2006). 380p. (Teses, 08).

TONI, Míriam De. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In.: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/TEM, PMPA, 2002. p. 66-96.

TONI, Míriam De. Trabalho e precarização na Região Metropolitana de Porto Alegre: evolução diferenciada atenua desigualdades de gênero. **Caderno CRH**, Salvador, UFBA; Centro de Recursos Humanos, v. 17, n. 42, set./dez. 2004.

TONI, Míriam De. Visões sobre o trabalho em transformação. **Sociologias 9**, Porto Alegre: UFRGS, IFCH, ano 5, n. 9, p. 246-286, 2003.

WINCKLER, Carlos Roberto (Coord.). **Índice Social Municipal ampliado para o Rio Grande do Sul 1991-98**. Porto Alegre: FEE, 2002. 72p. (Documentos FEE, 48).





# O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA NUM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO LABORAL

*Irene M. S. Galeazzi\**

## Introdução

As profundas mudanças que se processaram na economia mundial ao final do século passado, ao impactarem negativamente os mercados de trabalho, provocaram um intenso processo de precarização das relações laborais, o que se constituiu, juntamente com o desemprego “maciço continuado” (Offe, 1997), na tônica do mercado de trabalho, no passado recente.

Esse processo se manifesta através da proliferação de situações de trabalho assalariado atípico e de formas não assalariadas de inserção laboral, que fazem parte do universo da chamada economia informal. Embora tais relações laborais se aproximem pelos efeitos que provocam sobre as condições de vida e de trabalho dos indivíduos nelas inseridos, são de natureza diversa e exigem um tratamento diferenciado, principalmente sob a ótica da intervenção através de políticas públicas.

O presente estudo propõe-se a focar o processo de precarização do trabalho no âmbito das formas não assalariadas de inserção laboral, mais precisamente o trabalho por conta própria, paradigma do chamado setor informal da economia. Assenta-se no entendimento de que, dadas as transformações estruturais e de dinâmica ocorridas no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 90, se processou não só uma expansão desse segmento, mas, principalmente, um aprofundamento das precariedades que tradicionalmente cercam tais atividades. Investe-se, ainda, na hipótese de que, apesar da importância do trabalho por conta própria como modalidade de inserção laboral<sup>1</sup>, o apoio

---

\* Socióloga da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), Coordenadora Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).

<sup>1</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os trabalhadores por conta própria representavam 20,8% dos ocupados em atividades não agrícolas, no Brasil, em 2005 (Pesq. Nac. Amostra Domic., 2006, Tab. 4-24).

institucional a esse segmento tem tido um alcance muito limitado, mantendo-se entranças e problemas identificados há pelo menos duas décadas.

Para o presente estudo, elegeu-se um elenco de indicadores com potencialidade para revelar a situação de trabalho e de vida dos indivíduos inseridos nessas atividades — proteção previdenciária, rendimentos, jornada de trabalho, estabilidade da atividade, motivação de entrada na atividade, identificação de problemas e de caminhos de superação, dentre outros —, permitindo esboçar um padrão contemporâneo de comportamento do segmento informal da economia. Adicionalmente, o estudo aborda a relação desses trabalhadores com a estrutura institucional de proteção social, através de uma breve incursão no universo das políticas públicas de emprego e renda destinadas a apoiá-los.

O texto estrutura-se em quatro seções e algumas **Considerações finais**, além desta **Introdução**. Na seção a seguir, pontuam-se algumas questões recorrentes nos estudos sobre o setor informal, com o objetivo de precisar o objeto analisado e contextualizar interpretações. Nas duas próximas, procede-se à investigação da evolução das atividades informais na RMPA, no período recente — examinando-se um elenco de indicadores que podem ajudar a conhecer as condições de precarização contidas no exercício dessas atividades —, e, na perspectiva do trabalhador, das condições de exercício do trabalho por conta própria — motivação, qualificações para a atividade, problemas e percepção de caminhos para consolidar e desenvolver a atividade. Por fim, analisa-se a relação do trabalhador com os instrumentos de política pública de geração de ocupação e renda e encerra-se o estudo com as **Considerações finais**.

A base empírica para o desenvolvimento deste trabalho foi buscada no levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), efetuado nos últimos 14 anos, com início em junho de 1992, e em duas edições de uma pesquisa especial — **O Trabalho por Conta Própria**<sup>2</sup> —, aplicada através de um anexo ao questionário padrão da PED-RMPA, nos períodos de novembro de 2001 a julho de 2002 e de dezembro de 2005 a agosto de 2006.

---

<sup>2</sup> A pesquisa especial **Trabalho por Conta Própria**, dirigida aos trabalhadores autônomos, donos de negócio familiar e empregadores com até cinco empregados, cuja renda média não ultrapassasse o rendimento médio auferido pelos trabalhadores autônomos, teve por objetivo investigar alguns aspectos relacionados ao exercício da atividade autônoma, como: motivos de inserção nesse tipo de atividade, qualificação profissional para seu exercício, problemas enfrentados na atividade ou no negócio, busca de apoios institucionais, utilização dos recursos disponibilizados pela política pública de ocupação e renda.

Dada a diversidade de situações laborais que constituem o universo das chamadas atividades informais, o trabalho por conta própria foi desdobrado em sete categorias empíricas, que correspondem, por um lado, a lógicas de inserção e a graus de autonomia e/ou subordinação diferenciados e, por outro, a graus diversos de estruturação da atividade. São elas:

- a) autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados;
- b) autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados;
- c) autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência;
- d) autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa;
- e) autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa;
- f) dono de negócio familiar;
- g) empregador com até cinco empregados.

Na análise das informações do questionário-padrão da PED, para manter a representatividade estatística nos diferentes recortes analíticos, usou-se uma agregação dos dados em períodos de 24 meses, a contar do segundo semestre de 1992, constituindo sete períodos ou pontos de série a serem observados, quais sejam: primeiro período, jul./92-jun./94; segundo período, jul./94-jun./96; terceiro período, jul./96-jun./98; quarto período, jul./98-jun./00; quinto período, jul./00-jun./02; sexto período, jul./02-jun./04; sétimo período, jul./04-jun./06.

A análise da pesquisa especial, aplicada em dois períodos temporais distintos, considera as informações agregadas de cada período.

## **Os estudos sobre a informalidade: algumas questões recorrentes**

### **A informalidade no contexto da precarização das relações de trabalho**

A noção corrente de precarização do trabalho tem como parâmetro o regime de trabalho assalariado — que se consolidou no decorrer do século XX — e

refere-se ao processo de afastamento do padrão de qualidade conquistado com o florescimento da “sociedade salarial”, aqui usada na acepção de Castel (1998)<sup>3</sup>.

O padrão de acumulação capitalista, que foi do pós-guerra até o final dos anos 60, permitiu, especialmente às economias desenvolvidas, a constituição de um amplo sistema de proteção social e a elevação da qualidade do regime de trabalho assalariado, pressupondo o estabelecimento de um contrato de longo prazo da relação salarial — com limites rígidos nas demissões — e uma programação de crescimento do salário indexado aos preços e à produtividade em geral. O aumento de produtividade e da atividade econômica verificado no período permitiu salários reais crescentes, ampliação do nível global do emprego, reduzidas taxas de desemprego, expansão dos serviços públicos, obras de infra-estrutura física e social e melhoria dos perfis distributivos sob a concertação das políticas do Estado de Bem-Estar Social. O período foi marcado, ainda, pelo desenvolvimento de uma estrutura sindical forte e de um sistema complexo de relações industriais — negociações coletivas de trabalho, de treinamento, de promoções e de escalas salariais, que implicaram amplas conquistas trabalhistas e de seguridade social (Mattos, 1997).

Com o esgotamento desse padrão ao final da década de 60, as economias capitalistas passaram a enfrentar problemas que se expressaram nas baixas taxas de crescimento e na elevação das taxas de inflação e de desemprego. O aumento de produtividade decorrente do câmbio tecnológico, aliado aos efeitos das sucessivas crises que marcaram o final do século XX, fez desaparecer postos de trabalho em proporções não previsíveis até então, de forma que a própria oportunidade de obter emprego e de viver dele se transformou num bem escasso.

Inúmeros estudos têm mostrado que, no Brasil, dadas a estrutura heterogênea e a fragilidade das instituições do mercado de trabalho — principalmente no que diz respeito à proteção quanto ao desemprego —, as transformações ocorridas na economia mundial incidiram de forma devastadora, presenciando-se um crescimento de inserções laborais não regidas pelo contrato de trabalho-padrão<sup>4</sup>, aprofundando problemas e precariedades sociais preexistentes

<sup>3</sup> Para esse autor “[...] o salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda a parte” (Castel, 1998, p. 495).

<sup>4</sup> O paradigma do contrato de trabalho-padrão, ou emprego típico, pode ser sinteticamente definido como o trabalho que é realizado para um único empregador, geralmente por período indefinido, acordado através de contrato de trabalho entre o empregador e o empregado, exercido em local definido pelo primeiro, com tarefas definidas e exercidas de modo contínuo, com regime de jornada integral e plenamente amparado pela legislação vigente que rege o trabalho subordinado.

(DIEESE, 2001; Sabóia, 2005; Baltar; Dedecca, 1997; Baltar; Mattoso, 1997; Pochmann, 1999; Henrique, 1998; Azeredo, 1998).

Embora a contratação-padrão<sup>5</sup> tenha se mantido como a forma contratual mais expressiva, o impacto das transformações da economia provocou a expansão de outras modalidades de inserção laboral, resultantes de vertentes diversas: da flexibilização das relações de trabalho, com a desregulamentação da relação social de assalariamento, e da insuficiência do emprego disponível, que acentuou a necessidade de alocação de crescente número de trabalhadores em formas típicas do auto-emprego. Por um lado, observa-se a proliferação de situações de trabalho assalariado atípico — o contrato não regulamentado, o contrato de trabalho por tempo parcial, o emprego por tempo determinado, a terceirização, a subcontratação, dentre outros — e, por outro, a de formas não assalariadas de inserção ocupacional, presentes no universo da chamada economia informal, como o trabalho autônomo ou por conta própria, a organização familiar de trabalho, o trabalho associativo ou cooperativado e a microunidade econômica.

Os trabalhadores inseridos nas modalidades de assalariamento atípico perdem, no todo ou em parte, os direitos assegurados ao assalariado formalizado: férias, remuneração em períodos de parada do trabalho por enfermidade, descanso remunerado, seguro para o caso de ficar desempregado (extinção do negócio ou atividade), aposentadoria e outros.

No caso do trabalhador por conta própria, todo e qualquer benefício desse tipo precisa ser integralmente financiado pelo próprio trabalhador. De modo geral, essas atividades apresentam rendimentos insuficientes para gerar uma poupança individual, capaz de cobrir o financiamento direto desses benefícios e garantir a esse trabalhador uma situação laboral similar à do trabalho assalariado regulamentado.

## **Acerca da medição da informalidade: o conceito e a questão estatística**

A análise das formas autônomas de inserção laboral traz, de imediato, a dificuldade conceitual que tem caracterizado os estudos do chamado setor informal. Definir, precisar, explicar a existência de formas atípicas de inserção no

---

<sup>5</sup> A contratação-padrão inclui o assalariamento no setor privado da economia, com registro na carteira de trabalho, o assalariamento no setor público com carteira assinada e o regime estatutário.

mercado de trabalho tem sido um desafio enfrentado por diferentes correntes teóricas há várias décadas, em meio a numerosas polêmicas.

Desde os primeiros estudos desenvolvidos no início dos anos 70, no Quênia, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir dos quais se generalizou a utilização do termo “setor informal”, esse conceito vem recebendo inúmeras interpretações.

O termo “mercado de trabalho informal” surgiu como um instrumento analítico na tentativa de conhecer, explicar e propor políticas de intervenção, de modo a atingir uma parcela da força de trabalho que, fundamentalmente em países subdesenvolvidos, não se insere no núcleo produtivo dominante, no caso, o núcleo capitalista de produção.

A vasta literatura sobre o tema organiza-se em torno de três dimensões: a dimensão descritiva e quantitativa; a dimensão de formulação de políticas de emprego; e a dimensão teórica, onde se busca entender e interpretar o funcionamento do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas. Essas dimensões estão presentes, com maior ou menor ênfase, em praticamente todos os estudos sobre o setor informal.

Durante os anos 60 e nos primeiros anos da década de 70, a preocupação presente em estudos e pesquisas realizados nos países periféricos circunscrevia-se ao fenômeno da pobreza urbana, com destaque para a excludência de importante parcela da mão-de-obra do mercado de trabalho propriamente capitalista e, conseqüentemente, do consumo possível nessas sociedades. Nesse período, os estudos identificavam as atividades econômicas exercidas em bases não capitalistas como um resquício de uma sociedade arcaica, feudal, ainda não incorporadas ao desenvolvimento capitalista.

A utilização do termo “setor informal” generalizou-se a partir da necessidade de responder à seguinte questão: por que as taxas de desemprego aberto (ausência de qualquer forma de trabalho) se mantinham reduzidas, se a absorção de mão-de-obra, decorrente do crescimento econômico, se dava a taxas mais baixas do que as do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA)?

Os resultados desses estudos indicaram que os trabalhadores que não encontravam emprego no setor moderno da economia passavam a exercer, por conta própria, uma série de atividades, não organizadas com base no trabalho assalariado e onde a manutenção do trabalhador e de sua família constituía o principal objetivo do empreendimento, em lugar do lucro.

Dos avanços alcançados pelos estudos sobre o emprego no Quênia, destaca-se, em primeiro lugar, o reconhecimento de uma variedade de situações de emprego nos países atrasados, decorrente das características do processo de desenvolvimento dos mesmos e de sua estrutura produtiva, mais especifica-

mente do excedente relativo da força de trabalho. Rompe-se, assim, com os conceitos clássicos de emprego, subemprego e desemprego, forjados no contexto das economias desenvolvidas onde o assalariamento era a regra, e os instrumentos de previdência social garantiam a sobrevivência daqueles que perdiam ou deixavam seus empregos.

Outro aspecto abordado nos estudos desenvolvidos pela OIT no Quênia, importante principalmente para a formulação de políticas na área do emprego, é a identificação de potencialidades econômicas naquelas atividades desenvolvidas fora do setor moderno da economia, gerando uma polêmica em torno do papel ou da funcionalidade do setor informal para o mercado de trabalho e para o processo de expansão da economia.

Apesar desses resultados, pode-se dizer que esses estudos ainda se caracterizaram por uma abordagem descritiva do setor informal. Estudos posteriores, principalmente aqueles patrocinados pelo Programa Regional de Emprego Para a América Latina e Caribe (PREALC), na América Latina, significaram os primeiros esforços no sentido de estabelecer generalizações sobre a concepção de setor informal para países latino-americanos. Propiciaram, por um lado, a evolução do conceito de atividade informal e, por outro, levantaram questionamentos principalmente quanto ao poder explicativo do mesmo, tendo em vista a diversidade de conceituações, derivadas das diferentes abordagens analíticas.

Na abordagem do PREALC, em cujos primeiros estudos se destacava a preocupação descritiva e quantitativa, o conceito de “mercado informal” aparece ligado ao conceito econômico de “heterogeneidade estrutural”, segundo o qual as economias subdesenvolvidas possuem estruturas internas diferenciadas de acordo com seus níveis de produtividade, o que as leva a serem definidas como estruturalmente heterogêneas. Partindo deste princípio, o PREALC desenvolveu sua teoria dos “mercados diferenciados de trabalho”, correspondente à “heterogeneidade estrutural” da economia. A articulação entre os diferentes mercados de trabalho é o elemento mais importante desenvolvido pelo PREALC, no sentido de minimizar o modelo dualista de segmentação do mercado de trabalho. Essa articulação se dá em várias direções, entre todos os segmentos, e se caracteriza sempre por um sentido complementar. Essa percepção de complementaridade, *grosso modo*, supõe um espaço próprio e funcional de existência para o setor informal. As inter-relações percebidas implicam influência mútua entre os setores.

Mais recentemente, com a emergência de novas formas de organização do trabalho e a inclusão das economias desenvolvidas no debate, novas interpretações são dadas ao setor informal, associadas, agora, à reestruturação industrial e à redefinição do papel do Estado. O novo paradigma de organização

econômica, embasado na noção de especialização flexível, representaria um importante espaço para a pequena produção. Numa interpretação que se opõe à visão assentada na exclusão — setor informal como *locus* de inserção do excedente da força de trabalho —, esse segmento passa a ser visto, também, como um caminho de passagem para a modernidade; e o trabalhador, como um empreendedor que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente frente ao trabalho assalariado.

Embora não seja o objetivo do presente estudo aprofundar a análise dessas questões, a adequação de uma ou outra abordagem do setor informal e, no seu interior, do trabalho por conta própria é ainda muito polêmica e certamente será diferenciada em função do contexto histórico em que se inserir. Nesse sentido e não obstante a natureza dos dados analisados não conter elementos suficientes para afirmações conclusivas, é possível contribuir para essa reflexão, através de um melhor entendimento da estrutura do trabalho por conta própria, típico do setor informal, sempre que possível confrontado com as condições presentes no segmento assalariado da População Economicamente Ativa.

Todavia é importante ressaltar que os problemas conceituais acarretaram dificuldades na implementação das investigações empíricas acerca desse fenômeno, reduzindo, dentre outros aspectos, a comparabilidade de resultados.

Um avanço importante nesse campo veio através da Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, instituição que se reúne desde 1923, ligada à Organização Internacional do Trabalho, e que é encarregada de fixar normas internacionais para as estatísticas do trabalho. Em sua 15ª edição, em 1993, emitiu uma detalhada resolução, cujo objetivo foi “[...] proporcionar diretrizes técnicas que sirvam de referência para a elaboração de definições e classificações adequadas das atividades do setor informal e o desenho de métodos de coleta de dados e de programas apropriados” (ILO, 1993, p. 58 apud Hoffmann; Brandão, 1996).

Segundo essa resolução, o “[...] conjunto de unidades dedicadas à produção de bens ou prestação de serviços com a finalidade primordial de gerar emprego e renda para as pessoas que trabalham nessas atividades [...]” (Hoffmann; Brandão, 1996) constituiria o setor informal, caracterizado, dentre outros aspectos, pela pequena escala, organização rudimentar, pouca separação entre trabalho e capital, ausência de distinção entre o capital da unidade produtiva e o de seus proprietários. Assim, a atividade informal passa a ser definida como aquela caracterizada pela participação direta do proprietário no processo produtivo, ou seja, sem separação entre o trabalho direto e a gestão do negócio, e onde a pequena escala permite que, mesmo fragmentando as tarefas, o trabalhador e seus ajudantes mantenham o conhecimento e o controle do processo produtivo como um todo.



Seguindo essas definições, elegeu-se para o presente estudo aquelas categorias de trabalhadores que podem ser classificadas conforme o conceito acima exposto, quais sejam: o trabalhador autônomo, o dono de negócio familiar e o empregador com até cinco empregados, os quais passam a ser genericamente denominados trabalhadores informais ou por conta própria.

## **As políticas públicas e o apoio ao setor informal**

À exceção da legislação trabalhista, implantada no Brasil na primeira metade do século XX, os primeiros movimentos de implementação de políticas de apoio ao trabalhador desempregado ocorreram a partir da década de 60.

Nesse período, presenciava-se um forte processo de urbanização, que expandiu a força de trabalho nos centros urbanos. Todavia as altas taxas de crescimento econômico permitiram a incorporação de parcela importante dessa força de trabalho no setor moderno da economia, principalmente na indústria e no setor público, ambos com alto grau de formalização. Com isso e com o excepcional desempenho da economia mundial, acreditava-se que a intensificação do crescimento da economia, no Brasil, geraria empregos suficientes para reverter os índices de desemprego presentes no mercado de trabalho (Cardoso Jr., 2006).

Os instrumentos de política de emprego que se criaram nesse período restringiram-se, portanto, a formas indenizatórias e à formação de patrimônio (FGTS, PIS, PASEP), sem nenhuma preocupação com a reintegração do trabalhador ao mercado de trabalho ou com sua sobrevivência enquanto desempregado (Seguro-Desemprego). Segundo Cardoso Jr. (2006), esses programas não podem ser tomados como partes de um sistema público do emprego, que só vem a se esboçar a partir da criação, em 1975, do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Segundo o autor,

[...] as políticas públicas de emprego elaboradas nos anos 1960 e 1970 se orientaram mais no sentido de indenizar o trabalhador demitido do que no de fornecer alguma proteção efetiva ao trabalhador desempregado” (Cardoso Jr., 2006, p.10).

Com a criação do Sine, através do Decreto nº 766.403/1975, como medida de cumprimento das determinações contidas na Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho, implantaram-se as bases para o sistema público de emprego no Brasil, calcadas em modelos de sistemas públicos de emprego

de economias capitalistas desenvolvidas, principalmente de países europeus. No período de implementação, que se estendeu até os primeiros anos da década seguinte, logrou-se consolidar o serviço de intermediação de mão-de-obra, enquanto as outras ações previstas (geração de informações sobre o mercado de trabalho, geração de emprego e renda e outras), sem o estabelecimento de uma fonte de financiamento estável, tiveram um desenvolvimento heterogêneo entre os estados da Federação, caracterizando-se por iniciativas isoladas, com descontinuidades ao longo do tempo.

A partir dos anos 80, dada a forte crise vivida pela economia brasileira e a adoção de políticas macroeconômicas de ajuste de cunho nitidamente recessivo, consolidou-se uma visão pessimista quanto à capacidade de o processo de crescimento econômico promover, concomitantemente e a taxas semelhantes às suas, uma expansão do mercado de trabalho. Deixada para trás a perspectiva desenvolvimentista, restou a questão de como enfrentar os problemas sociais resultantes do novo padrão de crescimento, principalmente no que diz respeito à exclusão de parcela expressiva de trabalhadores do mercado formal de trabalho.

A preocupação com a formulação de uma política de emprego aparece já nos primeiros anos da década de 80. O debate sobre política social ganhou novos contornos, e a questão do desemprego passou a compor a pauta dessas discussões, embasando o surgimento dos programas de geração de emprego e renda. Esses programas começaram a ser implantados através da iniciativa de organizações internacionais de cooperação — bi ou multilaterais, governamentais ou privadas —, que passaram a aportar recursos financeiros e técnicos para a implementação de ações de geração de renda e ocupação (Guimarães, 2003). Na ausência de uma política de geração de ocupação e renda estruturada, com definição clara de instrumentos e base de financiamento, a atuação governamental foi, na maioria das vezes, coadjuvante nessas iniciativas.

As incertezas econômicas, os sucessivos planos de estabilização e a descontinuidade política, que marcaram a década, também afetaram as condições de expansão e desenvolvimento do Sine, reduzindo as chances de constituição de um sistema público de emprego articulado e compatível com as novas características do mercado de trabalho brasileiro: taxas de desemprego crescentes, estagnação do emprego formal e o conseqüente crescimento das ocupações informais.

Na segunda metade da década de 80, período de redemocratização política do País e no bojo de novo plano de estabilização (Plano Cruzado), o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 2.284/1986, instituiu o Seguro-Desemprego. Sem a definição de uma fonte própria de financiamento, o Seguro-Desemprego foi criado com limites estritos: assistência financeira temporária (máximo de

quatro meses) ao trabalhador desempregado por dispensa sem justa causa ou por paralisação parcial ou definitiva das empresas. Para receber o benefício, o trabalhador deveria comprovar sua situação de assalariado no mercado formal nos últimos seis meses anteriores à dispensa, ter contribuído para a previdência por, pelo menos, 36 meses nos últimos quatro anos e, para receber um novo seguro, teria um período de carência de 18 meses. Essas regras e a cobertura por prazo tão estreito foram responsáveis pela baixa abrangência desse instrumento de proteção: poucos alcançam o direito ao benefício, e estes o têm por um período muito curto frente ao tempo médio despendido pelos trabalhadores na busca por um novo trabalho (Cardoso Jr., 2006).

Somente com a Constituição de 1988 foram definidas fontes de financiamento específicas para o Seguro-Desemprego e as demais políticas de emprego. O Artigo 239, nas Disposições Constitucionais Gerais, estabelece o PIS e o PASEP como bases de financiamento do seguro, do abono salarial e, com pelo menos 40% da arrecadação, de programas de desenvolvimento econômico através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Porém é com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)<sup>6</sup>, em 1990, que, finalmente, se constituiu uma estrutura institucional de financiamento para o Seguro-Desemprego, com reflexos no conjunto do sistema público de emprego<sup>7</sup>. A partir dessa nova estrutura de financiamento, foi possível ampliar a gama de ações e a abrangência das políticas de emprego, com o Seguro-Desemprego funcionando como elemento organizador do sistema público.

No ano seguinte, através da Lei nº 8.352/91, ficou determinado que as disponibilidades financeiras do FAT poderiam ser aplicadas em depósitos especiais remunerados, a cargo de instituições financeiras oficiais federais. Com a efetiva implementação dessa Lei pela Resolução nº 59/94 do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), surgiram os programas de geração de emprego, trabalho e renda do Governo Federal, que visavam apoiar alternativas de inserção produtiva via incentivo ao empreendedorismo e apoio à sustentabilidade de iniciativas típicas do auto-emprego. Foram estabelecidas linhas de crédito especiais para a concessão de crédito de investimento, operadas por instituições financeiras oficiais, capazes de atingir segmentos de trabalhadores que não

---

<sup>6</sup>Lei nº 7.998/90.

<sup>7</sup> "A Lei nº 7.998/90 estendeu as atribuições do programa seguro-desemprego, que passou a ter por finalidades prover assistência financeira temporária ao desempregado e auxiliar tais trabalhadores na busca de um novo emprego, podendo, para isso, promover a sua reciclagem profissional. Ou seja, adotava-se uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio financeiro, incorporando também os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional nos moldes dos sistemas adotados nos países desenvolvidos." (Cardoso Jr., 2006).

têm acesso ao sistema financeiro — trabalhadores autônomos, donos de negócio familiar, micro e pequenas empresas, cooperativas e outras formas associativas de produção — tanto da área urbana, Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Urbano), como da rural (Proger Rural).

Ao longo da implementação dessa linha de programas, novos instrumentos e medidas de aperfeiçoamento foram sendo incorporados. Por exemplo, segundo o estudo de Cardoso Jr. (2006), o baixo número de concessões de crédito provocou a criação do Fundo de Aval Para a Geração de Emprego e Renda (Funproger), que deu impulso ao Programa. Em 1996, recursos do FAT foram destinados ao BNDES para aplicação no Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), com o objetivo de formar uma rede de instituições privadas, capazes de financiar pequenos empreendimentos. Todavia essa iniciativa não foi bem-sucedida, pelo pequeno número de créditos concedidos até 2001, sendo substituída pelo FAT Empreendedor Popular. A inovação, neste último programa, está na concessão de crédito para capital de giro, até então inexistente nos programas apoiados pelo FAT e que, segundo diagnóstico do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), deixava de beneficiar um grande número de pequenos empreendedores.

Em 2004, foi criado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para microempreendedores populares. Esse foi o primeiro programa do Governo Federal a aliar a concessão do crédito à assistência técnica ao pequeno empreendedor.

Em que pese o expressivo número de programas de geração de emprego e renda que se constituíram a partir da criação do FAT, estes se restringiram à instituição de linhas de crédito especiais. De fato, a falta de acesso às linhas de crédito tradicionais é um entrave à constituição e ao desenvolvimento desses pequenos negócios. Todavia este não se constitui no único problema enfrentado pelos trabalhadores por conta própria. Pesquisas mostram que conhecimentos de gestão do negócio são tão importantes quanto os recursos financeiros para a sobrevivência dessas iniciativas. Apoio desse tipo, como foi visto, aparece somente em um dos programas, no PNMPO. Antes dele, essa questão foi abordada apenas através do Programa de Qualificação Profissional (Planfor), atualmente, Plano Nacional de Qualificação (PNQ), em cursos com módulos voltados à gestão de negócios ou ao cooperativismo.

Ainda na linha dos limites dessas políticas, alguns estudos têm enfatizado o alcance restrito dessas ações frente ao tamanho do segmento que pretendem apoiar. Um número muito pequeno de trabalhadores chega a se beneficiar desses programas, por não estarem disponíveis em suas regiões, por desconhecerem sua existência ou por não reconhecerem que podem lhes trazer ajuda.

## **Comportamento das atividades informais no mercado de trabalho da RMPA**

No período abarcado por este estudo, que, diferentemente dos demais que compõem esta publicação, se estende do segundo semestre de 1992 ao primeiro semestre de 2006, dados da PED-RMPA atestam que ocorreram alterações substanciais na estrutura ocupacional da Região, sobressaindo-se, por um lado, a elevação do desemprego e, por outro, a redução do emprego assalariado formalizado, bem como o crescimento de formas de inserção que se distanciam do contrato-padrão de trabalho, aqui definido como contrato assalariado regulamentado.

As mudanças estruturais que se processaram na economia brasileira nos anos 90 promoveram importante redução do emprego assalariado, tanto no setor privado quanto no público. No setor privado, esse movimento foi especialmente intenso na indústria de transformação, onde os impactos da abertura comercial e da reestruturação produtiva foram mais profundos.

A eliminação de empregos industriais e o encolhimento que se processou no setor público tiveram especial repercussão no emprego formalizado, pois, tradicionalmente, aí são encontrados maiores índices de regulamentação dos contratos de trabalho. De fato, ao longo do período analisado, os resultados da PED-RMPA mostram um crescimento, em maior medida, de formas de assalariamento não regulamentado (68,2% face aos 5,6% do emprego formal), associado ao incremento de formas não assalariadas de inserção, revelando um processo de precarização das relações de trabalho. O trabalho autônomo, por exemplo, cresceu expressivos 32,4% entre os biênios jul./92-jun./94 e jul./04-jun./06, na Região, com o incremento de 60.000 novas ocupações. Note-se, no entanto, que, nos anos 2000, especialmente em 2004 e 2005, o crescimento ocupacional ocorreu, se não exclusivamente, em grande medida, pelo crescimento de postos de trabalho formalizados.

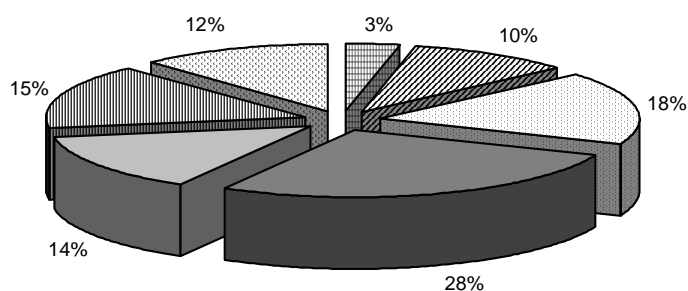
Na RMPA, o contingente numericamente mais importante entre as categorias de trabalho informal, conforme definidas para este estudo, é o de autônomos que trabalham para o público, destacando-se o de autônomo que trabalha fora da residência e sem instalação fixa, o qual representava cerca de um terço (31,0%) do total de trabalhadores por conta própria ao final do período em análise (Tabela A.3).

Nas demais categorias de autônomos que trabalham para o público em geral, ocorreu uma inversão de posições em relação ao início da série: no primeiro biênio analisado (jun./92-jul./94), seguiam-se, em importância, a categoria que trabalhava na própria residência (18,0%) e a que trabalhava fora da residência, com instalação fixa (14,0%). Como se pode notar, as categorias menos estruturadas eram as que respondiam pela maior parcela de trabalhadores informais. Já no último biênio da série analisada, devido a um maior crescimento da parcela que trabalha fora da residência com instalação fixa, essa categoria passou a responder por 20,0% do total de trabalhadores por conta própria, enquanto a parcela que trabalha em seu próprio domicílio reduziu sua participação para 14,0% (Gráficos 1 e 2).

O crescimento absoluto mais expressivo e constante nos 14 anos analisados ocorreu nas categorias de autônomos que trabalham para o público fora da residência: naquela sem instalação fixa, foram agregados 32.000 indivíduos no período; na com instalação fixa, 29.000 trabalhadores. As demais categorias tiveram incrementos mais modestos, como pode ser visto no Gráfico 3, enquanto a categoria de donos de negócio familiar sofreu uma retração de 10.000 trabalhadores (Tabelas A.1 e A.2).

Gráfico 1

Distribuição dos trabalhadores por conta própria, segundo categorias,  
na RMPA — jul./92-jun./94



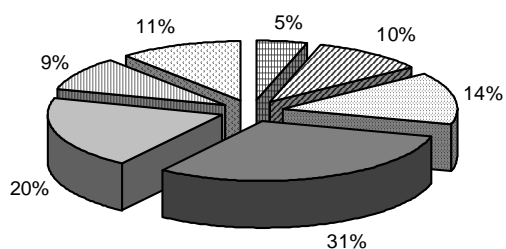
Legenda:

- ▣ Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- ▤ Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- ▥ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- ▦ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- ▧ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- ▨ Dono de negócio familiar
- ▩ Empregador com até cinco empregados

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Gráfico 2

Distribuição dos trabalhadores por conta própria, segundo categorias,  
na RMPA — jul./94-jun./96



Legenda:

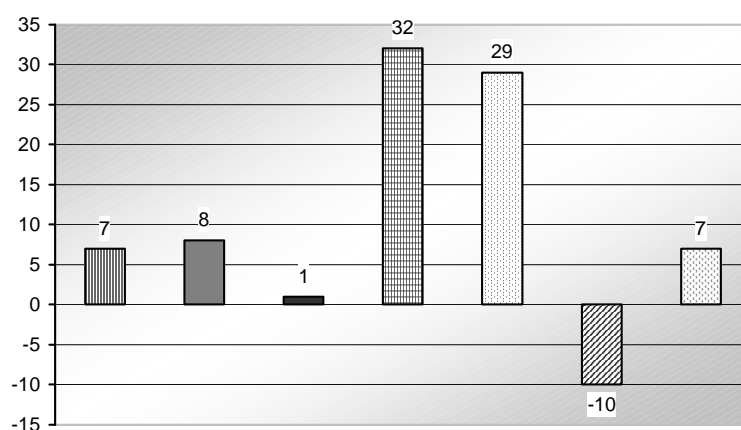
- Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- ▨ Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- ▤ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- ▨ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- ▤ Dono de negócio familiar
- ▤ Empregador com até cinco empregados

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.



Gráfico 3

Varição absoluta dos trabalhadores por conta própria, segundo categorias,  
na RMPA — jul./04-jun./06-jul.92-jun./94



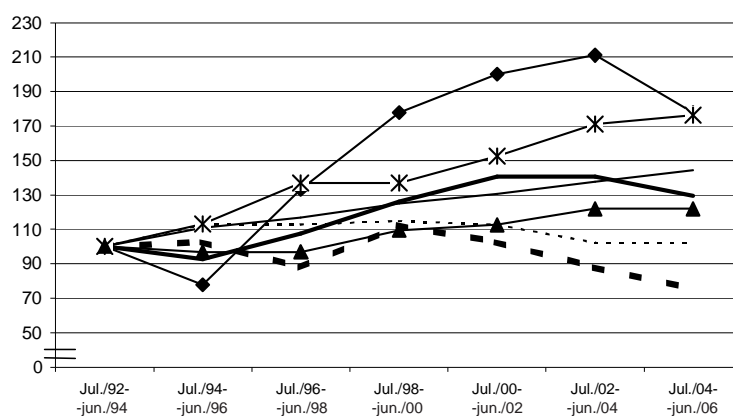
Legenda:

- ▨ Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- ▨ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- ▨ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- ▨ Dono de negócio familiar
- ▨ Empregador com até cinco empregados

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Gráfico 4

Índice do trabalho por conta própria, segundo categorias, na RMPA — jul./92-jun./06



## Legenda

- ◆ Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- ... Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- x— Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- Dono de negócio familiar
- ▲ Empregador com até cinco empregados

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

## Condições de exercício do trabalho informal: faces da precariedade

A principal questão envolvida no conceito de precariedade, tal como está sendo tratado aqui, diz respeito ao afastamento do padrão de proteção legal e de benefícios com que se revestiu o trabalho assalariado ao longo do século passado. Nesse sentido, buscou-se examinar, em primeiro lugar, o indicador que expressa um dos aspectos desse padrão — a proteção previdenciária — através do grau de contribuição à Previdência Social, verificado entre os indivíduos que se inserem em formas autônomas de trabalho.

Ao contrário do trabalhador assalariado regulamentado, que tem seu desconto previdenciário feito automaticamente no ato do pagamento do salário (mantendo, portanto, 100% de contribuição), para o autônomo essa contribuição passa a ser um ato de vontade, que se traduz na possibilidade de destinar uma parcela de seus rendimentos do trabalho para esse fim. O que se observa, na verdade, é que quase todas as categorias de trabalhadores por conta própria mantêm uma baixa contribuição à Previdência, com exceção do empregador com até cinco empregados, cuja contribuição supera os 80% (Tabela A.4).

A proporção de indivíduos que contribuem é maior conforme o grau de estruturação do negócio/atividade e a própria forma de inserção ocupacional. Por exemplo, a menor parcela de contribuição foi observada entre os autônomos que trabalhavam para uma empresa com até cinco empregados, categoria que também apresentou os menores rendimentos médios ao longo do período analisado (apenas 18,9% deles contribuíam para a Previdência no último biênio analisado, proporção similar à dos assalariados com contrato não regulamentado).

Em condição inversa, as maiores parcelas com contribuição podem ser observadas entre os donos de negócio familiar e entre os empregadores com até cinco empregados (56,9% e 81,5%, respectivamente, no último período), categorias estas que auferem os rendimentos médios mais elevados entre o conjunto de trabalhadores inseridos em formas autônomas de trabalho. Como agravante, essa contribuição, já baixa para a maioria das categorias, diminuiu durante o período abarcado por este estudo. Com exceção dos autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, todas as demais categorias reduziram essa contribuição entre o primeiro e o sexto biênio em análise, melhorando, no último período, sem, no entanto, recuperar os patamares do início da série (Tabela A.4).

As reduções mais expressivas ocorreram, justamente, entre algumas das categorias que apresentavam, no início do período em foco, os melhores índices de contribuição, podendo indicar uma piora nas condições gerais de exercício da atividade. Duas categorias são exemplares nesse processo: autônomos que trabalham para o público em geral, fora da residência, com instalação fixa e donos de negócio familiar. A primeira, de uma parcela de 60,2% de contribuintes, chegou a 39,3% (mais baixo patamar da série) no penúltimo biênio, expandindo-se, no final, para apenas 44,4%. A segunda mostrou trajetória semelhante: a parcela de contribuintes à Previdência passou de 65,8% no primeiro biênio para 51,3% no penúltimo, melhorando no último (56,9%). Note-se que a primeira das duas categorias foi a única a apresentar retração no rendimento médio, de 2,0%, entre o primeiro e o quinto período considerados, o que pode ajudar a explicar a redução da parcela que contribuía à Previdência (Gráfico 5).

Dois fatores parecem ser fundamentais para a busca de algum grau de regularização ou garantia, no caso, previdenciária, entre os trabalhadores inseridos em formas autônomas de trabalho, quais sejam, a escolaridade e a posição que ocupam no domicílio onde residem. De fato, qualquer que seja a categoria examinada ou o ponto da série, os indivíduos que detêm a chefia do domicílio e, portanto, maior responsabilidade frente ao grupo familiar apresentam maior incidência de contribuição. Da mesma forma, é possível perceber que a busca de proteção previdenciária aumenta em conformidade com o grau de escolarização dos indivíduos (Tabelas A.4 e A.5).

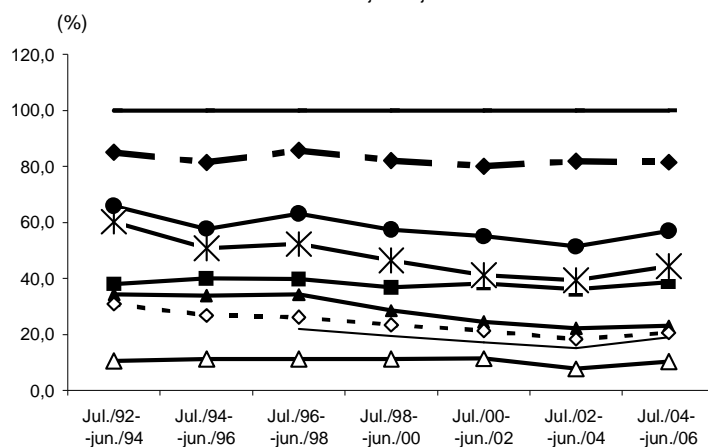
Todavia, mesmo entre as categorias de trabalhadores com inserções autônomas mais precárias, a contribuição à Previdência mostrou-se maior, se comparada aos assalariados sem carteira de trabalho assinada, situando estes últimos na pior condição de desproteção. Esse fato pode corroborar a hipótese de que a busca pela forma autônoma de trabalho resulte não só da ausência de outras oportunidades de trabalho, mas esteja associada, também, à deterioração da qualidade do emprego assalariado.

Para desvendar outros aspectos do processo de precarização, relacionados com o afastamento do patamar de qualidade presente no contrato-padrão, foram examinados outros três indicadores: o rendimento médio real, a jornada média de trabalho e o tempo médio de permanência no trabalho.

O rendimento médio real auferido pelos trabalhadores inseridos em formas de atividade autônoma mostrou-se bastante diferenciado internamente, indicando desigualdades importantes no interior desse segmento. As categorias com ganhos mais elevados são o empregador com até cinco empregados, o dono de negócio familiar e o autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados. Em situação oposta, encontra-se o autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados (Tabela A.6).

Gráfico 5

Contribuição à Previdência dos ocupados em formas de inserção selecionadas,  
na RMPA — jul./92-jun./06



Legenda:

- Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- ▲ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- ◇ Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- \* Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- Dono de negócio familiar
- ▶ Empregador com até cinco empregados
- Assalariados do setor privado com carteira assinada
- △ Assalariados do setor privado sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Do início da série até o terceiro biênio considerado (jul./96-jun./98), o rendimento médio dos trabalhadores autônomos cresceu para a maior parte das categorias. Essa evolução favorável nos rendimentos de trabalho está associada aos impactos positivos da estabilização monetária, ocorrida imediatamente após a implantação do Plano Real, em 1994. Todavia esses ganhos não se mostraram sustentáveis e passaram a decrescer para a maioria das categorias, principalmente nos dois últimos biênios.

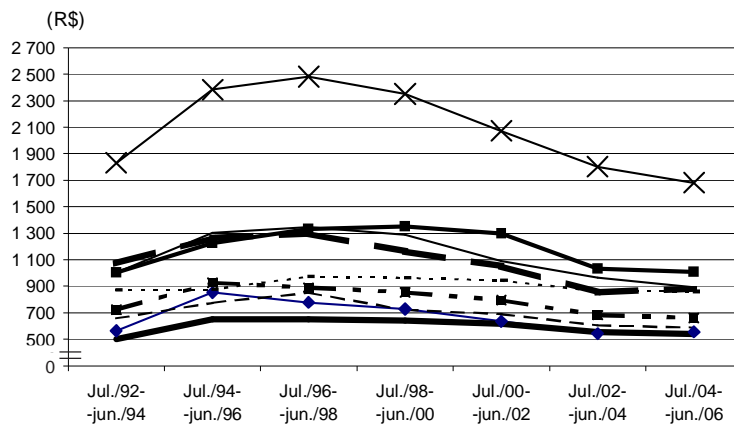
A trajetória dos rendimentos, no entanto, não foi homogênea para o conjunto dos trabalhadores informais. Três categorias mostraram movimentos diferenciados. O movimento mais positivo foi observado entre os autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, os quais apresentaram crescimento nos rendimentos até o quarto biênio — aumento real de 35%. Já para os autônomos que trabalham para uma empresa com até cinco empregados e para os que trabalham para o público, fora da residência, sem instalação fixa, os rendimentos cresceram apenas no segundo biênio (51,5% e 28,4% respectivamente). Nesse mesmo período, também tiveram aumentos importantes os empregadores com até cinco empregados (30,3%) e os donos de negócio familiar (29,5%), aumentos comparáveis aos obtidos pelos assalariados sem carteira (30,2%).

A jornada média de trabalho apresentou um comportamento bastante diferenciado entre as categorias de trabalhadores por conta própria; mesmo assim, é possível estabelecer alguns padrões de comportamento que mostram maior ou menor aproximação de algumas delas ao padrão de jornada cumprido pelo trabalhador assalariado (44 horas semanais). Na observação do percentual de indivíduos que cumprem jornadas superiores a 44 horas, todavia, todas as categorias apresentam patamares superiores aos observados para o assalariamento no setor privado (Gráfico 7 e Tabela A.7).

Para os autônomos que trabalham para uma empresa, seja até cinco ou com mais de cinco empregados, esse indicador cresceu entre o primeiro e o quinto biênio, partindo de 40 e 41 horas, respectivamente, e atingindo, ao final da série, o mesmo valor da jornada definida em lei para a maior parte das categorias de trabalhadores assalariados (44 horas semanais). O percentual dos que trabalham acima de 44 horas, no entanto, superou o observado para os assalariados do setor privado: atingiu, no último biênio, 48,3% dos que exercem sua atividade em empresas com até cinco empregados e 46,2% dos que trabalham em empresas com mais de cinco funcionários. Entre os assalariados, o percentual observado foi de 39,7% para aqueles com carteira assinada e de 39,2% para os sem carteira.

Gráfico 6

Rendimento médio real dos ocupados em formas de inserção selecionadas,  
na RMPA — jul./92-jun./06



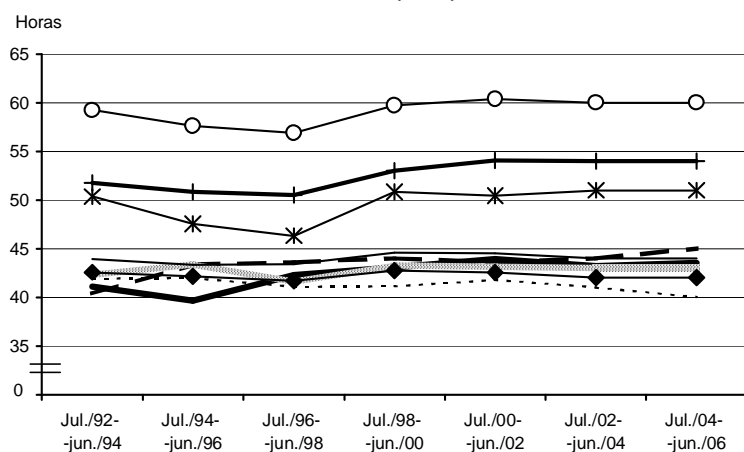
Legenda:

- ◆— Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- - - Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- Dono de negócio familiar
- x— Empregador com até cinco empregados
- - - - Assalariados do setor privado com carteira assinada
- Assalariados do setor privado sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 7

Jornada semanal média dos ocupados em formas de inserção selecionadas,  
na RMPA — jul./92-jun./06



Legenda:

- Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- \* Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- ○ Dono de negócio familiar
- + Empregador com até cinco empregados
- Assalariados do setor privado com carteira assinada
- ◆ Assalariados do setor privado sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio: FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

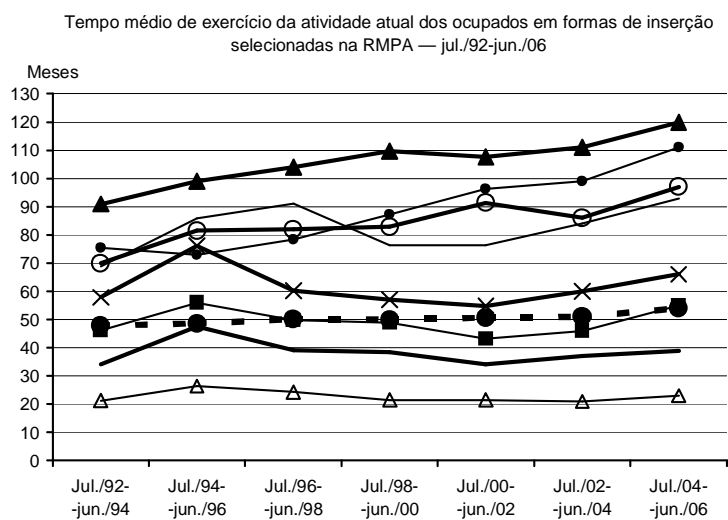


Já entre os autônomos que trabalham para o público em geral, em atividades menos estruturadas — trabalham na residência ou fora dela, mas sem instalação fixa —, não houve mudanças importantes nesse indicador, cabendo destacar que até o último biênio, mostram jornadas inferiores a 44 horas semanais. A proporção de indivíduos com jornadas superiores à padrão, contudo, foi de 46,9% e de 44,6% respectivamente.

No entanto, nas outras três categorias, mais estruturadas, aliam-se aos rendimentos mais elevados jornadas médias de até 60 horas semanais — caso dos donos de negócio familiar. Os patamares atingidos no último biênio da série, em que pese um movimento de redução observado no segundo e no terceiro, são semelhantes aos do início da série, com exceção da jornada dos empregadores com até cinco empregados, a qual passou de 52 para 54 horas semanais. Os percentuais de indivíduos com jornadas superiores à padrão são muito elevados nessas categorias e cresceram ao longo da série. O mais alto percentual foi observado, novamente, entre os donos de negócio familiar, o qual atingiu 76,0% no último ponto da série.

Por fim, a observação do tempo médio de permanência no trabalho que exerciam aponta comportamentos de maior estabilidade nas categorias mais estruturadas — autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalações fixas, donos de negócio familiar e empregadores com até cinco empregados — e entre os autônomos que trabalham na própria residência. Todas essas categorias apresentaram um tempo médio de trabalho superior a cinco anos e foram, também, as que registraram maior crescimento desse indicador ao longo da série (Gráfico 8).

Gráfico 8



Legenda:

- ▲— Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados
- Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência
- ×— Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa
- Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa
- Dono de negócio familiar
- ▲— Empregador com até cinco empregados
- Assalariados do setor privado com carteira assinada
- △— Assalariados do setor privado sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio: FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Níveis de maior estabilidade no trabalho, considerado o tempo médio de permanência na atividade atual, parecem estar associados, também, a um grau maior de responsabilidade no sustento do grupo familiar, dado que esse indicador apresenta níveis expressivamente mais elevados entre os chefes de domicílio. Com exceção dos chefes de domicílio que integravam as categorias de assalariados sem carteira de trabalho assinada, de autônomos que trabalham para uma empresa e dos que trabalham para o público fora da residência, mas sem instalação fixa, os chefes de domicílio das demais categorias investigadas exerciam sua atividade há mais de cinco anos (Tabela A.8).

Em que pese a heterogeneidade presente no universo do trabalho informal, esse conjunto de indicadores revela certo grau de aprofundamento das desvantagens e fragilidades tradicionalmente associadas a essas formas de inserção laboral. Pode-se destacar, como exemplo, a queda no já reduzido número de contribuintes à Previdência Social, único instrumento de proteção a que esses trabalhadores podem ter acesso. Outro exemplo é a relação entre ganhos e jornada de trabalho. Note-se, por um lado, que a jornada média cumprida por praticamente todas as categorias de trabalhadores informais supera 44 horas semanais. Por outro lado, embora algumas categorias de conta-própria — as menos expressivas numericamente — aúfiram rendimentos médios superiores aos dos assalariados regulamentados, a jornada a ser cumprida para tanto é muito extensa, chegando até a 60 horas semanais.

## A perspectiva do trabalhador: alternativa de trabalho e renda

A expansão das atividades não assalariadas no mercado de trabalho da RMPA é expressão do mesmo fenômeno que caracterizou a economia brasileira nos anos 90 e, certamente, está associada ao processo de deterioração das condições gerais do mercado de trabalho. Esse fato é corroborado, principalmente, pela análise da história ocupacional recente dos trabalhadores vinculados a essas atividades e pelos motivos que os moveram em direção a essas formas de inserção laboral.

Para um estudo exploratório dessas e de outras questões vinculadas ao exercício das atividades típicas do setor informal, realizou-se a pesquisa especial **Trabalho por Conta Própria** junto aos trabalhadores por conta própria. Essa pesquisa, composta por um conjunto de questões em instrumento anexo ao questionário-padrão da PED-RMPA, permaneceu em campo por um período de nove meses (dezembro de 2005 a agosto de 2006), e seus resultados foram

analisados, comparando-os, sempre que oportuno, com os resultados de igual levantamento realizado em 2002. Esta seção aborda três blocos de questões: em primeiro lugar, as razões e as condições de entrada do trabalhador na atividade por conta própria; num segundo bloco, a identificação, por parte do trabalhador, de problemas enfrentados para manter e desenvolver a atividade ou o negócio, bem como os caminhos para enfrentá-los; por fim, faz-se uma incursão e/ou abordagem no âmbito das políticas públicas de geração de ocupação e renda, na expectativa de contribuir para o conhecimento do alcance e da efetividade das mesmas.

Neste estudo, a abordagem da inserção de trabalhadores em atividades informais assenta-se no entendimento de que, menos do que uma real opção, a busca por atividades típicas do auto-emprego responde a fenômenos que, ao se intensificarem nos anos 90, provocaram alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Em primeiro lugar, é preciso mencionar a elevação do desemprego e a retração da oferta de empregos formais — esta última provocada, principalmente, pelo encolhimento do emprego no setor público e pela eliminação de postos de trabalho no setor industrial —, que acirraram a competição por uma vaga, reduzindo muito as possibilidades para aqueles trabalhadores com menor escolaridade, mais idade e menor qualificação, características presentes entre os trabalhadores autônomos. Em segundo, a perda de qualidade do emprego assalariado formalizado — flexibilização dos contratos de trabalho, perdas de direitos e queda do patamar dos rendimentos médios reais do trabalho assalariado.

## **A opção pelo trabalho por conta própria e as condições de exercício laboral**

Para identificar a presença de motivações decorrentes desses fenômenos na decisão dos trabalhadores que passaram a exercer sua atividade laboral de forma autônoma, buscou-se não só a manifestação direta do entrevistado, mas também a informação sobre a modalidade de inserção em seu trabalho anterior. Completando essa análise exploratória das condições de entrada na atividade autônoma, investigou-se a qualificação do trabalhador para exercer esse tipo de atividade.

A análise dos resultados da pesquisa especial com trabalhadores por conta própria na RMPA mostrou que a origem ocupacional — trabalho anterior ao atual — de mais de 70% deles é o assalariamento regulamentado (74,9% em 2002 e 73,6% em 2006, considerados, aqui, assalariados do setor privado da

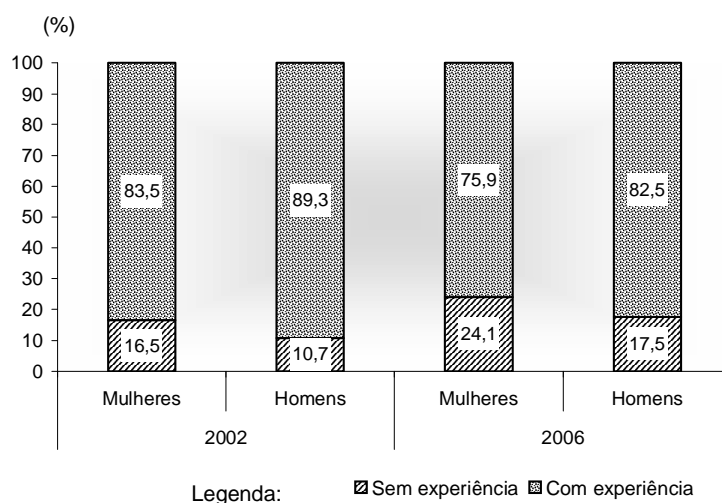
economia com carteira assinada e assalariados do setor público). A modesta redução da parcela de assalariados formalizados entre os dois momentos investigados ocorreu simultaneamente ao aumento da parcela de autônomos que eram assalariados sem carteira assinada ou empregados domésticos no trabalho anterior, sugerindo aumento do trânsito para a informalidade a partir de modalidades ocupacionais já mais precarizadas. Tal fato pode estar ligado ao aumento da oferta de postos de trabalho formalizados, observado no período mais recente (especialmente em 2004 e 2005), os quais tendem a exigir, para seu preenchimento, uma força de trabalho mais qualificada, favorecendo, provavelmente, a reinserção de trabalhadores oriundos do próprio segmento formalizado do mercado de trabalho (Tabela A.10).

Parcelas menos expressivas de trabalhadores já haviam trabalhado na condição de autônomo para a população em geral no trabalho anterior (11,4% e 13,2%, respectivamente, em 2002 e 2006), considerado, no caso do autônomo ou do conta-própria, aquele trabalho exercido anteriormente a uma interrupção que configure desemprego, conforme a metodologia de captação da PED, ou eram assalariados sem carteira assinada (7,8% e 6,5%, respectivamente, em 2002 e 2006). Os autônomos que têm, na atividade atual, seu primeiro emprego representam uma parcela pequena do total de pesquisados, tendo, todavia, crescido entre os dois momentos da pesquisa especial: passaram de apenas 12,9% em 2002 para 20,0% em 2006.

Iniciar a vida profissional diretamente numa atividade por conta própria mostrou-se mais comum entre as mulheres do que entre os homens: em 2002, 16,5% delas (contra 10,7% dos homens) tinham na atividade atual como autônoma seu primeiro trabalho e apenas 11,6% eram autônomas para o público no trabalho anterior. Em 2006, esse percentual cresceu para ambos os sexos, mantendo-se, contudo, mais expressivo para as mulheres (24,1%, contra 17,5% dos homens) — Gráfico 9.

Gráfico 9

Trabalhadores por conta própria, segundo o sexo e a experiência anterior de trabalho, na RMPA — 2002 e 2006



FONTE: PED-RMPA - Convênio: FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.

O assalariamento regulamentado como forma anterior de inserção laboral, ainda que represente a parcela mais importante entre as mulheres (63,3% em ambos os períodos), é inferior ao observado para os homens (praticamente estabilizado em 74,6%).

A opção pelo trabalho por conta própria, segundo os resultados da pesquisa especial Trabalho por Conta Própria, parece ser determinada tanto pela redução do emprego assalariado quanto, principalmente, pela perda da qualidade desse emprego, aqui expressa pelos níveis de rendimento: em 2002, 21,9% dos trabalhadores optaram pelo emprego por conta própria, em função da dificuldade em conseguir um emprego assalariado, e 23,5% esperavam ganhar mais

trabalhando de forma autônoma. O desejo de autonomia determinou a escolha de 15% desses trabalhadores — “não queria ter patrão” —; em 2006, diminuíram as proporções de todos os três segmentos (20,8%, 20,6% e 11,1% respectivamente), ampliando-se a parcela dos que alegaram não ter profissão definida ou não ter estudo — de 3,8% em 2002 para 8,6% em 2006 (Tabela A.11).

Para as mulheres, a necessidade de trabalhar na residência — fator decorrente da responsabilização pelos cuidados da casa, dos filhos e de outros familiares — definiu a escolha desse tipo de atividade para 21,0% delas em 2002 e para 20,5% em 2006, reduzindo o peso relativo da busca por ganhos mais elevados (15,0% e 13,4%, respectivamente, nos dois períodos analisados) e por autonomia. Manteve-se, no entanto, como alegação majoritária entre as mulheres (21,3% em 2006 contra 20,6% entre os homens) a dificuldade de conseguir um trabalho assalariado como motivo para a opção pelo trabalho autônomo.

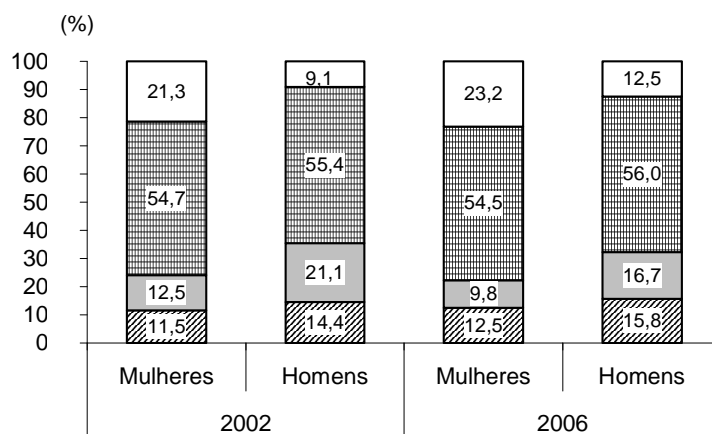
As qualificações para exercer uma atividade de forma autônoma foram adquiridas, para mais da metade dos trabalhadores (53,8% e 53,0%, respectivamente, em 2002 e 2006), diretamente no exercício do trabalho atual, indicando a fragilidade do ingresso e o alto risco assumido. Todavia não foi pouco expressivo o grupo que aprendeu antes de iniciar a atividade atual, seja no trabalho anterior, seja com a família (31,2% em 2002 e 28,7% em 2006). O contingente de trabalhadores que fizeram algum curso de qualificação profissional para iniciar sua atividade por conta própria, embora tenha menor representação, foi o único que apresentou crescimento entre os dois períodos analisados, passando de 13,7% para 16,5% do total de trabalhadores (Tabela A.12).

A formação via curso de qualificação profissional mostrou-se mais importante para as mulheres, dentre as quais, 21,3% buscaram esse tipo de formação em 2002, ampliando-se esse percentual para 23,2% em 2006. Entre os homens, a realização de curso de qualificação foi observada em um percentual menor de trabalhadores: apenas 9,1% em 2002, expandindo-se para 12,5% em 2006 (Gráfico 10).

O crescimento do contingente de trabalhadores que realizou curso profissionalizante pode estar relacionado com uma nova cultura no mercado de trabalho, que valoriza, cada vez mais, a qualificação. Ademais, o aumento da oferta de cursos de qualificação profissional gratuitos por parte do sistema público de emprego, com módulos especiais ou exclusivamente voltados ao desenvolvimento das capacidades de gestão de pequenos negócios e/ou atividades cooperativadas, representa uma oportunidade para os trabalhadores por conta própria.

Gráfico 10

Autônomos, segundo gênero e formas de capacitação para o exercício da atividade, na RMPA — 2002 e 2006



Legenda:

- Fez curso de qualificação profissional. Qual?
- ▣ Aprendeu na prática
- Aprendeu em sua atividade anterior
- ▨ Aprendeu com a família

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio MTE/FAT.  
Pesquisa especial Trabalho por Conta Própria.

Dentre os que realizaram cursos de qualificação profissional, a maior parcela o fez em instituições e escolas privadas de formação profissional (aproximadamente 27% nos dois períodos investigados, conforme Tabela A.13). Essa informação não surpreende, se forem considerados os resultados do Censo de Educação Profissional, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1999, o qual mostrou que mais de 80% da oferta de cursos profissionalizantes existente no Rio Grande do Sul era privada. Esse percentual pode ter se alterado nos últimos anos — não foi identificada nenhuma informação mais recente —,



dado o desenvolvimento dos programas de formação profissional do sistema público de emprego, trabalho e renda, que se constituem numa alternativa gratuita de qualificação.

## **Situação da atividade ou negócio: problemas e identificação de instrumentos de apoio**

Considerando-se a diversidade, o pequeno porte das atividades informais e a fragilidade com que a maior parte dos trabalhadores se insere nesse segmento, a manutenção da atividade e, principalmente, sua expansão dependem do enfrentamento de inúmeras barreiras — desde questões de capacitação técnica e de qualificação do trabalhador até as relativas à administração da atividade, como o estabelecimento do preço de serviços e produtos, busca de mercado e tantas outras.

A investigação dessas questões foi realizada através da apresentação de um elenco de problemas frente aos quais o trabalhador deveria posicionar-se — sim, ou não — quanto à presença de cada um no cotidiano do seu trabalho.

Os resultados dessa investigação mostraram que uma parcela nada desprezível dos trabalhadores reconhece que enfrenta dificuldades para resolver os problemas que se apresentam no dia-a-dia do exercício laboral. Alguns problemas se destacaram, em 2002, pelo número de trabalhadores que reconheceram sua presença no exercício de seu trabalho: questões de mercado — a busca de clientes e o conhecimento do mercado (18,9% de respostas afirmativas), a propaganda do seu trabalho e a necessidade de enfrentar o mercado sozinho (20,7%) —; a aquisição ou o melhoramento de equipamentos e instalações (16,4% das respostas); o estabelecimento do preço dos produtos ou dos serviços que presta (13,8%); e a melhora na qualidade do seu trabalho (10,1%).

Em 2006, mantém-se o destaque desses mesmos itens entre as dificuldades enfrentadas, porém com intensificação de alguns deles: busca por clientes (21,0%), aquisição de equipamentos e instalações (17,2%) e estabelecimento do preço de produtos ou serviços (15,0%). O aumento da proporção do item investimentos — equipamentos e instalações — pode estar relacionado com a retração dos rendimentos do conjunto dos trabalhadores autônomos, que continuaram declinantes entre 2002 e 2006, como mostram os dados do Gráfico 6 e da Tabela A.14.

Dentre os trabalhadores que apontaram dificuldades no exercício de sua atividade laboral, cerca de um quarto identificou instrumentos de apoio aos

quais pode lançar mão para melhorar as condições de desenvolvimento de seu trabalho e o enfrentamento dos problemas (Tabela A.15).

Das medidas propostas, destacou-se a realização de treinamentos e de cursos de qualificação técnica, seguida de treinamento para administrar a atividade ou negócio. Também tiveram expressividade: a busca por serviço de intermediação de autônomos e o conjunto das medidas relativas ao associativismo — associar-se com pessoas que produzem a mesma coisa ou que prestam o mesmo serviço, associar-se para comercializar produtos ou serviços e associar-se para a compra de matéria-prima —, este último, como resposta ao sentimento de isolamento manifestado no elenco de problemas (“enfrentar o mercado sozinho”).

Outro problema que afeta esse segmento de atividade econômica é a falta de regularização da atividade, seja ela total ou parcial (possui alvará, mas não registra o contrato de trabalho de eventual empregado ou tem apenas alguns dos documentos necessários). A falta de regularização pode trazer, por exemplo, dificuldades para fornecer nota fiscal de produtos ou serviços, reduzindo as possibilidades de atingir mercados mais organizados.

Na RMPA, menos da metade (44% aproximadamente) dos trabalhadores autônomos tinham sua atividade ou pequeno negócio regulamentado nos períodos pesquisados. Os negócios familiares e os pequenos empreendimentos com até cinco empregados possuíam um grau de regularização diferenciado: mais de 80% encontravam-se regularizados em 2002 (Tabela A.20).

Dentre as razões apontadas pelos trabalhadores que não possuíam sua atividade regularizada, destacaram-se, em 2002, duas ordens de fatores: a falta de recursos financeiros — seja para o pagamento dos documentos de regularização (13,4%), seja para o cumprimento das exigências fiscais (7,4%), como pagamento de impostos, taxas e encargos sociais —, e a percepção, por parte do trabalhador, de que não há necessidade de regularização (18,4%). Em 2006, embora esses continuassem a ser os fatores mais apontados, a intensidade com que se destacaram foi muito maior. Um percentual de 44% dos trabalhadores apontou as razões de ordem financeira para a não-regularização (24,6% não têm recursos para pagar os documentos necessários à regularização do negócio/atividade e 19,4% “Não quer ou não pode pagar os impostos e/ou encargos sociais”), e nada menos de 43,7% dos trabalhadores não vêem necessidade de regularizar sua atividade. Esta última causa se mostrou ainda mais expressiva entre as mulheres: quase a metade (47,6%, contra 41,0% dos homens) das trabalhadoras autônomas não vê necessidade de regularizar sua atividade.

A ampliação das razões de ordem financeira encontra justificativa na trajetória declinante dos rendimentos auferidos pelos autônomos, que, estabelecida a partir do quarto biênio de análise para a maioria das categorias

de autônomos (como pode ser observado no Gráfico 6), teve continuidade no sexto e no sétimo biênios, agravando as condições de renda dos trabalhadores entre 2002 e 2006, anos em que foi realizada a pesquisa especial.

## **As políticas públicas e seu alcance junto ao segmento informal da economia**

A investigação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais, neste estudo, não revelou, propriamente, aspectos novos nessa questão. O conjunto de problemas apontado na seção anterior é recorrente na literatura especializada e nas prospecções realizadas para implementação de projetos de apoio pelo menos desde os anos 80, quando começaram a se desenvolver os programas de geração de ocupação e renda no Brasil.

As sucessivas reavaliações e mudanças ocorridas nesses programas, para aproximar objetivos e metodologias à realidade do público destinatário, sugerem a preocupação dos gestores com os resultados que vêm sendo alcançados. A permanência das dificuldades tradicionalmente associadas ao exercício do trabalho por conta própria pode ser um indicador de baixa eficácia das políticas voltadas a esse segmento.

De fato, a evidência mais marcante deste estudo é, sem dúvida, desvendar o baixo alcance dos programas junto aos trabalhadores aos quais se destinam. A grande maioria dos autônomos sequer possuía informação sobre a existência desses programas ou dessas instituições a que poderiam recorrer na busca de soluções para suas dificuldades. Um número muito pequeno de trabalhadores possuía informação sobre os mesmos, e um número menor ainda já havia participado de algum deles.

Para conhecer a relação dos trabalhadores autônomos com ações das políticas públicas de emprego e renda, foram identificados os programas/instituições com execução na RMPA e, sobre eles, pesquisados três aspectos: o conhecimento sobre a existência do programa, a participação no mesmo e, em caso positivo, o impacto sobre sua atividade após a participação.

Desses programas e/ou instituições, apenas o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) foi reconhecido por um número estatisticamente significativo de trabalhadores por conta própria (67,3% dos que disseram conhecer algum dos programas/instituições). Também foi a única instituição com alguma participação significativa declarada: 4,8% dos trabalhadores autônomos participaram de ações do Sebrae (Tabelas A.16 e A.17).

Do reduzido universo de trabalhadores que participou de algum dos programas citados, mais de dois terços avaliou positivamente os resultados para o seu empreendimento — ajudou muito ou ajudou um pouco a solucionar os problemas enfrentados. Já entre os que não participaram, aproximadamente um terço afirmou não precisar ou não ter interesse, mas um percentual semelhante indicou que não sabe como participar ou não sabe/não conhece instituições desse tipo em seu município. Estas últimas afirmações desvendam a falta de informação e de capilaridade desses programas junto às comunidades (Tabelas A.18 e A.19).

Quanto à questão de recursos financeiros para iniciar ou para expandir a atividade, que tem sido o foco da grande maioria dos programas e das políticas de geração de ocupação e renda, mais da metade dos trabalhadores afirmou utilizar recursos próprios (poupança, herança, venda de imóveis) ou gerados pelo próprio negócio para investir na instalação ou na expansão da atividade. Menos de 15% utilizou recursos financeiros oriundos de empréstimos, sendo mais significativos os empréstimos de parentes ou amigos, seguido de instituições bancárias e, por último, de agiotas (Tabela A.21).

O uso de linhas de microcrédito, inseridas no âmbito de programas de política pública, mostrou-se muito reduzido — mais de 90% nunca buscou esse tipo de crédito. Contudo, dos que solicitaram, cerca de 65% conseguiram o crédito e o utilizaram majoritariamente para investimento — máquinas e equipamentos —, fato condizente com a destinação prevista na maioria dos programas governamentais de microcrédito. Seguiu-se, em importância, a utilização para capital de giro (Tabelas A.22 e A.23).

Os resultados dessa investigação revelam uma fragilidade muito grande das políticas públicas de geração de emprego e renda no quesito cobertura de atendimento, pois se percebe que um número muito elevado de indivíduos que estão inseridos em atividades por conta própria sequer sabe da existência dessas políticas, ou, se as conhece, não sabe como acessá-las. Dado o pequeno número de indivíduos que detêm informação sobre esses programas e que já participaram deles, é difícil avaliar a eficácia dos mesmos junto ao segmento de atividades ditas informais, enquanto instrumentos capazes de reforçar suas condições de permanência no mercado. A alta taxa de mortalidade dessas unidades econômicas leva a supor que ainda é de curto alcance o impacto dos programas de apoio sobre esse segmento do mercado de trabalho.

## Considerações finais

A acentuada expansão de formas não assalariadas de trabalho, constatada na RMPA, no período 1992-06, além de constituir um movimento geral de precarização do mercado de trabalho regional, dadas a fragilidade e a desproteção associadas tradicionalmente a essas atividades, veio acompanhada de um aprofundamento desses aspectos desfavoráveis.

Por exemplo, a já reduzida parcela de indivíduos que contribuem à Previdência Social — único benefício vinculado ao trabalho que é facultado a esses trabalhadores — tornou-se menor ainda no período analisado, sugerindo que o nível dos rendimentos auferidos, que se reduziu nos últimos anos, jogou esses trabalhadores no duro dilema de escolher entre dispor de maiores recursos no presente ou garantir sua situação futura. Assim, maiores contingentes de trabalhadores ficaram expostos aos riscos implicados por essa condição: ausência de proteção social institucionalizada em casos de interrupção do trabalho por doença ou acidente, velhice, ou perda do trabalho, dentre outros.

Outro aspecto indicativo da piora das condições de trabalho nesse segmento diz respeito ao crescimento da jornada de trabalho, que, para muitas das atividades informais, já era muito extensa, se comparada ao assalariamento regulamentado. Mesmo o crescimento dos rendimentos do trabalho ocorrido logo após a implementação do Plano Real não logrou sustentabilidade ao longo dos 14 anos estudados, com os ganhos do trabalho passando a decrescer, para a maioria das categorias, nos últimos períodos observados. Em outras palavras, a análise apontou no sentido de uma precarização interna ao próprio segmento informal.

A análise dos resultados da PED-RMPA expôs, ainda, uma heterogeneidade muito grande no interior do universo de atividades informais, destacando graus diversos de consolidação, de estruturação e de ganhos para o trabalhador. Algumas categorias, por exemplo, conseguem auferir ganhos razoavelmente superiores ao rendimento médio dos assalariados, ainda que a isso esteja associado o cumprimento de jornadas de trabalho muito extensas. Essa heterogeneidade determina impactos diferenciados no quadro de precarização interna, e os resultados mostram que foram mais intensos para os menos estruturados, aprofundando desigualdades preexistentes.

Mesmo diante desse quadro de aprofundamento de aspectos desfavoráveis do trabalho informal, a importante redução do emprego assalariado observada no período em foco ainda coloca o trabalho autônomo como alternativa para muitos trabalhadores. O fato de quase dois terços dos autônomos terem

sido assalariados regulamentados no trabalho anterior e cerca de 30,0% ter escolhido esse tipo de ocupação por dificuldades em conseguir emprego assalariado ilustra muito bem essa questão.

Embora, a partir de 2004, se tenha revertido o movimento de retração do emprego formal, ainda resta a apreensão quanto à sustentabilidade do crescimento dessa forma de inserção, bem como no que respeita aos efeitos que a oferta reduzida de empregos regulamentados — cujas rendas determinam boa parte da demanda dos serviços/produtos dos trabalhadores por conta própria — produz sobre as condições de sobrevivência das atividades do segmento informal. Reforçam essa questão a intensificação dos aspectos que traduzem a precarização interna desse segmento, como visto na segunda e na terceira seção, e a permanência dos principais entraves à sustentabilidade e à expansão dessas atividades, incluindo-se, aqui, a limitada abrangência das políticas públicas de apoio a esse segmento.

## Anexo

Tabela A.1 Estimativa dos trabalhadores por conta própria, segundo categorias, na RMIPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06 (1 000 pessoas)

CATEGORIAS DE AUTÔNOMOS	JUL/92-JUN/94	JUL/94-JUN/96	JUL/96-JUN/98	JUL/98-JUN/00	JUL/00-JUN/02	JUL/02-JUN/04	JUL/04-JUN/06
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados	9	7	12	16	18	19	16
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados	27	25	29	34	38	38	35
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência	47	53	53	54	53	48	48
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa	72	80	84	90	94	99	104
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa	38	43	52	52	58	65	67
Dono de negócio familiar	41	42	36	46	42	36	31
Empregador com até cinco empregados	32	31	31	35	36	39	39
<b>TOTAL</b>	<b>266</b>	<b>281</b>	<b>297</b>	<b>327</b>	<b>339</b>	<b>344</b>	<b>340</b>

FONTE: PED-RMIPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Tabela A.2  
Índice do trabalho por conta própria, segundo categorias, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

CATEGORIAS DE AUTÔNOMOS	JUL/92-JUN/94	JUL/94-JUN/96	JUL/96-JUN/98	JUL/98-JUN/00	JUL/00-JUN/02	JUL/02-JUN/04	JUL/04-JUN/06
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ....	100	77,78	133,33	177,78	200,00	211,11	177,78
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	100	92,59	107,41	125,93	140,74	140,74	129,63
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	100	112,77	112,77	114,89	112,77	102,13	102,13
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	100	111,11	116,67	125,00	130,56	137,50	144,44
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	100	113,16	136,84	136,84	152,63	171,05	176,32
Dono de negócio familiar	100	102,44	87,80	112,20	102,44	87,80	75,61
Empregador com até cinco empregados .....	100	96,88	96,88	109,38	112,50	121,88	121,88

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTA/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.



Tabela A.3

Distribuição percentual dos trabalhadores por conta própria, segundo categorias, na RMPA — jul/92-jun/94-jul/04-jun/06

CATEGORIAS DE AUTÔNOMOS	JUL/92-JUN/94	JUL/94-JUN/96	JUL/96-JUN/98	JUL/98-JUN/00	JUL/00-JUN/02	JUL/02-JUN/04	JUL/04-JUN/06
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ....	3,38	2,49	4,04	4,89	5,31	5,52	4,71
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	10,15	8,90	9,76	10,40	11,21	11,05	10,29
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	17,67	18,86	17,85	16,51	15,63	13,95	14,12
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	27,07	28,47	28,28	27,52	27,73	28,78	30,59
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	14,29	15,30	17,51	15,90	17,11	18,90	19,71
Dono de negócio familiar	15,41	14,95	12,12	14,07	12,39	10,47	9,12
Empregador com até cinco empregados .....	12,03	11,03	10,44	10,70	10,62	11,34	11,47
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

Tabela A.4

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a posição no domicílio, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/92-JUN/94		JUL/94-JUN/96			
	Total	Chefe	Não Chefe	Total	Chefe	Não Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	25,8	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	37,9	49,8	(1)-	39,9	47,6	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	34,3	45,1	26,4	33,8	41,7	27,6
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	30,9	35,6	17,4	26,8	30,1	17,6
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	60,2	63,6	53,5	50,8	54,4	44,0
Dono de negócio familiar .....	65,8	71,9	58,7	57,7	62,4	52,5
Empregador com até cinco empregados .....	84,9	86,2	81,5	81,4	82,4	78,8
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	10,6	16,2	7,0	11,2	16,3	7,6

(continua)

Tabela A.4

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a posição no domicílio, na RMFA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/96-JUN/98		JUL/98-JUN/00		Total	JUL/98-JUN/00		Total	Não Chefe	Nao Chefe
	Total	Chefe	Total	Chefe		Total	Chefe			
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	22,0	(1)-	(1)-	24,7	19,5	24,7	(1)-	19,5	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	39,7	44,8	30,0	44,3	36,8	44,3	(1)-	36,8	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	34,2	41,0	27,4	35,0	28,5	35,0	23,1	28,5	23,1	23,1
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	26,1	30,3	15,9	27,1	23,4	27,1	13,7	23,4	13,7	13,7
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	52,2	55,4	46,0	48,5	46,5	48,5	42,6	46,5	42,6	42,6
Dono de negócio familiar .....	63,2	66,4	58,7	61,4	57,3	61,4	51,6	57,3	51,6	51,6
Empregador com até cinco empregados .....	85,7	86,7	83,4	82,3	82,1	82,3	81,6	82,1	81,6	81,6
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	11,1	15,0	8,7	15,0	11,1	15,0	8,6	11,1	8,6	8,6

Tabela A.4

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a posição no domicílio, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/00-JUN/02		JUL/02-JUN/04			
	Total	Chefe	Não Chefe	Total	Chefe	Não Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	17,2	(1)-	(1)-	15,2	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	38,1	43,6	30,1	36,1	43,3	26,9
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	24,5	31,3	18,8	22,2	27,1	17,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	21,4	24,0	14,3	18,3	20,5	12,7
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	41,2	43,7	36,4	39,3	39,2	39,3
Dono de negócio familiar .....	55,0	57,2	52,1	51,3	54,3	47,6
Empregador com até cinco empregados .....	80,1	79,6	81,4	81,8	82,3	80,8
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	11,3	15,9	8,5	7,7	10,7	6,1

(continua)

Tabela A.4

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a posição no domicílio, na RMIPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/04-JUN/06	
	Total	Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa, com até cinco empregados...	18,9	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados	38,7	44,7
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência	23,0	28,1
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa	20,6	23,5
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa	44,4	46,6
Dono de negócio familiar	56,9	60,5
Empregador com até cinco empregados	81,5	82,2
Assalariados do setor privado com carteira assinada	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada	10,2	14,6
		Não Chefe
		(1)-
		30,5
		18,4
		13,6
		40,8
		52,6
		80,1
		100,0
		7,9

Fonte: PED-RMIPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.5

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a escolaridade, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/92-JUN/94				JUL/94-JUN/96				JUL/96-JUN/98			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	22,6	(1)-	61,6	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	24,5	(1)-	52,2	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	29,8	34,0	44,2	(1)-	29,6	33,0	41,3	(1)-	30,2	33,5	40,1	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	26,4	39,1	45,3	(1)-	21,8	35,3	41,5	(1)-	21,0	30,4	41,9	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	52,3	59,5	71,0	(1)-	38,9	55,4	62,6	(1)-	42,2	54,0	59,8	(1)-
Dono de negócio familiar .....	59,2	67,7	73,6	(1)-	50,9	57,2	67,7	(1)-	55,3	60,9	73,5	(1)-
Empregador com até cinco empregados .....	78,0	82,0	89,1	93,1	71,6	77,1	88,1	88,9	80,1	84,3	87,8	88,7
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	7,9	(1)-	17,2	(1)-	8,6	12,2	15,3	(1)-	10,3	10,3	12,6	(1)-

(continua)

Tabela A.5

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a escolaridade, na RMFA — jul/92-jun/94-jul/04-jun/06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/98-JUN/00			JUL/00-JUN/02				
	A	B	C	D	A	B	C	D
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	(1)-	(1)-	46,1	(1)-	(1)-	(1)-	45,4	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	23,1	30,7	33,5	(1)-	18,8	23,1	31,8	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	18,5	27,8	35,3	(1)-	16,8	24,3	33,0	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	35,5	47,5	57,8	(1)-	31,6	37,4	53,1	(1)-
Dono de negócio familiar .....	55,1	54,9	60,3	(1)-	47,4	54,7	62,3	(1)-
Empregador com até cinco empregados .....	75,1	81,4	83,7	87,4	71,0	75,8	83,9	86,8
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	8,4	10,9	13,2	(1)	8,7	9,0	12,0	(1)-

Tabela A.5

Percentual de ocupados em formas de inserção selecionadas, com contribuição à Previdência Social, segundo a escolaridade, na RMPA — jul./02-jun./04-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/02-JUN/04			JUL/04-JUN/06			
	A	B	C	A	B	C	D
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	23,8	(1)	47,7	22,1	35,1	51,7	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	18,3	19,1	27,4	16,8	22,7	28,2	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	14,3	19,4	28,2	16,2	22,8	30,5	(1)-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	31,0	39,6	48,1	34,8	39,7	53,7	70,9
Dono de negócio familiar .....	42,9	51,9	57,0	50,3	53,6	64,8	(1)-
Empregador com até cinco empregados .....	73,6	78,5	83,0	68,7	75,7	84,7	91,6
Assalariados do setor privado com carteira assinada .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados do setor privado sem carteira assinada .....	6,3	5,3	9,2	9,2	7,3	10,6	(1)-

FORNTE: PED-RMPA, Convênio - FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.  
 NOTA: No cabeçalho, A = fundamental incompleto; B = fundamental completo (inclui médio incompleto); C = médio completo (inclui superior completo); D = superior completo.  
 (1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



Tabela A.6

Rendimento médio real do trabalho principal dos ocupados em formas de inserção selecionadas, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/92-JUN/94		JUL/94-JUN/96		JUL/96-JUN/98		JUL/98-JUN/00	
	Valor (R\$)	Índice	Valor (R\$)	Índice	Valor (R\$)	Índice	Valor (R\$)	Índice
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	563	100	852	151,5	778	138,3	728	129,4
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	1 003	100	1 224	122,1	1 334	133,1	1 352	135,0
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	657	100	775	118,1	851	129,5	721	109,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	721	100	926	128,4	890	123,5	855	118,6
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	1 073	100	1 267	118,1	1 297	120,9	1 161	108,1
Dono de negócio familiar .....	1 005	100	1 301	129,5	1 346	134,0	1 289	128,3
Empregador com até cinco empregados .....	1 831	100	2 386	130,3	2 482	135,6	2 352	128,5
Assalariados com carteira assinada .....	872	100	876	100,5	974	111,7	963	110,3
Assalariados sem carteira assinada .....	501	100	653	130,2	651	130,0	640	127,8

(continua)

Tabela A.6

Rendimento médio real do trabalho principal dos ocupados em formas de inserção selecionadas, na RMPA.— jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/00-JUN/02		JUL/02-JUN/04		JUL/04-JUN/06	
	Valor (R\$)	Índice	Valor (R\$)	Índice	Valor (R\$)	Índice
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	635	112,9	544	96,6	555	98,5
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	1 300	129,7	1 033	103,0	1 009	100,6
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	691	105,2	604	91,9	588	89,4
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	796	110,4	682	94,6	662	91,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	1 051	98,0	855	79,7	880	82,0
Dono de negócio familiar .....	1 090	108,4	967	96,2	890	88,6
Empregador com até cinco empregados .....	2 072	113,1	1 804	98,5	1 681	91,8
Assalariados com carteira assinada .....	943	108,1	862	98,9	859	98,5
Assalariados sem carteira assinada .....	614	122,6	553	110,4	538	107,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP e apoio PMPA.

NOTA: O inflator utilizado é o IPC-IEPE; valores de jun./06.

Tabela A.7

Jornada semanal média no trabalho principal e percentual de trabalhadores com jornada superior a 44 horas semanais entre ocupados, em formas de inserção selecionadas, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./94-jun./96-jul./96-jun./98-jul./98-jun./00

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/92-JUN/94		JUL/94-JUN/96		JUL/96-JUN/98		JUL/98-JUN/00	
	Jornada (h)	%	Jornada (h)	%	Jornada (h)	%	Jornada (h)	%
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	40	38,6	43	44,8	44	42,2	44	48,3
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	41	39,1	40	33,2	42	38,9	43	44,9
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	42	42,5	43	44,6	42	42,6	43	48,4
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	42	41,5	42	40,7	41	41,0	41	42,7
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	50	59,9	48	53,6	46	52,8	51	64,1
Dono de negócio familiar .....	59	74,0	58	73,0	57	70,1	60	77,5
Empregador com até cinco empregados .....	52	65,3	51	59,3	51	58,6	53	68,4
Assalariados com carteira assinada .....	44	36,3	43	39,3	43	34,4	45	43,7
Assalariados sem carteira assinada .....	43	39,3	42	38,5	42	34,6	43	42,1

(continua)

Tabela A.7

Jornada semanal média no trabalho principal e percentual de trabalhadores com jornada superior a 44 horas semanais entre ocupados, em formas de inserção selecionadas, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/00-JUN/02		JUL/02-JUN/04		JUL/04-JUN/06	
	Jornada (h)	%	Jornada (h)	%	Jornada (h)	%
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	44	48,3	44	44,8	45	49,9
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	44	46,2	43	45,2	44	46,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	43	46,9	43	56,0	43	53,7
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	42	44,6	41	56,1	40	57,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	50	62,9	51	35,1	51	34,7
Dono de negócio familiar .....	60	76,0	60	22,6	60	23,0
Empregador com até cinco empregados .....	54	69,1	54	28,4	54	30,2
Assalariados com carteira assinada .....	45	39,7	44	63,3	44	65,2
Assalariados sem carteira assinada .....	43	39,2	42	63,5	42	64,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.



Tabela A.3

Tempo médio de permanência no trabalho atual dos ocupados em formas de inserção selecionadas, segundo posição no domicílio, na RM/PA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/96-JUN/98		JUL/98-JUN/00	
	Total	Não Chefe	Total	Não Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	39	27	39	28
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	50	30	49	31
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	91	77	76	60
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	60	42	57	38
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	82	58	83	54
Dono de negócio familiar .....	78	63	87	75
Empregador com até cinco empregados .....	104	80	110	82
Assalariados com carteira assinada .....	50	36	50	38
Assalariados sem carteira assinada .....	24	17	22	15

(continua)

Tabela A.8

Tempo médio de permanência no trabalho atual dos ocupados em formas de inserção selecionadas, segundo posição no domicílio, na RMPA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/00-JUN/02		JUL/02-JUN/04			
	Total	Chefe	Não Chefe	Total	Chefe	Não Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	34	44	22	37	47	26
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	43	54	28	46	56	32
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	76	94	61	84	109	63
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	55	60	41	60	65	45
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	91	106	62	86	99	63
Dono de negócio familiar .....	96	110	79	99	115	79
Empregador com até cinco empregados .....	108	116	88	111	122	89
Assalariados com carteira assinada .....	51	65	37	51	65	39
Assalariados sem carteira assinada .....	21	32	15	21	31	15

(continua)

Tabela A.8

Tempo médio de permanência no trabalho atual dos ocupados em formas de inserção selecionadas, segundo posição no domicílio, na RM/PA — jul./92-jun./94-jul./04-jun./06

FORMAS DE INSERÇÃO	JUL/04-JUN/06	
	Total	Não Chefe
Autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados ...	39	26
Autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados .....	55	37
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, na residência .....	93	74
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, sem instalação fixa .....	66	51
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público, fora da residência, com instalação fixa .....	97	67
Dono de negócio familiar .....	111	92
Empregador com até cinco empregados .....	120	86
Assalariados com carteira assinada .....	54	40
Assalariados sem carteira assinada .....	23	16

FONTE: PED-RM/PA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.



Tabela A.9

Percentual de trabalhadores por conta própria, segundo o gênero e a experiência anterior de trabalho, na RMPA — 2002 e 2006

EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	2002			2006		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Com experiência ...	83,5	89,3	87,1	75,9	82,5	80,0
Sem experiência (primeira ocupação) .....	16,5	10,7	12,9	24,1	17,5	20,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

Tabela A.10

Percentual de trabalhadores por conta própria com experiência anterior de trabalho, segundo o gênero e as modalidades de inserção no trabalho anterior, na RMPA — 2002 e 2006

MODALIDADES DE INSERÇÃO NA OCUPAÇÃO	2002			2006		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Assalariado privado com carteira e funcionário ou servidor público .....	69,9	77,7	74,9	66,2	77,7	73,6
Assalariado privado sem carteira .....	8,2	7,6	7,8	6,8	6,3	6,5
Empregado doméstico	7,5	0,3	2,9	12,0	0,2	4,4
Empregador .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Empregado de empresa ou pessoas que ganham exclusivamente por produção ...	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Conta-própria ou autônomo que trabalha para uma empresa ou pessoa .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Conta-própria ou autônomo que trabalha para mais de uma empresa ou pessoa .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Conta-própria ou autônomo que trabalha para população em geral	9,0	7,8	8,2	9,3	8,8	9,0
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.11

Percentual de trabalhadores por conta própria, segundo o gênero e as razões da opção por essa modalidade de inserção, na RMPA — 2002 e 2006

RAZÕES PARA O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA	2002			2006		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Não tinha profissão definida, não tinha estudo	(1)-	3,7	3,8	8,7	8,5	8,6
Foi demitido do emprego anterior/foi motivado pelo Programa de Demissão Voluntária .....	6,4	10,4	8,9	(1)-	12,9	10,8
Não queria ter patrão/queria autonomia em sua atividade .....	11,8	16,9	15,0	(1)-	13,6	11,1
Acreditava que ganharia mais trabalhando por conta própria .....	15,0	28,7	23,5	13,4	25,0	20,6
Já desenvolvia esse trabalho como trabalho adicional .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Tinha familiares que já trabalhavam nessa atividade .....	6,7	5,7	6,0	(1)-	7,8	7,4
Estava difícil conseguir emprego assalariado ...	22,0	21,8	21,9	21,3	20,6	20,8
Precisava ficar mais em casa .....	21,0	(1)-	8,4	20,5	(1)-	8,3
Outras .....	11,2	10,4	10,7	12,6	8,0	9,7
Acreditava que teria mais valorização pessoal (2) .....	-	-	-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Esse quesito só constou no questionário aplicado em 2006.

Tabela A.12

Percentual de trabalhadores por conta própria, segundo o gênero e as formas de qualificação para o exercício da atividade autônoma, na RMPA — 2002 e 2006

FORMAS DE QUALIFICAÇÃO	2002			2006		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Aprendeu com a família .....	11,5	14,4	13,3	12,5	15,8	14,6
Aprendeu em sua atividade anterior .....	12,5	21,1	17,9	9,8	16,7	14,1
Aprendeu na prática ..	53,0	54,3	53,8	52,4	53,4	53,0
Outras .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fez curso de qualificação profissional .....	21,3	9,1	13,7	23,2	12,5	16,5
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.13

Percentual de trabalhadores por conta própria que realizaram curso de qualificação, segundo a instituição formadora, na RMPA — 2002 e 2006

INSTITUIÇÕES FORMADORAS	2002	2006
Senai, Senac, Senar, Senat, Sesi, Sesc, Sebrae	35,0	37,1
Empresa onde trabalhava .....	(1)-	(1)-
Qualificando o trabalhador, Plantec-RS, Qualificar-RS ou RS-Emprego .....	(1)-	(1)-
Curso técnico de nível médio/supletivo profissionalizante .....	(1)-	(1)-
Consórcio da juventude .....	(1)-	(1)-
Instituição da comunidade .....	(1)-	(1)-
Instituição ou escola privada de formação profissional .....	27,5	27,2
Outras .....	26,2	23,8
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.14

Percentual de trabalhadores por conta própria, que reconhecem enfrentar problemas no seu trabalho, segundo o sexo e o tipo de problema, na RMPA — 2002 e 2006

PROBLEMAS	2002		2006	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Encontrar clientes/ter serviço todos os dias/ /conhecer o mercado ....	45,1	48,4	45,4	52,1
Estabelecer o preço dos seus produtos ou dos serviços que faz .....	31,3	36,4	31,8	37,3
Enfrentar o mercado sozinho .....	26,0	29,9	22,7	24,5
Fazer propaganda do seu serviço .....	23,1	23,0	19,7	21,8
Organizar a contabilidade da atividade .....	14,2	15,7	13,0	12,8
Adquirir ou melhorar equipamentos e instalações .....	38,9	42,0	38,4	41,5
Melhorar a qualidade de seu trabalho/aumentar o conhecimento técnico ...	25,2	25,2	21,9	21,2
Conseguir ajuda e orientação/assistência técnica/assessoria administrativa .....	10,4	11,0	10,0	11,1
Conhecer os direitos trabalhistas e administrar eventuais empregos	7,4	8,6	4,7	6,4
Contratar ajudantes temporários ou permanentes .....	8,8	9,6	6,1	10,2
Outros .....	6,0	7,0	5,4	6,4

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

Tabela A.15

Percentual de trabalhadores por conta própria, segundo o gênero, que indicaram ações como medidas para resolver os problemas enfrentados, na RMPA — 2002 e 2006

AÇÕES INDICADAS	2002		2006	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Fazer um curso ou treinamento de qualificação profissional .....	53,1	51,2	48,5	46,5
Fazer um treinamento para administrar sua atividade ou negócio .....	37,7	36,9	34,1	33,0
Buscar um serviço de intermediação de trabalhadores autônomos .....	19,9	22,9	15,9	15,4
Buscar assistência técnica ou assessoria .....	16,2	20,2	10,2	12,8
Associar-se com pessoas que têm atividades como a sua .....	23,4	23,4	19,5	16,3
Associar-se para comercializar seu produto ou serviço coletivamente .....	21,2	19,7	15,2	12,8
Associar-se para comprar matéria-prima ou produtos para venda .....	20,2	20,0	15,5	13,5

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

Tabela A.16

Percentual de trabalhadores por conta própria que informaram conhecer os programas de apoio, na RMPA — 2002 e 2006

PROGRAMAS	2002			2006		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Centro do Trabalhador Autônomo .....	0,3	99,7	100,0	5,6	94,4	100,0
Programa Estadual do Artesanato .....	2,3	97,7	100,0	4,8	95,2	100,0
Programa Primeiro Emprego .....	0,5	99,5	100,0	12,0	88,0	100,0
Programas de economia popular e solidária .....	0,2	99,8	100,0	4,4	95,6	100,0
Consórcio da Juventude — Pró-Jovem .....	0,5	99,5	100,0	3,2	96,8	100,0
Qualificando o Trabalhador, Plantec-RS, Qualificar-RS, RS-Emprego .....	1,9	98,1	100,0	9,3	90,7	100,0
Cáritas .....	0,2	99,8	100,0	3,8	96,2	100,0
Sebrae .....	67,5	32,5	100,0	43,5	56,5	100,0
Programas ou instituições de apoio à administração e à melhoria da qualidade do negócio .....	0,3	99,7	100,0	2,8	97,2	100,0
Outros .....	25,5	74,5	100,0	3,2	96,8	100,0
Não sabe/não lembra .....	0,7	99,3	100,0	9,5	90,5	100,0

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

Tabela A.17

Percentual de trabalhadores por conta própria que informaram ter participado de programas na RMPA — 2002 e 2006

PROGRAMAS	2002	2006
Centro do Trabalhador Autônomo .....	(1)-	(1)-
Programa Estadual do Artesanato .....	(1)-	(1)-
Programa Primeiro Emprego .....	(1)-	(1)-
Programas de economia popular e solidária (2) ..	-	(1)-
Consórcio da Juventude — Pró-Jovem (2) .....	-	(1)-
Qualificando o Trabalhador, Plantec-RS, Quali- ficar-RS, RS-Emprego .....	(1)-	(1)-
Cáritas .....	(1)-	(1)-
Sebrae .....	55,0	58,7
Programas ou instituições de apoio à adminis- tração e à melhoria da qualidade do negócio .....	(1)-	(1)-
Outros .....	27,1	18,2
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTES: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Quesitos presentes somente no questionário aplicado em 2006.

Tabela A.18

Percentual de trabalhadores por conta própria que participaram de programas de apoio, segundo a avaliação do impacto em sua atividade, na RMPA — 2002 e 2006

AVALIAÇÃO DO TRABALHADOR	2002	2006
Não trouxe nenhum benefício à sua atividade ou negócio .....	(1)-	(1)-
O programa não era adequado à sua atividade ou negócio .....	(1)-	(1)-
Ajudou a melhorar um pouco .....	(1)-	40,3
Ajudou muito .....	35,1	29,7
Trouxe a solução para as dificuldades da sua atividade ou negócio .....	32,5	(1)-
Sem resposta .....	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTES: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



Tabela A.19

Percentual de trabalhadores por conta própria que não participaram de programas de apoio, segundo o gênero e os motivos declarados para a não-participação, na RMPA — 2002 e 2006

MOTIVOS DECLARADOS	2002			2006		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Não confia nos serviços prestados .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Não sabe como participar .....	33,6	31,2	32,1	21,7	19,9	20,6
Esses programas não são para qualquer pessoa/não atendem a pessoas como eu .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Eles não conhecem os problemas da gente/ não podem ajudar .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Não há/não conhece instituições desse tipo em seu município .....	8,4	8,6	8,5	11,9	9,9	10,6
Não tem interesse/não precisa .....	29,5	31,6	30,8	35,8	38,1	37,2
Falta de tempo/falta de oportunidade .....	20,2	18,0	18,9	22,7	21,9	22,2
Não tem dinheiro para pagar/os preços dos serviços prestados são muito altos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.20

Percentual de trabalhadores por conta própria que não têm sua atividade regularizada, segundo o gênero e a razão da não-regularização, na RMPA — 2006

RAZÕES PARA A NÃO-REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Não sabe quais são os procedimentos para a regularização .....	(1)-	(1)-	(1)-
Não tem dinheiro para pagar ou para retirar todos os registros e documentos de que precisa .....	22,6	25,9	24,6
Não vê necessidade de regularizar .....	47,6	41	43,7
Não tem tempo para providenciar/há muita burocracia .....	(1)-	(1)-	(1)-
Não quer ou não pode pagar os impostos, taxas e/ou encargos sociais .....	17,0	21,0	19,4
Outras .....	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.21

Percentual de trabalhadores por conta própria, segundo o gênero e a forma utilizada para financiamento da atividade, na RMPA — 2006

FORMAS DE FINANCIAMENTO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Poupança pessoal/herança/ven- da de bens .....	17,4	17,2	17,3
Empréstimo de parentes ou ami- gos .....	9,3	(1)-	7,3
Saques do FGTS .....	(1)-	7,9	6,4
Empréstimo bancário ou de insti- tuição financeira .....	(1)-	(1)-	(1)-
Pessoas que emprestam dinhei- ro a juros .....	(1)-	(1)-	(1)-
Recursos financeiros do Progra- ma Demissão Voluntária .....	(1)-	(1)-	(1)-
Recursos financeiros gerados no próprio negócio — lucro do ne- gócio .....	35,8	37,7	37,0
Não precisou de dinheiro para iniciar/desenvolver sua atividade	27,8	26,2	26,8
Outras .....	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FORNTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.  
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.22

Percentual de trabalhadores por conta própria que solicitaram crédito, segundo o gênero, o resultado do pedido e as causas da recusa, na RMPA — 2006

CAUSAS DA NEGATIVA E RESULTADO DO PEDIDO DE CRÉDITO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
<b>Sim, obteve</b> .....	70,1	62,3	64,8
<b>Não obteve; porque:</b>			
a atividade não é regularizada .....	(1)-	(1)-	(1)-
os juros e os encargos financeiros são muito altos .....	(1)-	(1)-	(1)-
não tem as garantias exigidas .....	10,4	10,3	10,3
não quer tomar empréstimo em grupo/não confia na capacidade de pagamento dos outros .....	9,0-	12,3	11,3
houve muita demora na liberação do crédito/muita burocracia .....	(1)-	(1)-	(1)-
houve exigência de reciprocidade .....	(1)-	(1)-	(1)-
foi mal atendido/houve desinteresse a linha de crédito não era adequada às suas necessidades .....	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.23

Percentual de trabalhadores por conta própria que obtiveram crédito, segundo a destinação dos recursos, na RMPA — 2006

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	2006
Para pagar dívidas .....	(1)-
Para comprar equipamentos e/ou ferramentas .....	40,6
Para comprar mercadorias ou matéria-prima (capital de giro) .....	28,3
Para ampliar as instalações .....	(1)-
Para montar outro negócio .....	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0

FONTE: PED-RMPA. Pesquisa especial - Trabalho por Conta Própria.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

## Referências

- ALONSO, J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.
- AMEGLIO, Eduardo et al. **El empleo precario en el Uruguay**. Lima: CIAT, 1988.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
- AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- BALTAR, Paulo E. A.; DEDECCA, C. S. O mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: O setor informal revisitado. **Anais...** Brasília: IPEA, 1997.
- BALTAR, Paulo E. A.; MATTOSO, Jorge E. L. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 303-344, 1997.
- BRAGA, Thaiz. **A ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa**. Salvador: SEI, 2003. (Estudos e pesquisas, 62).
- CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE: USP, v. 19, n. esp., 1989.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. A informalidade na América Latina contemporânea: Argentina, Brasil e México. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, 3., Buenos Aires, 2000. **Anais...** Buenos Aires: OIT, 2000. Disponível em: <<http://www.alast.org>>. Acesso em: 30 jul. 2001.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 3, p. 95-110, sep./dic. 2000.

CARDOSO JR. José Celso et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil**: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1237). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 06 dez. 2006.

CASTEL, Robert. A escolha do Estado social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 18-35, jan./jun. 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

FURTADO, Adolfo. As políticas de emprego e seus dilemas. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v. 6, n. 20, dez. 2003.

GUIMARÃES, Nadya. A. et al. Desemprego: instituições, atores e políticas numa perspectiva comparativa. In: SIMPÓSIO “EL TRABAJO COMO BASE DE LA POLÍTICA SOCIAL”, **Anais...** Osaka, set. 2003.

HENRIQUE, Wilnês. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

HOFFMANN, Marise P.; BRANDÃO, Sandra M. C. **Medidas de emprego**: recomendações da OIT e práticas nacionais. Campinas: UNICAMP/IE; CESIT, 1996. (Cadernos do CESIT).

IPEA. **Brasil**: o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto M. Lições do capitalismo organizado: o mercado de trabalho do pós-guerra nos países capitalistas centrais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 122-147, 1997.

OFFE, Claus. Desemprego, sindicatos e inovação na política social. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 181-191, 1997.

PEREIRA, Armand F. **Política geral de emprego** (no âmbito da agenda de trabalho decente): Proposta para discussão de necessidades, opções e prioridades. [S. l.]: OIT; PNUD; TEM; CEDES, 2004.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2005. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/população](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população)>. Acesso em: dez. 2006.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POSTHUMA, Anne C. (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34, 1999.

REIS, José Guilherme et al. **Trabalho decente no Brasil**: uma avaliação das políticas de emprego e proteção social. [S. l.]: OIT; Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2004. (Rascunho para consulta e discussão restrita).

SABOIA, João. Venturas e desventuras do mercado de trabalho no Brasil. In: CASTRO, A. et al. (Org.). **Brasil em desenvolvimento** — instituições, políticas e sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.

THEODORO, Mario. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 762).





# **A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UMA EXPERIÊNCIA MARCADA PELA ELEVADA INCIDÊNCIA DO DESEMPREGO**

*Raul Luís Assumpção Bastos\**

## **Introdução**

Esta parte do Projeto de Pesquisa tem por objetivo abordar a inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 1993 a 2005.

O estudo da inserção desse grupo populacional no mercado de trabalho justifica-se por diversos motivos, podendo-se destacar os que seguem. Os jovens representam uma proporção expressiva da População em Idade Ativa (PIA) da RMPA, tendo a sua participação no mercado de trabalho impactos relevantes sobre o comportamento médio dos principais indicadores desse mercado. A elevada incidência do desemprego entre os jovens é uma característica marcante da sua situação no mercado de trabalho, conforme revelam muitos estudos, o que evidencia uma condição de maior vulnerabilidade relativa desse grupo populacional em termos laborais. Esses aspectos justificam a necessidade de uma compreensão mais aprofundada da sua inserção no mercado de trabalho, pois essa parece ser condição imprescindível para o enfrentamento adequado

---

\* Economista da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Departamento de Economia da PUCRS.

dos problemas experimentados por esse grupo populacional no âmbito desse mercado.

Ao se abordar a inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, é necessário ter presentes as transformações por que passou a economia brasileira entre 1993 e 2005 e os seus rebatimentos sobre os mercados de trabalho urbanos. Nesse sentido, esse foi um período em que a economia nacional aprofundou a abertura comercial — que já vinha ocorrendo desde o final da década de 80 —, com o que a estrutura produtiva do País passou a se deparar com parâmetros internacionais de competitividade. Derivado desse processo, ocorreu um movimento de reestruturação produtiva do parque industrial brasileiro, com a adoção seletiva de inovações e de mudanças organizacionais pelas empresas. Esse também foi o período em que a economia brasileira obteve a estabilidade monetária, com a implementação do Plano Real em 1994, saindo do regime de alta inflação com o qual convivia até então. Todavia, à exceção da fase inicial da estabilização, a macroeconomia do Plano Real não foi favorável ao crescimento econômico, pois combinava apreciação cambial e juros elevados.

Foi nesse contexto, caracterizado pela abertura comercial, pela reestruturação produtiva e pelo baixo ritmo de crescimento da atividade econômica, que os mercados de trabalho urbanos passaram a conviver com taxas de desemprego relativamente elevadas e com a ampliação da informalidade nas relações de trabalho. A partir de então, firmou-se o entendimento de que ocorreu um processo de precarização e de perda da qualidade do emprego no País (Ramos; Britto, 2004; Saboia, 2005; Toni, 2002).

Com base nessas motivações, este texto foi organizado da seguinte forma. Após esta breve **Introdução**, na segunda seção, aborda-se a evolução do tamanho da população juvenil da RMPA no período 1993-05, bem como a sua participação no mercado de trabalho da Região. Assumindo-se que a educação formal é um dos atributos definidores das condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, a terceira seção trata da mudança no perfil de escolaridade dos jovens, na RMPA. A quarta seção, que se constitui no núcleo deste estudo, tem como propósito analisar o fenômeno do desemprego juvenil. Para tanto, a partir de uma problematização sobre o tema baseada na literatura recente, são examinadas e interpretadas as principais tendências do desemprego juvenil na RMPA, bem como as características da sua composição, de acordo com recortes selecionados. E, finalmente, o texto encerra-se com um resumo de suas principais conclusões.

## **Evolução da população juvenil e de sua participação no mercado de trabalho**

Esta seção tem o objetivo de abordar a evolução do tamanho da população juvenil e de sua participação no mercado de trabalho da RMPA, entre 1993 e 2005.

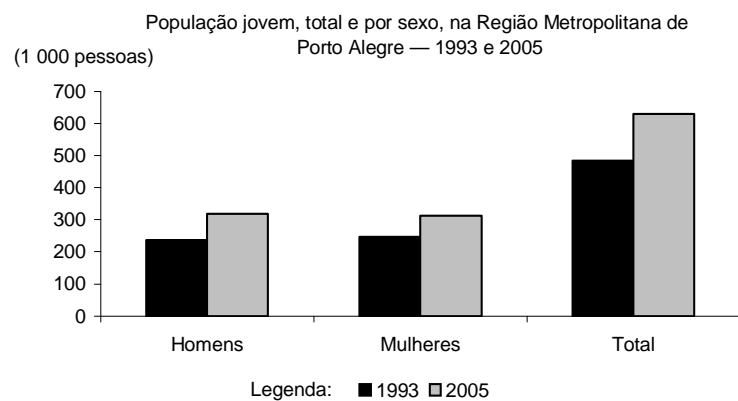
Inicialmente, faz-se necessário definir, em termos etários, o grupo populacional em análise. Nos estudos da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, delimita-se a população jovem como correspondendo à faixa etária de 15 a 24 anos (Nações Unidas, 2003; OIT, 2006). Neste trabalho, optou-se por utilizar a faixa etária de 16 a 24 anos, pois, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é a de 16 anos, conforme emenda de 1998 à Constituição Federal.

A par dessa delimitação etária da população jovem, esta seção também adotará o procedimento analítico de segmentar tal população por sexo, com o propósito de identificar a existência de diferenças entre os homens jovens e as mulheres jovens, em termos de evolução demográfica e de intensidade de participação no mercado de trabalho da RMPA, no período.

A população jovem da RMPA elevou-se de 485.000 indivíduos em 1993 para 631.000 em 2005, o que corresponde a um crescimento de 30,1% nessa base comparativa (Gráfico 1). Quando se segmenta esse grupo populacional por sexo, pode-se constatar que o contingente de homens jovens, que era menor do que o de mulheres jovens em 1993, se havia tornado levemente maior em 2005: o primeiro atingiu 318.000 indivíduos, e o último, 313.000 nesse ano. Isso se deveu ao fato de que o crescimento da população jovem masculina no período (33,6%) foi bastante superior ao da população jovem feminina (26,7%).

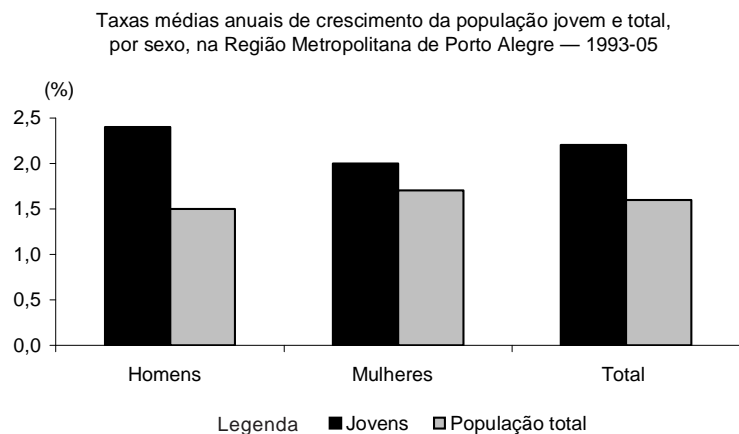
Para se ter uma referência comparativa em relação ao crescimento da população jovem da RMPA no período, passa-se a cotejá-lo com o da população total (Gráfico 2). Conforme se observa, a população jovem apresentou uma taxa média anual de crescimento de 2,2% no período 1993-05, bastante superior àquela da população total, que foi de 1,6% nessa mesma base comparativa. É interessante perceber que, enquanto, entre os jovens, o maior crescimento populacional se deu entre os indivíduos de sexo masculino (2,4% ao ano), entre a população total ocorreu o oposto, com os indivíduos de sexo feminino evidenciando maior crescimento (1,7%).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 2

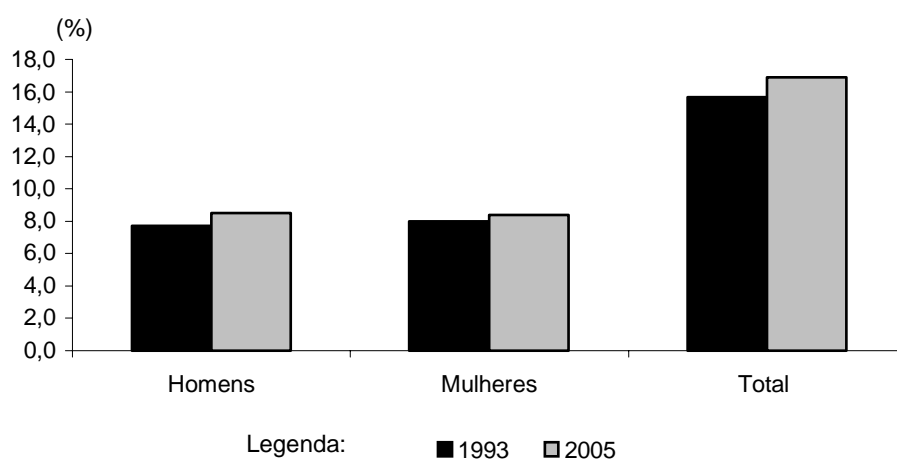


FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Como decorrência desse maior crescimento da população jovem comparativamente ao da população total na RMPA, ocorreu um aumento da proporção de indivíduos dessa faixa etária na população total da Região, de 15,7% em 1993 para 16,9% em 2005 (Gráfico 3). Quanto à segmentação por sexo da população jovem, o maior ritmo de crescimento da população jovem masculina fez com que, ao final do período, os indivíduos desse sexo representassem uma proporção levemente superior (8,5%) à das mulheres jovens (8,4%) na população total da Região, o que não se verificava ao início do período.<sup>1</sup>

Gráfico 3

Proporção de jovens na população total, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005



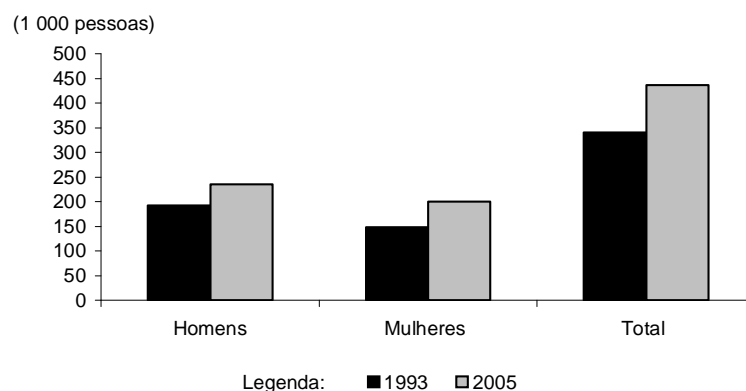
FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>1</sup>O fenômeno relacionado ao aumento do tamanho relativo da coorte juvenil na década de 90, no País e em suas regiões metropolitanas, é reconhecido como uma descontinuidade demográfica (Bercovich; Madeira, 1990; Bercovich; Massé, 2004; Muniz, 2002). Para uma análise desse tema na RMPA, ver Bastos (2006), no qual se estimam os efeitos do tamanho relativo da população juvenil sobre as taxas de ocupação e de desemprego dos jovens.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, o contingente de jovens que pertenciam à População Economicamente Ativa (PEA) elevou-se de 341.000 indivíduos em 1993 para 437.000 em 2005, o que representa um crescimento de 28,2% no período (Gráfico 4). É possível também constatar que foi muito distinto o comportamento da PEA feminina jovem comparativamente à masculina: enquanto o contingente de mulheres jovens cresceu 35,8% no período, o de homens jovens evidenciou um aumento de 22,3%. Deve-se ter presente que esse processo de aumento, em termos relativos, do engajamento das jovens em atividades laborais não é uma especificidade desse grupo populacional e da RMPA, mas, sim, um fenômeno que se vem afirmando como uma tendência mais geral dos mercados de trabalho metropolitanos do País (DIEESE, 2001; Ramos; Britto, 2004; Saboia, 2005).

Gráfico 4

População Economicamente Ativa jovem, total  
e por sexo, na Região Metropolitana  
de Porto Alegre — 1993 e 2005

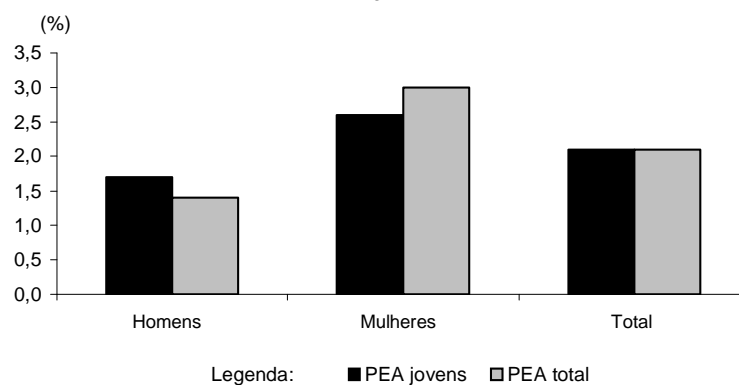


FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Em termos comparativos, o ritmo de aumento da PEA juvenil na RMPA foi exatamente idêntico ao da PEA total no período 1993-05, tendo sido registrada uma taxa média anual de crescimento de 2,1% para ambas (Gráfico 5). Tanto no caso da PEA juvenil quanto no da PEA total, o crescimento foi mais intenso entre os indivíduos de sexo feminino; não obstante, a diferença entre os sexos foi menor entre os membros da PEA juvenil comparativamente aos da PEA total: assim, enquanto a PEA feminina juvenil cresceu a uma taxa média anual de 2,6% entre 1993 e 2005, a masculina aumentou 1,7% ao ano; no caso da PEA total, as taxas médias anuais de crescimento foram de 3,0% e 1,4% respectivamente. Portanto, como decorrência, o diferencial de engajamento, no mercado de trabalho metropolitano, entre os sexos, tendeu a se reduzir mais acentuadamente na população total do que na juvenil.

Gráfico 5

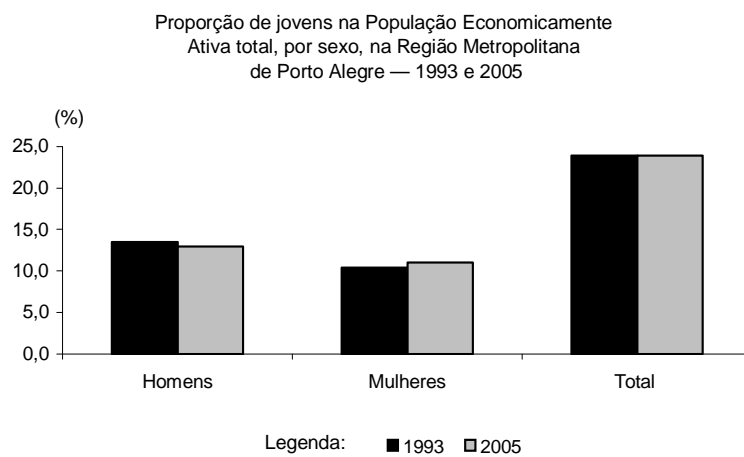
Taxas médias anuais de crescimento da População Economicamente Ativa jovem e total, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Dado que o ritmo de crescimento da força de trabalho juvenil foi idêntico ao da força de trabalho total da RMPA, a proporção de jovens na PEA total da Região manteve-se inalterada, em 23,9%, no período em foco (Gráfico 6). Quanto à composição da força de trabalho por sexo, em função do maior crescimento da PEA feminina jovem comparativamente à masculina, a primeira elevou a sua participação relativa na força de trabalho total de 10,4% em 1993 para 11,0% em 2005, enquanto a última registrou uma redução de 13,5% para 12,9% nessa mesma base comparativa.

Gráfico 6

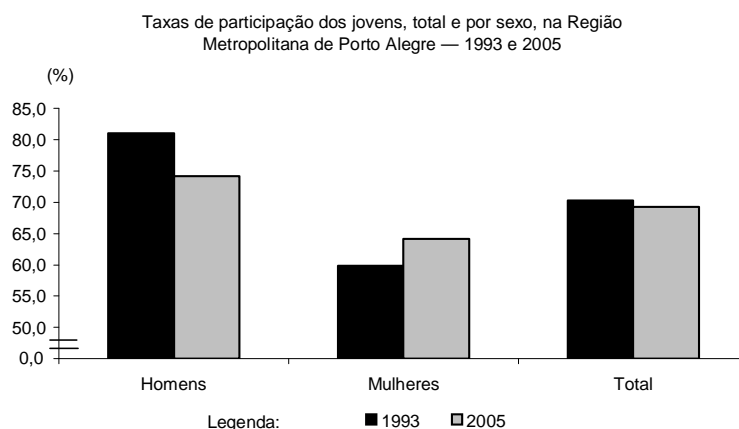


FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.



Outra forma de se apreender a evolução do engajamento dos jovens no mercado de trabalho da RMPA é através do comportamento da taxa de participação<sup>2</sup>. De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 7, a taxa de participação dos jovens na RMPA apresentou uma pequena redução entre 1993 e 2005, passando de 70,3% para 69,3%. Todavia, quando se segmenta a população jovem por sexo, são identificadas mudanças mais acentuadas desse indicador: nesse sentido, enquanto a taxa de participação dos homens jovens apresentou uma trajetória descendente, declinando de 81,1% em 1993 para 74,2% em 2005, a das mulheres jovens elevou-se de 59,9% para 64,2% nessa mesma base comparativa, com o que a diferença de nível de engajamento no mercado de trabalho entre os sexos se reduziu de 21,2 pontos percentuais em 1993 para 10,0 pontos percentuais em 2005. Portanto, essas evidências constituem-se em uma confirmação adicional de que ocorreu um aumento da participação da população jovem feminina em atividades laborais na RMPA, no período em análise, fenômeno este que não se observa entre os jovens de sexo masculino.

Gráfico 7



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>2</sup> Esse indicador representa a proporção de indivíduos da População em Idade Ativa que está ocupada ou desempregada, sendo expresso em termos percentuais.

## A mudança no perfil de escolaridade dos jovens<sup>3</sup>

No período abordado por este estudo, observou-se uma mudança relativamente acentuada no perfil de escolaridade dos jovens, na RMPA. De acordo com o que se pôde constatar, houve uma redistribuição da população juvenil, por faixas de escolaridade, entre 1993 e 2005, na qual ganharam participação relativa os indivíduos com maior nível de educação formal em detrimento daqueles menos escolarizados (Tabela 1). Nesse sentido, ocorreu uma redução da proporção de jovens com escolaridade fundamental incompleta, de 46,6% em 1993 para 20,6% em 2005, enquanto a proporção daqueles com escolaridade média completa a superior incompleta se elevou de 22,3% para 42,8% nessa mesma base de comparação. Cabe registrar que as mudanças no perfil de escolaridade dos jovens, sem dúvida alguma socialmente positivas, não eliminaram o atraso em termos de educação formal entre eles, pois, em 2005, um quinto dos jovens possuía escolaridade fundamental incompleta, o que não se esperaria entre indivíduos de 16 a 24 anos.

Tabela 1

Distribuição da população jovem, por sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	Distribuição da população jovem, por sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005 (%)					
	1993			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto .....	48,9	44,4	46,6	23,5	17,6	20,6
Fundamental completo a médio incompleto .....	28,1	28,9	28,7	35,0	34,1	34,6
Médio completo a superior incompleto .....	20,4	23,9	22,3	39,4	46,1	42,8
Superior completo .....	(1)-	(1)	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

<sup>3</sup> Para um tratamento pormenorizado desse tema, ver Bastos (2005).

De acordo com a segmentação por sexo, a proporção de homens jovens que tinha escolaridade fundamental incompleta na RMPA se reduziu de 48,9% em 1993 para 23,5% em 2005; já entre os que possuíam escolaridade média completa a superior incompleta, a parcela relativa elevou-se de 20,4% para 39,4% em idêntica base comparativa (Tabela 1). Quanto às mulheres jovens, nesse mesmo período, a proporção que se encontrava inserida na faixa de escolaridade com fundamental incompleto declinou de 44,4% para 17,6%, e a daquelas que pertenciam à faixa de escolaridade de médio completo a superior incompleto se ampliou de 23,9% para 46,1%. Essas evidências permitem que se afirme que o nível de educação formal das mulheres jovens, que já era mais satisfatório do que o dos homens jovens no início do período, se tornou ainda mais ao seu final. Por exemplo, o diferencial favorável às jovens inseridas na faixa de escolaridade de médio completo a superior incompleto, de 3,5 pontos percentuais em 1993, havia-se ampliado para 6,7 pontos percentuais em 2005.

Essa melhora no perfil de escolaridade dos jovens, na RMPA, ocorreu concomitantemente a outras mudanças importantes, que dizem respeito à situação de estudo e trabalho dos indivíduos desse grupo populacional (Tabela 2). A esse respeito, como principais tendências do período, pode-se identificar o aumento das proporções de jovens que **somente estudavam** e dos que **estudavam, trabalhavam e/ou procuravam trabalho** e, como contraponto, a redução da proporção dos que **somente trabalhavam e/ou procuravam trabalho** — esta última situação, que era a mais freqüente entre os jovens da RMPA, apresentou importante declínio no período.<sup>4</sup>

Quando se incorpora a segmentação por sexo à análise, pode-se perceber que as mulheres jovens, em comparação com homens jovens, registravam maior parcela relativa na situação de somente estudar (21,4% contra 19,2% em 2005) e na de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho (25,6% contra 23,4% em 2005) — Tabela 2. Os homens jovens, diferentemente, revelavam maior proporção na situação de só trabalhar e/ou procurar trabalho, comparativamente às mulheres jovens (50,0% contra 39,0% em 2005). Uma outra diferença importante entre os sexos que cabe destacar é que, entre as mulheres jovens, era grande a proporção daquelas que **apenas cuidavam de afazeres domésticos**, enquanto, entre os homens jovens, essa categoria praticamente inexistia. Essa é uma situação que se pode tomar como negativa para o sexo feminino, pois implica estar ausente tanto da escola quanto do trabalho. Deve-se assinalar,

---

<sup>4</sup> Para uma discussão desse tema, ver Matos e Bastos (2006), no qual são estimados os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas sobre a participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho da RMPA.

não obstante, que houve uma grande redução da parcela relativa de mulheres jovens nessa condição, que passou de 20,2% em 1993 para 9,6% em 2005, o que se pode tomar como uma mudança positiva, evidentemente.

Tabela 2

Distribuição dos jovens, segundo situação de trabalho e estudo, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1993			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Só estuda .....	12,6	16,6	14,6	19,2	21,4	20,3
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	19,3	15,8	17,5	23,4	25,6	24,7
Só trabalha e/ou procura trabalho .....	61,8	44,1	52,8	50,0	39,0	44,5
Apenas cuida de afazeres domésticos .....	(1)-	20,2	10,5	(1)-	9,6	5,1
Outros .....	5,9	3,3	4,6	6,3	4,4	5,4
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos fatores que condicionaram essas mudanças na situação de estudo e trabalho dos jovens na RMPA, sugerem-se duas possibilidades (Bastos, 2005a). Por um lado, diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo em termos de requisitos de educação formal, os jovens vêem-se compelidos à maior permanência na escola, em detrimento da dedicação exclusiva à atividade laboral. Por outro, face ao baixo dinamismo da economia, os jovens, diante da perspectiva de ingressarem no mercado de trabalho e ficarem desempregados, acabam tendo um comportamento defensivo e voltam-se mais para as atividades escolares. Considera-se que o mais provável é que ambas as causas estejam interligadas, implicando que maior parcela de jovens tenha passado a somente estudar na RMPA.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, foram ainda mais significativas as mudanças no perfil de educação formal dos jovens, no período em análise (Tabela 3). Nesse sentido, a parcela da PEA juvenil com escolaridade fundamental incompleta declinou de 47,2% em 1993 para 18,1% em 2005, e, por

sua vez, na parte superior da distribuição da PEA por faixas de educação formal, os jovens com escolaridade média completa a superior incompleta viram ampliar a sua proporção de 23,5% em 1993 para 48,5% em 2005. Portanto, essas evidências permitem afirmar que ocorreu uma melhora sensível do perfil de educação formal dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, no período.

Tabela 3

Distribuição da População Economicamente Ativa jovem, por sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1993			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	-	-	-
Fundamental incompleto .....	51,6	42,1	47,2	22,8	12,6	18,1
Fundamental completo a média incompleto .....	26,6	27,2	27,0	32,4	30,3	31,6
Médio completo a superior incompleto .....	19,7	28,1	23,5	43,3	54,7	48,5
Superior completo .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Adicionalmente, também no caso da PEA, fica claro que os indivíduos de sexo feminino não só tinham um perfil de escolaridade superior ao daqueles de sexo masculino, como a diferença entre ambos se ampliou no período (Tabela 3). Tomando-se como referência comparativa a faixa de escolaridade média completa a superior incompleta, constata-se que a diferença favorável às mulheres jovens elevou-se de 8,4 pontos percentuais em 1993 para 11,4 pontos percentuais em 2005.

Como abordado anteriormente, no período enfocado por este estudo, ocorreu uma pequena redução da taxa de participação dos jovens na RMPA. Todavia, quando se controla a intensidade de participação no mercado de trabalho dos jovens por faixas de escolaridade, percebe-se um quadro mais complexo

das mudanças observadas no período (Tabela 4). Nesses termos, constata-se que os indivíduos mais escolarizados não acompanharam a tendência de redução da taxa de participação de seu grupo populacional, pois aqueles com escolaridade média completa a superior incompleta registraram uma elevação desse indicador, de 74,1% em 1993 para 78,5% em 2005. De outra parte, no caso dos jovens relativamente menos escolarizados, houve uma redução bem mais acentuada de sua taxa de participação: os indivíduos com escolaridade fundamental incompleta registraram uma queda desse indicador, de 71,2% em 1993 para 60,8% em 2005.

Tabela 4

Taxas de participação dos jovens, por sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1993			2005		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	-	-	-
Fundamental incompleto .....	85,3	56,4	71,2	72,0	45,5	60,8
Fundamental completo a médio incompleto .....	77,6	55,6	66,2	69,4	57,0	63,3
Médio completo a superior incompleto .....	77,6	71,2	74,1	81,0	76,4	78,5
Superior completo .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Total</b> .....	<b>81,1</b>	<b>59,9</b>	<b>70,3</b>	<b>74,2</b>	<b>64,2</b>	<b>69,3</b>

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quando se segmenta a população juvenil por sexo, identificam-se também diferenças relevantes em relação ao comportamento anteriormente assinalado para a taxa de participação dos sexos como um todo, ou seja, de redução para os homens jovens e de elevação para as mulheres jovens. Assim, constata-se que os homens jovens com escolaridade média completa a superior incompleta registraram uma elevação da taxa de participação, de 77,6% em 1993 para 81,0% em 2005, passando a ter o maior nível de engajamento no mercado de trabalho metropolitano entre todos os recortes por sexo e escolaridade (Ta-

bela 4). Por sua vez, no caso das mulheres jovens, o comportamento díspar em termos de engajamento no mercado de trabalho foi o dos indivíduos menos escolarizados, pois a taxa de participação das jovens com fundamental incompleto reduziu-se de 56,4% em 1993 para 45,5% em 2005, o que correspondia ao menor nível de engajamento no mercado de trabalho da RMPA, para todos os recortes por sexo e escolaridade. Essas mudanças, para ambos os sexos, podem estar apontando uma maior seletividade no mercado de trabalho metropolitano, em termos de requerimentos de educação formal, o que se refletiria no engajamento mais intenso, nesse mercado, de jovens relativamente mais escolarizados *vis-à-vis* aos menos escolarizados.

## **Desemprego juvenil: tendências gerais e composição<sup>5</sup>**

Na análise da situação dos jovens no mercado de trabalho, com recorrência, sobressai-se a elevada incidência do desemprego. De fato, os estudos evidenciam que, em praticamente todos os países, os jovens registram taxas de desemprego mais elevadas do que a média do mercado de trabalho. Isso coloca a necessidade de mais investigação e de avanço no conhecimento do fenômeno do desemprego entre os jovens, pois uma compreensão adequada deste parece ser condição para que o mesmo possa ser enfrentado de forma efetiva.

Deve-se assinalar que a população juvenil passa por um momento particular do ciclo de vida, que envolve o processo de gradativo ingresso no mercado de trabalho. Portanto, ela apresenta características próprias enquanto integrante da População Economicamente Ativa, dentre as quais podem-se destacar a ausência de experiência anterior de trabalho e a necessidade de coadunar, com recorrência, escola e trabalho. É na busca do entendimento do papel dessas características singulares que se poderá compreender melhor a situação dos jovens no mercado de trabalho e, o que é de particular interesse aqui, o problema do desemprego para esse grupo populacional.

Tendo em vista tais considerações, no que segue, esta seção encontra-se assim estruturada: em primeiro lugar, apresenta algumas referências analíticas recolhidas na literatura, que contribuem para a compreensão do desem-

---

<sup>5</sup> Esta seção constitui-se, em sua parte empírica, em uma versão atualizada de Bastos (2005).

prego juvenil; em segundo, trata das tendências gerais do desemprego juvenil na RMPA, entre 1993 e 2005, bem como de sua composição, conforme características e atributos selecionados.

## Uma problematização do fenômeno do desemprego juvenil com base na literatura recente

Ao se estudar a inserção dos jovens<sup>6</sup> no mercado de trabalho, um elenco de dimensões afirma-se como relevante. Dentre elas, pode-se fazer referência ao processo de transição da escola para o trabalho, à intensidade do engajamento dos jovens no mercado de trabalho e à incidência do desemprego sobre esse grupo populacional, sendo esta última o foco central desta subseção.

A literatura tem mostrado, com recorrência, que os jovens se constituem em um dos grupos populacionais cuja incidência do desemprego é das mais elevadas, quando comparada à dos demais grupos populacionais (Blanchflower; Freeman, 2000; Cacciamali, 2005; Medina, 2000; O'Higgins, 1997; OIT, 2000; 2004; 2006; Tokman, 2003). De modo geral, para grande parte das nações, a taxa de desemprego juvenil é pelo menos o dobro do que aquela da população adulta.<sup>7</sup> Isso estaria a indicar que os jovens trazem consigo, em seu processo de ingresso no mercado de trabalho, desvantagens comparativamente aos trabalhadores adultos, as quais fundamentariam esse diferencial desfavorável de incidência do desemprego. Dentre essas, pode-se fazer referência à ausência de experiência anterior de trabalho, bem como ao fato de esse grupo populacional ser mais suscetível à perda do emprego nas fases de contração do ciclo econômico ou de baixo ritmo de crescimento (O'Higgins, 1997; Blanchflower; Freeman, 2000; Tokman, 2003).

É interessante perceber que houve deterioração, em **termos absolutos**, da situação dos jovens no mercado de trabalho, em grande parte dos países,

---

<sup>6</sup> Conforme foi assinalado anteriormente, a delimitação etária da população juvenil de grande parte dos estudos é a de 15 a 24 anos, que é aquela adotada pela Organização das Nações Unidas (Nações Unidas, 2003) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006).

<sup>7</sup> Uma importante exceção é a Alemanha, na qual não há esse diferencial desfavorável da taxa de desemprego dos jovens em relação aos adultos. Isso se deve, segundo o que sugere a literatura, às características particulares do processo de transição da escola para o trabalho naquele país. A esse respeito, ver Gitter e Sheuer (1997), Gross (1998), Brauns *et al.* (1999) e Ryan (2001).



nas últimas duas décadas do século XX, apesar de se terem registrado mudanças que, em tese, favoreceriam o seu processo de inserção no mundo do trabalho (O'Higgins, 1997; Blanchflower; Freeman, 2000; OIT, 2000; Tokman, 2003). Assim, a redução do ritmo de crescimento da população juvenil no período atenuou a pressão demográfica por ela exercida sobre o mercado de trabalho, o que jogaria a favor das suas condições de ingresso nesse mercado.<sup>8</sup> Outra mudança relevante foi o aumento da permanência desse grupo populacional na escola, com o que os jovens passaram a retardar o seu ingresso no mercado de trabalho; não obstante, isso não implicou redução da maior incidência do desemprego sobre esse grupo populacional (Blanchflower; Freeman, 2000; OIT, 2000). Em termos da composição setorial da atividade econômica, as mudanças em direção a uma maior participação do Setor Terciário no produto também poderiam ser tomadas como benéficas aos jovens, assumindo-se que as atividades desse setor têm uma maior capacidade de absorção de trabalhadores desse grupo populacional (Blanchflower; Freeman, 2000). Por mais importante que possa ter sido essa mudança, ela também não amenizou o problema do desemprego juvenil.<sup>9</sup>

Existe algum consenso na literatura de que uma das causas fundamentais para o aumento do desemprego juvenil nas duas últimas décadas do século XX foi o desempenho macroeconômico dos países (O'Higgins, 1997; OIT, 2000; Blanchflower; Freeman, 2000; Tokman, 2003). De acordo com diversos estudos, a situação dos jovens no mercado de trabalho é relativamente mais sensível às variações do nível de atividade econômica comparativamente aos adultos. Isso faz com que seus níveis de emprego e desemprego reajam de forma desproporcional às fases de retração do ciclo econômico, evidenciando uma condição de maior vulnerabilidade dos trabalhadores desse grupo populacional no mercado de trabalho. Isso se deve ao fato de que os jovens possuem desvantagens que ampliam os seus riscos de desemprego, como o menor tempo de permanência no emprego e a menor cobertura da legislação de proteção ao trabalho, para cuja habilitação o tempo de serviço é decisivo (O'Higgins, 1997, p. 27). Daí que, nos períodos em que os mercados de trabalho se apresentam menos dinâmicos em termos de absorção de mão-de-obra, os jovens registram um crescimento desproporcional do desemprego.

---

<sup>8</sup> A respeito desse aspecto, existem diferenças relevantes entre os países da Europa e os dos demais continentes, pois os primeiros apresentam crescimento relativamente menor de suas populações jovens ou até mesmo decréscimo em alguns casos (OIT, 2000).

<sup>9</sup> A esse respeito, ver OIT (2000) e, no que se refere especificamente aos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Blanchflower e Freeman (2000).

Todavia um aspecto interessante a ser explorado é que um ambiente de baixo ritmo de crescimento econômico pode gerar efeitos contraditórios sobre a força de trabalho juvenil. Isto porque a ausência de dinamismo econômico pode implicar redução da atividade da população juvenil, ou seja, a sua saída do mercado de trabalho. Daí que, caso essa redução da atividade dos jovens venha a ser relativamente expressiva, o desemprego, em realidade, poderia, paradoxalmente, ser atenuado. Respalhando essa possibilidade, um estudo sobre esse tema propõe que “As pessoas jovens são particularmente propensas a retirar-se da força de trabalho quando os empregos são difíceis de encontrar [...]” (Ryan, 2001, p. 37). E, complementando essa proposição, avança que

[...] onde a inatividade juvenil é alta, problemas de emprego podem estar presentes, associados particularmente com dificuldades macroeconômicas. Em mercados de trabalho estreitos, espera-se inatividade elevada, na medida em que uma parcela dos que procuram trabalho está desencorajada e se retira da força de trabalho, e os já inativos têm menos incentivos para procurar trabalho (Ryan, 2001, p. 38).

Nessa mesma linha de argumentação, O’Higgins (1997, p. 17) afirma que

[...] taxas de desemprego mais elevadas tenderão a desencorajar a participação na força de trabalho e dessa forma levarão a taxas de atividade mais baixas. Assim, a relação entre desemprego juvenil e atividade econômica dependerá de qual efeito predomina em circunstâncias particulares.

Essa compreensão de que um ambiente econômico caracterizado pelo baixo ritmo de crescimento econômico poderá ter efeitos relevantes sobre o tamanho da força de trabalho juvenil e, em particular, não plenamente esperados sobre o desemprego decorre, portanto, de que, nessa situação, se amplia, entre os jovens, o **desalento** pela procura por trabalho, devido à ausência da perspectiva de obter um emprego. Não se trata, portanto, de um fenômeno que possa ser tomado como benigno à população juvenil.

Outra dimensão do desemprego juvenil a ser abordada diz respeito à sua duração. Pode-se argumentar que, devido a responsabilidades familiares relativamente menores (O’Higgins, 1997, p. 27), o mais grave não seja o nível de incidência do desemprego sobre os jovens, mas, sim, o tempo que eles permanecem nessa situação. Nesse sentido, as condições de funcionamento do mercado de trabalho deveriam ser aferidas com mais propriedade pela intensidade dos fluxos de entrada e de saída do desemprego, e menos pela sua incidência (Ryan, 2001, p. 40). Assim, em uma dada situação, baixos fluxos de entrada e de saída do desemprego e a conseqüente elevação do desemprego de longo

prazo<sup>10</sup>, entre os jovens, seriam indicadores mais apropriados de deterioração das condições de inserção da mão-de-obra juvenil no mercado de trabalho.

Deve-se ter presente que os jovens, pelo fato de estarem passando pelo processo de inserção no mercado de trabalho, se encontram em uma fase de busca e de adaptação às suas exigências. Isso, por si só, contribui para elevar o fluxo de entrada e de saída do desemprego, pois eles estão procurando ajustar as suas expectativas, enquanto ofertantes de força de trabalho, às exigências das empresas. Todavia pode aqui residir um elemento a causar ampliação do desemprego entre os jovens, na medida em que não ocorra um ajustamento adequado entre oferta e demanda de trabalho para esse grupo populacional (Tokman, 2003; Weller, 2004).

A esse respeito, a melhoria do perfil de escolaridade dos jovens, observada no passado recente, pode ter feito emergir um desajuste ainda maior entre as suas expectativas de emprego e o que lhes tem sido proporcionado em termos de oportunidades no mercado de trabalho, em um contexto de baixo ritmo de crescimento econômico (Manríquez, 2003; Tokman, 2003; Weller, 2004). De acordo com Tokman (2003, p. 14), “O desajuste pode experimentar-se não só em respeito à remuneração esperada, senão também em função do conteúdo do trabalho a desempenhar ou da percepção do resultado que se espera alcançar”. Portanto, parece plausível que o grupo populacional em análise, ao tornar-se mais escolarizado, alimente maior expectativa de uma inserção ocupacional condizente com a sua formação, não se dispondo, *a priori*, a exercer qualquer tipo de atividade laboral. Essa situação poderia conduzir a uma ampliação do desemprego entre os jovens, na medida em que eles tenham de procurar, por mais tempo, empregos que satisfaçam as suas expectativas, mas que não necessariamente estão disponíveis em quantidade suficiente.

Além do efeito direto sobre o desemprego que essa situação implica, outro de seus desdobramentos é que ela pode suscitar uma espécie de deslocamento entre grupos de trabalhadores jovens, no sentido de que os mais escolarizados — na impossibilidade de satisfazer as suas expectativas — são compelidos a ocupar postos de trabalho que seriam destinados, preferencialmente, aos menos escolarizados (Ryan, 2001, p. 56). Com isso, a incidência do desemprego ampliar-se-ia ainda mais sobre os jovens com baixa escolaridade, na medida em que esta última se revela uma desvantagem na competição pelos postos de trabalho.

---

<sup>10</sup> O desemprego de longo prazo corresponde a uma situação em que o indivíduo permanece mais de 12 meses desempregado (Ryan, 2001, p. 40).

Adicionalmente, deve-se ter presente que as transformações por que vêm passando a realidade econômica, com a difusão das tecnologias de informação e de telecomunicações, estão conduzindo a uma mudança nas habilidades que são requeridas dos trabalhadores nos processos produtivo e de trabalho (Medina, 2000; Tokman, 1997; 2003). Nessa perspectiva,

Já não se requer tanto o operário especializado, senão o que se premia é a versatilidade, a criatividade e a geração de competências, e isso abre um espaço a uma nova aliança entre educação e capacitação, particularmente nos níveis primários, que é onde se distribuem os conhecimentos básicos que geram competências (Tokman, 1997, p. 16).

Assim, sob a hipótese de que a mudança tecnológica esteja conduzindo a um aumento da demanda de trabalho com maior qualificação, ela poderia ter um efeito positivo sobre a força de trabalho juvenil, na medida em que esse grupo populacional evidencia vantagem relativa em termos de escolaridade (Ryan, 2001). Não obstante, assumindo que as habilidades (*skills*) de um indivíduo possam ser decompostas em duas dimensões, a escolaridade e a experiência, Ryan (2001, p. 53) argumenta que é na segunda que reside o *handicap* da população juvenil, a qual pode estar mais do que compensando a vantagem do avanço da escolaridade e debilitando as suas perspectivas no mercado de trabalho.

A experiência do desemprego entre os jovens pode trazer consigo seqüelas negativas para as suas trajetórias no mercado de trabalho (Ryan, 2001). Ou seja, o fato de estar desempregado em algum momento aumenta a probabilidade de que essa situação se reproduza no futuro próximo, na medida em que o indivíduo for deteriorando os seus atributos enquanto trabalhador ativo, face à exclusão do trabalho. Sob determinadas condições, essas circunstâncias poderão gerar um círculo negativo, ao qual o trabalhador jovem se verá circunscrito e do qual terá dificuldade para se recuperar. De acordo com Ryan (2001, p. 47), ainda que as evidências — relativas aos países da OCDE — sobre esse tipo de fenômeno não sejam conclusivas, “O desemprego de fato parece provocar danos duráveis para as pessoas jovens” (Ryan, 2001, p. 49). Corroborando esse entendimento, um estudo da OCDE argumenta que

Se a experiência do desemprego por si mesma causa desemprego posteriormente — a assim chamada hipótese da “cicatriz” [*“scarring” hypothesis*] — tem sido objeto de considerável debate e alguma pesquisa empírica. Embora a evidência não seja conclusiva, o balanço parece apontar em direção a alguma evidência do efeito cicatriz (OCDE, 1998, p. 106).

Em termos de continuidade do estudo sobre esse tema, Ryan (2001, p. 49) adverte, todavia, que “A questão mais importante, se frágeis mercados intensificam os efeitos do desemprego passado, permanece para ser investigada”.

Dentro de certos limites e derivada dessa problemática, outra dimensão a ser abordada do desemprego juvenil é a da existência de subgrupos de jovens que se encontram em posição de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho e para os quais é ainda mais elevado o risco do desemprego (Ryan, 2001). Assim, fazendo-se alguns recortes da população juvenil — por **sexo**, **idade** e **escolaridade** —, torna-se possível contemplar diferenças no seu *status*, no mercado de trabalho, o que permite avançar um pouco mais na compreensão do fenômeno do desemprego juvenil e do caráter multifacetado que ele pode assumir.

No que diz respeito ao recorte por **sexo**, na maior parte dos países, podem-se identificar diferenças expressivas nas taxas de desemprego entre os homens jovens e as mulheres jovens (OIT, 2000). Nos casos de maior incidência do desemprego entre as mulheres jovens, existe a possibilidade de elas estarem sendo sujeitas a atos discriminatórios, pois, em número razoável das experiências nacionais, ingressam no mercado de trabalho com maior número de anos de estudo do que os homens jovens. Todavia as evidências empíricas tornam difícil estabelecer uma generalização a respeito do recorte por sexo do desemprego juvenil, pois não se afirma propriamente um padrão em nível internacional. Isso pode ser confirmado quando se observam os dados relativos a Ásia, Europa Ocidental e América do Norte, pois, nesses continentes, coexistem experiências nacionais de maior incidência do desemprego ora sobre as mulheres jovens, ora sobre os homens jovens (OIT, 2000, p. 64-66).<sup>11</sup> Somente na América Latina e no Caribe é que se identifica um padrão claro do desemprego quanto ao recorte em análise, pois, na totalidade de países para os quais os dados estavam disponíveis, a incidência do desemprego era mais elevada para as mulheres jovens (OIT, 2000, p. 64).<sup>12</sup> Portanto, à exceção deste último continente, não se pode estabelecer a existência de uma regularidade nas experiências nacionais, em termos de desemprego juvenil, quanto ao recorte por sexo.

Quanto ao recorte por **idade**, com recorrência, os estudos subdividem a população jovem nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, com o

---

<sup>11</sup> Os dados provêm de estudo da OIT, correspondendo à faixa etária de 15 a 24 anos e são, majoritariamente, do ano de 1997 (OIT, 2000, p. 64-66).

<sup>12</sup> Ao todo, são 24 países; a faixa etária é a de 15 a 24 anos; e os dados são relativos a diferentes anos da década de 90 (OIT, 2000, p. 64).

propósito de melhor analisar a dinâmica do segmento juvenil do mercado de trabalho (O'Higgins, 1997; Tokman, 2003). No que se refere ao desemprego, na medida em que os jovens de 15 a 19 anos possuem, em princípio, menos experiência e escolaridade do que os de 20 a 24 anos, esperar-se-ia que, sobre eles, houvesse maior incidência. Essa expectativa é corroborada pelas evidências relativas a uma amostra de países da Europa, à América do Norte e aos países do Cone Sul da América Latina (O'Higgins, 1997; Gross, 1998; Tokman, 2003).<sup>13</sup> Portanto, os jovens de 15 a 19 constituem-se, no interior da população juvenil, em um grupo relativamente mais vulnerável e suscetível à experiência do desemprego<sup>14</sup>.

No que se refere ao recorte por **escolaridade**, a expectativa é a de maior incidência do desemprego entre os jovens com número relativamente menor de anos de estudo, assumindo-se que a educação é uma credencial definidora das condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A esse respeito, também se trabalha com o entendimento de que, no presente contexto de transformação produtiva, o nível de educação formal dos novos ingressantes no mercado de trabalho é um atributo ainda mais relevante do que em períodos históricos antecedentes (Medina, 2000; Tokman, 1997; 2003). Nessa perspectiva, argumenta Tokman (1997; p. 16) que

A experiência está mostrando que os países que crescem são aqueles que têm mais educação e mais capacitação, assim como que aquelas pessoas que são as mais educadas e que manuseiam as melhores técnicas são as que se beneficiam mais com a revolução tecnológica.

E, de acordo com a sua expectativa,

A mudança na demanda por novos perfis e competências será em favor dos jovens que possuem maior nível de escolaridade que seus pais, que têm mais acesso à capacitação e que manuseiam os códigos culturais modernos [...] (Tokman, 1997, p. 20).

As evidências a respeito da incidência do desemprego entre os jovens, por níveis de escolaridade — embora com menor cobertura em termos de

<sup>13</sup> Para a amostra de países europeus (14) e da América do Norte, os dados são relativos ao ano de 1994 (O'Higgins, 1997, p. 5; Gross, 1998, p. 9). Para os países do Cone Sul da América Latina (quatro), os dados correspondem ao ano de 1998 (Tokman, 2003, p. 7).

<sup>14</sup> Na amostra de países europeus, cabe destacar uma situação interessante, que é, novamente, a da Alemanha. Nesse país, os jovens de 15 a 19 anos revelam menor incidência de desemprego do que os de 20 a 24 anos. Essa, sem dúvida, é uma situação singular, dado que os jovens, nesse país, também são exceção em relação à experiência internacional, pois não evidenciam maior incidência do desemprego do que os adultos. Como já comentado, muito provavelmente isso está relacionado com as instituições de transição da escola para o trabalho naquele país (Gross, 1998).

experiências nacionais —, corroboram, parcialmente, o entendimento proposto. Nesse sentido, o estudo de Ryan (2001, p. 43) mostra que, para sete países da OCDE, era maior a incidência do desemprego entre os jovens que não haviam completado o ensino secundário comparativamente aos que o tinham completado.<sup>15</sup> Por sua vez, outro trabalho desenvolvido no âmbito da OCDE encontrou evidências de que, em cinco países, cinco anos após o ingresso no mercado de trabalho, uma proporção mais elevada de jovens não se encontrava empregada entre aqueles menos escolarizados, em comparação aos mais escolarizados (OCDE, 1998, p. 104).<sup>16</sup>

No caso dos quatro países do Cone Sul da América Latina, as evidências apresentadas no estudo de Tokman (2003, p. 6) registram algumas ambigüidades sobre a relação entre nível de escolaridade e desemprego entre os jovens.<sup>17</sup> Assim, os jovens com menos de três anos de estudo, na Argentina, no Brasil e no Uruguai, mostravam taxas de desemprego relativamente menores do que a média desse grupo populacional, em um aparente paradoxo.<sup>18</sup> Por sua vez, na Argentina e no Uruguai, os jovens que pertenciam à faixa etária de 15 a 19 anos, com nove a 12 anos de estudo, não necessariamente evidenciavam menor incidência de desemprego do que os com quatro a oito anos de estudo. E, nos casos do Brasil e do Uruguai, observava-se maior incidência de desemprego entre aqueles com mais de 13 anos de estudo em relação aos com nove a 12 anos de estudo. Portanto, essas evidências recomendam cautela em relação a uma posição mais categórica sobre os vínculos entre nível de escolaridade da população juvenil e desemprego nessas quatro experiências nacionais.

Com base nesse elenco de questões recolhidas na literatura sobre o desemprego juvenil, na próxima subseção, busca-se analisar e interpretar esse fenômeno no âmbito do mercado de trabalho da RMPA.

---

<sup>15</sup> Os países são França, Alemanha, Holanda, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e Japão; a faixa etária é a de 20 a 24 anos; e os dados são relativos ao ano de 1996 (Ryan, 2001, p. 43).

<sup>16</sup> Os países são Austrália, França, Alemanha, Irlanda e Estados Unidos (OCDE, 1998, p. 103).

<sup>17</sup> Os países são Argentina, Brasil, Chile e Uruguai; as faixas etárias são as de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos; e os dados são relativos ao ano de 1998 (Tokman, 2003, p. 6).

<sup>18</sup> Tokman (2003, p. 7) sugere que esse resultado possa estar associado, no caso brasileiro, à importância dos trabalhadores jovens agrícolas e, no dos demais países, à escassez relativa de trabalhadores não qualificados.

## O desemprego juvenil na RMPA

Nesta subseção, tem-se o propósito de abordar o desemprego juvenil no mercado de trabalho da RMPA, utilizando a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). No que segue, abordam-se as tendências gerais do desemprego juvenil na RMPA, no período 1993-05, e faz-se uma análise da composição do desemprego desse grupo populacional de acordo com características e atributos selecionados, com o propósito de avançar em sua compreensão.

### Tendências gerais do desemprego juvenil<sup>19</sup> na RMPA

A taxa de desemprego da população juvenil apresentou tendência de crescimento na RMPA, tendo se elevado de 21,4% em 1993 para 26,3% em 2005 (Gráfico 8). Conforme se pode constatar, essa tendência foi semelhante à taxa de desemprego da população adulta, que, embora apresente patamar muito menos elevado, passou de 8,2% para 10,6% nessa mesma base comparativa. Ao longo do período, observa-se proximidade nas trajetórias das taxas de desemprego de jovens e de adultos. Assim, no início do período — entre 1993 e 1995 —, ambas evidenciaram declínio, situando-se em seus menores patamares de toda a série. Essa foi a fase inicial do Plano Real, na qual ocorreu expansão do nível de atividade econômica, o que contribuiu para uma melhoria dos indicadores do mercado de trabalho. Posteriormente, de 1996 até 1999, houve uma elevação das taxas de desemprego, que atingiram os seus maiores níveis, para ambos os grupos populacionais, naquele último ano. Logo após, observa-se uma nova fase de declínio das taxas de desemprego, que, no caso dos jovens, perdurou até 2002, enquanto, no dos adultos, já se havia interrompido no ano anterior. Em 2003, constata-se uma nova deterioração da situação do mercado de trabalho, com elevação das taxas de desemprego de jovens e de adultos. E, finalmente, nos dois últimos anos da série, houve uma redução

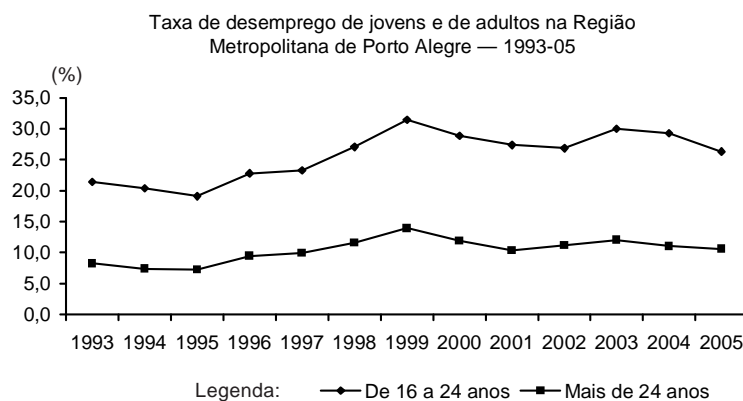
---

<sup>19</sup> Como referido anteriormente, grande parte dos trabalhos em nível internacional delimita a população juvenil como correspondendo à faixa etária de 15 a 24 anos (O'Higgins, 1997; OIT, 2006). Todavia, como, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é a de 16 anos, adota-se, neste estudo, a faixa etária de 16 a 24 anos como correspondendo à população juvenil.



da incidência do desemprego tanto para jovens quanto para adultos, refletindo um movimento mais favorável do mercado de trabalho metropolitano naqueles anos.

Gráfico 8



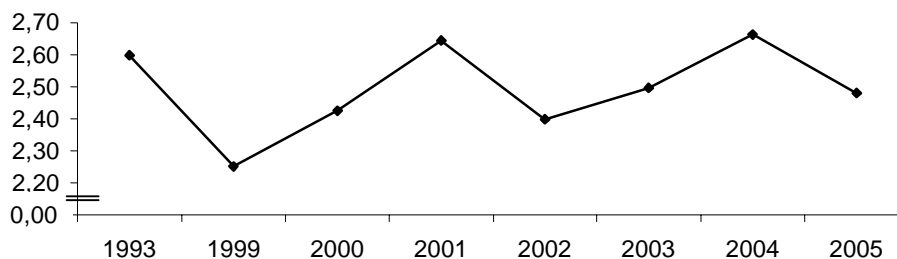
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O diferencial de incidência do desemprego entre jovens e adultos é bastante acentuado na RMPA, confirmando o que se pode tomar como um padrão internacional (Gráfico 9). Nesse sentido, constata-se que a taxa de desemprego dos jovens era 2,48 vezes a dos adultos no mercado de trabalho metropolitano, em 2005. Pode-se também perceber que esse diferencial não permaneceu estável ao longo do período: assim, ele atingiu um ponto máximo em 1994, quando a taxa de desemprego dos jovens correspondia a 2,76 vezes a dos adultos, e um ponto mínimo em 1999, quando a relação entre a taxa de desemprego dos dois grupos populacionais situou-se em 2,25. Com base nessas evidências, é interessante destacar que o maior diferencial entre a taxa de desemprego dos jovens e a dos adultos se deu em 1994, ano em que se registraram as menores taxas de desemprego para ambos os grupos populacionais, e, antagonicamente, o menor diferencial ocorreu em 1999, quando as taxas de desemprego de jovens e de adultos se encontravam em seus maiores patamares. Embora se

faça necessário mais investigação a esse respeito, tal comportamento não vai plenamente ao encontro do que afirma a literatura a respeito do desemprego juvenil: em 1994, ano em que a economia passou por expansão de seu nível de atividade, ampliou-se o diferencial de incidência de desemprego entre jovens e adultos, o que mostra que o desemprego juvenil reagiu relativamente menos à recuperação econômica, corroborando a experiência internacional; todavia, no período posterior, que se estende até 1999, o diferencial atingiu o mínimo, em um ambiente de redução do nível de atividade econômica, o que colide com o que refere a literatura, pois se esperaria uma deterioração relativa da situação dos jovens no mercado de trabalho. Cabe, ainda, fazer referência que, quando se compara o início e o final do período, não se pode afirmar ter havido deterioração em **termos relativos** do desemprego juvenil no mercado de trabalho da RMPA, na medida em que se reduziu o diferencial de incidência de desemprego em comparação aos adultos.

Gráfico 9

Relação entre a taxa de desemprego dos jovens e a taxa de desemprego dos adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2005



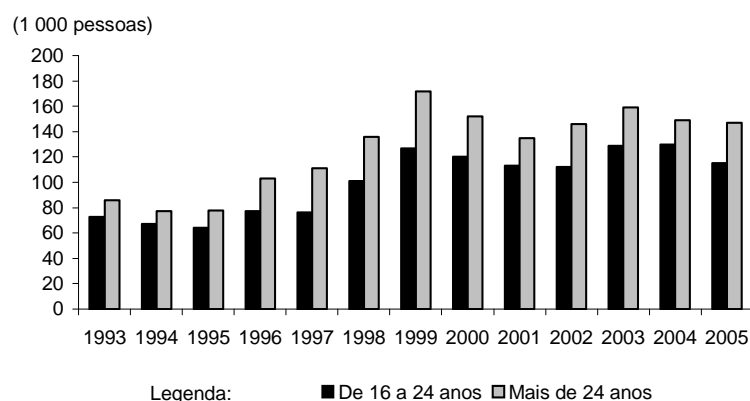
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O contingente de jovens desempregados na RMPA elevou-se de 73.000 indivíduos em 1993 para 115.000 em 2005, o que correspondeu a um crescimento de 57,5% (Gráfico 10). Em termos comparativos, o contingente de adultos desempregados ampliou-se de 86.000 indivíduos para 147.000 nessa mesma base comparativa, o que representou um crescimento de 70,9%. Com base nesses comportamentos, quando se compara o início e o final do período, per-

cebe-se que houve uma pequena redução da participação dos jovens no contingente de desempregados, na Região<sup>20</sup>, pois ela passou de 45,9% em 1993 para 43,9% em 2005. Não obstante, as evidências contidas no Gráfico 10 permitem confirmar o entendimento de que ocorreu uma deterioração, em **termos absolutos**, do desemprego juvenil na RMPA, no período em foco. Uma outra constatação relevante é que há divergência entre os dois grupos populacionais quanto ao ano em que se observa o maior estoque de desempregados na Região, pois esse foi o de 2004 para os jovens e o de 1999 para os adultos — portanto, somente no caso destes últimos, existe coincidência com o ponto máximo da respectiva taxa de desemprego.

Gráfico 10

Estimativas do número de desempregados, jovens e adultos, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-05



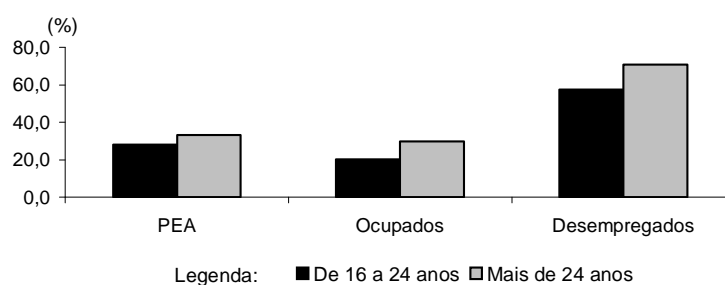
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>20</sup> Nesse caso, trata-se do contingente de desempregados de 16 anos ou mais.

A evolução do tamanho do contingente de desempregados está associada ao comportamento da PEA *vis-à-vis* ao da ocupação. A esse respeito, o crescimento da PEA juvenil (28,2%) na Região foi superior ao observado pela ocupação (20,2%), revelando uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra juvenil pelo mercado de trabalho no período, o que trouxe consigo acentuada elevação do estoque de desempregados desse grupo populacional (Gráfico 11). Essa situação, todavia, não evidencia muita diferença em relação ao observado entre os adultos, pois, também nesse caso, o crescimento da PEA (33,1%) foi superior ao da ocupação (29,7%), implicando aumento do contingente de adultos desempregados.<sup>21</sup>

Gráfico 11

Taxas de variação da População Economicamente Ativa, da ocupação e do desemprego, de jovens e adultos, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-05

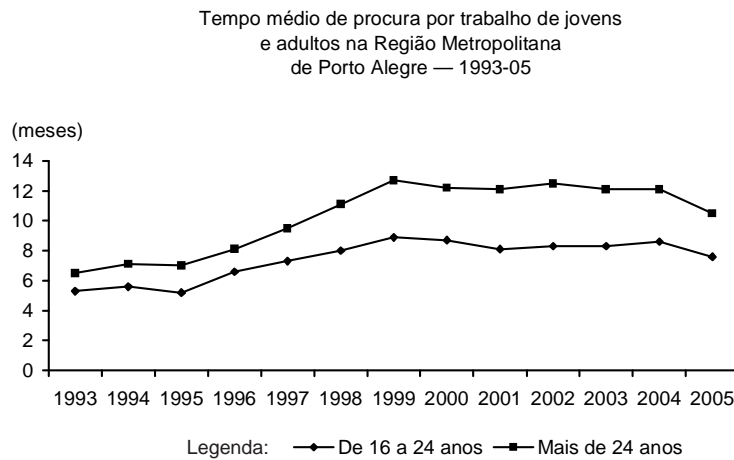


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>21</sup> Conforme os dados recém-expostos, a diferença de crescimento da PEA e da ocupação foi maior entre os jovens comparativamente aos adultos. Isso poderia induzir à expectativa de que o contingente de jovens desempregados viesse a crescer mais do que o de adultos, o que, de fato, não ocorreu. Isso se deve, basicamente, a que a distribuição da PEA entre ocupados e desempregados era bastante distinta entre os dois grupos populacionais, no início do período, recomendando cuidado na interpretação das comparações entre as taxas de variação aqui abordadas.

Em termos de tendências gerais do desemprego juvenil na RMPA, assinala-se ter ocorrido uma mudança sensível do tempo de permanência na situação de desemprego desse grupo populacional, no período em análise (Gráfico 12). Assim, o tempo médio de procura por trabalho dos jovens desempregados elevou-se de 5,3 meses em 1993 para 7,6 meses em 2005. Essa mudança foi semelhante à observada entre a população adulta, para a qual o tempo médio de procura por trabalho dos desempregados elevou-se de 6,5 meses para 10,5 meses nessa mesma base comparativa. A esse respeito, dois aspectos merecem ser destacados: o primeiro deles é que, de fato, o tempo de permanência dos jovens na condição de desemprego era relativamente menor do que o dos adultos, não residindo aí uma desvantagem propriamente dita da população juvenil no mercado de trabalho; e o segundo é que, seja no caso dos jovens, seja no dos adultos, a ampliação do tempo de permanência no desemprego conduziu a um problema de caráter estrutural, reforçando a compreensão de que o mercado de trabalho tem tido um dinamismo insatisfatório para absorver o crescimento da força de trabalho na RMPA.

Gráfico 12

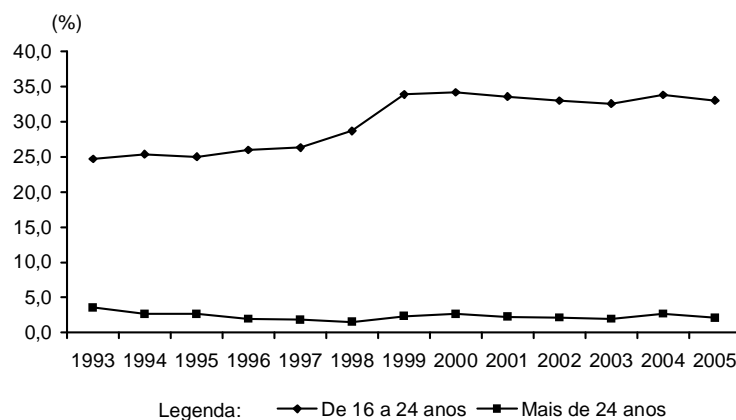


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Como é referido com recorrência na literatura, a ausência de experiência constitui-se em um *handicap* para os jovens em seu processo de inserção no mercado de trabalho. A esse respeito, as evidências relativas à RMPA demonstram que é muito grande a proporção de jovens desempregados que não possuíam experiência anterior de trabalho, pois atingiu 33,0% do estoque de desempregados desse grupo populacional em 2005 (Gráfico 13). Adicionalmente, pode-se também constatar que houve, ao longo do período em foco, uma tendência de elevação da proporção de jovens desempregados sem experiência anterior de trabalho, na medida em que ela era de 24,7% em 1993, patamar bastante inferior ao observado a partir de 1999. O agravamento dessa característica singular do desemprego entre os jovens na RMPA provavelmente foi um dos fatores que contribuiu para o prolongamento do período em que eles permanecem desempregados, conforme abordado anteriormente.

Gráfico 13

Proporção de desempregados sem experiência anterior de trabalho, jovens e adultos, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## A composição do desemprego juvenil na RMPA

Neste subitem, são feitos recortes suplementares no tratamento do fenômeno do desemprego entre os jovens, na RMPA, com o propósito de avançar em sua compreensão.

O primeiro recorte, que perpassará todo este subitem do trabalho, é o da população juvenil em **duas faixas etárias**, a de 16 e 17 anos e a de 18 a 24 anos, o que permitirá averiguar a magnitude das diferenças de incidência do desemprego no interior desse grupo populacional.<sup>22</sup> O segundo recorte diz respeito à decomposição do desemprego total em dois tipos, o **aberto** e o **oculto**. Ou seja, a metodologia da PED possibilita mensurar o desemprego aberto, que corresponde a um conceito mais próximo daquele usualmente utilizado pelas pesquisas domiciliares sobre o mercado de trabalho, mas também o desemprego oculto, que captura situações limítrofes sobre o *status* dos indivíduos na força de trabalho e, acredita-se, é adequado às características de mercados de trabalho heterogêneos, como o latino-americano (Hoffmann et al., 2002).<sup>23</sup> O terceiro recorte adotado é o da análise do desemprego por **sexo**, tratando-se, nesse caso, de dimensionar as diferenças existentes entre os homens jovens e as mulheres jovens no mercado de trabalho metropolitano. O quarto e último recorte corresponde ao tratamento do desemprego por **faixas de escolaridade**, e a proposta é a de investigar como evoluíram as diferenças em sua incidência, segundo o nível de educação formal dos jovens trabalhadores.

Considerando os jovens de 16 e 17 anos economicamente ativos na RMPA, observa-se que quase a metade deles se encontrava desempregada, registrando uma taxa de desemprego total de 44,0% em 2005 (Tabela 5). Esse indicador, a par de ser muito superior ao evidenciado entre os jovens de 18 a 24 anos (24,0% naquele mesmo ano), deixa claro que os primeiros se encontravam em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.<sup>24</sup> Além de experi-

---

<sup>22</sup> Conforme referido na segunda seção deste artigo, os estudos no âmbito internacional costumam, com recorrência, trabalhar com a população juvenil de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. No trabalho ora desenvolvido, optou-se por empregar um recorte diferente, que é o dos jovens adolescentes de 16 e 17 anos e o dos jovens adultos de 18 a 24 anos, pois se acredita que essa é mais adequada para capturar as suas condições de inserção no mercado de trabalho, a partir de determinados níveis de escolaridade. Para uma subdivisão idêntica da população juvenil, ver DIEESE (2001, cap. 6; 2005).

<sup>23</sup> Os conceitos de desemprego adotados pela PED encontram-se no **Anexo Metodológico**, ao final deste trabalho.

<sup>24</sup> Na Tabela 5, também constam os dados para os jovens de 16 a 24 anos, todavia os comentários, nesta parte do trabalho, ficarão restritos às faixas etárias de 16 e 17 anos e de 18 a 24 anos.

mentarem maior incidência do desemprego, pode-se também constatar que houve uma deterioração relativa da situação do contingente de jovens adolescentes, na medida em que a respectiva taxa de desemprego total se ampliou mais do que a dos indivíduos de 18 a 24 anos entre 1993 e 2005: nesses termos, o diferencial de incidência de desemprego desfavorável aos primeiros elevou-se de 65,1% em 1993 para 83,3% em 2005.

Tabela 5

Taxas de desemprego dos jovens, total, por tipo, sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	(%)					
	16 E 17 ANOS		DE 18 A 24 ANOS		DE 16 A 24 ANOS	
	1993	2005	1993	2005	1993	2005
<b>TOTAL</b> .....	31,7	44,0	19,2	24,0	21,4	26,3
<b>Tipo</b>						
Aberto .....	21,7	36,0	12,8	18,7	14,4	20,7
Oculto .....	10,0	8,0	6,4	5,3	7,0	5,6
<b>Sexo</b>						
Homens .....	27,8	38,5	16,6	20,0	18,7	22,0
Mulheres .....	37,5	50,0	22,6	28,8	25,0	31,3
<b>Escolaridade</b>						
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto .....	30,0	46,7	22,0	29,7	25,0	34,2
Fundamental completo até médio incompleto .....	28,6	43,8	21,4	29,2	23,1	32,6
Médio completo até superior incompleto...	(1)-	33,3	14,3	20,1	16,3	19,8
Superior completo .....	-	-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



Quando se introduz a decomposição do desemprego por tipo, pode-se observar que, aproximadamente, 80,0% da taxa de desemprego total dos jovens na RMPA correspondia ao desemprego aberto, e 20,0%, ao oculto, independentemente da faixa etária (Tabela 5). Nesse sentido, para os jovens de 16 e 17 anos, a taxa de desemprego aberto era de 36,0% em 2005, e a de desemprego oculto, de 8,0%; para os jovens de 18 a 24 anos, nesse mesmo ano, elas correspondiam a 18,7% e 5,3% respectivamente. Em termos de tendências, os resultados mostram que foi exclusivamente o desemprego aberto que se elevou entre os jovens e que, portanto, é fundamentalmente a ele que se deve o crescimento da incidência do desemprego nesse grupo populacional. Coerentemente com essa afirmação, a proporção de jovens de 16 e 17 anos em desemprego aberto elevou-se de 68,4% em 1993 para 81,8% em 2005, enquanto a em desemprego oculto reduziu-se de 31,6% para 18,2% nessa mesma base comparativa (Tabela 6). No caso dos indivíduos de 18 a 24 anos, a proporção em desemprego aberto aumentou de 66,7% em 1993 para 78,3% em 2005, enquanto a em desemprego oculto recuou de 33,3% para 21,7%.

Tabela 6

Distribuição do desemprego dos jovens, por tipo, sexo e faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	DE 16 E 17 ANOS		DE 18 A 24 ANOS		DE 16 A 24 ANOS	
	1993	2005	1993	2005	1993	2005
<b>Tipo</b>						
Aberto .....	68,4	81,8	66,7	78,3	67,1	78,9
Oculto .....	31,6	18,2	33,3	21,7	32,9	21,1
<b>Sexo</b>						
Homens .....	52,6	45,5	48,1	45,2	49,3	45,2
Mulheres .....	47,4	54,5	51,9	54,8	50,7	54,8
<b>Escolaridade</b>						
Analfabetos .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto .....	63,2	32,0	50,0	21,5	50,7	23,5
Fundamental completo até médio incompleto ...	31,6	60,9	27,8	33,2	30,1	38,5
Médio completo até superior incompleto .....	(1)-	(1)-	20,4	43,6	17,8	36,5
Superior completo .....	-	-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

No que diz respeito ao recorte por sexo da força de trabalho juvenil na RMPA, as evidências contidas na Tabela 5 vão ao encontro do padrão identificado no mercado de trabalho latino-americano, pois é maior o desemprego entre as mulheres jovens em comparação aos homens jovens. Assim, as jovens adolescentes de 16 e 17 anos registravam uma taxa de desemprego de 50,0% em 2005, contra 38,5% dos jovens adolescentes. Quanto às jovens adultas de 18 a 24 anos, a sua taxa de desemprego era de 28,8% em 2005, e a dos jovens adultos, de 20,0%. Em termos comparativos, cabe fazer referência a que o diferencial desfavorável de incidência do desemprego para as mulheres se reduziu entre os indivíduos de 16 e 17 anos e se ampliou entre os de 18 a 24 anos: para os primeiros, ele diminuiu de 34,9% em 1993 para 29,9% em 2005, enquanto, para os últimos, aumentou de 36,1% para 44,0%. Ou seja, somente para as jovens adultas, pode-se afirmar ter ocorrido uma deterioração relativa da incidência do desemprego no mercado de trabalho da RMPA. No que se refere à distribuição do desemprego juvenil por sexo e idade, todavia, em ambos os casos, houve aumento da proporção de mulheres no contingente de desempregados: as jovens adolescentes de 16 e 17 anos avançaram a sua participação no total de desempregados dessa faixa etária, de 47,4% em 1993 para 54,5% em 2005, enquanto, na faixa etária de 18 a 24 anos, a participação feminina no desemprego elevou-se de 51,9% para 54,8% nesses mesmos anos (Tabela 6).

Quanto ao recorte do desemprego juvenil de acordo com os níveis de educação formal, a situação dos jovens no mercado de trabalho da RMPA revela a existência de uma relação inversa entre este e a incidência do desemprego, pois, quanto mais elevada a faixa de escolaridade à qual o jovem pertencia, menor era a taxa de desemprego por ele registrada, o que se constitui em um resultado previsto pela literatura (Tabela 5). Ainda assim, é importante ressaltar que, independentemente da faixa de escolaridade, ocorreu um aumento da incidência do desemprego entre os jovens, não se constituindo esse atributo, portanto, em uma garantia absoluta para a proteção dos jovens trabalhadores. Adicionalmente, pode-se, inclusive, constatar que, entre os jovens adultos, o aumento da taxa de desemprego se deu de forma mais intensa para aqueles relativamente mais escolarizados: para os indivíduos com escolaridade fundamental incompleta, a taxa de desemprego cresceu 35,0% entre 1993 e 2005, enquanto, para aqueles com escolaridade média completa a superior incompleta, ela aumentou em 40,6%.

Outro aspecto relevante do desemprego juvenil, por níveis de educação formal, na RMPA diz respeito à mudança na sua distribuição no período, no sentido de que houve uma grande redução na proporção de jovens desempregados com menor nível de escolaridade, enquanto aqueles com maior nível de

educação formal viram ampliar, de forma acentuada, a sua parcela no desemprego desse grupo populacional (Tabela 6). Nesse sentido, entre os jovens adolescentes desempregados, ocorreu uma redução de 31,2 pontos percentuais na proporção daqueles com escolaridade fundamental incompleta, e, entre os com fundamental completo a médio incompleto, houve uma elevação de 29,3 pontos percentuais na comparação de 1993 e 2005. No caso dos jovens adultos, os indivíduos com escolaridade fundamental incompleta reduziram a sua participação no desemprego desse grupo etário em 28,5 pontos percentuais entre 1993 e 2005, enquanto aqueles com escolaridade média completa a superior incompleta registraram um aumento de 23,2 pontos percentuais nessa mesma base comparativa. Portanto, essas evidências empíricas estão mostrando que os jovens desempregados da RMPA se tornaram, ao final do período, relativamente mais escolarizados, o que está em consonância com aquela mudança identificada na própria PEA juvenil, na terceira seção deste estudo. Tal fenômeno pode ser devido tanto ao aumento da oferta de trabalho relativamente mais escolarizada em um contexto de baixa capacidade de absorção de mão-de-obra quanto às transformações produtivas observadas no período. De qualquer forma, reitera-se a compreensão de que a melhora no perfil de educação formal da juventude metropolitana, por mais importante que tenha sido do ponto de vista social, parece não se ter constituído em uma salvaguarda absoluta ao aumento da incidência do desemprego sobre esse grupo populacional.

## Considerações finais

Este estudo procurou analisar a inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, à luz dos principais argumentos propostos pela literatura recente sobre esse tema.

Conforme foi mostrado no trabalho, o ritmo de crescimento da população jovem na RMPA, no período 1993-05, foi superior ao da população total, o que fez com que se expandisse a parcela de jovens na população total da Região. Esse comportamento deveu-se mais à população jovem masculina, que cresceu de forma mais acelerada do que a feminina, com o que a primeira passou a representar, ao final do período, uma proporção levemente superior à última população total da Região.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, a PEA jovem cresceu em ritmo idêntico ao da PEA total, com o que a proporção de jovens na força de trabalho total se manteve inalterada na comparação entre o início e o final do período em análise. Todavia, quando se efetuou a decomposição da PEA jovem

por sexo, identificou-se que a força de trabalho feminina cresceu em ritmo bem mais acelerado do que a masculina, fazendo com que as jovens ampliassem a sua parcela na força de trabalho total da Região, em detrimento da PEA jovem masculina. Como decorrência dos comportamentos diferenciados entre os sexos, em termos de crescimento demográfico e da força de trabalho na RMPA, observou-se uma grande redução do *gap* entre os sexos, nas taxas de participação no mercado de trabalho metropolitano, com as mulheres jovens elevando o seu grau de engajamento em atividades laborais, e os homens jovens reduzindo-o.

O trabalho evidenciou que houve uma mudança razoavelmente significativa do perfil de educação formal da juventude metropolitana da RMPA no período. Tal mudança deu-se no sentido de um aumento da proporção de indivíduos mais escolarizados na população jovem, com o que se pode afirmar ter ocorrido uma melhora no nível de educação formal desse grupo populacional. Essa mudança se manifestou também no âmbito do mercado de trabalho, fazendo com que ocorresse uma modificação — e de forma até mais intensa — no nível de educação formal dos jovens na força de trabalho da Região, com o aumento da proporção daqueles relativamente mais escolarizados. A par dessas tendências, foi identificado pelo estudo que as mulheres jovens, que já possuíam um nível de educação formal superior ao dos homens jovens no início do período, viram ampliar o diferencial a elas favorável ao seu final.

As evidências proporcionadas por este estudo apontaram uma tendência de elevação da taxa de desemprego juvenil no mercado de trabalho da RMPA. Isso ocorreu em decorrência de o crescimento da força de trabalho desse grupo populacional ter sido superior ao da ocupação, revelando uma modesta capacidade de absorção de mão-de-obra pela economia local, o que trouxe consigo uma elevação do seu patamar de desemprego.

Conforme foi mostrado no trabalho, a incidência do desemprego na RMPA é bem mais elevada entre a população juvenil comparativamente à adulta, acompanhando o que se pode tomar como um padrão internacional. Todavia a relação entre a taxa de desemprego dos jovens e a dos adultos não permaneceu estável ao longo do período, tendo-se situado entre 2,76 vezes em 1994 e 2,25 vezes em 1999. Dado que, em 2005, essa relação se encontrava abaixo da observada em 1993, não se pode afirmar ter ocorrido uma deterioração em termos relativos do desemprego juvenil na RMPA.

O crescimento do desemprego entre os jovens na RMPA veio acompanhado de uma elevação do tempo de procura por trabalho no mercado de trabalho. Embora esse fenômeno não tenha ficado restrito à força de trabalho juvenil, pois também foi identificado entre os adultos, ele é um indicador claro de dete-

rioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho metropolitano e de sua baixa capacidade de absorção de mão-de-obra.

De acordo com o que mostra a literatura, um *handicap* específico da força de trabalho juvenil é a ausência de experiência anterior de trabalho. Nesse sentido, o estudo evidenciou não só que era muito grande a proporção de jovens desempregados sem experiência anterior de trabalho na RMPA, como também que esta se elevou de aproximadamente 25,0% deles em 1993 para 33,0% em 2005. Novamente, pode-se aqui identificar uma característica do desemprego juvenil, que se constitui em um padrão internacional.

Quanto ao recorte etário do desemprego juvenil na RMPA, foi mostrado que os jovens adolescentes de 16 e 17 anos se encontravam em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho em comparação aos jovens adultos de 18 a 24 anos, bem como que ocorreu uma deterioração relativa dos primeiros a esse respeito. No que concerne à decomposição do desemprego por tipo, os jovens experimentavam mais o desemprego aberto, e foi exclusivamente a ele que se deveu a elevação da taxa de desemprego total desse grupo populacional. Em termos de sexo, as mulheres jovens evidenciavam maior incidência do desemprego que os homens jovens, e, adicionalmente, houve uma piora relativa da situação das mesmas no mercado de trabalho. Tais resultados confirmam plenamente o padrão de desigualdade identificado por outros estudos para a América Latina e o Caribe. Por sua vez, os vínculos entre desemprego juvenil e educação formal na RMPA mostraram-se em concordância com o previsto pela literatura, no sentido de que, quanto maior o nível de escolaridade, menor a incidência do desemprego entre os jovens. Todavia, a esse respeito, é importante recuperar que, dadas as mudanças no perfil de escolaridade da população jovem metropolitana e a capacidade de absorção de mão-de-obra da economia local, ocorreu uma redistribuição do desemprego juvenil por níveis de educação formal, com um grande aumento da proporção de indivíduos relativamente mais escolarizados entre os desempregados desse grupo populacional.

Finalmente, caberia assinalar que a análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, desenvolvida no âmbito deste capítulo, remete à implementação e ao aprimoramento das políticas públicas para esse grupo populacional, bem como à necessidade de um desempenho macroeconômico mais satisfatório do País em termos de taxas de crescimento do produto. Sem esforços sistemáticos nesses dois campos, dificilmente se conseguirá alterar a situação de grande vulnerabilidade no mercado de trabalho em que se encontram os jovens, conforme mostrado ao longo deste estudo.

## Referências

- BASTOS, R. Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, 2006. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2006.
- BASTOS, R. Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9, Recife, 2005. **Anais**. Recife: ABET, 2005a.
- BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. esp., p. 271-298, 2005.
- BERCOVICH, A., MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., Caxambu, 1990. **Anais**. Caxambu: ABEP, 1990. v. 2, p. 595-631.
- BERCOVICH, A., MASSÉ, G. Descontinuidades demográficas, ondas jovens e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, Caxambu, 2004. **Anais**. Caxambu: ALAP, 2004.
- BLANCHFLOWER, D.; FREEMAN, R. The declining economic status of young workers in OECD countries. In: BLANCHFLOWER, D., FREEMAN, R. (Ed.) **Youth employment in advanced countries**. Chicago: NBER, 2000.
- BRAUNS, H. et al. **Education and employment: patterns of labour market entry in France, the United Kingdom and West Germany**. Mannheim: Mannheim Centre for European Social Research, 1999. (Working paper, 6).
- CACCIAMALI, M. **Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México**. Ginebra: OIT, 2005.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **Juventude metropolitana: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo: DIEESE, 2005. (Estudos e Pesquisas, 11).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

GALEAZZI, I. et al. Desemprego e precarização do trabalho: a experiência na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

GITTER, R., SCHEUER, M. U.S. and German youths: unemployment and the transition from school to work. **Monthly Labor Review**. Washington, BLS, v. 120, n. 3, p. 16-20, 1997.

GROSS, D. **Youth unemployment and labour market policies in Germany and Canada**. Genebra: OIT, 1998. (Employment and training papers, 37).

HOFFMANN, M. et al. O sistema PED: pesquisa de emprego e desemprego em seis regiões metropolitanas. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

MANRÍQUEZ, M. **Jóvenes y empleo**: notas sobre un permanente desencuentro. Montevideo: OIT; Cinterfor, 2003.

MATOS, J.; BASTOS, R. Uma análise exploratória dos fatores que condicionam a participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. 3., Porto Alegre, 2006. **Anais**. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2006.

MEDINA, R. Diez de. Calificación, empleo y desempleo en los jóvenes del mercosur. **Boletín Cinterfor**, Montevideo, OIT; Cinterfor, n.150, p. 43-72, 2000.

MUNIZ, J. As discontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v.19, n. 2, p. 65-97, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **World youth report 2003**. Nova Iorque: ONU, 2003.

O'HIGGINS, N. **The challenge of youth unemployment**. Genebra: OIT, 1997. (Employment and training papers, 7).

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — OCDE. **Getting started, settling in: the transition from education to the labour market**. Paris: OECD, 1998. (OECD Employment Outlook).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo**. Genebra: OIT, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias mundiales del empleo juvenil**. Geneva: OIT, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias mundiales del empleo juvenil**. Geneva: OIT, 2006.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, 1011).

RYAN, P. The school-to-work transition: a cross-national perspective. **Journal of Economic Literature**, Nashville, AEA, v. 39, n. 1, p. 34-92, 2001.

SABOIA, J. Venturas e desventuras do mercado de trabalho no Brasil. In: CASTRO, A. et al. (Org.). **Brasil em desenvolvimento** — instituições, políticas e sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.

TOKMAN, V. **Desempleo juvenil en el cono sur**: causas, consecuencias y políticas. Santiago: Fundación Friedrich Ebert, 2003.

TOKMAN, V. El trabajo de los jóvenes en el post-ajuste latinoamericano. **Boletín Cinterfor**. Montevideo, OIT; Cinterfor, n. 139-140, p. 7-23, 1997.

TONI, M. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**: os 10 anos da PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

WELLER, J. Problemas de la inserción laboral de los y las jóvenes en América Latina. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, Caxambu, 2004. **Anais**. Caxambu: ALAP, 2004.



# TRABALHADORES MAIS MADUROS PREDOMINAM NA REGIÃO METRO- POLITANA DE PORTO ALEGRE (RMPA): FORMAS DE INSERÇÃO NA OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

*Norma Hermínia Kreling\**

“Os países desenvolvidos primeiro se tornaram ricos para depois envelhecerem — nós estamos envelhecendo rapidamente, antes de sermos ricos.”  
**Alexandre Kalache (2006)**

## Introdução

Este estudo tem como objetivo conhecer e avaliar as condições de inserção do segmento populacional com mais de 40 anos no mercado de trabalho.<sup>1</sup> Tal objetivo assenta-se, principalmente, sobre dois fatores: primeiro, a redistribuição da população na pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, elevou significativamente a participação desse trabalhador, cuja parcela constitui, atualmente, um dos principais componentes da População Economicamente Ativa (PEA); segundo, as modificações ocorridas no mundo do trabalho, através do processo de reestruturação produtiva e organizacional, a partir dos anos 90, tornaram esse segmento mais suscetível às adversidades do mercado de trabalho, o que se manifesta no maior crescimento do desemprego e na ampliação de várias formas de precarização da mão-de-obra. Abordando tais aspectos, este estudo

---

\* Socióloga da Fundação de Economia e Estatística.

<sup>1</sup> Estudos anteriores sobre esse tema foram realizados pela autora (Kreling, 2001; 2002; 2004; 2005).

pretende colocar à disposição da sociedade e do poder público informações que possam vir a contribuir para o debate e o delineamento de políticas públicas e sociais que conduzam ao atendimento das necessidades desse segmento, sobretudo quando se levam em consideração as novas tendências demográficas, que vêm interpondo desafios a serem enfrentados pela sociedade, especialmente no nível da família e do emprego.

As transformações na economia brasileira, principalmente a partir dos anos 90, com a abertura comercial e o processo de reestruturação da produção e da organização do trabalho, determinaram profundas modificações na estrutura do mercado de trabalho, impondo uma nova dinâmica de funcionamento. Essas alterações repercutiram fortemente sobre os níveis de emprego, afetando os setores mais estruturados da economia e, conseqüentemente, envolvendo importantes segmentos da força de trabalho, através da ampliação do desemprego e do incremento de inserções ocupacionais precarizadas. Assim, relações informais de trabalho — o trabalho assalariado sem carteira assinada e o trabalho por conta própria — passaram a se ampliar intensamente no mercado de trabalho.<sup>2</sup>

Nesse cenário, ressentem-se tanto os grupos que anteriormente eram considerados mais protegidos das adversidades do mercado de trabalho — chefes de domicílio, adultos com idade superior a 25 anos e, em especial, aqueles com 40 anos ou mais e, até mesmo, os trabalhadores mais escolarizados — quanto os que tradicionalmente eram considerados mais vulneráveis, cuja inserção na ocupação já implicava posições mais precárias — jovens, mulheres, negros, idosos, etc.

A mudança de rumos da atividade econômica, sustentada por uma modernização produtiva através de tecnologias e técnicas organizacionais inovadoras, demanda do trabalhador uma nova postura, que exige tanto a aquisição de novos conhecimentos, quanto a existência de habilidades que são essenciais na integração ao processo produtivo. Nesse novo contexto, a qualificação passa a ser palavra de ordem no mercado de trabalho, exigindo como pré-requisito um nível de escolaridade mais elevado. Esse modelo atinge indiscriminadamente

---

<sup>2</sup> Atualmente, discutem-se algumas mudanças ocorridas no mercado de trabalho metropolitano brasileiro após os anos 90, destacando-se, dentre elas, uma tendência de aumento da formalização do vínculo de emprego. Nesse sentido, ver Freire (2006) e Moretto e Krein (2005). Na Região Metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), observou-se, nos anos 2003-05, maior aumento do emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada (14,0%) do que daquele sem registro (6,0%), enquanto, nos anos 1998-03, se dava o inverso: maior aumento para os sem carteira (35,7%) do que para os com registro em carteira (10,1%).

todos os trabalhadores, ficando, no entanto, mais difícil a adaptação às novas mudanças por parte dos indivíduos com mais idade, inseridos, ao longo da vida profissional, em um modelo distinto de organização do trabalho, que não requeria essa maior qualificação. Por outro lado, eles terão que competir com os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, os quais já adquiriram uma formação mais voltada à nova realidade e às novas tecnologias.

Além disso, os trabalhadores, à medida que envelhecem, tendem a ser discriminados pela cultura existente na empresa e na sociedade, que, não raro, os classifica como pessoas que têm relativamente menor capacidade para o trabalho. Essa percepção em relação à idade, ao mesmo tempo em que rotula as pessoas, induz os trabalhadores a um sentimento de frustração e marginalização, subtraindo expectativas favoráveis para o futuro. Daí, muitas vezes, a dificuldade desse segmento em conseguir uma nova ocupação no mercado de trabalho, após um longo período de desemprego ou, até mesmo, após a aposentadoria, pois a inatividade vem, geralmente, acompanhada de queda pronunciada nos rendimentos.

Diante desse quadro, vêm crescendo as preocupações em relação à inserção e/ou à reinserção do trabalhador adulto com mais idade. Na União Européia, por exemplo, surgiram várias medidas de políticas públicas e sociais de emprego voltadas aos trabalhadores maduros, seja de inserção no mercado de trabalho para os desempregados de longa duração, maiores de 45 anos de idade, seja de prolongamento da vida profissional ativa.<sup>3</sup> No Brasil, entre as políticas adotadas, encontram-se alguns programas que têm o objetivo de combater e minimizar os problemas da exclusão e do preconceito que os indivíduos com mais idade vêm enfrentando, ao buscarem sua (re)colocação no mercado de trabalho. Dentre eles, pode-se citar o programa **Começar de Novo**, executado, desde 2000, pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), da Prefeitura Municipal de São Paulo, para o atendimento de uma população de baixa renda, com idade de 40 anos ou mais. No Rio Grande do Sul, em outubro de 2005, surgiu o I Fórum Gaúcho de Políticas Públicas para mulheres de 40 a 65 anos, promovido pelo Instituto Saúde da Mulher e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Exemplos disso são, no caso da Espanha, o Real Decreto nº 781/2001, de 06 de julho, o qual regula, para o ano de 2002, um programa de renda mínima de inserção (*renta activa de inserción*) para trabalhadores em desemprego de longa duração, com mais de 45 anos de idade, e, no da Bélgica, o **Parecer do Comitê Econômico e Social Sobre os Trabalhadores Idosos**, de 19 de outubro de 2000.

<sup>4</sup> Esse fórum motivou o Projeto de Lei nº 309/2005, que instituiu o programa estadual de inserção e permanência da mulher de 40 a 65 anos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, de autoria do Deputado Estadual Pedro Westphalen (PP-RS). Nessa mesma linha de

A par das mudanças na esfera produtiva, é importante considerar as transformações demográficas ocorridas nos últimos anos, no Brasil, que repercutiram profundamente sobre a distribuição etária da população adulta do País. O processo de envelhecimento da população vem ocorrendo intensamente, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — fecundidade e mortalidade —, que determinaram importantes transformações na sua estrutura etária. Essas alterações se refletem no aumento da participação relativa da população adulta e, em especial, da idosa<sup>5</sup> em relação aos demais grupos etários, ocorrendo, conseqüentemente, uma diminuição relativa dos grupos mais jovens.

Tal redistribuição da pirâmide etária da população tem demandado uma reavaliação das estratégias de planejamento por parte do Estado, direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito da sociedade, da família e do emprego. No mercado de trabalho, essa evolução pode afetar profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa. De fato, tem-se observado aumento da proporção de pessoas adultas, com 40 anos ou mais, no mercado de trabalho, elevando esse segmento à principal componente da população ativa, chegando a ultrapassar aquele que tradicionalmente sempre ocupou maior espaço na PEA, o de adultos com 25 a 39 anos.

Nesse sentido, Lia Vasconcelos (2006, p. 31), tendo por referência estudo realizado pelo IPEA, já prevê que “Com taxas de natalidade e mortalidade em queda, em 2030 quase a metade da força de trabalho brasileira deverá estar acima dos 45 anos de idade e haverá predomínio das mulheres. Mercado e políticas públicas terão de se adaptar às demandas desse grupo”.

Há que se considerar, ainda, que

O envelhecimento da população e, particularmente, da PEA exigirá, no futuro não muito distante, indispensáveis ajustes em termos de flexibilidade do mercado de trabalho, de modo a contemplar os requisitos necessários a uma força de trabalho mais madura, mais sujeita a riscos físicos e com menores agilidade e força física, além de, proporcionalmente, menos instruída do que os segmentos mais jovens, dada a expressiva melhoria educacional brasileira em anos recentes (IPEA, 2006, p.114).

Inserido nessa problemática, o presente estudo visa ser mais uma contribuição para o conhecimento e a avaliação das condições do trabalhador adulto com 40 anos ou mais no mercado de trabalho, uma vez que a literatura pouco

---

preocupação, tramitam, na Câmara Federal, vários projetos de lei. Dentre eles, cita-se o do Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT-RS), que dispõe sobre a concessão de incentivos às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver estudo realizado por Kreling (2002).

tem tratado esse tema, geralmente circunscrito a referências pontuais, encontradas em alguns estudos que destacam, por exemplo, o expressivo crescimento, na última década, das taxas de desemprego desse segmento, aumentando a sua participação no contingente desempregado.<sup>6</sup>

Para compor este estudo, foram tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, região esta que concentra, praticamente, um terço da população do Rio Grande do Sul e onde se manifestam, de modo mais eloqüente, as transformações recentes no mundo do trabalho. O estudo procede da análise comparativa de três segmentos populacionais: jovens com idade de 10 a 24 anos<sup>7</sup>, adultos de 25 a 39 anos e adultos com 40 anos ou mais, sendo que, sobre este último, recai o foco desta análise. Os dados analisados referem-se às médias dos anos de 1993 e 2005. A análise utiliza-se, ainda, do recorte por gênero, tendo em vista a existência de acentuada discriminação, colocando em evidência a maior fragilidade das condições das mulheres adultas, com mais de 40 anos, *vis-à-vis* às dos trabalhadores masculinos nessa faixa etária.

O desenvolvimento deste estudo compreende, além desta **Introdução** e das **Considerações finais**, quatro seções. A primeira analisa a evolução demográfica e seus reflexos no mercado de trabalho. A segunda discorre sobre o aumento da participação do contingente com mais de 40 anos na População Economicamente Ativa. A terceira dá ênfase às várias formas de inserção na ocupação e às condições de trabalho desse segmento. Por último, a quarta seção enfoca a problemática do desemprego enfrentada por essa parcela da população ativa.

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, estudo de Xavier Sobrinho *et al.* (2000) destaca, como fato mais marcante da década, o crescimento do desemprego proporcionalmente maior para grupos que eram considerados anteriormente mais estáveis no mercado de trabalho: chefes de domicílio, adultos (especialmente aqueles com 40 anos ou mais) e, ainda, os trabalhadores mais escolarizados. Cita-se, ainda, estudo de Kreling *et al.* (2004), o qual destaca o segmento populacional com mais de 40 anos como um dos grupos mais atingidos pelo aumento do desemprego. Mais recentemente, podem-se referir estudos sobre o trabalho a partir dos 50 anos de idade (Indicadores IBGE, 2006) e a respeito das aposentadas e das mulheres de 40 anos ou mais no Estado de São Paulo (Fundação Seade, 2005).

<sup>7</sup> Neste estudo, considera-se **segmento populacional jovem** todos os indivíduos de 10 a 24 anos, que englobam tanto a população infanto-juvenil quanto a jovem propriamente dita. Neste mesmo projeto, no texto **A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego**, Bastos efetua um outro recorte etário, considerando como segmento populacional jovem apenas os indivíduos de 16 a 24 anos.

## Evolução demográfica: reflexos no mercado de trabalho

O processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente nos últimos anos,<sup>8</sup> em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas — redução dos níveis de fecundidade associada à queda da mortalidade —, que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinam importantes transformações na sua estrutura etária.

As alterações na distribuição da pirâmide etária refletem-se no aumento da participação relativa da população idosa<sup>9</sup>, com 60 anos ou mais, e da população com 40 anos ou mais em relação aos demais grupos etários. Ocorrem, conseqüentemente, uma diminuição dos grupos mais jovens e o aumento absoluto da população adulta, particularmente da idosa. Essa nova configuração etária denota o aumento da esperança de vida ao nascer da população brasileira, a qual, segundo dados do IBGE de 2004, foi estimada em 71,7 anos. Quando considerada por sexo, a estimativa representou 67,9 anos para os homens e 75,5 anos para as mulheres.

Essa nova conformação da pirâmide etária pode ser evidenciada, na Região Metropolitana de Porto Alegre, através dos dados da PED, que revelam, para o período 1993-05, um expressivo crescimento dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (58,4%), e, em especial, daqueles com 60 anos ou mais (68,0%), enquanto o número de indivíduos com menos de 10 anos apresentou redução de 8,1% (Gráfico 1).

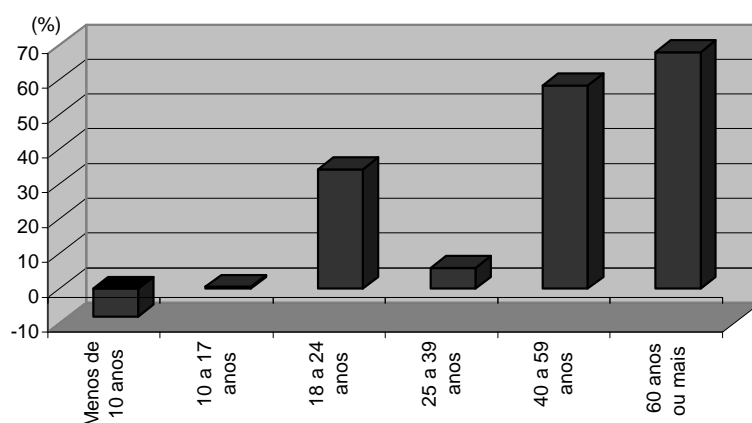
---

<sup>8</sup> Esse processo, claramente visível a partir dos anos 90, opera-se de maneira muito mais veloz face ao que ocorreu nos países desenvolvidos, os quais tiveram um tempo maior para se preparar com mecanismos institucionais na prevenção e no atendimento das demandas desse novo perfil da população, possibilitando, assim, níveis mais dignos de educação, de saúde, de trabalho e, principalmente, de previdência social para a população com mais idade.

<sup>9</sup> Por população idosa está-se considerando, neste estudo, a população com idade de 60 anos ou mais, em conformidade com critério adotado pela ONU, que, na Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, através da Resolução n° 39/125, de 1982, estabeleceu a idade de 60 anos como o início da população idosa nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e a de 65 anos nos desenvolvidos (Conselho Estadual do Idoso, 1997, p. 20).

Gráfico 1

Varição percentual da população total, segundo a idade, na RMPA — 1993-05



FORNTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

As pessoas com idade de 60 anos ou mais correspondiam, em 2005, a 11,0% (410.000 pessoas) da população total da Região e a 12,8% da População em Idade Ativa (PIA) – população com 10 anos ou mais de idade.<sup>10</sup> As pessoas do sexo feminino dessa faixa etária representavam, no mesmo ano, 12,5% da população total feminina e 14,5% da PIA feminina, enquanto os homens, com uma participação menor, correspondiam a 9,3% e 11,0% respectivamente. As mulheres, portanto, são a maioria nesse segmento, isto é, cerca de 60,0% do total de idosos, fato que pode ser compreendido pela longevidade diferenciada que elas apresentam em relação aos homens.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Segundo dados do **Censo Demográfico 2000** (IBGE, 2000), no Brasil, em 2000, os idosos com 60 anos e mais representavam 8,6% do total da população, enquanto, no Rio Grande do Sul, eles representavam 10,4%. Considerando-se apenas o Município de Porto Alegre, esse segmento representava 11,8% no mesmo ano. Destaca-se, ainda, ser Porto Alegre a segunda capital brasileira com maior percentual de pessoas nessa faixa etária, ficando atrás apenas da capital do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Segundo dados do **Censo Demográfico-IBGE**, no Brasil, em 2000, 55,1% da população com 60 anos e mais era formada por mulheres, enquanto, no Rio Grande do Sul, no mesmo ano, as mulheres, nessa condição, representavam 57,4%.

No ano de 1993, as pessoas com 60 anos ou mais correspondiam a 7,9% (244.000 pessoas) da população total e a 9,8% da PIA. Dessa forma, com um incremento de 166.000 idosos no período 1993-05, houve um crescimento de 68,0% nesse contingente, bastante significativo, quando comparado com o crescimento da população total, que foi de 20,9% no mesmo período, na Região.

Considerando-se apenas as pessoas com idade de 80 anos ou mais, observou-se que a proporção desse segmento também está aumentando, trazendo alterações na composição etária dentro do próprio grupo de idosos, ou seja, a população considerada idosa também está, por sua vez, envelhecendo. De fato, na Região, esse segmento, que, em 1993, correspondia a 10% do total da população idosa, passou, em 2005, a representar 12,1%. Outro dado importante observado é que, quanto mais envelhecida é a população idosa, mais sobressai a feminização da velhice. Na Região, em 2005, do total da população com 80 anos ou mais, 69,2% eram mulheres,<sup>12</sup> ou seja, a população feminina nessa faixa etária alcançava mais que o dobro da masculina. Acrescente-se que a maior esperança de vida para as mulheres idosas faz com que muitas delas passem pela experiência de doenças crônicas degenerativas e de problemas decorrentes do processo de envelhecimento, constituindo-se um desafio o adequado atendimento a esse grupo pelas políticas sociais, especialmente a de saúde.

A redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, pode, por sua vez, afetar profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa.<sup>13</sup> Entretanto é preciso considerar que os reflexos demográficos que incidem nessa população não são afetados pelas variações conjunturais da economia. A entrada e a saída de pessoas no mercado de trabalho, que vem expressa pela dinâmica de oferta e demanda de trabalho, dependem de um conjunto de fatores sociais, culturais e econômicos, que movem as pessoas, nas diferentes conjunturas, a participarem da atividade econômica. Assim, os dados da Pesquisa mostram que a PEA regional, no período 1993-05, apresentou uma significativa expansão dos segmentos mais maduros, com idade entre 40 e 59 anos (63,4%) e, sobretudo, com 60 anos ou mais (64,9%), enquanto os indivíduos entre 10 e 17 anos apresentaram uma redução de 42,2% (Gráfico 2). Confrontando-se com o incremento da PEA

<sup>12</sup> Segundo dados do **Censo Demográfico—IBGE**, no Brasil, em 2000, as mulheres com idade de 80 anos ou mais correspondiam a 60,1% da população dessa faixa etária.

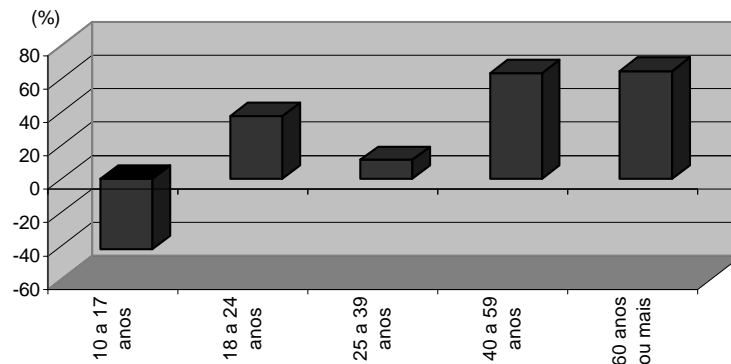
<sup>13</sup> Consideram-se economicamente ativas todas as pessoas inseridas no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas, seja na de desempregadas.



total, de 28,5% no mesmo período, é significativo o elevado crescimento desses segmentos acima de 40 anos.

Gráfico 2

Variação percentual da PEA, segundo a idade, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

A taxa global de participação — estatística que indica a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas — é um indicador que permite acompanhar a evolução da População Economicamente Ativa, que não necessariamente traduz a mesma evolução da População em Idade Ativa e da população total. Assim, quando se considera a distribuição da pirâmide etária entre as duas populações, a total e a economicamente ativa, mesmo que elas sinalizem movimentos semelhantes — elevação das faixas etárias com mais idade e diminuição das mais jovens —, observa-se, para a PEA, uma maior redução dos indivíduos com idade entre 10 e 17 anos (-42,2%), enquanto, na população total, esse segmento apresentava estabilidade; apenas a parcela dos menores de 10 anos diminuiu 8,1%. Deve-se ter presente que, além do componente demográfico, existem outros fatores que estão influenciando a maior ou a me-

nor participação de determinados segmentos no mercado de trabalho. Cite-se, como exemplo, a acentuada redução do número de jovens trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, o que pode ser tomado como um indicativo da importância da educação para a conquista de empregos melhores, levando a um adiamento de sua entrada no mercado de trabalho, privilegiando o término dos estudos. Tal situação pode estar sendo induzida, em boa parte, por alterações na própria demanda por trabalho, vinculada à reestruturação produtiva em curso, que está a exigir melhor qualificação da mão-de-obra, mais o combate ao trabalho infantil no País.

Finalmente, se as mudanças populacionais, com a redução da proporção de crianças de zero a nove anos na população total, caminham no sentido de diminuir a razão de dependência — relação entre a população dependente e a população potencialmente trabalhadora, isto é, a PIA —, a dinâmica demográfica do envelhecimento da população promete, em futuro próximo, aumentar expressivamente o número de dependentes por trabalhador. Esse será, sem dúvida, um dos principais problemas da seguridade social brasileira, que, com o crescente número de idosos, elevará significativamente a população beneficiária,<sup>14</sup> diminuindo a de contribuintes.

## **Maior participação da população adulta com 40 anos ou mais na População Economicamente Ativa**

Os dados da pesquisa mostram que, em 2005, os adultos com 40 anos ou mais compunham 42,7% da População em Idade Ativa (indivíduos maiores de 10 anos de idade), estando 8,9 pontos percentuais acima da parcela registrada em 1993 (Gráfico 3). Considerando-se a estimativa da população nessa faixa

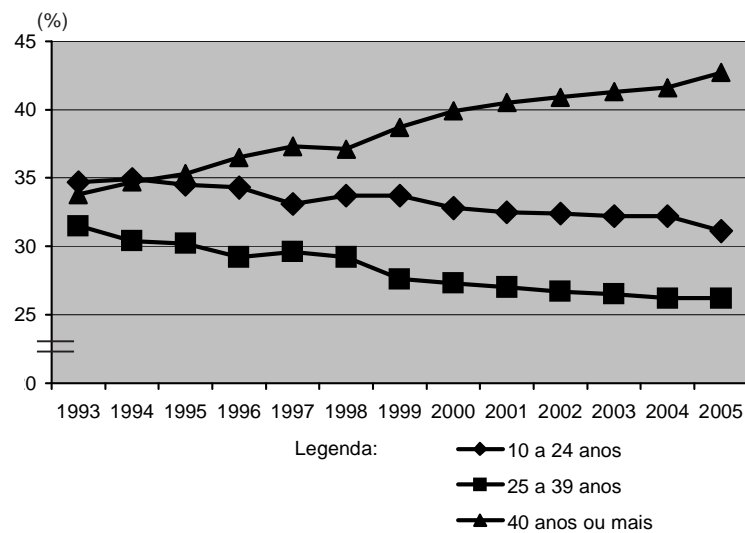
---

<sup>14</sup> A nova realidade demográfica brasileira, a qual indica a velocidade com que o País está envelhecendo, foi um dos principais argumentos na defesa da Reforma Previdenciária realizada em 1998. Nessa reforma, "[...] foram propostos, para os segurados do INSS, dois critérios para a obtenção de aposentadoria: a idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens e o tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens. Como a idade mínima não foi aprovada, devido à forte resistência das centrais sindicais, o fator previdenciário (no qual é considerado a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição) foi a alternativa encontrada para compensá-la mantendo o mesmo objetivo: evitar a aposentadoria em idade precoce" (Pacheco Filho, 2006, p. 4).

etária, tal evolução representa um incremento de 61,2% (518.000 pessoas), ou seja, de 847.000 indivíduos em 1993, aumenta para 1.365.000 em 2005. Tal resultado denota a intensidade do envelhecimento populacional ocorrido na Região. Destaca-se que, em 1993, a população jovem, de 10 a 24 anos, era proporcionalmente considerada ainda a maior da PIA, ficando a população mais madura logo abaixo da jovem. No entanto, a partir de 1995, os indivíduos com 40 anos ou mais passaram a representar o maior número entre as pessoas em idade ativa.

Gráfico 3

Distribuição da PIA, segundo a idade, na RMPA — 1993-05

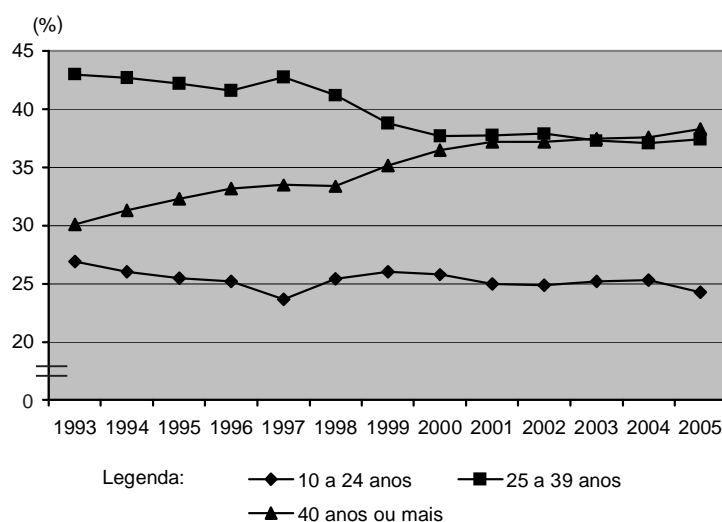


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Essa redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo envelhecimento da população metropolitana, repercute, por sua vez, na composição etária da PEA regional, a qual se alterou, significativamente, no período 1993-05: a estimativa do segmento adulto com idade de 40 ou mais cresceu 63,2%, enquanto os segmentos de indivíduos mais jovens apresentaram redução (Gráfico 4). Na comparação com a PEA total, cujo incremento foi de 28,5% no mesmo período, é elevado o crescimento desse segmento mais maduro. Outro indicador relevante para demonstrar o envelhecimento da PEA metropolitana é a idade média dessa população, que passou de 33,5 anos em 1993 para 35,6 em 2005.<sup>15</sup>

Gráfico 4

Distribuição da PEA, segundo idade, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

<sup>15</sup> Em termos comparativos, note-se que a idade média do trabalhador na Europa, em 2000, já era de 40 anos (Parecer do Comitê Econômico e Social sobre os Trabalhadores Idosos, Bruxelas, 2000).

A participação do contingente adulto com idade de 40 anos ou mais no total da População Economicamente Ativa, em 2005, alcançou 38,3%,<sup>16</sup> representando um incremento de 8,2 pontos percentuais em relação a 1993, quando sua participação na PEA era de apenas 30,1%. Com isso, esse segmento, em 2005, ultrapassou a proporção observada entre os indivíduos adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, que, nesse ano, obtiveram uma participação de 37,4%, enquanto, em 1993, representavam 43,0% do total da PEA. Estes últimos, portanto, que tradicionalmente detinham a maior parcela na PEA, sofreram uma redução de 5,6 pontos percentuais na sua participação. Segundo o Gráfico 4, pode-se verificar que tanto os jovens de 10 a 24 anos quanto os adultos jovens de 25 a 39 anos diminuíram sua participação na PEA, no período 1993-05, enquanto os adultos com 40 anos ou mais foram os únicos a aumentar sua participação no mercado de trabalho, nesse período. Dada a tendência de crescimento desse contingente, a partir do ano de 2003, ele passou a apresentar maior participação do que os adultos mais jovens. Por outro lado, verifica-se que, em 1993, a participação na PEA das faixas etárias extremas (a mais jovem e a mais madura) se encontrava relativamente próxima, distanciando-se no decorrer do período. Tais alterações na estrutura etária da PEA denotam que os trabalhadores, em média, se encontram com mais idade.

Considerando-se apenas a faixa etária dos adultos com 40 anos ou mais, observa-se que 51,6% deles participavam do mercado de trabalho em 2005 — 47,2% estavam na condição de ocupados, e 4,4%, na de desempregados —, apresentando, portanto, uma taxa de participação um pouco superior à registrada em 1993 (50,8%). Os 48,4% restantes encontravam-se na inatividade. Salienta-se, pois, que o expressivo incremento do contingente maduro na PEA, entre 1993 e 2005, deveu-se muito mais ao envelhecimento da população do que propriamente ao aumento da participação desse contingente no mercado de trabalho, uma vez que a taxa de participação desse grupo apresentou um crescimento pouco expressivo no período.

Na análise da distribuição das populações adultas, feminina e masculina, com 40 anos ou mais, por condição de atividade, apenas 36,7% das mulheres estavam ocupadas, e 3,9%, desempregadas em 2005, enquanto 60,3% dos homens nessa faixa etária trabalhavam, e 5,0% eram desempregados. Assim, na condição de inatividade, predominavam as mulheres (59,4% contra 34,7% para os homens). No entanto, no período analisado, a taxa de participação cres-

---

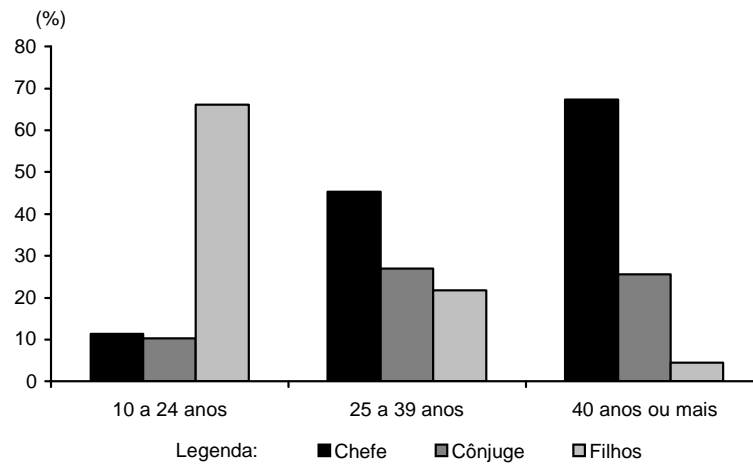
<sup>16</sup> Note-se a maior concentração do contingente adulto de 40 a 59 anos, o qual atingiu, em 2005, uma participação de 35,0% na PEA, contra 27,5% em 1993. A diferença restante pertence ao segmento com mais de 60 anos.

ceu apenas para as mulheres, enquanto caiu para os homens na faixa etária considerada. Entre as mulheres, a taxa, que era de apenas 35,5% em 1993, passou para 40,6% em 2005, obtendo um crescimento de 14,4%, ao passo que, para os homens, houve recuo de 69,3% para 65,3% respectivamente, diminuindo sua participação na PEA em 5,8%. O crescimento dessa parcela da população feminina no mercado de trabalho deve estar relacionado ao aumento da participação da mulher na força de trabalho como um todo, observado nas últimas décadas, conduzindo a maiores taxas de participação também para as mulheres mais maduras. Adicionalmente, a dinâmica demográfica brasileira, que, como já se observou, conduziu ao envelhecimento da estrutura etária da PEA, ampliou a quantidade de mulheres nessa faixa etária, elevando a parcela que pode se dedicar a atividades produtivas. Com tal redistribuição etária, “[...] as trabalhadoras que, até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães” (Bruschini, 2000, p.17). Ademais, mulheres com mais idade, em geral, não têm maiores compromissos com a guarda dos filhos, o que, em princípio, deve facilitar seu retorno ao mercado de trabalho ou mesmo o acesso tardio a ele. Ainda assim, a proporção de homens com 40 anos ou mais (56,0%) no conjunto da PEA madura da RMPA continuava em patamar superior à das mulheres da mesma faixa etária (44,0%) em 2005.

A posição ocupada pelo indivíduo no núcleo familiar é um outro fator importante para a sua maior ou menor participação no mercado de trabalho. Ao se examinar a População Economicamente Ativa segundo a posição do indivíduo no domicílio de residência, constata-se que a responsabilidade em manter a família recai principalmente sobre o segmento adulto, com idade de 40 anos ou mais. De fato, segundo dados da PED-RMPA, em 2005, 67,3% do total dos indivíduos ativos, nessa faixa etária, era representada por chefes, enquanto, entre os adultos mais jovens, com idade entre 25 e 39 anos, o percentual de chefes se reduzia para 45,3%, e, entre os jovens de 10 a 24 anos, os chefes representavam apenas 11,4% (Gráfico 5). Ainda, se se considerar o total de trabalhadores que ocupavam a posição de chefe no domicílio, se observa que mais da metade deles (56,7%) era constituída por adultos com 40 anos ou mais.

Gráfico 5

Distribuição percentual da PEA, por posição no domicílio e faixa etária, na RMPA — 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Na desagregação da posição no domicílio, por sexo, em 2005, 35,2% das mulheres com 40 anos ou mais ocupavam a posição de chefe no domicílio onde residiam, enquanto a quase-totalidade dos homens dessa faixa etária eram chefes de domicílio (92,4%). Na comparação com 1993, observa-se que a mulher com 40 anos ou mais vem evoluindo na posição de chefe, uma vez que esse segmento representava, naquele ano, uma proporção menor (32,7%), enquanto os homens-chefes acusaram pequena redução, pois atingiam 94,7% (Tabela A.1).

Enfim, dada a importância do segmento adulto com 40 anos ou mais, seja pela posição destacada que ocupa no núcleo familiar, seja pela ampliação de sua presença na População Economicamente Ativa, colocando-o como o mais expressivo contingente populacional, examinar-se-á a sua participação no mercado de trabalho, dando ênfase às várias formas de inserção na ocupação.

## Ocupação e condições de trabalho

De forma geral, o envelhecimento da PEA reproduz o mesmo comportamento no sentido da distribuição etária da ocupação. Assim, os trabalhadores com 40 anos ou mais também aumentaram sua participação no contingente de ocupados, passando de 32,2% em 1993 para 41,0%<sup>17</sup> em 2005, ultrapassando a proporção dos adultos na faixa de 25 a 39 anos, cuja participação foi reduzida de 44,2% para 38,1% respectivamente. Observa-se, ainda, que a maior concentração de trabalhadores mais maduros na população ocupada, assim como na PEA, se deu, relativamente, a partir de 2003. Os mais jovens, de 10 a 24 anos, também apresentaram diminuição na participação entre os ocupados, embora em ritmo menor, passando de 23,6% para 20,9% no mesmo período.

No que concerne ao segmento feminino, é importante observar que a sua participação vem aumentando consideravelmente entre a população ocupada para todas as faixas etárias, sendo com mais intensidade entre as mulheres adultas, com idade de 40 anos ou mais, cuja parcela passou de 30,8% em 1993 para 40,8% em 2005. Note-se que é relativamente comum para a população feminina dessa faixa etária se dedicar mais ao trabalho, dada a diminuição de suas responsabilidades maternas, uma vez que, nessa fase, os filhos já estão praticamente criados.

Entre os trabalhadores adultos maduros com 40 anos ou mais na condição de ocupados, 7,3% já eram aposentados e/ou pensionistas no período 2002-05.<sup>18</sup> Considerando-se apenas as mulheres maduras que trabalhavam, 8,1% encontravam-se nessa condição, contra 6,6% dos homens. Levando-se em conta apenas o contingente ocupado maior de 60 anos, 47,1% já eram aposentados e/ou pensionistas no mesmo período, sendo que 52,2% eram mulheres e 44,4% eram homens. O maior percentual da força de trabalho feminina idosa aposentada e/ou pensionista deve-se ao fato de que, entre elas, é mais freqüente o recebimento do benefício da pensão, já que há um maior número de viúvas, dada a sua maior longevidade. Na comparação com o período 1993-96, as proporções, na condição em foco, vêm aumentando muito mais para os homens

<sup>17</sup> Quando se considerou apenas o contingente adulto ocupado de 40 a 59 anos, essa proporção representava 37,3% no mesmo ano.

<sup>18</sup> A PED-RMPA não capta a informação dos benefícios de aposentadoria e pensão separadamente. Daí a necessidade de analisá-los conjuntamente. Além disso, torna-se necessário agregar dados por um período mais extenso de anos, a fim de se obter um tamanho de amostra que garanta os critérios estatísticos de representatividade. Nesse sentido, para essa categoria, utilizou-se a média dos períodos 1993-96 e 2002-05.



idosos (38,8%) do que para as mulheres (51,1%). No entanto, segundo estudo anterior (Kreling, 2005), observou-se que, nos períodos 1993-96 e 1997-00, o aumento de pessoas ocupadas que já eram aposentadas e/ou pensionistas foi ainda mais significativo, o que permite afirmar que esse movimento vem perdendo força no período mais recente. Tal evolução pode estar relacionada às maiores dificuldades por parte do trabalhador contribuinte na obtenção da aposentadoria após a realização da Reforma da Previdência em 1998. Isto porque, sendo o objetivo da reforma evitar a aposentadoria em idade precoce, prolongando o tempo da vida profissional do trabalhador, a possibilidade de acesso a esse benefício vir a ocorrer em períodos de idade não tão avançada torna-se ainda mais restrita para o contingente com mais de 40 anos.

Ao longo do período que se está analisando, realizaram-se importantes mudanças no perfil da ocupação, produzindo um quadro de incertezas e inseguranças para a grande maioria dos trabalhadores, através da ampliação do desemprego e da maior precarização das condições e das relações do trabalho, que vêm atingindo generalizadamente os indivíduos. Não obstante a sinalização de uma discreta tendência positiva nos últimos anos, tanto em nível nacional (Freire, 2006; Moretto; Krein, 2005) quanto regional (Toni, 2006), os dados aqui examinados ainda mostram motivos de grande apreensão nesse sentido.

O incremento da precarização do trabalho é um fenômeno que se consolidou no mercado de trabalho, principalmente nos anos 90, envolvendo parcelas importantes da População Economicamente Ativa, com significativas perdas nas posições mais formalizadas e com um maior número nas ocupações mais precárias. Nesse sentido, a análise das diferentes formas de inserção da população na ocupação, segundo a Tabela 1, revela que o segmento populacional dos adultos com 40 anos ou mais foi o único que perdeu participação no emprego assalariado do setor privado (de 40,0% em 1993 para 38,3% em 2005), perdendo igualmente participação no emprego assalariado, no setor público (de 18,3% para 15,8%). Por outro lado, esse segmento teve sua participação ampliada nas ocupações consideradas mais precárias; foi igualmente o único a crescer entre os trabalhadores autônomos (de 22,9% para 24,4%) e o que mais se ampliou nos serviços domésticos (de 6,4% para 9,0%).

Cabe destacar a elevada participação desse grupo na condição de trabalhador autônomo. Ou seja, enquanto, entre o total de ocupados, 17,5% detinham a posição de autônomos em 2005, no conjunto dos trabalhadores com 40 anos ou mais, essa era a posição de cerca de um quarto dessa categoria (24,4%). Para essa parcela, observa-se, ainda, maior concentração entre os empregados domésticos e na posição de empregador, quando se compara com os outros grupos etários.

Tabela 1

Distribuição percentual dos ocupados, por posição na ocupação e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2005

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993			
	Total	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Assalariados</b> .....	67,9	79,8	68,5	58,3
Setor privado .....	52,8	72,0	51,9	40,0
Com carteira .....	45,8	58,1	46,8	35,4
Sem carteira .....	7,0	14,0	5,1	4,6
Setor público .....	15,1	7,8	16,6	18,3
<b>Autônomos</b> .....	16,5	8,3	16,2	22,9
<b>Empregados</b>				
<b>domésticos</b> .....	6,1	6,2	5,8	6,4
<b>Empregador</b> .....	3,8	(1) -	4,1	5,5
<b>Outros (2)</b> .....	5,7	4,8	5,4	6,5

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2005			
	Total	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Assalariados</b> .....	67,1	85,3	71,1	54,1
Setor privado .....	55,1	77,1	61,0	38,3
Com carteira .....	46,1	56,9	54,0	33,3
Sem carteira .....	9,0	20,2	7,0	5,0
Setor público .....	12,0	8,2	10,1	15,8
<b>Autônomos</b> .....	17,5	7,9	15,2	24,4
<b>Empregados</b>				
<b>domésticos</b> .....	6,6	3,1	5,9	9,0
<b>Empregador</b> .....	4,2	(1) -	3,8	6,5
<b>Outros (2)</b> .....	4,6	2,9	4,0	6,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Engloba profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Desagregando-se a posição na ocupação por sexo, observa-se, com relação aos trabalhadores com 40 anos ou mais, que 28,5% dos homens trabalhavam como autônomos em 2005, enquanto, entre as mulheres, a participação atingia apenas 19,1%. Destacam-se, ainda, os serviços domésticos para o segmento feminino (20,0%) e a categoria de empregadores para o masculino (8,1%). Com relação a 1993, esses contingentes evoluíram significativamente: naquele ano, os autônomos representavam 24,2% dos homens ocupados, e os empregadores, 7,3%; entre as mulheres, a parcela das empregadas domésticas correspondia a 15,9% do total de ocupadas (Tabela A.2).

Tais resultados corroboram estudos que vêm mostrando que os trabalhadores autônomos se caracterizam pela presença majoritária de homens e de indivíduos de faixas etárias mais elevadas, em especial aqueles com 40 anos ou mais. São trabalhadores que sofrem maior pressão no sentido de permanecerem na condição de ocupados, uma vez que a maior parte deles está na posição de chefe de domicílio e, portanto, têm grande responsabilidade no sustento do núcleo familiar (Galeazzi, 1994).

Ao se examinar a distribuição da população ocupada segundo o setor de atividade econômica (Tabela 2), verificam-se, para todas as faixas etárias, predominância no setor serviços e ampliação das parcelas de trabalhadores a ele vinculadas no decorrer do período em análise. No entanto, na medida em que o trabalhador avança na idade, aumenta a participação desse setor na ocupação. Assim, em 2005, entre os indivíduos nas faixas mais jovens (de 10 a 24 anos e de 25 a 39 anos), a parcela ocupada no setor serviços atingia 47,2% e 50,9% respectivamente, e, para os de 40 anos ou mais, a proporção elevava-se para 54,0%. A construção civil e os serviços domésticos também apresentam comportamento similar: conforme aumenta a idade, maior é a participação relativa dos trabalhadores nesses setores. Com relação à indústria e ao comércio, ao contrário, quanto mais jovem for o trabalhador, mais se eleva a participação desses setores na ocupação. De fato, segundo os dados da Tabela 2, enquanto, entre os indivíduos de 10 a 24 anos e de 25 a 39 anos, a parcela ocupada na indústria atingia, respectivamente, 23,6% e 21,3% e, no comércio, 22,6% e 17,2%, para os trabalhadores de 40 anos ou mais, a parcela ocupada nesses setores representava apenas 16,0%<sup>19</sup> e 14,2% respectivamente. Acrescente-se que, na indústria, embora permaneça como a segunda em magnitude na absorção de mão-de-obra, foi onde a participação mais se reduziu em todas as faixas

---

<sup>19</sup> Segundo estudo anterior realizado pela autora (Kreling, 2004), a indústria, em 2002, absorvia um menor percentual (14,9%) de trabalhadores com 40 anos ou mais.

de idade, notadamente entre os jovens de 10 a 24 anos, para os quais houve diminuição de 5,8 pontos percentuais no período 1993-05.

Tabela 2

Distribuição percentual dos ocupados, por setor de atividade e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2005

SETORES DE ATIVIDADE	1993				2005			
	Total	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais	Total	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria .....	24,2	29,4	24,9	19,5	19,6	23,6	21,3	16,0
Construção civil .....	5,9	4,2	5,8	7,4	4,9	3,2	4,4	6,3
Comércio .....	16,3	21,5	15,2	13,8	17,1	22,6	17,2	14,2
Serviços .....	46,9	38,1	47,8	52,3	51,4	47,2	50,9	54,0
Serviços domésticos ....	6,1	6,2	5,8	6,4	6,6	3,1	5,9	9,0
Outros (1) .....	0,6	(2)-	(2)-	(2)-	0,4	(2)-	(2)-	(2)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal e outras atividades não classificadas. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na inserção setorial da população com 40 anos ou mais segundo o sexo dos indivíduos, os serviços domésticos apresentavam predominância na ocupação das mulheres (20,0%)<sup>20</sup>, e a construção civil, na ocupação dos homens (10,9%), em 2005. Já na comparação com 1993, cai a participação das mulheres na indústria (de 15,9% para 11,3%) e aumenta 4,1 pontos percentuais nos serviços domésticos; na ocupação masculina, também diminuiu a participação na indústria, embora em ritmo menos intenso (de 21,7% para 19,6%), e aumentou nos serviços (de 50,3% para 53,5%) — Tabela A.2.

Passando-se ao exame dos rendimentos médios dos ocupados segundo os grupos de idade, é possível observar alguns fatos importantes. Em 2005, a maior remuneração correspondia aos trabalhadores com mais idade: R\$ 1.116,00, em média, para aqueles com 40 anos ou mais. Esse valor decresce, linearmente, quanto mais jovem for o trabalhador: R\$ 931,00 para o segmento de 25 a 39 anos e apenas R\$ 538,00 para o de 10 a 24 anos. Na comparação com 1993, todos os grupos sofreram reduções em seus rendimentos, sendo de forma mais

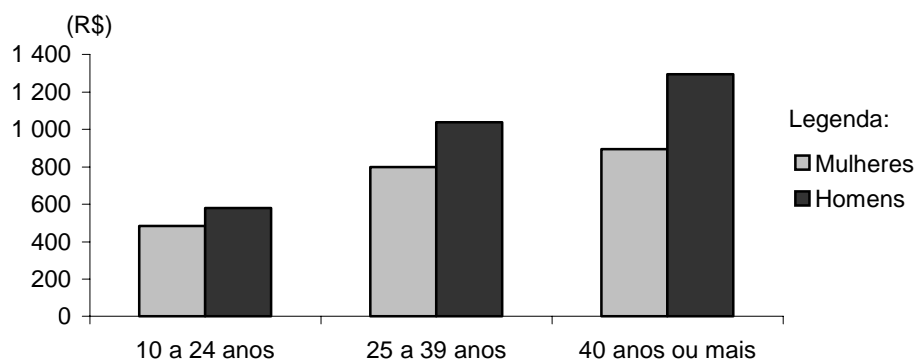
<sup>20</sup> A proporção é de 30,0%, quando se considera a população feminina com idade superior ou igual a 60 anos.

intensa para aqueles de 25 a 39 anos (-12,7%), enquanto os trabalhadores mais maduros e os mais jovens apresentaram diminuições de 3,6% e 1,1% respectivamente.

Os diferenciais de rendimentos entre os sexos podem bem ilustrar a maior fragilidade da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Obedecendo à mesma ordem anterior, a remuneração percebida pelas mulheres é tanto maior quanto mais idade elas tiverem. Observa-se, no entanto, que as diferenças entre os sexos são bem mais expressivas quanto mais madura for a mulher. Assim, o rendimento médio percebido pela força de trabalho feminina com idade de 40 anos ou mais correspondia, em 2005, a 69,2% (R\$ 896,00) do obtido pelos homens (R\$ 1.294,00), enquanto o do grupo das mulheres de 25 a 39 anos correspondia a 76,9%, e o das jovens de 10 a 24 anos, a 83,4% (Gráfico 6).

Gráfico 6

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal,  
por faixa etária e sexo, na RMPA — 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Nota: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./06.

Todavia, para o contingente mais maduro, essas diferenças reduziram-se, uma vez que, no período 1993-05, as mulheres com 40 anos ou mais tiveram um aumento de 12,6% nos seus rendimentos, ao passo que os homens, nessa faixa etária, sofreram uma redução de 7,1%. Tal resultado ficou por conta apenas do comportamento dos rendimentos entre as mulheres adultas mais escolarizadas, com ensino superior completo, as quais obtiveram um aumento

de 16,9% nos seus rendimentos, face a uma redução de 10,0% entre os homens, no mesmo período. Já com relação aos outros níveis de escolaridade, ocorreram diminuições para os rendimentos de ambos os sexos. Note-se, contudo, que esse resultado positivo não exclui a situação de desvantagem que ainda permanece para as mulheres, ou seja, embora se evidencie uma progressiva inserção de mulheres mais adultas e mais escolarizadas no mercado de trabalho, ocupando postos de emprego similares àqueles ocupados pelos trabalhadores masculinos, continuam a persistir as diferenças salariais entre os gêneros.

Na análise segundo as classes de rendimentos por salários mínimos, percebe-se, igualmente, que os trabalhadores com 40 anos ou mais se encontram melhor posicionados que os das demais faixas etárias. Assim, comparando-se com os outros segmentos etários, em 2005, esses indivíduos apresentavam parcela relativa maior no estrato de renda superior a cinco salários mínimos (23,3%) e mais reduzida no de um a três salários mínimos (50,9%). Pode-se observar, entretanto, que mais da metade dessa força de trabalho obtém ainda baixos níveis de renda, o que traz enormes dificuldades, principalmente para os chefes de domicílio, para o sustento do núcleo familiar. A situação em termos de rendimentos é ainda mais precária para os segmentos jovens, principalmente o de 10 a 24 anos, que chegava a concentrar 78,1% na categoria de um até três salários mínimos, enquanto o de 25 a 39 anos alcançava 58,8% na mesma categoria (Tabela 3).

O tempo de permanência no trabalho é um dos indicadores que caracteriza o grau de estabilidade do mercado de trabalho. Em 2005, o maior tempo médio de permanência entre os trabalhadores ficou por conta dos mais velhos (40 anos ou mais), os quais apresentavam, em média, 115 meses de permanência no trabalho (nove anos e meio), mais do que o dobro do tempo dos de 25 a 39 anos (51 meses) — cerca de quatro anos — e muito superior ao daqueles de 10 a 24 anos (18 meses). Esses resultados parecem confirmar algumas vantagens relativas aos trabalhadores com mais idade, os quais acumulam mais experiência, conhecimento e responsabilidade, não obstante as mudanças introduzidas na organização do trabalho exigirem que reciclem sua formação.

Tabela 3

Distribuição percentual da população ocupada, segundo classes de salário mínimo e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2005

SALÁRIOS MÍNIMOS (SMs)	1993		
	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
Menos de 1SM .....	10,6	4,6	7,1
De 1 a menos de 3SMs	69,1	45,8	43,5
De 3 a menos de 5SMs	13,8	22,4	20,3
5SMs ou mais .....	6,5	27,2	29,1
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

SALÁRIOS MÍNIMOS (SMs)	2005		
	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
Menos de 1SM .....	10,5	5,0	7,4
De 1 a menos de 3SMs	78,1	58,8	50,9
De 3 a menos de 5SMs	8,2	19,6	18,4
5SMs ou mais .....	3,2	16,6	23,3
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./06.

Tomando-se, por fim, o perfil dos ocupados segundo a escolaridade (Tabela 4), observa-se que, em 2005, os adultos com 40 anos ou mais apresentavam a maior proporção dos ocupados sem instrução ou com nível de até, no máximo, o ensino fundamental incompleto (38,0%). Nota-se, ainda, que 16% desses indivíduos têm apenas as primeiras quatro séries desse grau de escolaridade. A maior incidência de pessoas que concluíram ao menos o ensino fundamental completo ficou por conta dos trabalhadores mais jovens, de 10 a 24 anos de idade (cerca de 80,7%). Já, na comparação com 1993, havia aproximadamente 47,4% desses jovens que, ao menos, haviam concluído esse mesmo nível de ensino. Tal evolução pode ser tomada como um indicativo da importância da educação para os jovens na conquista de um posto de trabalho, o que pode estar sendo induzido, em boa parte, por alterações na própria demanda por trabalho, vinculadas à reestruturação produtiva em curso, que está a exigir melhor qualificação da mão-de-obra. Somando-se todos aqueles que concluíram, no mínimo, o ensino médio, o maior percentual, em 2005, aparece entre os ocupados com idade de 25 a 39 anos (55,3%), e a maior parcela relativa dos

que concluíram o ensino superior ficou entre os trabalhadores adultos, com 40 anos ou mais (15,9%).

Tabela 4

Distribuição percentual dos ocupados, por escolaridade e faixa etária, na RMPA — 1993 e 2005

ESCOLARIDADE	1993			2005		
	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou mais
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabetos .....	(1)-	1,6	6,5	(1)-	(1)-	2,0
Até a 4ª série do ensino fundamental ...	16,9	16,4	28,6	3,0	8,3	16,0
Da 5ª à 7ª série do ensino fundamental ...	33,2	25,3	21,0	14,1	17,1	20,0
Ensino fundamental completo .....	14,0	14,3	12,8	13,6	13,9	15,2
Ensino médio incompleto .....	10,7	5,7	3,1	15,2	4,7	3,7
Ensino médio completo .....	16,9	19,4	12,9	36,7	31,8	22,4
Ensino superior incompleto .....	5,8	6,5	2,5	15,2	9,9	4,8
Ensino superior completo .....	(1)-	10,8	12,6	(1)-	13,6	15,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Por fim, cabe salientar que as mulheres ocupadas, apesar de obterem rendimentos inferiores aos dos homens, apresentam uma maior concentração nos níveis mais elevados de escolaridade. Das trabalhadoras ocupadas com idade de 40 anos ou mais, 44,6% tinham, em 2005, pelo menos o ensino médio concluído, enquanto, para os homens nessa faixa etária, esse percentual ficava em 39,9%. A diferença é ainda maior quando se refere ao ensino superior completo: 17,4% para o contingente feminino com mais idade e 13,3% para o masculino (Tabela A.1). Todavia o nível proporcionalmente mais elevado de escolaridade da mulher trabalhadora, ainda que essa característica possa se constituir em pré-requisito necessário, mas não suficiente, tanto para ingresso no mercado de trabalho quanto para conquistar melhores condições de trabalho e renda, não exclui a situação de desvantagem que ainda permanece para a população feminina.



## O desemprego

A série da PED-RMPA ao longo do período 1993-05 mostra uma pequena elevação da taxa de participação global no mercado de trabalho, a qual se elevou de 57,0% em 1993 para 57,4% em 2005. Na análise segundo a variável idade, o comportamento dessa taxa apresenta elevação para todas as faixas: enquanto, para o segmento de 25 a 39 anos, a taxa de participação teve uma elevação maior (de 78,0% para 82,0%), os outros grupos apresentaram elevações menos acentuadas. Assim, para os jovens de 10 a 24 anos, a taxa subiu de 44,2% para 44,7% e, para os adultos de 40 anos ou mais, de 50,8% para 51,6%, elevando a participação desses trabalhadores na População Economicamente Ativa.

Todavia o aumento da PEA em números absolutos foi consideravelmente maior para os adultos com 40 anos ou mais, os quais apresentaram uma elevação de 66,5% entre 1993 e 2005, o que significou um acréscimo da ordem de 273.000 pessoas, atingindo um contingente de 703.000 face aos 430.000 trabalhadores em 1993. Assim, esse segmento ultrapassou, em 2005, a proporção, na PEA, do grupo de 25 a 39 anos (686.000 pessoas), o qual, tradicionalmente, detinha maior participação no mercado de trabalho.

Tomando-se o contingente de pessoas ocupadas, observa-se que, comparativamente ao incremento da PEA, se registrou aumento menor em todas as faixas etárias, provocando elevação generalizada do desemprego. Destaque-se que o incremento da ocupação relativamente menor entre os indivíduos com 40 anos ou mais, de 59,4% (240.000 novos postos), influenciou diretamente o expressivo crescimento do desemprego nesse segmento (130,1%). Assim, no período em análise, houve aumento de 34.000 desempregados com 40 anos ou mais, atingindo um contingente total de 60.000 pessoas em 2005. Com relação aos outros segmentos, a elevação do contingente populacional desempregado foi menor, embora ainda expressivo: 46,7% para os adultos de 25 a 39 anos e 34,1% para os jovens de 10 a 24 anos.

A evolução das taxas de desemprego na RMPA evidencia um significativo aumento ao longo da série da PED, caracterizando-se por altas elevações em todos os segmentos populacionais. A análise do desemprego por faixa etária mostra que esse é consideravelmente maior entre os jovens, não obstante as faixas com idades mais avançadas apresentarem uma tendência mais acentuada de elevação no período em análise. Ou seja, em 2005, a taxa de desemprego para os indivíduos de 10 a 24 anos era de 26,5%, enquanto os segmentos de idade superior registraram taxas de 12,8% para os de 25 a 39 anos e de 8,5% para os de 40 anos ou mais. Quanto à evolução das taxas de desemprego

entre 1993 e 2005, esta se acentuou para os grupos com mais idade: 39,3% para os de 40 anos ou mais, 32,0% para os de 25 a 39 anos e 15,7% para os de 10 a 24 anos. Assim, pode-se dizer que as taxas de desemprego cresceram proporcionalmente mais para aqueles grupos considerados mais estáveis no mercado de trabalho. O maior crescimento do desemprego por parte do segmento adulto com mais de 40 anos, aliado ao expressivo aumento de sua participação na População Economicamente Ativa entre 1993 e 2005, resultou na ampliação de sua participação relativa entre os desempregados, a qual passou de 15,0% para 22,5% no mesmo período, enquanto os outros segmentos tiveram essa participação reduzida (Tabela 5).

Tabela 5

Taxa de desemprego, taxa de participação, distribuição e estimativa dos desempregados, por faixa etária, na RMPA — 1993 e 2005

FAIXA ETÁRIA	TAXA DE DESEMPREGO (%)			TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	2005	Δ %	1993	2005	1993	2005	1993	2005
<b>TOTAL</b> .....	12,2	14,5	18,9	57,0	57,4	100,0	100,0	174	266
De 10 a 24 anos .....	22,9	26,5	15,7	44,2	44,7	50,5	44,5	88	118
De 25 a 39 anos .....	9,7	12,8	32,0	78,0	82,0	34,5	33,0	60	88
De 40 anos ou mais .....	6,1	8,5	39,3	50,8	51,6	15,0	22,5	26	60

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Outra característica relevante a ressaltar é que as taxas de desemprego na RMPA têm apresentado patamares bem mais elevados entre as mulheres, comparativamente aos encontrados para a população masculina, sendo igualmente mais altas quanto mais jovem for a força de trabalho feminina. Assim, em 2005, a taxa era de 31,5% entre as mulheres mais jovens, de 16,4% para as de 25 a 39 anos e de 9,6% para as adultas de 40 anos ou mais, ao passo que se situavam em 22,3%, 9,7% e 7,6% para os homens respectivamente. No entanto, seguindo o comportamento da taxa de desemprego total, a elevação da

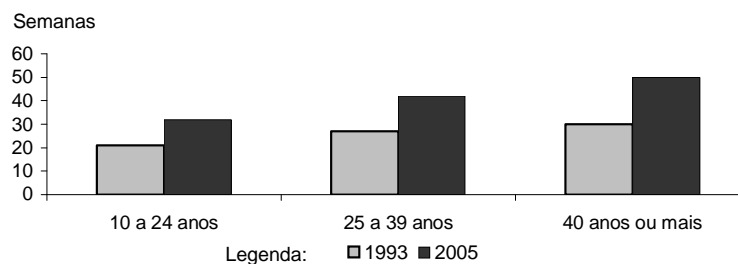
taxa, no período em análise, foi mais expressiva para as mulheres de idade mais avançada: incremento de 43,3% para as de 40 anos ou mais e de 41,4% para as de 25 a 39 anos.

Quanto à posição dos indivíduos na família, observa-se que os chefes de domicílio adultos, com 40 anos ou mais, apresentavam a menor taxa de desemprego (7,8%) relativamente às outras posições. Entretanto o maior incremento ocorreu para a parcela que ocupa a posição de cônjuge (41,9%), seguindo-se a de chefe (32,2%) no período 1993-05. Tal segmento representava, em 2005, cerca de 62% da mão-de-obra desempregada dessa faixa etária, e 26,6%, a posição de cônjuge, dado que as outras posições, tal como a de filhos, quase inexistiam nessa faixa etária.

O desemprego estrutural, que se vem configurando de forma expressiva a partir dos anos 90, expressa-se na dificuldade de conseguir uma ocupação, o que pode ser medido através do tempo médio despendido na procura de trabalho. Entre os diferentes grupos etários, observa-se que os trabalhadores adultos com mais idade são os que despendem um tempo mais prolongado: em 1993, um desempregado com 40 anos ou mais despendia, em média, mais de sete meses (30 semanas) na busca de uma ocupação, passando, em 2005, para a impressionante marca de 50 semanas (cerca de um ano). Tal resultado vem confirmar a enorme dificuldade com que esse contingente populacional se depara para sua inserção no mercado de trabalho, que parece dar preferência aos trabalhadores relativamente mais jovens, uma vez que o tempo médio despendido pelos outros segmentos etários tem sido bem menor (Gráfico 7).

Gráfico 7

Evolução do tempo médio de procura por trabalho dos desempregados, por idade, na RMPA — 1993 e 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE, apoio PMPA.

Entre as mulheres desempregadas com 40 anos ou mais, o tempo médio despendido na procura de trabalho foi ainda superior ao dos homens. Em média, enquanto a força de trabalho feminina madura, em 2005, precisava de 52 semanas (um ano) para encontrar um novo emprego, a masculina necessitava de 48 (Tabela A.3).

## Considerações finais

O processo de envelhecimento da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, movimento em franca expansão, afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa, através do aumento significativo da participação dos segmentos adultos com mais idade e da redução da participação dos mais jovens. Assim, proporcionalmente, a parcela dos trabalhadores com 40 anos ou mais já ultrapassou a daqueles com 25 a 39 anos, que, via de regra, era tradicionalmente a mais representativa no mercado de trabalho.

O novo modelo de desenvolvimento econômico, calcado, a partir dos anos 90, em uma modernização produtiva e organizacional, afetou profundamente as relações de trabalho, impondo modificações na sua estrutura. O desemprego e o incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra passaram a atingir segmentos importantes da força de trabalho, em especial aqueles com maior responsabilidade no sustento familiar, tal como os chefes de domicílio, que, em sua maioria, são trabalhadores adultos, com 40 anos ou mais.

Desse modo, os dados anteriormente analisados podem comprovar que os adultos com 40 anos ou mais, apesar de apresentarem os melhores rendimentos, são os que ocupam, geralmente, as posições mais precárias, destacando-se o trabalho autônomo, principalmente para os homens, e os serviços domésticos, para as mulheres. Na análise da evolução da ocupação no período 1993-05, observam-se, para esse contingente, significativas perdas nas posições mais formalizadas (ocupações assalariadas tanto no setor privado quanto no setor público), com um maior número nas ocupações mais precárias, mesmo que, nos últimos anos, se tenha registrado uma leve tendência de diminuição dessas perdas. Paralelamente e na mesma direção, quanto mais o trabalhador avança na idade, mais aumenta a participação do setor serviços, da construção civil e dos serviços domésticos na sua ocupação, enquanto a participação da indústria e do comércio é tanto maior na ocupação, quanto mais jovem for o segmento.

Contrapondo essas condições menos favoráveis, o tempo médio de permanência no trabalho é muito maior entre os trabalhadores com mais idade, proporcionando-lhes certa estabilidade na ocupação. Esse indicador parece confirmar a importância da experiência, da responsabilidade e do conhecimento por eles adquiridos ao longo da vida profissional, enquanto, para os mais jovens, na falta ou na menor presença desses requisitos, se interpõem grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente quando se refere ao primeiro emprego.

A ampliação das taxas de participação feminina na Região Metropolitana de Porto Alegre deveu-se, principalmente, ao aumento da participação na atividade econômica das mulheres mais maduras, com 40 anos ou mais. Esse aumento pode estar relacionado tanto à dinâmica demográfica brasileira, a qual alterou significativamente, a partir dos anos 90, a pirâmide etária da PEA feminina, quanto às transformações sociais e culturais, através do processo da emancipação feminina, bem como à expansão da escolaridade e do acesso às universidades, que viabilizaram o ingresso feminino em novas oportunidades de emprego. Por outro lado, há que se considerar, ainda, o aspecto econômico, que, no âmbito familiar, face às recorrentes situações de desemprego de longa duração, atingindo, em especial, os chefes de domicílio, motivou também grande parte das mulheres maduras a ingressarem no mercado de trabalho, dado o imperativo de complementar ou até mesmo de prover a renda familiar.

Cabe destacar que, nessa maior inserção de mulheres com 40 anos ou mais na força de trabalho, tendem a predominar condições mais desfavoráveis, se comparadas às dos trabalhadores homens da mesma faixa etária, seja pela maior parcela em posições mais precárias na ocupação, seja pela menor remuneração por parte da mão-de-obra feminina adulta. Essa tendência também se repete na comparação com as mulheres mais jovens, excetuando-se o maior rendimento médio por parte do segmento mais maduro, o qual detém a maior responsabilidade no sustento familiar, uma vez que há um grande número de mulheres com 40 anos ou mais ocupando a posição de chefe no domicílio em que residem. Além do mais, esse segmento vem representado por um número cada vez maior de mulheres mais escolarizadas, que lutam para ocupar seu espaço profissional. Nesse sentido, positivamente, os dados revelam que foram as mulheres adultas, com ensino superior completo, o único segmento que apresentou aumento no rendimento médio, para o período analisado.

Com relação ao desemprego, as taxas cresceram proporcionalmente mais para o grupo de adultos com 40 anos ou mais. A dificuldade de conseguir uma ocupação parece ser bem maior para esses trabalhadores, pois o tempo médio despendido na procura por trabalho, além de ser o mais longo, quase dobrou no período em foco. O mesmo vale para as mulheres da mesma faixa etária, tendo,

contudo, um agravante no que diz respeito à existência de acentuada discriminação, o que coloca em evidência a maior fragilidade das condições dessas mulheres quando comparadas com as dos trabalhadores masculinos da mesma idade.

Enfim, esses resultados parecem indicar que o trabalhador adulto, com 40 anos ou mais, nos últimos anos, vem-se tornando crescentemente desprotegido e vulnerável no mercado de trabalho. Daí a necessidade da definição de políticas e de programas sociais, por parte da sociedade e do poder público em particular, que atentem para a formação e a requalificação desse trabalhador, para que ele, se desligado do mercado de trabalho, tenha melhores possibilidades de ser (re)empregado ou de obter uma ocupação que lhe proporcione o direito à integração laboral e social.

## Anexo

Tabela A.1

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, por sexo e idade, segundo os ocupados, os desempregados, a posição no domicílio e o nível de escolaridade, do grupo de 40 anos ou mais na RMPA — 1993 e 2005

CATEGORIAS	1993			2005		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
<b>PEA</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupados .....	93,3	94,3	93,9	90,4	92,4	91,5
Desempregados .....	6,7	5,7	6,1	9,6	7,6	8,5
<b>Posição no domicílio</b>						
Chefe .....	32,7	94,7	70,9	35,2	92,4	67,3
Cônjuge .....	58,0	(1) -	23,1	56,4	1,4	25,6
Filho .....	3,9	1,8	2,6	5,2	3,8	4,4
Outros .....	5,3	(1) -	3,4	3,2	2,4	2,7
<b>Escolaridade</b>						
Analfabetos .....	6,5	5,5	5,9	1,8	1,9	1,8
Alfabetizado, sem escolarização .....	(1) -	(1) -	0,9	(1) -	(1) -	(1) -
Até a 4ª série do ensino fundamental .....	28,6	29,4	29,1	15,9	16,8	16,4
Da 5ª à 7ª série do ensino fundamental .....	20,7	21,6	21,3	19,4	20,9	20,3
Ensino fundamental completo .....	12,3	12,9	12,7	14,1	16,6	15,5
Ensino médio incompleto ...	(1) -	3,2	3,1	4,0	3,7	3,8
Ensino médio completo .....	12,6	12,5	12,6	22,8	21,5	22,1
Ensino superior incompleto	(1) -	2,7	2,5	4,4	5,1	4,8
Ensino superior completo ..	13,5	11,0	12,0	17,4	13,3	15,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela A.2

Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e idade, segundo o setor de atividade, a posição na ocupação, horas trabalhadas e remuneração, do grupo de 40 anos e mais na RMPA — 1993 e 2005

CATEGORIAS	1993			2005		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
<b>Setor de atividade</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de transformação .....	15,9	21,7	19,5	11,3	19,6	16,0
Construção civil .....	(1)-	11,8	7,4	(1)	10,9	6,3
Comércio .....	12,6	14,6	13,8	13,7	14,7	14,2
Serviços .....	55,2	50,3	52,2	54,7	53,5	54,0
Serviços domésticos .....	15,9	(1)-	6,4	20,0	(1)-	9,0
Outros (2) .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>Posição na ocupação</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados .....	53,9	61,0	58,3	50,8	56,7	54,1
Setor privado .....	31,4	45,3	40,0	31,1	43,9	38,3
Com carteira .....	27,8	40,1	35,4	27,3	37,9	33,3
Sem carteira .....	3,6	5,2	4,6	3,8	6,0	5,0
Setor público .....	22,5	15,7	18,3	19,7	12,8	15,8
Autônomos .....	20,8	24,2	22,9	19,1	28,5	24,4
Empregados domésticos ....	15,9	(1)-	6,4	20,0	(1)-	9,0
Empregador .....	2,5	7,3	5,5	4,3	8,1	6,4
Trabalhador família sem remuneração .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros (2) .....	5,6	6,8	6,4	4,8	6,0	5,5
<b>Horas trabalhadas</b> .....	40	46	44	40	47	44
<b>Remuneração (R\$)</b> .....	796	1 393	1 158	896	1 294	1 116

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal e outras atividades não classificadas.



Tabela A.3

Taxas de desemprego e de participação e tempo médio de procura por trabalho do grupo de 40 anos ou mais na RMPA — 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1993			2005		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Taxas de desemprego (%) .....	6,7	5,7	6,1	9,6	7,6	8,5
Taxas de participação (%) .....	35,7	69,5	51,0	40,6	65,3	51,6
Tempo de procura por trabalho (semanas) .....	31	26	28	52	48	50

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## Referências

- BARROS, Ricardo Paes de et al. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- BELTRÃO, Kaizô et al. **Mulher e previdência social: O Brasil e o mundo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 13-58.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (mimeo).
- CAMARANO, Ana Amélia. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. In: REGIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., Recife, 2000. [Anais...]. Recife: ABET, 2000.
- CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **Os idosos do Rio Grande do Sul**. [S. l.]: Conselho Estadual do Idoso, 1997. (Relatório de Pesquisa).
- ESPAÑA. Ministerio De Trabajo Y Asuntos Sociales. Real Decreto 781/2001. de 6 de julio de 2001. Por el que regula un programa para 2001 de renta activa de inserción para trabajadores desempleados de larga duración mayores de cuarenta y cinco años. **Boletín Oficial del Estado**, n.162, de 7 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.boe.es/g/es/bases\\_datos/doc.php?coleccion=iberlex&id=2001/13170](http://www.boe.es/g/es/bases_datos/doc.php?coleccion=iberlex&id=2001/13170)>.
- FARATH, Lia Márcia G. A. Envelhecimento e inserção no mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, p. 104-110, 1990.
- FERNANDEZ, José C.; MENEZES, Wilson F. A participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANPEC, 27., 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 out. 2006, p. A3.
- FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., Vitória, 2006. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS — SEADE. Aposentadas e mulheres de 40 anos e mais no Estado de São Paulo — 1992/2003. **Mulher e Trabalho**, São Paulo, n. 15 jul. 2005.

GALEAZZI, I. M. S. O trabalhador por conta própria. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 165-180, 1994.

GOLDANI, A. M. **Mulheres e envelhecimento**: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INDICADORES IBGE. O trabalho a partir dos 50 anos de idade — Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação**: Mercado de trabalho, emprego e informalidade. A oferta de força de trabalho: tendências e perspectivas. Brasília: IPEA, p. 69-118, 2006.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento: é urgente repensar o Brasil. Tendências/Debates. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 2006, p. A3.

KRELING, N. H. Gênero e trabalho na terceira idade. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE-RS, v. 1, p. 97-104, 2001.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, PMPA, 2002. p. 97-120.

KRELING, N. H. A inserção do adulto maior de 40 anos no mercado de trabalho: ocupação e desemprego na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 181-201, 2004.

KRELING, N. H. Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, FGTAS/SINE-RS, v. 5, p. 121-132, 2005.

KRELING, N. H. et al. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um sumário de suas principais tendências desde a implementação do Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 273-293, 2004.

MELO, Aparecida Vieira de. Envelhecimento populacional no Brasil e Estado de São Paulo na década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Recife, 1998. **Anais...** Recife: ABET, 1998.

MOREIRA, M. M. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9. , Recife, 2005. **Anais...** Recife: ABET, 2005.

PACHECO, Filho. Fator previdenciário: redutor da aposentadoria. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 5, 2006.

PARECER do Comitê Econômico e Social sobre os trabalhadores idosos. Bruxelas, 2000. Disponível em: <www. CES 1185/2000 FR-IV/LO/dm/fv>.

RAMOS, C. A **Notas sobre políticas de emprego**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 471).

SULLEROT, E. O trabalho das mulheres segundo a idade. In: HISTÓRIA e sociologia da mulher no trabalho. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970. p. 266-273.

TONI, Miriam De. Precarização do trabalho: avaliando a deterioração de mercados de trabalho metropolitanos no Brasil — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., Porto Alegre, 2006. Porto Alegre: PUCRGS; FEE, 2006.

VASCONCELOS, Lia. Demografia retrato do futuro. In: DESAFIOS do desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2006. p. 31-35.

XAVIER SOBRINHO, G. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 248-316.

## MULHERES OCUPADAS EM POSTOS DE COMANDO: PERDAS E GANHOS

Elisabeth Kurtz Marques\*

“Analisando-se as razões de fundo que explicam a assimetria dos lugares dos homens e das mulheres nos centros de decisão das grandes organizações, um roteiro prevalece sobre qualquer outro, um roteiro que implica que se atenuem um pouco as teses triunfalistas da feminização do poder.”

Lipovetsky (1997)

A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, originada no processo de transformação social ocorrido especialmente a partir da segunda metade do século XX — onde sobressaem os movimentos feministas, a expansão da economia, o uso da pílula anticoncepcional como método de controle reprodutivo, o desejo pessoal de realização e, mais recentemente, a necessidade de compor a renda familiar e a obrigação de assumir a responsabilidade total da família pelo desemprego ou pela ausência do cônjuge —, tem incrementado a disputa entre homens e mulheres por postos de trabalho, como também indicado uma tendência do grupo feminino em buscar melhores cargos e funções no mundo profissional.

Essas mudanças estruturais ocorridas na economia e na sociedade impactaram a segmentação de atividades por gênero e ampliaram as possibilidades de acesso das mulheres a postos de trabalho. A expansão de setores específicos, como serviços e comércio varejista, propiciou importantes espaços de ingresso de trabalhadores, principalmente mulheres.

As novas configurações familiares, com as mulheres assumindo chefias de domicílio,<sup>1</sup> a redução do número de filhos e o aumento do percentual de

---

\* Psicóloga da Fundação de Economia e Estatística.

<sup>1</sup> Segundo o **Censo Demográfico** (IBGE, 2003), 25% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres em 2000, o que comporta um crescimento de 38% no período entre 1991 e 2000.

mulheres vivendo sozinhas também favoreceram esse processo de inclusão do grupo feminino no espaço público. Segundo os **Censos Demográficos** (IBGE, 1994; IBGE, 2003), o contingente feminino passou a representar 41,9% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana no Brasil, em 2000, quando, em 1991, representava 36,0%.

No entanto, o modo como a população feminina enfrentou e permanece enfrentando o mercado de trabalho tem estado recorrentemente associado a uma cultura de intensa desigualdade entre os sexos, resultando em condições mais precárias de inserção, em formas flexíveis de contratação, em desemprego mais elevado e em rendimentos mais baixos (Toni, 2005).

De qualquer sorte, a par do avanço feminino conquistado com o aumento de sua taxa de participação no mercado de trabalho, o complexo processo de emancipação feminina favoreceu e fortaleceu alguns elementos que acarretaram uma precarização diferenciada da força de trabalho, pois a crescente inserção da população de mulheres ocorreu, substancialmente, em atividades historicamente vinculadas ao seu papel social, incorrendo num incremento da feminização de determinadas funções.

Nogueira (2003) argumenta que aconteceu um agravamento da situação da mulher trabalhadora, de forma que tornou sua condição mais precária, uma vez que a trabalhadora feminina se incorporou ao mundo do trabalho também devido às suas características de polivalência e que estas viriam ao encontro de “novas formas de exploração do capital produtivo”. A isso a autora denomina uma nova fase que implica “uma precarização social e um maior grau de exploração do trabalho”. Para ela, o capitalismo, ao mesmo tempo em que criou condições para a emancipação feminina, acentuou sua exploração, ao estabelecer uma relação harmônica entre precarização e mulher.

Em seu estudo, Nogueira (2003) argumenta que os pressupostos do capital contradizem integralmente o processo de emancipação feminina, uma vez que necessita, para a preservação de seu sistema de dominação, do trabalho feminino tanto na esfera pública como no espaço doméstico, construindo, dessa forma, mecanismos estruturais que geram a subordinação feminina.

Hall (1999), a esse respeito, refere que a importância dos movimentos feministas para a construção desse processo se deve ao fato de eles haverem problematizado a clássica distinção entre o público e o privado e contestado, politicamente, outras arenas da vida social, tais como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho e o cuidado das crianças. Esses movimentos politizaram a subjetividade e o processo de individualização de homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas, além de questionarem a noção de que homens e mulheres faziam parte da mesma identidade, substituindo-a pela questão da diferenciação sexual.

Para os homens, as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e a ascensão a cargos de comando sempre foram maiores. Os postos de trabalho estáveis e com melhores remunerações, em sua grande maioria, foram reservados para os homens. Às mulheres, o mercado de trabalho ofereceu postos periféricos, inseguros e menos prestigiados,<sup>2</sup> tendendo à exclusão dos processos de ascensão a funções de elevados níveis hierárquicos, permanecendo ocupadas em setores que reproduzem seu papel no mundo privado: serviços de saúde, educação, cuidados pessoais, etc. Além disso, o grupo feminino apresentou, na maioria dos casos, um percentual considerável de trabalhadores em tempo parcial, o que acabou limitando as suas condições de fazer carreira e de almejar melhores colocações profissionais.

No entanto, estudos recentes vêm indicando maiores e melhores possibilidades para a população feminina no mundo do trabalho, registrando o ingresso de mulheres em nichos historicamente masculinos, como nas áreas de negócios, finanças, ciências, engenharia, matemática, política e na área jurídica, além da ascensão para funções de alta hierarquia nas organizações.

Segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2003), as maiores possibilidades de inserção feminina nesses espaços dependem da relação que se estabelece segundo os tipos de segregação: se for reduzida a segregação horizontal, a tendência seria de aumentar a segregação vertical, pois o que se tem verificado, segundo o estudo, é que as mulheres estão aumentando sua participação em atividades administrativas e de gestão, mas são bloqueadas no acesso a postos de direção. O grupo feminino ascende a postos de comando com níveis hierárquicos mais baixos, em setores não estratégicos e em funções de gerência administrativa e de pessoal. Os postos executivos, que conduzem à alta direção, como gestão financeira e de desenvolvimento, ainda representam o “teto de vidro”<sup>3</sup> para as mulheres. O número de mulheres que ocupam essas funções ainda é inexpressivo. A esse respeito, o estudo menciona, ainda, que essa desvantagem da população feminina é acentuada porque elas são “excluídas das redes”, tanto formais como informais, que são imprescindíveis para a promoção profissional dentro das empresas.

---

<sup>2</sup> Segnini (1998) refere que a contratação das mulheres privilegia postos de trabalho que exigem menor nível de qualificação e menor salário, funções estas substituíveis como as na cozinha, na limpeza e na digitação, enquanto os homens são contratados para postos de trabalho mais especializados.

<sup>3</sup> Expressão utilizada, porque a mulher encontra obstáculos para a progressão na carreira. As mulheres têm a ilusão de que podem galgar maiores níveis hierárquicos profissionais, mas, em determinado momento, “alguma coisa impede”. Isso faz com que os cargos de diretoria, de chefia e de representação continuem sendo ocupados por homens.

Na mesma análise da OIT (2003), entretanto, foi registrado um incremento significativo de mulheres ingressando nos setores de tecnologia da informação e da comunicação: em 1999, mais de 20% dos trabalhadores da indústria de informática, no Brasil, eram mulheres. O estudo salienta, ainda, que a incursão das mulheres nesses setores e as possibilidades de inserção em postos gerenciais e de direção sempre estiveram atreladas à cultura organizacional de cada empresa e que as mulheres que trabalhavam em profissões dominadas pelos homens enfrentaram maiores discriminações<sup>4</sup> e desigualdades do que aquelas que exerciam suas atividades em profissões tradicionalmente femininas.

Segundo a Fundação SEADE (2002), o grupo de diretores e gerentes no Estado de São Paulo, durante a década de 90, apresentou crescimento mais elevado para o contingente de mulheres nessas funções, comparado ao dos homens, indicando que as gerentes financeiras, comerciais e de publicidade e as funcionárias públicas com nível superior foram as principais responsáveis pelo aumento do emprego feminino nesse grupo.

Com o intuito de investigar de que modo fenômenos como esses vêm ocorrendo em mercados de trabalho marcados pelo aprofundamento da precarização, o presente estudo enfoca o segmento populacional feminino ocupado em funções de gestão, tendo como referencial empírico o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Na expectativa de trazer novas informações sobre o perfil dessas mulheres e em que espaços elas estavam presentes, o grupo de mulheres gestoras foi analisado segundo o padrão sociodemográfico levantado pela base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) em 2003-04<sup>5</sup> e contextualizado através da literatura sobre a representação social dos papéis feminino e masculino.

Para medir a discriminação no trabalho entre homens e mulheres que desempenhavam funções de comando, este estudo valeu-se dos elementos informativos da disparidade entre os sexos, reconhecidamente utilizados: as

---

<sup>4</sup> A propósito, Tomei (2006) refere que a discriminação “[...] tem um custo muito elevado não somente para as pessoas que são suas vítimas, mas também para a sociedade em seu conjunto [...]”, pois impede os homens e as mulheres de escolherem suas trajetórias profissionais, satisfazer suas aspirações, adquirirem e aperfeiçoarem conhecimentos e de serem remunerados de acordo com suas competências e esforços.

<sup>5</sup> O período estudado, 2003-04, foi assim definido por dois motivos: primeiro, esses anos foram os últimos da série estatística da PED-RMPA que detinham dados específicos sobre esse tema, uma vez que, durante o ano de 2004, se deu a introdução da nova CBO, que repercutiu na classificação utilizada pela PED-RMPA, dificultando a comparação com anos anteriores; segundo, para que a amostra permitisse a realização de estimativas estatisticamente significativas, foi necessário estabelecer o período dos dois anos selecionados.



taxas de participação da força de trabalho, as taxas de desemprego, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores na RMPA que desempenham funções de gestão, os rendimentos do trabalho e os indicadores de áreas de atividade econômica em que predominam mulheres e homens.

Detalhando o estudo, o perfil das características dessa população feminina incorporou variáveis como: nível de escolaridade, faixa etária, cor e posição ocupada no domicílio de residência. A população masculina que se encontrava nessas mesmas condições serviu de base comparativa para a análise. Foram selecionados segmentos de atividades econômicas onde estavam concentradas mais de 50% das mulheres ocupadas, quais sejam, o comércio e o setor serviços.

A estrutura proposta para o presente estudo é, primeiramente, discutir o cenário geral do trabalho das mulheres frente aos setores de atividade econômica em que mais ocorre a inserção feminina; posteriormente, procura-se articular essa análise com o padrão sociodemográfico das mulheres ocupadas em funções de gestão na RMPA, comparando-se com a literatura examinada; após, apresenta-se um quadro dos rendimentos auferidos pelas gestoras na RMPA, numa comparação com o contingente masculino; e, nas **Considerações finais**, procura-se, através da sintetização das informações analisadas, dimensionar e caracterizar o grupo dessas mulheres. Ao final, inclui-se um **Apêndice**, contendo a relação das funções e das atividades selecionadas e seus respectivos grupos hierárquicos.

## O papel social da mulher e os nichos de inserção no mercado de trabalho: a situação na RMPA

No levantamento dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA sobre o grau de participação do contingente feminino no mercado de trabalho regional, constatou-se um crescimento da população de mulheres no decorrer do período 1993-04<sup>6</sup>, que passou de uma participação de 44,5% de sua respectiva PIA para 49,8%. A População Economicamente Ativa masculina, por seu turno, durante o mesmo período, recuou de 70,7% de sua respectiva PIA para 66,8% (Mulher Trab., 2004).

---

<sup>6</sup> O ano de 1993 corresponde à primeira média anual da série estatística da PED-RMPA.

Esses dados regionais vêm corroborar o movimento geral de crescimento da participação de mulheres na busca por se inserirem no mercado de trabalho e obterem um trabalho remunerado. Juntamente a esse quadro, observou-se um forte incremento do desemprego feminino, cuja taxa, na Região, passou de 14,3% em 1993 para 19,1% em 2004, enquanto a taxa de desemprego masculina passou de 10,7% para 13,1% no respectivo período (Mulher e Trab., 2005).

Não obstante o constante aumento de mulheres ingressando nas empresas, na hora da contratação, elas geralmente são direcionadas para funções que exigem menor capacitação e, conseqüentemente, acabam auferindo remunerações mais baixas, ocupando cargos ou funções menos "estratégicas" e mais operacionais, que se convertem no exercício de funções de apoio.<sup>7</sup> Nessa linha, o segmento feminino permanece com menores oportunidades de ascensão na hierarquia das organizações, principalmente no caso de inserções em áreas onde há predomínio de homens.

Consoante com essa inserção mais precária (Toni, 2005), o crescimento de mulheres que buscam um posto de trabalho tem estado vinculado, também, à criação de atividades com jornadas menores<sup>8</sup>, ou que podem ser exercidas nos domicílios, em troca de restrições na regulamentação de garantias de trabalho, de contratos sem carteira assinada, de reduções salariais e de menor seguridade social.

A essa divisão sexual do trabalho profissional, Hirata (2002) refere que as atividades inerentes às "tarefas femininas" e "o que pertence aos afazeres masculinos" se encontram comandadas por dimensões comuns, como o grau de complexidade dos equipamentos, o grau de adaptação, de acuidade, de destreza, etc., cabendo ao grupo masculino o controle dos instrumentos de produção e às mulheres as ocupações mais simples e os postos que exigem menos qualificações. Segundo a autora, a feminização dos empregos não se produz de maneira aleatória, ela tende muito claramente a preservar a hierarquia dos poderes e dos papéis.

---

<sup>7</sup> Segnini (1998) em seu estudo sobre mulheres no trabalho bancário, registra que o grupo feminino, normalmente, desempenha suas atividades em postos de trabalho que exigem operações simplificadas, "[...] realizam tarefas referentes à retaguarda ou apoio às funções de atendimento, através da conferência do trabalho dos caixas, datilografia, registros diversos".

<sup>8</sup> As atividades que podem ser exercidas em tempo parcial sempre foram um atrativo para a população feminina, uma vez que permitem compatibilizar o serviço de casa com o trabalho remunerado. Essa dinâmica, por seu turno, vem contribuir com o incremento da precarização nas relações de trabalho, reforçando a tendência, segundo Lavinias (2001), "inexorável" de incorporação definitiva da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho, uma vez que essa tem um custo menor e "[...] requer menores aportes de seguridade", o que induziria à maior precarização.

Sobre os poderes e os papéis exercidos por mulheres e homens, a História mostra um contínuo quadro de desigualdades e marcantes traços do sistema patriarcal (Castells, 1999), que permanecem se manifestando em nossa sociedade, através de diversos contextos sociais, locais e regionais. A prevalência da autoridade do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar estendeu-se para a sociedade como um todo, influenciando a política, a cultura, a moral e a atividade produtiva. Nos locais de trabalho, subsistem imagens estereotipadas da condição feminina. A historiografia do trabalho da mulher associa-se, seguidamente, com o seu papel “cuidador”, tão intrínseco da cultura familiar.<sup>9</sup>

As campanhas publicitárias e as empresas de comunicação acabaram intensificando o papel feminino no imaginário social e moldando os ambientes internos das empresas com base nas representações sociais herdadas de uma cultura discriminatória, que segrega as mulheres do âmbito público.

Esse quadro encontra-se arraigado na maioria das empresas e nas mais diversas sociedades, cujos registros indicam que a principal fonte de empregos para mulheres está em atividades associadas ao seu papel doméstico. Nesse sentido, os segmentos ocupacionais que mais incorporam a mão-de-obra feminina têm sido o setor serviços e o comércio, principalmente os serviços de restaurantes e de hotéis, e, em especial, os serviços da comunidade. O trabalho doméstico, por sua vez, está coberto quase exclusivamente por mulheres.

Segundo estudo realizado pela OIT (2004), grande parte do grupo feminino é absorvido nos ramos da saúde e do ensino. Em 16 países pesquisados, a concentração de mulheres na área da saúde ainda foi majoritária, com uma média de 86% de participação em atividades como a enfermagem, seguida pela participação de 70% de mulheres na função de bibliotecária.

Na RMPA, à semelhança do que é informado na literatura, o setor serviços empregou a maior parte dos trabalhadores da Região, com uma concentração de 54,0% do total das mulheres ocupadas e de 50,4% do total dos homens em 2003-04. Essa maior parcela de trabalhadores femininos e masculinos no setor serviços também foi observada no período 1993-94 (48,6% e 46,2% respectivamente), no entanto, com uma ampliação dos percentuais no período

---

<sup>9</sup> Conforme Segnini (1998), “[...] a qualificação para o trabalho é entendida enquanto relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional) que se estabelece nos processos produtivos [...] quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais — família, escola, empresa, etc. — somadas às suas habilidades também adquiridas socialmente, acrescidas de suas características pessoais, sua subjetividade, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele/ela, valor de uso”. O papel feminino que remete aos “cuidados domésticos” é reeditado no campo do trabalho profissional.

recente e, em maior medida, do contingente de mulheres. Na comparação com o período anterior, a indústria de transformação, por sua vez, sofreu redução de trabalhadores de ambos os sexos no período, sendo que mais intensamente para o grupo feminino. Este retraiu sua representatividade de 20,0% em 1993-94 para 13,7% em 2003-04, enquanto o masculino passou de 26,6% para 22,1%, constituindo a segunda maior parcela de concentração de homens ocupados. O comércio, por seu turno, apresentou acréscimo de trabalhadores de ambos os sexos, registrando 16,4% das mulheres ocupadas e 17,0% de homens no período mais recente (em 1993-94, eram 15,4% e 16,5% respectivamente), passando a ser o segundo setor com maior concentração relativa de mulheres ocupadas. Os serviços domésticos foram o terceiro segmento com importante concentração de trabalhadoras, mantendo relativa estabilidade no período estudado: passaram de 15,5% para 15,4% do total das ocupadas (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição do total de ocupados, por setor de atividade e sexo,  
na RMPA — 1993-94 e 2003-04

SETORES DE ATIVIDADE	1993-94		2003-04	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agricultura, pecuária e extração vegetal .....	(1)-	0,7	(1)-	0,6
Indústria de transformação ....	20,0	26,6	13,7	22,1
Construção civil .....	0,4	9,6	0,4	9,3
Comércio .....	15,4	16,5	16,4	17
Serviços .....	48,6	46,2	54	50,4
Serviços domésticos .....	15,5	0,4	15,4	0,5
Outros .....	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
<b>TOTAL</b> .....	100	100	100	100

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Afinando mais a análise e verificando-se como evoluiu a distribuição dos trabalhadores ocupados nos setores serviços e comércio, na RMPA, nos períodos 1993-94 e 2003-04, constata-se que, em serviços, a educação e a saúde permaneceram como segmentos destacadamente femininos de trabalho, empregando, no período recente, 9,2% e 8,1% do total de mulheres ocupadas respectivamente. Em menor medida, os serviços de administração pública, as forças armadas e a polícia também se mostraram com uma expressiva parcela de mão-de-obra feminina (5,9%), assim como os serviços de alimentação (5,1%) e os serviços especializados (5,1%). Os homens, por sua vez, mantiveram-se concentrados nas atividades de transporte e armazenagem e nas atividades ligadas ao serviço de administração pública, forças armadas e polícia (7,2% em cada subsetor, em 2003-04), seguindo-se os serviços especializados (5,3%) — Tabela 2.

Note-se que os serviços especializados<sup>10</sup> se mostraram um segmento importante de inserção tanto para mulheres como para homens, apresentando uma expressiva ampliação da parcela de trabalhadores nos períodos 1993-94 e 2003-04: as mulheres, de 3,6% para 5,1%, e os homens, de 4,0% para 5,3%. Essa alocação da força de trabalho feminina nos serviços especializados<sup>11</sup>, em boa medida, deve estar associada ao crescimento dos fatores escolaridade e qualificação.

No comércio, a ampliação dos contingentes de trabalhadores entre os dois períodos ocorreu, fundamentalmente, através do segmento varejista: as mulheres passaram de 14,4% para 15,5%, enquanto o grupo masculino passou de 13,9% para 14,7%. Nesse segmento, como se observa, a parcela relativa do grupo feminino é maior do que a masculina, enquanto, no atacadista, a participação de ambos os sexos é bem menor, e o movimento foi decrescente: em 2003-04, as mulheres participaram com apenas 0,9%, e os homens, com 2,3%.

---

<sup>10</sup> Inclui atividades de escritórios de engenharia e de arquitetura, assessoria técnica, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade, jurídicos, despachantes, etc.; serviços de reprografia (xerox), decoração, pintura, desenho, escultura e outros serviços técnicos profissionais não especializados.

<sup>11</sup> Ramo tradicionalmente identificado como nicho de inserção masculina.

Tabela 2

Distribuição do total dos ocupados nos setores comércio e serviços, segundo os ramos de atividade e o sexo, na RMPA — 1993-94 e 2003-04

(%)

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE	1993-94		2003-04	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
<b>Comércio</b> .....	15,4	16,5	16,4	17,0
Comércio atacadista .....	1,0	2,6	0,9	2,3
Comércio varejista .....	14,4	13,9	15,5	14,7
<b>Serviços</b> .....	48,6	46,2	54,0	50,4
Transporte e armazenagem .....	0,8	7,5	0,9	7,2
Serviços de utilidade pública .....	0,7	1,9	0,5	1,1
Serviços especializados .....	3,6	4,0	5,1	5,3
Serviços de administração pública, forças armadas e polícia .....	4,5	7,0	5,9	7,2
Serviços creditícios e financeiros .....	2,7	2,5	2,1	1,7
Serviços pessoais .....	2,4	0,5	3,2	0,8
Serviços de alimentação .....	4,7	3,1	5,1	3,1
Educação .....	8,4	1,7	9,2	2,2
Saúde .....	7,6	1,7	8,1	2,2
Serviços de comunicações .....	0,5	0,8	0,8	1,1
Diversões, rádio e teledifusão .....	0,6	1,0	1,2	1,6
Serviços comunitários .....	3,3	1,3	2,9	1,4
Comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis .....	0,8	0,7	0,6	0,6
Serviços auxiliares .....	2,2	3,1	2,4	3,9
Oficinas de reparação mecânica .....	0,2	3,5	0,3	3,4
Outros serviços de reparação e limpeza	3,6	4,6	2,7	4,4
Outros serviços .....	2,0	1,3	3,0	3,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## Mulheres gestoras na RMPA

De acordo com os dados da PED-RMPA, constatou-se que, na comparação dos períodos 1993-94 e 2003-04, tanto as mulheres como os homens que se encontravam em cargos de gestão tiveram redução em seus contingentes relativos, uma vez que 45.000 mulheres se encontravam em funções de gestão no período inicial, correspondendo a 9,0% do total das 497.000 mulheres ocupadas, permanecendo, em 2003-04, o mesmo contingente de 45.000 mulheres gestoras, mas representando 6,7% do total das 674.000 mulheres ocupadas. O grupo masculino que ocupava funções de gestão, por seu turno, em 1993-94, correspondia a 11,7%, indicando 88.000 gestores, dentre um total de 755.000 homens ocupados, que, em 2003-04, recuaram para 7,4%, registrando 64.000 gestores, dentre um total de 870.000 ocupados (Gráfico 1).

Esse movimento de retração relativa nos dois contingentes populacionais pode estar associado às novas formas de gestão implementadas nos últimos anos, em que ocorreu supressão de cargos hierárquicos mais elevados na maioria das organizações, mas, de qualquer ordem, aponta uma redução da diferença entre os grupos feminino e masculino e suas relações de poder.<sup>12</sup> Cabe ressaltar-se que a queda da parcela feminina que ocupava funções de comando foi menor do que a dos homens na mesma condição.

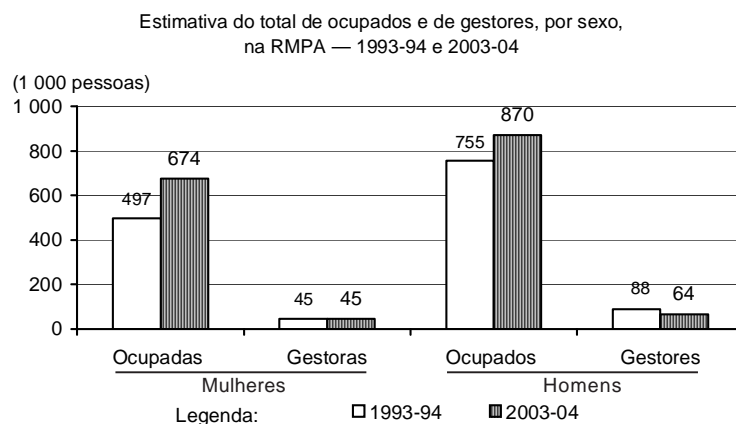
No que se refere aos ramos de inserção de mulheres e homens, o quadro não diferiu muito, o peso do legado cultural prevaleceu. As mulheres que desempenhavam funções hierárquicas mais elevadas se encontravam mais concentradas em atividades femininas, tais como as mencionadas acima; e os homens, em tradicionais redutos masculinos.

Conforme Bruschini e Puppini (2004),

[...] é possível afirmar que os cargos de diretoria ocupados por mulheres apresentam-se em número elevado, ou até mesmo predominam, em áreas tradicionais femininas, como a social, a da cultura e a da saúde. Nos demais setores de atividade, a presença feminina em cargos de diretoria oscila de 11,5% a 17,0%.

<sup>12</sup> Visando à máxima produtividade nas empresas, estas passaram a intensificar a contratação de mulheres devido “[...] às suas qualificações tanto técnicas como sociais, necessárias para o desempenho do trabalho polivalente”, que historicamente a mulher tem adquirido no espaço privado e através dos índices mais altos de escolaridade. “As novas exigências do trabalho encontram nas mulheres disposição não negligenciável para a aquisição de tais competências. A experiência cotidiana vivenciada, sobretudo pelas mulheres, da reconversão frente a diferentes papéis que se modificam sucessiva ou concomitantemente, vivenciados na vida privada, tendem a fortalecer a capacidade de adaptação às mudanças [...]”, revelando-se como uma habilidade qualificadora no espaço público (Segnini, 1998).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Nos anos 90, de acordo com Serrano (2002), o crescimento da participação feminina em cargos de diretoria e gerência aconteceu de forma segmentada, com predominância em ocupações ligadas aos serviços sociais e comunitários. Segundo a autora, das 3.000 mulheres que assumiram a direção de empresas entre 1998 e 2000, no Estado de São Paulo, 2.000 o fizeram nesse tipo de atividades.<sup>13</sup>

No tópico seguinte, passa-se a analisar essa população feminina ocupada em funções de comando, segundo os atributos pessoais. Como já foi referido, para efeitos analíticos, o grupo feminino é comparado ao masculino que desempenhava essas funções no comércio e no setor serviços, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 2003-04.

<sup>13</sup> A autora refere, ainda, que, muitas vezes, as mulheres assumem funções de comando em atividades ligadas ao terceiro setor, que compreendem serviços novos.



## O perfil das mulheres ocupadas em cargos de gestão na RMPA

O perfil da população feminina ocupada na RMPA que se encontrava em funções de comando foi levantado, conforme já mencionado, através das características sociodemográficas detectadas pelos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA. Os atributos estudados referiram-se ao nível de escolaridade, à idade e à posição no domicílio. A base comparativa foi o contingente masculino que se encontrava nas mesmas condições.

Os cargos de gestão foram divididos em dois grupos hierárquicos<sup>14</sup>: G1, que corresponde a funções de diretores e gerentes gerais; e G2, a funções de gerentes e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio. As demais chefias, com níveis hierárquicos inferiores, não foram passíveis de desagregação, dado o reduzido tamanho desses contingentes na amostra, e, dessa forma, tiveram seus dados somados ao restante da população total ocupada na RMPA.

## Maior nível de escolaridade entre as mulheres

No que concerne à escolaridade, inúmeros estudos apontaram o fato de que a mulher ganhou mais espaço no mercado de trabalho e fortaleceu sua presença, dentre outros fatores, devido ao crescente aumento do número de anos de estudo e de sua busca por qualificação.

Sullerot (1970, p. 276), em seu livro sobre a história e a sociologia da mulher no trabalho, referiu que, quanto mais instruídas as mulheres forem, mais condições terão de trabalho:

[...] as mulheres que recebem uma instrução superior trabalham cada vez mais e, proporcionalmente, muito mais que as outras [...] quanto mais instruída ela é, mais chance tem de ganhar a sua vida [...]. As percentagens menores de trabalhadoras se acham entre as mulheres que têm menos de cinco anos de escola [...].

Com um nível de escolaridade relativamente maior do que o dos homens, as mulheres entraram no mundo competitivo masculino disputando postos de

---

<sup>14</sup> A construção desses grupos encontra-se discriminada no **Apêndice**.

trabalho, ao mesmo tempo em que carregavam a bagagem cultural sobre seu papel social e sua condição feminina. Durante décadas, o homem possuía uma média de escolaridade superior à da mulher, e, como cabia a ele o sustento da família, ocorria um incentivo maior para que estudasse. Esse movimento pode ser melhor visualizado, quando se constata que, no Brasil, a média de anos de estudo cresceu a cada ano, e, a partir de 1979, as mulheres com 25 anos passaram a ter mais anos de escolaridade do que os homens: a média masculina era de 5,64 anos de escolaridade, e a feminina, de 5,85 anos; em 1999, os homens passaram para uma média de 7,01 anos, e as mulheres, para 7,79 anos (Matos; Machado, 2006).

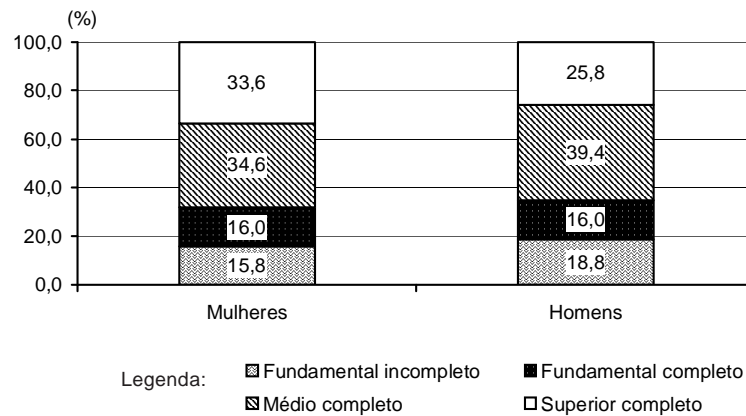
No período recente, o fator instrução tornou-se um requisito importante no recrutamento e na seleção para a maioria das atividades profissionais. O mercado de trabalho passou a exigir dos trabalhadores um maior nível educacional, uma melhor qualificação e uma contínua formação profissional como regra geral na competição por postos de trabalho e para sua permanência no mercado. Esse diferencial também se tem apresentado como requisito fundamental para funções hierárquicas mais elevadas, e, assim, a maior escolaridade das mulheres, além de ter contribuído para a conquista por uma vaga de trabalho e para a sua permanência no emprego, também tem sido um componente fundamental para a ascensão a cargos de comando. Os homens, por seu turno, apresentaram, relativamente às mulheres, um comportamento menos vigoroso em termos de crescimento do nível de escolaridade, conforme se constatou em diversas análises.

Essa realidade foi detectada nos dados da PED-RMPA, uma vez que se observou que, dentre o total de mulheres que ocupavam funções de direção e de gerência geral na Região, em 2003-04, a concentração maior estava entre as que detinham nível de escolaridade médio completo (34,6%). Ao compará-las com o grupo masculino que desempenhava esses mesmos cargos de G1, constatou-se também uma concentração maior entre os com esse nível de escolaridade (39,4%). A segunda maior parcela de mulheres gestoras em cargos de G1 estava entre as que apresentaram nível superior completo (33,6%), enquanto os homens com nível superior, apesar de também representarem a segunda maior parcela nesse nível de gestão, compreendiam uma concentração relativa inferior ao grupo feminino (25,8% do total de ocupados).

Os grupos femininos e masculinos que ocupavam funções de G1 e que detinham níveis de instrução mais baixos, como fundamental completo e fundamental incompleto, foram, em números relativos, menos expressivos, conforme se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2

Distribuição dos gestores em cargo de G1, por sexo e escolaridade, na RMPA — 2003-04



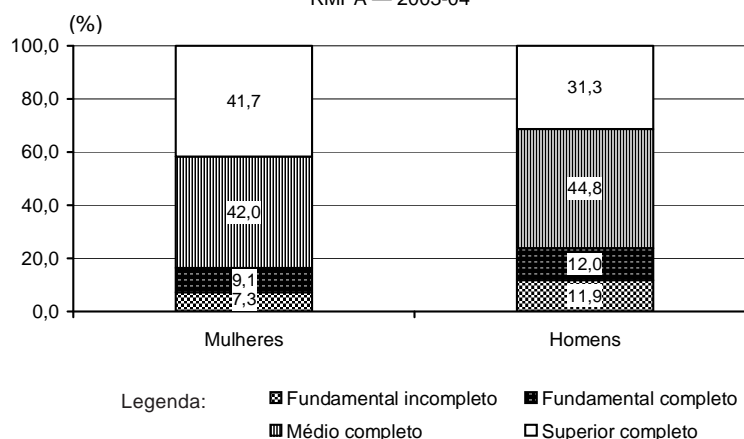
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

No que diz respeito às mulheres ocupadas em funções de gerentes e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio, a concentração mais expressiva também foi entre aquelas com nível de escolaridade médio completo (42,0%), assim como ocorreu o mesmo movimento para o grupo masculino que ocupava essas funções (44,8%), conforme se constata no Gráfico 3. A segunda maior parcela de trabalhadores que desempenhavam esse nível de gestão, de modo semelhante ao verificado no grupo que ocupava funções de G1, se encontrava entre aqueles com nível de escolaridade superior, verificando-se, novamente aqui, um percentual significativamente maior de mulheres do que de homens com esse nível de escolaridade entre os que detinham funções de G2: 41,7% e 31,3% respectivamente.

Os gestores G2, tanto mulheres como homens, com níveis de escolaridade inferiores, constituíram parcelas de trabalhadores expressivamente menores que as dos com maiores níveis de escolaridade, o que se pode constatar através do Gráfico 3.

Gráfico 3

Distribuição dos gestores em cargo de G2, por sexo e escolaridade, na RMPA — 2003-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Fazendo-se uma análise comparativa entre os ocupados em funções de G1 e em funções de G2, pode-se verificar que a presença de gestoras com nível de escolaridade superior é proporcionalmente maior do que entre os homens. Os demais níveis de escolaridade estão melhor representados no contingente masculino. Dentre os demais que apresentaram níveis inferiores de escolaridade, os grupos masculinos sempre obtiveram parcela relativamente maior de ocupados em postos de comando do que os grupos femininos, exceção feita aos gestores em G1 com fundamental completo, em que os percentuais se igualaram.

Esse fenômeno vem corroborar o fato de que as mulheres, para alcançarem posições similares às dos homens, ou para melhorar sua colocação hierár-

quica nos seus locais de trabalho, necessitam melhor qualificação e mais anos de estudo do que os homens.<sup>15</sup>

Assim, mesmo com indicadores que apontam níveis de escolaridade mais elevados, as mulheres continuam sendo discriminadas, enfrentando mais dificuldades para encontrar ocupação e ascender a melhores funções.

## **Gestores com idade de 40 a 49 anos são maioria**

Nos anos 90, a tendência do padrão geral do perfil das trabalhadoras foi de aumento das mulheres não tão jovens na atividade econômica e sua permanência no trabalho durante todo o seu período reprodutivo, assim como na etapa de criação de filhos menores. Esse quadro foi diferente daquele que vigorou nos anos 70, onde grande parte das trabalhadoras eram jovens, solteiras e sem filhos e se retiravam do mercado de trabalho devido à maternidade e/ou aos cuidados com os filhos (Wajmann; Queiroz; Liberato, 1998).

Conforme Kreling (2005), na RMPA, a taxa de participação de mulheres com mais de 40 anos passou de 35,7% em 1993 para 41,2% em 2003, registrando crescimento de 15,4% no período. Dentre o total da população ocupada de todas as faixas etárias, segundo a autora, o maior incremento ocorreu para esse grupo de mulheres maduras, cujo contingente passou de 154.000 mulheres em 1993 para 256.000 em 2003. A autora ainda ressalta que “[...] é relativamente comum para a população feminina desta faixa etária se dedicar mais ao trabalho, dada a diminuição de suas responsabilidades maternas”.

Os dados levantados por esse estudo revelaram que tanto o grupo feminino quanto o masculino, com idade de 40 a 49 anos, apresentaram a maior concentração relativa entre o total de gestores nos dois níveis hierárquicos analisados, o que corrobora a atual tendência do perfil de ocupados mais maduros e a maior experiência como fator para ascensão hierárquica.

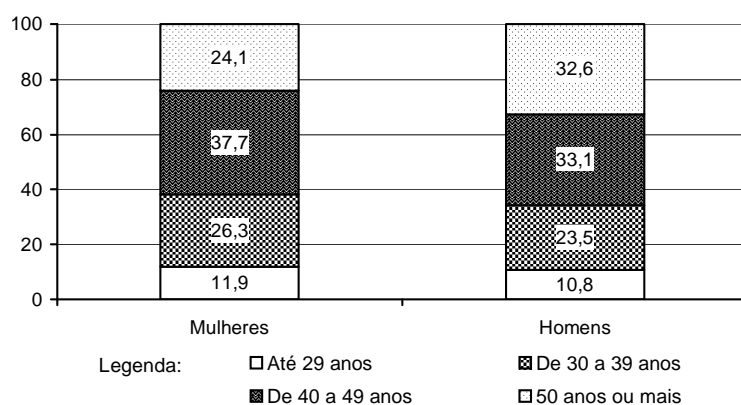
Para o grupo que detinha funções de G1, as mulheres, nessa faixa etária, representavam 37,7% das gestoras, e os homens, 33,1% (Gráfico 4).

---

<sup>15</sup> Essa realidade também foi detectada pela empresa de consultoria Deloitte, que, em pesquisa da Benchmarking de Gestão do Capital Humano, indicava que as mulheres que ocupavam, no Brasil, 55,4% dos postos que exigiam nível de escolaridade superior representavam 30,5% dos profissionais em funções de liderança, mas apenas 1,37% exerciam funções de alto comando nas organizações (Karan, 2002).

Gráfico 4

Distribuição dos gestores em cargo de G1, por sexo e idade, na RMPA — 2003-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O contingente de indivíduos com 50 anos ou mais que ocupava funções de G1 era mais expressivo entre os homens (32,6% dos gestores) do que entre as mulheres (24,1% das gestoras), o que poderia indicar que as mulheres com essa faixa etária ingressaram tardiamente no mercado de trabalho, ou apresentaram menor qualificação, ou, ainda, menor nível de escolaridade.

O grupo feminino que se encontrava com idade entre 30 e 39 anos e que ocupava funções com esse nível hierárquico, todavia, foi mais representativo, em termos relativos, do que o grupo de homens nessas mesmas condições, pois comportava 26,3% das gestoras, enquanto o dos homens, 23,5% do total de gestores em funções de G1.

Diferentemente, o grupo de gestores mais jovens, até 29 anos, de ambos os sexos, representou as menores parcelas do total de ocupados em cargos de G1 (11,9% das mulheres gestoras e 10,8% dos homens gestores), como se pode observar no Gráfico 4.

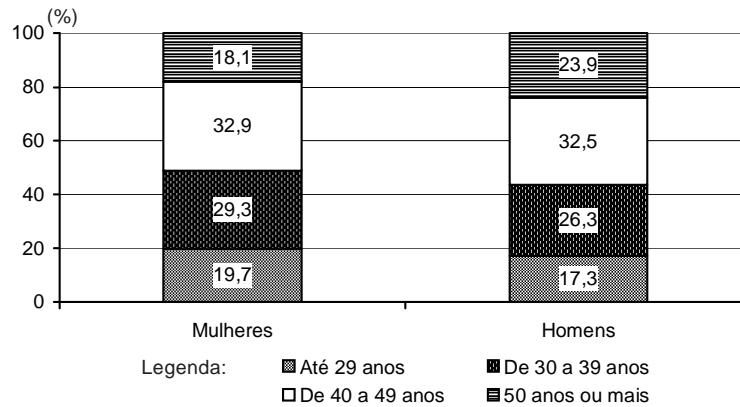
Dentre aqueles que ocupavam funções de G2, o maior contingente de indivíduos, de ambos os sexos, também estava entre os com idade de 40 a 49 anos: 32,9% do total de mulheres gestoras e 32,5% dos homens, conforme o Gráfico 5.

Ainda com esse nível de hierarquia, as mulheres e os homens com faixa etária entre 30 e 39 anos apresentaram a segunda maior concentração dentro o total de gestores, indicando um comportamento levemente mais vantajoso para o grupo feminino (29,3% das mulheres em cargos de comando e 26,3% dos homens nessas funções).

Quando se observam os grupos feminino e masculino com as menores concentrações de gestores, verifica-se um movimento contrário entre a faixa etária dos com idade até 29 anos e a dos com 50 anos ou mais, ou seja, o grupo de mulheres em funções de G2 que estão com idade de até 29 anos é, em termos relativos, maior do que o das com 50 anos ou mais, enquanto o grupo de homens com 50 anos ou mais é majoritário em relação aos que se encontram na faixa etária de até 29 anos (Gráfico 5).

Gráfico 5

Distribuição dos gestores em cargo de G2, por sexo e idade, na RMPA — 2003-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## **Maioria de gestoras entre as mulheres-cônjuge**

Analisar o perfil sociodemográfico quanto à posição no domicílio das mulheres que desempenhavam funções de comando implica considerar as mudanças advindas na estrutura familiar, ocorridas nas últimas décadas, associadas ao crescente aumento das famílias chefiadas por mulheres, ao crescimento do número de divórcios e às novas formas de arranjos familiares, com o desmantelamento da família tradicional nuclear.

Informações provenientes da PED-RMPA retrataram esse movimento entre os períodos 1993-94 e 2002-03, identificando a redução da família nuclear com chefia masculina, o crescimento da proporção de famílias monoparentais femininas e das unipessoais, tanto feminina como masculina (Marques et al., 2004). Segundo o estudo, as famílias chefiadas por mulheres passaram a representar 25,2% do total das famílias da RMPA (em 1993-94, eram 19,1%); as monoparentais femininas aumentaram de 12,5% para 15,4% no período; e as unipessoais femininas, de 5,6% para 8,1%. Em sentido oposto, os dados da Pesquisa apontaram redução do número de famílias nucleares chefiadas por homens (de 56,8% em 1993-94 para 47,5% em 2002-03). Através dos dados do **Censo Demográfico** (IBGE, 2003), também se constatou que Porto Alegre foi a cidade brasileira com maior número de famílias chefiadas por mulheres (38,2%).

Com base nessa nova dinâmica que alterou a configuração familiar tradicional, o estudo aludido refere, ainda, que os motivos que levam a mulher a ingressar no mercado de trabalho dependem do tipo de arranjo familiar no qual está inserida e da posição que ela ocupa no domicílio. O dado mais relevante nesse estudo foi o incremento da presença das mulheres-cônjuge no mercado de trabalho, cuja taxa de participação passou de 45,4% no primeiro período para 53,1% em 2002-03 (Marques et al., 2004).

Ao se verificar como se apresenta esse quadro na presente análise, constata-se que as mulheres ocupadas em cargos de comando, que exerciam funções de direção e de gerência geral, majoritariamente, ocupavam a posição de cônjuges no domicílio (71,3% em 2003-04). O quadro difere para os homens: os chefes de domicílio detinham a maior concentração dentre aqueles que exerciam essas funções (88,9% no mesmo período).

A segunda maior parcela de mulheres gestoras em cargos de G1 observada foi a do grupo que ocupava a posição de chefe no domicílio em que residia (20,4%).

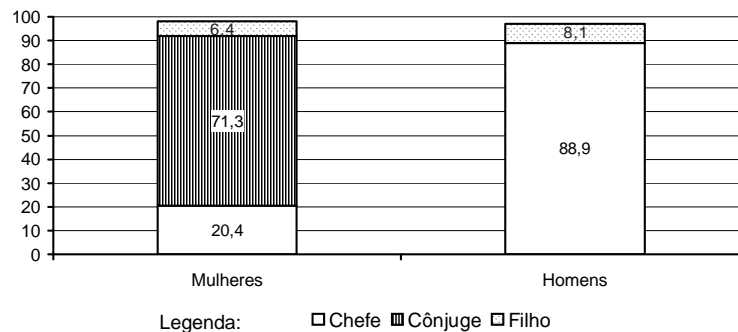
Os grupos de gestores que ocupavam a posição de filho no domicílio representaram uma parcela menor em relação aos que ocupavam as outras



posições no domicílio, sendo que o contingente masculino apresentou uma proporção levemente maior do que o contingente feminino: 8,1% e 6,4% respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 6

Distribuição dos gestores em cargo de G1, por sexo e posição no domicílio, na RMPA — 2003-04



Legenda:  Chefe  Cônjuge  Filho

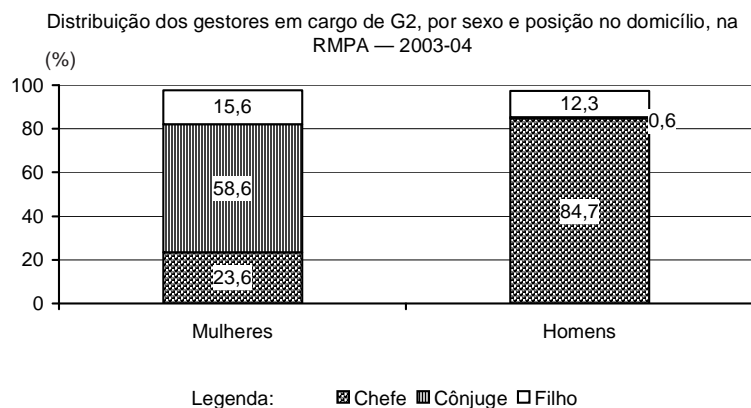
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O somatório das posições na ocupação não totaliza 100%, tendo em vista a impossibilidade de se identificar a posição na ocupação de alguns dados amostrais. No caso específico dos homens ocupados, não há ocorrências suficientes para se obterem estimativas com significância estatística para a posição cônjuges.

O grupo de mulheres que desempenhava funções de G2 — gerentes e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio — apresentou comportamento similar ao das que detinham funções de G1 em relação à posição que ocupavam no domicílio: a maioria eram cônjuges (58,6%), as que ocupavam a posição de chefes representavam 23,6% do total das gestoras, e 15,6% ocupavam a posição de filha no domicílio que em residiam.

No contingente masculino em funções de G2, os chefes no domicílio representavam a maior parcela, registrando 84,7% do total dos ocupados nessas funções. Aqueles que ocupavam a posição de filho constituíam a segunda maior concentração (12,3%), e os cônjuges apresentaram uma concentração inexpressiva — certamente acompanhando o fato de representar uma parcela ínfima entre a população —, conforme se constata no Gráfico 7.

Gráfico 7



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE,FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O somatório das posições na ocupação não totaliza 100%, tendo em vista a impossibilidade de se identificar a posição na ocupação de alguns dados amostrais.

Comparando-se os dois níveis hierárquicos (G1 e G2), observa-se que as mulheres e os homens que ocupavam as posições de cônjuge e de chefe no domicílio, respectivamente, apresentaram o mesmo comportamento nos dois níveis hierárquicos, ou seja, supremacia masculina em cargos de gestores. Os grupos que ocupavam a posição de filho registraram comportamento diverso: no G2, havia maior parcela relativa de mulheres do que de homens em cargos desse nível de gestão, enquanto, no grupo dos que ocupavam funções de G1, a maior concentração relativa estava entre os homens.

## Majoritária concentração de gestores de cor branca

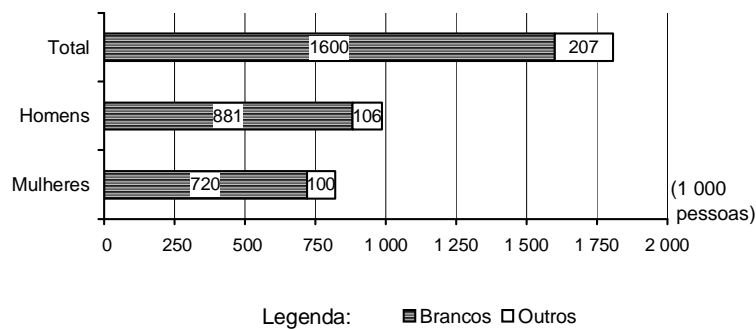
No que se refere à análise sob a ótica da cor, a situação que se observou é de menor oportunidade da população não branca quanto à ascensão a cargos

de comando. A população não branca, tanto de mulheres como de homens, continua mais vulnerável às discriminações que ocorrem quanto à inserção no mercado de trabalho e ao exercício de funções de comando.

Como se pode constatar no Gráfico 8, a População Economicamente Ativa de cor não branca na RMPA, em 2004, foi estimada em 207.000 indivíduos de ambos os sexos, a qual, comparada às 1.600.000 pessoas de cor branca, registra um contingente de tamanho relativamente pequeno (13,0%). Quanto às estimativas de cor por sexo, observa-se que, do total de 820.000 da PEA feminina, somente 100.000 são mulheres de cor não branca (12,2%); e, do total dos 987.000 da PEA masculina, 106.000 são homens de cor não branca (10,7%).

Gráfico 8

Estimativa da População Economicamente Ativa total, por sexo e cor, na RMPA — 2004



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Nesse sentido, explica-se a majoritária concentração de mulheres brancas entre as que ocupam funções de direção e de gerência geral, representando mais de 97,2%. Para os homens, a concentração de brancos que ocupavam essas funções também seguiu os mesmos patamares femininos (97,8%), deduzindo-se que as possibilidades de exercer cargos de gestão ainda se encontram fortemente vinculadas a padrões discriminatórios raciais<sup>16</sup> (Tabela 3).

As mulheres não brancas, além de serem em menor número do que as brancas, são absorvidas pelo mercado de trabalho de forma diferenciada, ou seja, são direcionadas para postos de trabalho mais precários ou vulneráveis. Esse quadro discriminatório fica evidente, quando se verifica que a população não branca está sub-representada relativamente ao total da População Economicamente Ativa.

Entretanto, ao se observar o grupo de mulheres que exerciam funções hierárquicas no nível de G2, constata-se uma situação um pouco menos dramática para as mulheres não brancas, uma vez que representavam, pelo menos, tímidos 5,0% dentre o total de ocupadas nessas funções. A população masculina não branca que desempenhava esse nível funcional apresentou um comportamento mais restritivo ainda do que as mulheres não brancas, pois representavam uma parcela de 2,7% do total de homens ocupados em cargos de comando, conforme se constata na Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados em cargos de G1e G2, por sexo e cor, na RMPA — 2003-04

COR	G1		G2	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Branca .....	97,2	97,8	95,0	97,3
Não branca	(1)-	(1)-	5,0	2,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

<sup>16</sup> O número de ocorrências de trabalhadores não brancos, tanto de mulheres como de homens, que ocupavam cargos de comando na RMPA, em 2003-04, foi tão reduzido que não permitiu estimativas estatisticamente significativas.

## Rendimentos

Embora alguns estudos venham referendando uma diminuição do diferencial de rendimentos entre os sexos, este persiste como uma das formas mais evidentes de desigualdade entre mulheres e homens que estão ocupados no mercado de trabalho. A despeito da legislação sobre a igualdade de salários, as diferenças entre a remuneração dos homens e a das mulheres têm sido significativas.

Fatores culturais e sociais preestabelecidos e a desigualdade entre os gêneros quanto à educação, à formação e à contratação trazem como consequência a segregação ocupacional, vertical e horizontal, e constituem a principal razão para a manutenção do diferencial de rendimento entre os sexos. Ademais, o grupo feminino tende a desenvolver carreira profissional mais curta do que os homens, a buscar empregos com tempo parcial e a abandonar mais facilmente o trabalho para cuidar de filhos ou das tarefas domésticas. Isso conduz a um progresso mais lento quanto a promoções no emprego e a remunerações inferiores (OIT, 2004).

Concomitantemente, a idéia de que é mais caro contratar uma mulher do que um homem, devido, basicamente, aos custos associados à maternidade e aos cuidados com as crianças — apesar de os seus salários serem, em média, inferiores —, tem uma forte presença no imaginário social e empresarial. Abramo (2002) ressalta que essa suposição de maiores custos na contratação de mulheres seria a justificativa mais comum para as desigualdades salariais.<sup>17</sup>

Em cinco países da América Latina, verificou-se que os custos indiretos associados à maternidade e ao cuidado infantil são muito reduzidos: eles representavam menos de 2% da remuneração bruta mensal das mulheres (OIT, 2003). No Brasil, esses valores chegaram a 1,2%. Esses baixos custos podem ser explicados: em primeiro lugar, por uma baixa incidência, entre as trabalhadoras assalariadas, das licenças-maternidade e de outros benefícios a elas associados, como as creches e o direito a interromper a jornada de trabalho para amamentação; em segundo lugar e fundamentalmente, são cobertos pelo sistema de financiamento dos benefícios médicos (atenção à gravidez e ao parto) e monetários (salário-maternidade) e não pelo empregador.

---

<sup>17</sup> O estudo defende o argumento de que, caso se comparem todos os custos não salariais, como investimento em capacitação e indenizações por acidentes de trabalho e outros relativos a diferentes categorias de trabalhadores, tanto de homens como de mulheres, os custos adicionais na contratação de mulheres são quase nulos (Abramo; Todaro, 2002).

As justificativas apresentadas para explicar a menor remuneração das mulheres no mercado de trabalho, portanto, não se sustentam diante das evidências estatísticas, sugerindo, dentre outras causas, o fator discriminação.

Outro ponto para se destacar diz respeito à valorização do trabalho da mulher. Nesse quesito, historicamente, o trabalho feminino é associado a “tarefas menos importantes e pouco valorizadas”, induzindo a baixos rendimentos e à precarização de suas funções. Sob essa ótica, existem inúmeras referências sobre o papel tradicional feminino, ainda muito presente em nossa sociedade.

Assim, analisar a discriminação em termos de remuneração implica abordar os fatores que causam esse desequilíbrio, como detectar o critério que se utiliza para determinar o salário, seja pela natureza do trabalho, seja pelos atributos pessoais da pessoa que o realiza, como sexo, cor, etc. Quando a análise passa a ser dentro de um grupo específico, a remuneração da mulher é seguidamente menor do que a do homem que pertence ao mesmo grupo de trabalho. As instituições do mercado de trabalho não se têm mostrado um território neutro para abordar essa diferença entre homens e mulheres, mas, sim, têm refletido as relações de poder que imperam na sociedade em geral. Segundo estudo da OIT (2003), a fixação de salários baseados na produtividade ou no desempenho do trabalhador, e não na natureza do trabalho, originou novos problemas em termos da igualdade de rendimentos. Os complementos salariais em função da experiência e do mérito, bem como os rendimentos, não se distribuem equitativamente entre os empregados de alto e de baixo níveis, assim como nem entre homens e mulheres. Com maior frequência, os homens incluem, mais do que as mulheres, em seus contratos de trabalho, suplementos salariais, como, por exemplo, veículo da empresa, moradia e outros subsídios.

Na RMPA, através dos dados da PED, verificou-se que, em 1993, as mulheres recebiam 65,2% do rendimento médio dos homens, sendo que, até 2003, essa proporção progrediu, alcançando, todavia, apenas 72,2%. O exame dessa evolução indica, ainda, que o aumento dos rendimentos femininos em relação aos masculinos, além de insuficiente para reverter o quadro desfavorável que as mulheres enfrentam, se deveu a fatores pouco virtuosos. Primeiramente, porque se deu sobre importantes perdas do segmento masculino (-8,2%) e, em segundo lugar, pela valorização exclusiva das mulheres com curso superior completo (9,1%), cujos ganhos passaram de R\$ 1.640,00 em 1993 para R\$ 1.790,00 em 2003, não superando o rendimento médio de R\$ 2.632,00, que os homens, com idêntico nível de instrução, obtiveram no último ano (Carta Conj., 2004).

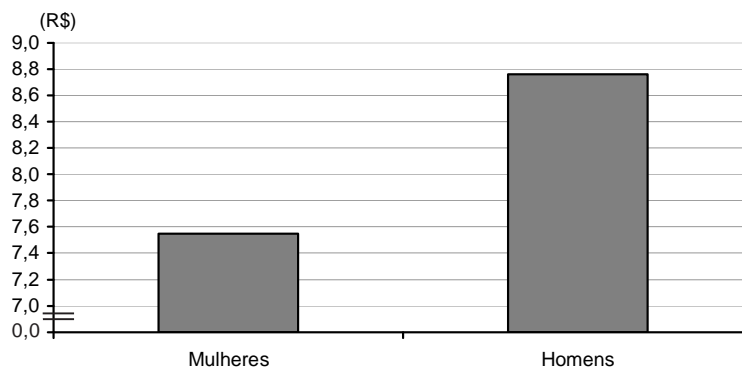
De qualquer sorte, mesmo que o grupo feminino tenha melhorado sua *performance* na Região quanto ao rendimento e que o grupo masculino tenha sofrido redução na média de seus proventos, a população feminina ocupada,

ainda que seja a mais escolarizada, continuou apresentando um quadro de menor valorização de seu trabalho do que os homens. O fator escolaridade, como se observou, entrou apenas como um elemento redutor da diferença entre os salários desses dois segmentos.

Para o grupo de mulheres que desempenhava funções de G1<sup>18</sup> na RMPA, esse quadro seguiu os mesmos parâmetros, elas continuaram percebendo salários inferiores aos dos homens, mesmo exercendo funções idênticas. O rendimento médio real por hora das mulheres ocupadas em funções de direção e de gerência geral permaneceu inferior ao do grupo masculino, registrando, em 2003-04, um valor monetário de R\$ 7,55 como rendimento médio real por hora, enquanto o grupo masculino auferia R\$ 8,76 (Gráfico 9).

Gráfico 9

Rendimento médio real/hora dos gestores em cargo de G1, por sexo, na RMPA — 2003-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Foi utilizado como deflator o IPC-IEPE; valores em reais de set./05.

<sup>18</sup> Por questões estatísticas, não foi possível a desagregação da amostra para o nível hierárquico G2; portanto, a presente seção somente analisa o grupo de gestores que exercia funções de G1.

## Considerações finais

Retomando a questão básica deste estudo, em que se buscou investigar como ocorreu a inserção do segmento populacional feminino ocupado em funções de gestão no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 2003-04, observou-se que, a despeito do atual quadro de desigualdades remanescentes quanto às formas de inserção das mulheres e dos homens, ocorrido ao longo de uma história de dominação patriarcal no espaço social, a maior participação das mulheres no mundo do trabalho apresentou avanços importantes, que abalaram o universo do trabalho, relativizando a tradicional condição masculina de ser o único provedor da família e colocando em xeque a supremacia dos homens no universo produtivo. A feminização do mercado de trabalho com esse crescente ingresso de mulheres no âmbito público, por certo, agregou elementos estruturais ao difícil processo de emancipação feminina.

Os indicadores, porém, apesar de terem apresentado um melhor desempenho do que em períodos anteriores, ainda são tímidos ao se fazer um comparativo com a trajetória masculina no mercado de trabalho, implicando, assim, um agravamento da precarização da mulher trabalhadora quanto à forma pela qual o mercado tem incorporado o seu trabalho.

Superada a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, pôde-se verificar que as mulheres continuaram sendo vítimas da discriminação, o que é corroborado através da segregação ocupacional, com homens e mulheres trabalhando em diferentes setores da economia e ocupando cargos diferenciados dentro de um mesmo grupo profissional. A segregação ocupacional, como um dos ícones da desigualdade entre homens e mulheres, inclui aspectos de estratificação social enquanto uso do poder e de qualificação, onde estão relacionados fatores que indicam vantagens e desvantagens. Nesse quesito, a população feminina tem sido mais prejudicada do que a masculina, pois os postos de trabalho femininos “são menos atrativos”, pertencem a categorias inferiores, com remunerações mais baixas e com menores possibilidades de ascensão.

Pelos dados analisados, os nichos prevaletentes de ingresso feminino na RMPA continuaram sendo as áreas ligadas à educação e à saúde, às quais estão associados menores rendimentos e postos trabalho com menor reconhecimento. E foi justamente nessas atividades que se constatou uma maior concentração de mulheres em cargos de comando.

Ainda através dos indicadores levantados pela PED-RMPA, podem-se observar poucas inserções da população feminina em ramos de atividade que são tradicionais redutos masculinos, o que vem confirmar a incipiente ascensão



feminina em determinados nichos do mercado. Os trabalhos com melhores remunerações do setor serviços, como os serviços financeiros e imobiliários, são áreas onde a maioria é de trabalhadores homens.

No que concerne aos atributos pessoais, pôde-se verificar que, na Região, a concentração maior de mulheres em funções de comando — tanto as que exerciam cargos de direção e de gerência geral quanto as que estavam em funções de gerentes e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio — estava entre as com nível médio completo de escolaridade, aquelas na faixa etária entre 40 e 49 anos, que eram brancas e ocupavam majoritariamente a posição de cônjuges no domicílio. A população masculina com maior concentração de gestores também tinha as mesmas características, com exceção de que ocupavam, fundamentalmente, a posição de chefes no domicílio.

A discriminação entre os sexos ficou evidenciada, principalmente, quando se analisou o percentual de concentração dos grupos que não possuíam os atributos mencionados acima, pois, ao se compararem os que divergiam desse padrão descrito, se observou intensificação da desigualdade, indicando uma disparidade entre a dimensão da parcela de mulheres e dos homens com iguais níveis de escolaridade que exerciam funções de comando. A exceção ficou por conta do grupo feminino que detinha curso superior completo, que, nesse caso, registrou melhor *performance* em relação aos homens nos dois grupos de gestores analisados no estudo. As mulheres que possuíam níveis de escolaridade como fundamental incompleto, fundamental completo e médio completo apresentaram concentrações menores em funções de comando do que os homens com esses níveis de escolaridade, podendo-se inferir, dessa forma, que o maior grau de instrução das mulheres foi o principal atributo que contribuiu para uma maior concentração feminina em cargos de gestão.

Na continuidade da análise, constatou-se que, à exceção das mulheres com idade entre 40 e 49 anos, que foram maioria entre as que ocupavam cargos de gestão, as mulheres mais jovens levaram vantagem no que se refere à concentração em cargos de comando, pois as que se encontravam na faixa etária de 50 anos ou mais e que desempenhavam funções de gestão apresentaram indicadores expressivamente menores do que os homens que desempenhavam as mesmas funções, indicando um viés discriminatório quanto a esse atributo, que pode estar associado a menores níveis de qualificação desse grupo e menor empenho na construção de uma carreira por parte dessa geração.

No que se refere à posição que ocupavam no domicílio em que residiam, verificaram-se uma majoritária predominância de gestoras entre as cônjuges e uma reduzida concentração entre as que ocupavam a posição de chefe no

domicílio. O grupo masculino apresentou um comportamento contrário, predominância de chefes de domicílio entre os gestores.

Além disso, os indicadores dos rendimentos auferidos pelas mulheres e pelos homens gestores retrataram as permanências históricas e inerentes aos gêneros, como a desvalorização do trabalho feminino em relação ao do grupo masculino que desempenhava as mesmas funções.

Esse quadro de desigualdade recoloca a questão das relações diferenciadas entre mulheres e homens no âmbito profissional, visto que as inserções femininas profissionais ainda estão predominantemente na base da pirâmide dos trabalhadores.<sup>19</sup>

Além dos ganhos que a população das mulheres agregou à sua trajetória com o aumento de suas possibilidades no mundo do trabalho remunerado, e, em sentido oposto, os aspectos negativos quanto ao enfrentamento de formas de desigualdades no seu ingresso, conforme foi mencionado anteriormente, cabe lembrar que essa nova condição da mulher ocupada em postos gerenciais coloca mais peso sobre os ombros femininos. Isto porque agregam à jornada doméstica uma série de outras preocupações e responsabilidades, inerentes a um mundo extremamente competitivo, com altas taxas de desemprego, que imprimem uma situação penosa às mulheres, que ainda têm que dar conta da organização do lar e da criação dos filhos.

Nesse sentido, não faltam estudos que referenciam que as expectativas de dissolver a tradicional divisão histórica sobre o que é trabalho feminino e o que é masculino estão longe de indicar uma igualdade entre os sexos, pois a função maternidade será, por muito tempo ainda, "um obstáculo de fundo à homogeneização dos papéis" (Lipovetsky 1997), na medida em que as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças interferem no sucesso profissional das mulheres.

Este estudo procurou mostrar que houve avanços importantes no processo de emancipação feminina quanto à sua ascensão a postos de gestão. No entanto, também indicou que esse movimento mais favorável foi limitado e parcial, pois ocorreu em nichos de trabalho historicamente femininos e em estratos assalariados mais precarizados, indicando um claro sentido contraditório: o maior ingresso das mulheres em postos hierárquicos mais elevados e o aumento da precarização pelas próprias limitações das funções exercidas pelas mulheres.

---

<sup>19</sup> Mônica Veloso, Presidente do DIEESE, ao se referir ao crescimento da filiação de mulheres nos sindicatos, ressalta que elas estão ainda distantes de ocupar cargos de direção, pois constituem apenas a base dos trabalhadores (Mulheres...,2002).

Esse panorama não se restringe à região analisada, pois diferentes autores que têm estudado esse tema relacionam algumas tendências mundiais no que respeita ao ingresso de mulheres no mundo do trabalho e ao seu pleito de ascensão hierárquica nas organizações. Dentre as principais, destacam-se:

- a) incorporação de expressiva proporção de mulheres nos processos produtivos instalados por empresas multinacionais, em todos os lugares do planeta onde o custo de produção seja menor, conseqüentemente, sua proletarianização;
- b) acirramento da diversidade e heterogeneidade das situações de trabalho dos homens e das mulheres tanto em países do Sul como do Norte (Hirata, 2002);
- c) crescente aumento do trabalho das mulheres e incremento da vulnerabilidade das trabalhadoras frente à precarização do trabalho (Armstrong, 1995; Antunes, 1997; Hirata, 2002), o que se reflete no processo de crescimento do setor informal, nas diferentes modalidades de emprego, como contratos temporários ou outros regimes atípicos;
- d) continuidade da segregação horizontal entre os sexos nas ocupações profissionais. As funções e as atividades em que predominam os homens tendem a apresentar taxas de remuneração substancialmente mais elevadas do que aquelas em que predominam as mulheres;
- e) continuidade da segregação vertical entre os sexos dentro de uma mesma ocupação, com as mulheres tendendo a ocupar funções inferiores às dos homens;
- f) necessidade das mulheres de conciliarem trabalho com família, vendo-se obrigadas a aceitar e a escolher trabalhos que permitam compatibilizar suas responsabilidades familiares com as do trabalho.

Cabe aqui, também, apresentar uma reflexão de Armstrong (1995) sobre o significado da feminização da força de trabalho, com base em dados de um estudo sobre o Canadá. Seu estudo anuncia um movimento simultâneo e distinto do que foi exposto. A globalização tem eliminado alguns dos empregos masculinos e alterado os postos tradicionalmente ocupados por homens, fazendo com que estes se aproximem dos femininos, em particular, quanto à precariedade. Para a autora, o trabalho das mulheres e o dos homens têm-se tornado similares, em virtude de que, cada vez mais, um menor contingente de pessoas, de ambos os sexos, poderá escolher o tipo de trabalho que deseja realizar, restando, assim, ter que assumir postos e funções pouco valorizadas.

Portanto, recoloca-se a questão de que o mercado de trabalho reproduz a interconexão entre gênero e instâncias de poder e que, mesmo com possibilidades ampliadas, impõe limites à ascensão das mulheres em sua trajetória profissional, tendendo sempre a caminhos que levam a uma maior

precarização. Mas, igualmente, coloca-se, no mundo do trabalho contemporâneo, a precarização do trabalho como um componente mais amplo, que perpassa os vários recortes analíticos e que, no que concerne ao de gênero, estaria a demandar uma luta conjunta de mulheres e homens trabalhadores na busca de inserções laborais mais justas e igualitárias.

## Apêndice

A construção da categorização dos grupos hierárquicos **Diretores e Gerentes Gerais (G1)** e **Gerentes e Administradores de Produção, de Operação e de Áreas de Apoio (G2)** foi elaborada a partir de uma seleção de ocupações constantes na nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), editada em 2002, cujas atividades estavam inseridas no setor serviços e no comércio varejista da RMPA.

Os critérios de poder e de responsabilidade de cada um dos níveis hierárquicos foram assim estabelecidos:

- **Grupo 1** - corresponde a todas as ocupações que detinham poder decisório pleno, compreendendo o maior nível hierárquico dentro da organização em que estavam inseridas, incluídos os proprietários de negócios, aqui denominados **Diretores e Gerentes Gerais (G1)**;
- **Grupo 2** - compreende ocupações de comando, com poderes e responsabilidades relativas, que não detinham o poder decisório final dentro da organização em que estavam inseridas, mas que desempenhavam funções operativas e que se encontravam sob comando superior, aqui denominados **Gerentes e Administradores de Produção, de Operação e de Áreas de Apoio (G2)**.

Deve-se citar que a atual categorização de níveis hierárquicos comportaria a criação de um grupo de gestores com nível inferior ao estabelecido no presente estudo, cujos poderes e responsabilidades corresponderiam às chefias de setores, às supervisões de trabalhos, às coordenações e a outras atividades com nível hierárquico similar. No entanto, tendo em vista que a amostra de dados não permitiu estimativas estatísticas passíveis de desagregação para esse nível inferior a G1 e G2, optou-se por somá-lo ao total de pessoas ocupadas (mulheres e homens).

Os dois grupos hierárquicos definidos para esta análise foram construídos com base nas ocupações que registraram ocorrências no Setor Serviços e no comércio varejista da PED-RMPA (Quadros A.1 e A.2).

Quadro A.1

## Grupo 1 - Diretores e gerentes gerais

CÓDIGO DA CBO	DISCRIMINAÇÃO
10210	Oficial do Exército
20115	Major da Polícia Militar
121005	Diretor de planejamento estratégico
121010	Diretor geral de empresa e organizações
122105	Diretor de produção e operações em empresa agropecuária
122305	Diretor de produção e operações em empresa aquícola
122405	Diretor de operações comerciais (comércio atacadista e varejista)
122515	Diretor de produção e operações de turismo
122615	Diretor de operações de serviços de telecomunicações
122620	Diretor de operações de serviços de transporte
123105	Diretor administrativo
123110	Diretor administrativo e financeiro
123115	Diretor financeiro
123205	Diretor de recursos humanos
123305	Diretor comercial
123310	Diretor de <i>marketing</i>
123605	Diretor de serviços de informática
131105	Diretor de serviços culturais
131205	Diretor de serviços de saúde
131305	Diretor de instituição educacional da área privada
131310	Diretor de instituição educacional pública
141405	Comerciante atacadista
141410	Comerciante varejista
261120	Editor
261605	Editor de jornal
262120	Produtor de teatro

## Quadro A.2

## Grupo 2 - Gerente e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio

CÓDIGO DA CBO	DISCRIMINAÇÃO
131115	Gerente de serviços culturais
131120	Gerente de serviços sociais
131315	Gerente de instituição educacional da área privada
131320	Gerente de instituição educacional da área pública
141205	Gerente de produção e operações
141415	Gerente de loja e supermercado
141505	Gerente de hotel
141510	Gerente de restaurante
141515	Gerente de bar
141520	Gerente de pensão
141605	Gerente de operações de transporte
141610	Gerente de operações de correios e telecomunicações
141615	Gerente de logística (armazenagem e distribuição)
141705	Gerente de produtos bancários
141710	Gerente de agência
141715	Gerente de câmbio e comércio exterior
141720	Gerente de crédito e cobrança
141725	Gerente de crédito imobiliário
141730	Gerente de crédito rural
142105	Gerente administrativo
142110	Gerente de riscos
142115	Gerente financeiro

(continua)

## Quadro A.2

## Grupo 2 - Gerente e administradores de produção, de operação e de áreas de apoio

CÓDIGO DA CBO	DISCRIMINAÇÃO
142205	Gerente de recursos humanos
142210	Gerente de departamento de pessoal
142305	Gerente comercial
142310	Gerente de comunicação
142315	Gerente de <i>marketing</i>
142320	Gerente de vendas
142405	Gerente de compras
142415	Gerente de almoxarifado
142505	Gerente de rede
142510	Gerente de desenvolvimento de sistemas
142515	Gerente de produção de tecnologia da informação
142520	Gerente de projetos de tecnologia da informação
142530	Gerente de suporte técnico de tecnologia da informação
142605	Gerente de pesquisa e desenvolvimento (p&d)
142705	Gerente de projetos e serviços de manutenção
212305	Administrador de banco de dados
212315	Administrador de sistemas operacionais
242305	Delegado de polícia
252105	Administrador
252505	Administrador de carteiras de investimento
253215	Gerente de contas-pessoa física e jurídica
262220	Diretor teatral
262330	Diretor de arte

## Referências

ABRAMO, Laís. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina. In: MULHER, trabalho e políticas públicas locais. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2002.

ABRAMO, L.; TODARO, R. **Cuestionando un mito**: costos laborales de hombres y mujeres en América Latina. Lima: OIT, 2002.

ACCO, Marco Antônio de C.; BERNARDES, Franco César; MOURA, Marcelo G. **Diagnóstico da situação da mulher na administração pública federal**. Brasília: ENAP, 1998.

ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: NEOLIBERALISMO, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Bomtempo, 1997. p. 71-84.

ARMSTRONG, P. The feminization of the labour force: harmonizing down in a global economy. In: MESSING, K; NEIS, B.; DUMAIS, L. (Ed.). **Invisible**: la santé des travailleuses. Charlottetown: Gynergy Books, 1995. p. 368-392.

BARDWICK, Judith Marcia. **Mulher, sociedade, transição**: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram as nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 10., Caxambu, 1996. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1996.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, v. 34, n. 121, p. 105-138, jan.-abr. 2004.

CARTA DE CONJUNTURA FEE. Porto Alegre, v. 13, n. 9, set. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia reflexão e crítica**. Porto Alegre: v.13, n. 3, 2000.



DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. **Boletim DIEESE**, São Paulo, n. esp., 2002.

ESPOSITO, Kathy; FONSECA, Tania M. Galli. Relações de gênero no setor bancário: outras pulsações? **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 2, p.129-140, 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS — SEADE. O emprego feminino no Estado de São Paulo, na década de 90: o tradicional e o novo nos espaços ocupacionais. **Mulher e Trabalho**, São Paulo, n. 9, 2002.

GALEAZZI, Irene et al. Mulheres trabalhadoras: dez anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam as desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 3, p. 9-36, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. Censo Demográfico 1991: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. Censo Demográfico 2000: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INFORME PED: Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP; DIEESE, n. esp., 2002.

INFORME PED: Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP; DIEESE, n. esp., 2003.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise. **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

KARAN, Mirian. Mulheres ocupam mais cargos de chefia nas empresas do setor privado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. D4, 30 out. 2002.

KRELING, Norma H. Maior participação da mulher madura no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 5, p. 121-132, 2005.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil**: reflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 826).

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, Elisabeth et al. Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na RMPA. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p. 9-28, 2004.

MATOS, Raquel S.; MACHADO, Ana Flavia. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-27, jun. 2006.

MONTALI, Lilia. **Família e trabalho na reestruturação produtiva**: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS: v. 15, n. 42, fev. 2000.

MULHERES equilibram correlação de forças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A12, 31 out. 2002.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre, FEE, v. 3, 2003.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre, FEE, v. 4, 2004.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre, FEE, v. 5, 2005.

MULHER E TRABALHO. São Paulo, SEADE, n. 9, set. 2002.

NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 1997.

NOGUEIRA, C. M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, Cláudia M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: PUC-SP, 2003. Tese-(Mestrado), Faculdade de Serviço Social, São Paulo, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Romper el techo de cristal**: as Mujeres en puestos de direção. Genebra: 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. La hora de la igualdad en el trabajo. CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 91., Genebra. 2003. **Anais...** Genebra, 2003.

OLIVEIRA, Ana Maria H. C. A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil. In: MACHADO, Ana Flávia; WAJMANN, Simone (Org.). **Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p.121-149.

POSSATTI, Izabel Cristina; DIAS, Mardônio Rique. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 293-300, 2002.

ROSALDO, Michelle Z. ; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEGNINI, Liliâne. Relações de gênero no trabalho bancário no Brasil. In: CASTRO, Nadya A.; DEDECCA, Claudio S. **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 231-244.

SERRANO, Adriana. Cresce a participação das mulheres. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 19 set. 2002.

SULLEROT, Evelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

TOMEI, Manuela. El nexa entre discriminación e igualdad de género en el trabajo: algunas consideraciones conceptuales y de políticas. In: ABRAMO, L.; TODARO, R. **Trabajo decente y equidad de género en América Latina**. Santiago: OIT, 2006.

TONI, Miriam. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho** — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2005.

VALCÁRCEL, Amélia. O feminismo é uma teoria política ou uma ética? In: CIDADANIA e feminismo. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

WAJMANN, Simone; QUEIROZ, Bernardo; LIBERATO, Vânia. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., Caxambu, 1998. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998.



## **ANEXO METODOLÓGICO**

### **A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)**

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre. São pesquisados em torno de 2.500 domicílios por mês, sem repetição das unidades selecionadas, de modo a garantir a aplicação efetiva de questionários em, no mínimo, 6.000 domicílios por trimestre. A Pesquisa coleta informações sobre os moradores desses domicílios, sendo realizadas entrevistas individuais com as pessoas de 10 ou mais anos de idade.

As informações divulgadas mensalmente referem-se às médias móveis trimestrais dos dados levantados, as quais são assumidas como resultado do mês de encerramento do trimestre. Desse modo, os resultados de junho correspondem à média do trimestre abril, maio e junho; os resultados de julho, à do trimestre maio, junho e julho; e assim sucessivamente.

### **Expansão da amostra**

As estimativas populacionais divulgadas pela PED-RMPA são obtidas a partir de critérios que combinam as estimativas da população total da Região Metropolitana, elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), e os resultados da própria Pesquisa.

Desse modo, a expansão da amostra, com vistas à obtenção das estimativas dos números absolutos da População Economicamente Ativa (PEA), dos ocupados, dos desempregados e dos inativos, em cada mês, tem como ponto de referência a estimativa da População em Idade Ativa (PIA) — com 10 anos e mais —, a qual é obtida através do produto da população residente na Região Metropolitana de Porto Alegre, estimada pela participação média da PIA na população total da amostra da PED, no semestre.

A respeito dos procedimentos adotados para a obtenção das estimativas populacionais da PED, cabe, ainda, destacar dois aspectos:

- a população da Região Metropolitana de Porto Alegre foi projetada considerando-a como parte da população residente total estimada do Estado do Rio Grande do Sul. Essa participação foi obtida através de um modelo logístico, baseado em informações censitárias e intercensitárias da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Os detalhes técnicos desse processo encontram-se no estudo **Projeção Mensal da População da Região Metropolitana de Porto Alegre — Nota Metodológica**, de Maria de Lourdes Jardim, do Núcleo de Sistematização de Indicadores da FEE;
- os critérios utilizados na expansão da amostra da PED atendem a uma necessidade imediata da Pesquisa e incorporam informações demográficas disponíveis. Quando da divulgação definitiva dos **Censos Demográficos**, ou sempre que houver novas projeções, a PED-RMPA recalculará as séries de números absolutos referentes às variáveis da Pesquisa.

## Principais conceitos

A **População em Idade Ativa (PIA)** refere-se à população com 10 anos e mais.

A **População Economicamente Ativa (PEA)** é a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

**Ocupados** é o conjunto de pessoas que:

- possuem trabalho remunerado exercido com regularidade;
- possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho diferente do atual, excluídas as pessoas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias;
- possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

**Desempregados** é o conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, ou algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou, ainda, algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

**Inativos** (maiores de 10 anos) é a parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada.

## Principais indicadores

**Taxa global de participação** é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

**Taxa de desemprego total** é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

**Taxa de ocupação** é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

## Notas técnicas

Com o propósito de acompanhar o crescimento demográfico da Região Metropolitana de Porto Alegre e as alterações ocorridas na distribuição da população regional entre os municípios investigados, a amostra tomada mensalmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre foi acrescida em, aproximadamente, 100 unidades domiciliares a partir de maio de 2001. Com essa expansão, a amostra total passou a alcançar, em média, 2.600 domicílios, distribuídos em 167 setores censitários, o que representa uma fração amostral de um para cada 103 domicílios da RMPA no trimestre. Cumpre ressaltar que as demais características da planificação amostral da Pesquisa permaneceram inalteradas. Desde sua implantação, a

PED-RMPA adota diretriz semelhante às das demais pesquisas constituintes do Sistema Estatístico PED para seleção das unidades domiciliares a serem entrevistadas mensalmente.

As estimativas constantes no conjunto de tabelas anexas e analisadas a partir de janeiro de 2002 apresentam diferenças em relação às divulgadas anteriormente. Tais alterações devem-se à atualização da população projetada para a Região Metropolitana de Porto Alegre, elaborada pelo Núcleo de Indicadores Sociais da FEE, que teve como base a publicação dos dados do **Censo Demográfico de 2000** pelo IBGE.

Também, a partir de janeiro de 2002, a base para o cálculo dos índices passou a ser a média do ano 2000. Anteriormente, os índices eram calculados sobre a média do ano de 1993.



## EDITORAÇÃO

---

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial.

Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira.

Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Therezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia Silva Castro.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

**Capa:** Nara Fogaça.

